

ENSAIOS DE GEOGRAFIA

REVISTA

V. 10, SET-DEZ DE 2023

PÍER DA PRAIA DA BICA, JARDIM GUANABARA
ILHA DO GOVERNADOR, RIO DE JANEIRO, BRASIL
18 DE NOVEMBRO DE 2022

22

REVISTA ENSAIOS DE GEOGRAFIA

CAPA

Pier da Praia da Bica, Jardim Guanabara – Ilha do Governador, Rio de Janeiro, 18 de novembro de 2022.

Sempre que inicio uma sessão de fotos, ao chegar no espaço que evoca um afeto, dou o meu clique determinante. “Quero falar disso hoje”. Limitar, mesmo que seja virtualmente, o local onde vou habitar e investigar durante esses olhares, sempre se mostrou necessário, mesmo sem saber onde vou chegar ao final da sessão.

Esse pier se localiza na Praia da Bica, que fica no Jardim Guanabara, ao Sul da Ilha do Governador, região administrativa da cidade do Rio de Janeiro. No meio do quadro, a única pessoa presente no plano parece ir em direção a água, como se fosse uma extensão da terra. Mas não do centro do pier, houve uma escolha ao se deslocar para o canto. E depois, como pude presenciar mais tarde, de se sentar ali para contemplar.

Deixar na perspectiva a altura do homem proporcional à extensão de água em sua frente parece produzir uma real possibilidade sobre esse caminho que poderia vir a ser seguido pela baía. Todavia, a impossibilidade do alcançar da paisagem da cidade Rio de Janeiro se faz mais presente do que antes quando se chega no extremo. Agora, mais do que nunca, você é convidado a olhar. Extensão de água, o vazio próximo ao pier, as similaridades estruturais estéticas do pier e da Ponte Rio-Niterói ao fundo, a densificação de embarcações na medida em que se aproxima do centro da cidade, os contrastes vão emergindo conforme o olhar vai percorrendo a imagem.

Esse dia não foi diferente. Porém, tenho a sorte de esse lugar estar a 50 metros da minha casa e evocar um afeto que, após 3 anos morando fora do país, de fato não é muito difícil de se alcançar. Ainda assim, esse foi o primeiro clique que ditou o rumo de uma sessão que me disse muito sobre a cidade, nossa relação com ela através dos anos, e o momento de parar e olhar para o que importa.

O pier na época sequer estava reformado. Ainda assim, apesar da visível fragilidade esculpida pelo tempo nas tábuas retorcidas, nos pilares de contenção quebrados e na ausência das cordas que um dia estiveram presentes ali, a paisagem da cidade do Rio de Janeiro não é contida. Ela chama pelo olhar, convidando a um breve trajeto até a borda, trazendo um enorme contraste com a calmaria da baía.

No momento, decidi escrever a partir do pier, agora já reformado, mas ainda assim parece frágil, em paralelo com a ponte. Há um vento leve e contínuo. A paisagem do Rio de Janeiro à frente já não está tão limpa quanto no dia desta foto. No

entanto, parece que esse meio suspenso na água entre a terra e o mar, com o som das ruas do Jardim Guanabara atrás de mim, os ônibus passando, a poda de árvores, produz um isolamento momentâneo que o urbano geralmente não permite.

Assim como suponho sobre o senhor da imagem, parece que venho aqui não procurando tempo, nem mesmo silêncio, mas espaço para pensar. Hoje, com profundidades de campo tão curtas, saltando de uma tela para outra, sinto, mais do que nunca, necessidade dessa pausa para avistar o que está mais distante. E num simples trajeto até a borda do píer, por mais que o corpo fique, quem embarca é a mente.

Sony A7iii - 85mm 1.8

Gabriel Puente

Fotógrafo

@puentegabriel

REVISTA ELETRÔNICA

ENSAIOS DE

GEOGRAFIA

A Revista Ensaios de Geografia é um periódico científico quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense (PosGeo/UFF). O acesso ao seu conteúdo é livre e sua publicação se dá exclusivamente no meio digital. A revista tem como principal objetivo divulgar pesquisas dos estudantes de graduação e pós-graduação vinculadas à geografia e áreas afins, bem como ser um espaço de formação acadêmica e profissional, ao contar com a participação de estudantes nos processos editoriais.

Nesse sentido, busca-se divulgar a produção de artigos que contenham resultados empíricos relevantes e revisões teórico-conceituais que contribuam para o processo de ensino-aprendizagem, fundamental ao desenvolvimento do pensamento geográfico. Além disso, propõe-se publicitar produções artísticas como fotografias, poesias, desenhos e similares, desde que estabeleçam um diálogo com a referida área de conhecimento.

São aceitas contribuições nos seguintes idiomas: português, inglês e espanhol.

O conteúdo dos trabalhos é de inteira responsabilidade dos autores.

A revista não cobra nenhum tipo de encargo dos autores ou leitores.

EQUIPE EDITORIAL

CONTATO

Comitê Editorial da Revista Ensaios de Geografia

Endereço: Avenida Milton Tavares de Souza, S/N - Gragoatá,
Niterói-RJ.

Instituto de Geociências - Departamento de Geografia, Campus Praia
Vermelha. Universidade Federal Fluminense - UFF.

Telefone: (021) 2629-5953

E-mail: revistaensaiosdegeografia@gmail.com

Instagram: @ensaios_de_geografia

Facebook: <https://www.facebook.com/revistaensaiosdegeografia/>

EDITORES-CHEFE

Prof.^a Dr.^a Ana Claudia Carvalho Giordani (UFF)

Prof. Dr. Daniel Pereira Rosa (UFF)

Prof.^a Dr.^a Flávia Elaine da Silva Martins (UFF)

EDITORES EXECUTIVOS

Guido Cruz de Assis (UERJ-FFP)

Mateus de Novaes Maia (UFF)

EDITORES ASSISTENTES

Bernardo José Alvarez de Castro (UFRJ)

Caio Oliveira Portella (UFF)

Débora dos Santos Guerreiro da Costa (UERJ-FFP)

Rhuan Muniz Sartore Fernandes (UFRJ)

ESTAGIÁRIOS

Ana Carolina da Silva Mota (UFF)

Felipe da Costa Brito (UFF)

Patrícia Monteiro Peixoto (UNIRIO)

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dr. Diego Carlos Pereira (UFF)

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves (UNIFAL)

Prof.^a Dr.^a Rosemary Vieira (UFF)

CONSELHO EDITORIAL

Antônio Carlos Queiroz do Ó Filho (UFES)

Débora Schardosin Ferreira (UERJ)

Diego Cervantes Ruiz (UAM, México)

Élida Pasini Tonetto (UFRGS)

Evânio Branquinho (UNIFAL) Flávia

Mattos (UFRJ)

Iany Elizabeth Da Costa (UFF) Ilaina

Damasceno (UERJ)

Lucas Tavares Honorato (UFF)

Luis Villacis Taco (UEA, Equador)

Maira Magnani Asencio (UFF)

Maria Adailza Martins de Albuquerque (UFPB)

Tatiana dos Santos Malheiros (UNIR)

EDITORIAL

v. 10, n. 22, set-dez, 2023

Esta edição encerra mais um ano de intensas e frutuosas atividades da revista *Ensaios de Geografia*. Com prazer, anunciamos a chegada de novos membros à nossa equipe editorial, vindos de diversas instituições de ensino: Ana Carolina Mota, Antonio de Lima, Bernardo Castro, Débora Guerreiro, Rafael Machado, Rhuan Sartore e Samanta Dias.

Anunciamos também mais um avanço da revista com a assinatura do *Budapest Open Access Initiative* (BOAI), afirmando nossa vontade de promover o livre acesso ao conteúdo científico aqui publicado, além do recebimento do selo diamante do Miguilim, fortalecendo nossa política de boas práticas editoriais e visibilidade ao que é publicado nos periódicos científicos brasileiros.

Todas essas iniciativas se somam a outros resultados significativos alcançados pela revista ao longo do ano, como a nova avaliação quadrienal de 2017-2020 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) — Plataforma Sucupira/Qualis Periódicos, que classificou a *Ensaios de Geografia* em B1, assim como ao avanço alcançado no sentido de internacionalização da revista e da manutenção de boas práticas de editoração, a partir do reconhecimento da revista no *Directory of Open Access Journals* (DOAJ) e o *Sistema Regional de Información en línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal* (Latindex), entre outros.

Também divulgamos a mudança do formato de publicação da revista, que agora será feito de modo contínuo. Assim, a partir de 2024, todos os números serão alimentados com novos artigos mediante o fluxo de manuscritos aprovados dentro do intervalo de cada número. Com isso, esperamos que o fluxo de publicação seja mais orgânico e que o tempo entre a submissão do manuscrito, sua aprovação e publicação final diminua.

Na foto de capa, Gabriel Puente captura uma imagem de um pescador no píer da Praia da Bica, e também orienta o olhar do leitor para a conexão entre a Ilha do Governador e o continente evocada pela presença do píer.

Nesta edição, convidamos os leitores a apreciar a viagem a partir de uma vasta amplitude de temáticas e lugares apreciados a partir de distintas geografias. Esta tem sido uma realidade nas últimas edições da *Ensaio de Geografia*. Cada contribuição representa um passo significativo no entendimento e na exploração do nosso mundo, oferecendo perspectivas inovadoras, análises detalhadas e descobertas que ampliam os horizontes do conhecimento geográfico.

Abrindo a edição, o artigo “Espaços de vivências de uma comunidade ribeirinha na Amazônia” de Agriane Caldeira Souza apresenta as diversas dinâmicas experimentadas pelos habitantes de Carapanatuba, uma comunidade ribeirinha no coração da Amazônia Paraense, situada no interior de Santarém.

Em um segundo momento, Anderson Kech, Juçara Spinelli e Marlon Brandt, no texto “Movimentos sociais e Geografia: perspectivas sobre como a Ação Social transforma a Ciência Geográfica”, exploram a visão, a partir da Geografia crítica, das ações humanas e sociais presentes no espaço.

Érica Milena Carvalho Guimarães Leôncio, Gabriel Rodrigues da Silva e Alexandro Ferreira Cardoso da Silva analisam a tributação imobiliária e sua relação com a valorização urbana em “A tributação imobiliária e suas omissões na política urbana: um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal”.

Com “Um relato de experiência para pensar o desenvolvimento regional a partir do setor produtivo de rosas: de Barbacena/MG ao mercado global de flores”, Jayne Mayrink analisa a rede de produção, distribuição e consumo das rosas a partir de Barbacena/MG utilizando o conceito de Rede Global de Produção (RGP) como base teórica.

O artigo “Estado e Agricultura Familiar: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos no município de São Luís – MA – Brasil”, de Jessica Neves Mendes, José Mattos Junior e Igor Sousa, propõe uma análise das relações entre a aplicação de políticas públicas voltadas para o campo e a agricultura familiar a partir do caso do município de São Luís (MA).

Em “Geopolítica da Mobilidade na Cidade do México: acidentes e valorização dos serviços”, Luis Alberto Luna Gómez analisa os efeitos da mobilidade urbana na capital mexicana, não apenas como uma malha para a circulação de veículos, mas também como um “arranjo de suportes materiais para os diferentes modos de deslocamento”, examinando, além disso, como os serviços de seguro e saúde se aproveitam dos acidentes rodoviários.

O artigo de Marcus Vinícius dos Santos Silva e Viviane Lúcia dos Santos Almeida de Melo, “Avaliando a Educação Ambiental nas Aulas de Geografia no Ensino Fundamental no Município de João Alfredo - Pernambuco”, analisa as maneiras pelas quais a educação ambiental vem sendo abordada nas salas de aula das escolas de João Alfredo (PE) pelos professores de geografia, evidenciando dificuldades enfrentadas no ensino dessa disciplina, como a pouca valorização da EA pela Base Comum Curricular e a dificuldade na formação dos professores.

O último artigo desta edição, “Geografia(s) da(s) Palafita(s): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus (AM)”, de Matheus Vieira Areb, analisa a geograficidade de uma forma de habitação particular da região norte do Brasil, as palafitas, mais especificamente no caso de Manaus (AM), propondo uma reflexão acerca da inserção das palafitas no ambiente urbano e como essa forma de habitar aponta para uma outra experiência da cidade a partir da interface água-terra.

SUMÁRIO

ARTIGOS

- OS ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE
Agriane Caldeira Souza.....p. 13 – 39
- MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica
Anderson Kech, Juçara Spinelli e Marlon Brandt.....p. 40 – 59
- A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA: um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal
Érica Milena Carvalho Guimarães Leôncio, Gabriel Rodrigues da Silva e Alexsandro Ferreira Cardoso da Silvap. 60 – 78
- O SETOR PRODUTIVO DE ROSAS NA REDE GLOBAL DE PRODUÇÃO: de Barbacena/MG ao mercado global de flores
Jayne Mayrinkp. 79 – 104
- ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos no município de São Luís – MA – Brasil
Jessica Neves Mendes, José Mattos Junior e Igor Sousap. 105 – 125

- MOBILIDADE NA CIDADE DO MÉXICO: acidentes e valorização dos serviços
Luis Alberto Luna Gómez p. 126 – 150
- AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO
FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO-PERNAMBUCO
Marcus Vinícius dos Santos Silva e Viviane Lúcia dos Santos Almeida de
Melo..... p. 151 – 174
- GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o
habitar entre palafitas urbanas em Manaus (AM)
Matheus Vieira Areb..... p. 175 – 206

SEÇÃO ARTIGOS

ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE

LIVING SPACES OF A RIVERSIDE COMMUNITY IN PARÁ'S AMAZON FOREST

ESPACIOS DE VIDA DE UNA COMUNIDAD RIBEREÑA EN LA AMAZONÍA PARAENSE

 [Agriane Caldeira Souza](#)¹

Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
Paraíba, Brasil.
e-mail: agrianesouza@gmail.com

Resumo

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa mais ampla de mestrado que tem como foco apresentar as diferentes dinâmicas vivenciadas por moradores de uma comunidade ribeirinha da Amazônia Paraense, chamada de Carapanatuba, no interior do município de Santarém. O modo de vida e a dinâmica territorial das populações ribeirinhas são objetos de estudo em várias ciências, e aqui somos pautados na ciência geográfica, com auxílio de autores como Santos (2002), Souza, (2018) e Tuan (2012) nas abordagens de categorias de espaço e lugar, que amparam para a compreensão dos espaços de vivência dos moradores de Carapanatuba. Para a aquisição das informações foram realizados trabalhos de campo, com o uso de entrevistas e de outros instrumentos como celular, caderno de campo, entre outros. A Fenomenologia também foi utilizada como método de análise, pois cria pontes para que tenhamos acesso às informações e às percepções mais apuradas para ouvir, olhar, sentir, perceber e avaliar todos os fenômenos que transpassam a pesquisa. Mediante as observações e dos diálogos realizados durante o trabalho sobre as vivências dos pescadores com seus espaços/lugares de vida, é perceptível a relação afetivas dos pescadores para com a sua casa, que para eles é vista como um “porto seguro”, com as suas embarcações, com a comunidade, com o rio. E que nas pequenas práticas cotidianas em que são socializados os saberes sobre a dinâmica da natureza, é onde se constroem relações simbólicas e afetivas para com seus lugares de vida e trabalho.

Palavras-Chave: Ribeirinhos; modo de vida; vivências; Espaço.

¹ Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA. Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Professora da Educação Básica- João Pessoa/ Paraíba-Brasil.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

This work is the result of a broader master's research that focuses on presenting the different dynamics experienced by residents of a riverside community in the Paraense Amazon, called Carapanatuba in the interior of the municipality of Santarém. The way of life and territorial dynamics of riverside populations are objects of study in various sciences, and here we are guided by geographic science, with the help of authors such as Santos (2002), Souza, (2018) and Tuan (2012) in the approaches of categories of space and place, which support the understanding of the living spaces of Carapanatuba residents. For the acquisition of information, field work was carried out, using interviews and other instruments such as cell phones, field notebooks, among others. Phenomenology was used as an analysis method, as it creates bridges so that we have access to the most accurate information and perceptions to hear, look, feel, perceive and evaluate all the phenomena that permeate the research. Through the observations and dialogues carried out during the work on the experiences of fishermen with their spaces/places of life, it is perceptible the affective relationship of fishermen with their home, which for them is seen as a “safe harbor”, with their boats, with the community, with the river. And that in the small daily practices in which knowledge about the dynamics of nature is socialized, is that they build symbolic and affective relationships with their places of life and work.

Keywords

Riverside; lifestyle; experiences; space.

Resumen

Este trabajo es el resultado de una investigación de maestría más amplia que se enfoca en presentar las diferentes dinámicas vividas por los habitantes de una comunidad ribereña en la Amazonía Paraense, denominada Carapanatuba en el interior del municipio de Santarém. El modo de vida y la dinámica territorial de las poblaciones ribereñas son objeto de estudio en diversas ciencias, y aquí nos guiamos por la ciencia geográfica, con la ayuda de autores como Santos (2002), Souza, (2018) y Tuan (2012) en los planteamientos de categorías de espacio y lugar, que sustentan la comprensión de los espacios de vida de los habitantes de Carapanatuba. Para la adquisición de la información se realizó trabajo de campo, utilizando entrevistas y otros instrumentos como celulares, cuadernos de campo, entre otros. Se utilizó la fenomenología como método de análisis, ya que crea puentes para que tengamos acceso a la información y percepciones más precisas para escuchar, mirar, sentir, percibir y evaluar todos los fenómenos que permean la investigación. A través de las observaciones y diálogos realizados durante el trabajo sobre las experiencias de los pescadores con sus espacios/lugares de vida, es perceptible la relación afectiva de los pescadores con su hogar, que para ellos es visto como un “puerto seguro”, con sus embarcaciones, con la comunidad, con el río. Y que en las pequeñas prácticas cotidianas en las que se socializan conocimientos sobre la dinámica de la naturaleza, es que construyen relaciones simbólicas y afectivas con sus lugares de vida y trabajo.

Palabras-clave

Ribereños; modo de vida; experiencias; espacio.

Introdução

Descreve-se que o ser ribeirinho é aquele que vive às margens dos rios, e que dele depende e cria as suas relações sociais. Loureiro (1992, p.16). Entretanto, o fato de habitar as margens dos rios não pode ser traduzido enquanto um pré-requisito para definir o ser ribeirinho. O ribeirinho é muito mais o sujeito que, em suas práticas cotidianas, repete a vida nos rios e o faz no sentido de ser ribeirinho. É aquele que se organiza em coletividade, em comunidade,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

vive por meio da partilha de saberes, de alimentos etc. Os povos ribeirinhos da Amazônia, “daqueles cuja vida material e social está relacionada ao mundo das águas, ao universo haliêutico, isto é, ao mundo das várias pescas, coletas, mariscagem”, destacando ainda as “analogias que podem ser construídas em regiões cujas relações entre homem e meio ambiente sejam influenciadas pelos elementos que guardam tais particularidades” (Furtado, 2002). Podemos associar essas particularidades ao modo de vida muito característico aos ribeirinhos da região amazônica, do qual tem-se o rio e o seu entorno, onde sua convivência e suas relações com a natureza se estabelecem de maneira muito íntima, no seu modo de pensar, ser e agir.

E essa forma de dependência para com o meio ambiente também se vincula à questão de pertencimento que é atribuída a esse lugar-ribeirinho, pois, nele, há uma geração sucessiva de várias famílias, em que existem histórias carregadas de emoções que contam suas próprias vidas. O ser ribeirinho pode ser identificado em um coletivo, ou seja, em uma comunidade ribeirinha, o que é muito comum na Amazônia. Também pode ser identificado individualmente, como o sujeito que estabelece sua morada às margens dos rios e a partir dele constrói suas relações.

O objetivo deste trabalho é mostrar as diferentes dinâmicas que acontecem nesses espaços ribeirinhos, como esses sujeitos se relacionam entre si, e quais suas relações com a natureza, aqui em especial uma comunidade ribeirinha da Amazônia chamada de Carapanatuba no interior do Município de Santarém/PA.

A pesquisa tem suporte da fenomenologia, uma vez que iremos trabalhar com pessoas e compreender seus modos de vida, suas experiências. Por isso optamos por andar também pelos caminhos da geografia cultural, por compreender que ela se aproxima mais do método fenomenológico que busca descrever os fenômenos da experiência, além de procurar captar o sentido e o significado oferecido pelos atores, grupos envolvidos, ao vivido (Surtegaray, 2005). A fenomenologia cria pontes para que tenhamos acesso às informações e às percepções mais apuradas para ouvir, olhar, sentir, perceber e avaliar todos os fenômenos que transpassam a pesquisa.

O método fenomenológico valoriza a percepção do sujeito através de suas experiências vividas, ou seja, a relação do homem com o meio em que está inserido. Por meio dele é

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

permitida uma descrição filosófica dos fenômenos manifestados na experiência aos sentidos humanos. A fenomenologia ajuda a ter a compreensão da profundidade do ser humano e faz com que ele próprio se veja como um ser questionador. Martins (2009, p. 44) afirma que a fenomenologia “fundamenta-se na busca do conhecimento a partir da descrição das experiências como esta são vividas, não havendo separação entre sujeito e objeto”, ou seja, a experiência do vivido é o que interessa, sem a vivência não há conhecimento sobre o sujeito.

Para buscar compreender os espaços de vivências dos moradores de Carapanatuba, elegemos as categorias “Espaço” e “Lugar” para subsidiar a pesquisa. O Espaço é o conceito chave da ciência geográfica e o estudo desta categoria oferece múltiplas possibilidades de análises, de estudos e de debates científicos.

Para Milton Santos (2002), o conceito de espaço é indivisível do homem que o habita e o modifica todos os dias. O espaço é o palco de contradições, de tensões, de resistência e de lutas. É onde as práticas e as relações socioculturais são construídas, vivenciadas e fortalecidas. O espaço é a especificação do todo social, um aspecto particular da sociedade global. (Santos, 2002). Assim, o espaço e a sociedade são indissociáveis, um necessita do outro, pois o espaço é o elemento imprescindível para a reprodução da sociedade. Tuan (2012) destaca que espaço e lugar são familiares e que indicam experiências comuns. O lugar é a segurança e o espaço é a liberdade.

É a partir desses conceitos que pensamos em trabalhar os espaços de vivência dos pescadores de Carapanatuba e buscar compreender seus olhares sobre o seu lugar de morada. Estudar os lugares significa examinar um fenômeno específico do mundo vivido, elucidando a intensidade das experiências no Lugar (Serpa, 2021).

De acordo com Tuan (2012), isso implica enxergar o lugar em diferentes escalas, como uma cidade, uma comunidade, um bairro, uma estrada, uma casa, tudo pode ser lugar, basta que neles tenham vidas, intimidade, relações de afetividades e representações simbólicas. Dessa forma, pode-se ser vista nas vivências dos moradores de Carapanatuba, nas suas relações simbólicas com a comunidade, com o rio, com a sua casa, com as suas embarcações, enfim. Através desses conceitos, nos permitimos avaliar o lugar como uma ferramenta para buscar compreender a relação do homem-sujeito com o seu meio.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Dentro das atividades metodológicas, destacamos a realização do trabalho de campo realizado nos anos 2021 e 2022, fazendo o uso de entrevistas. O uso de entrevistas como instrumento científico de coleta de dados deve ser o reflexo de um planejamento metodológico consciente e informado. Isto porque, por trás de uma escolha técnico-instrumental, há o enquadramento da pesquisa em um paradigma científico que oferece ao pesquisador contornos e definições claras a respeito do tipo de problema que é possível investigar, como é possível fazê-lo, qual tipo de raciocínio envolvido, qual a postura adotada pelo pesquisador e, finalmente, que tipo de conhecimento pode ser obtido (Denzin; Lincoln, 2006). As entrevistas contribuem na investigação dos sujeitos em questão, pois garantem o alcance de informações e de acontecimentos sobre aspectos da vida dos sujeitos ao seu ambiente e ao espaço vivido.

As entrevistas foram organizadas de forma semiestruturada, o que possibilita o pesquisador intervir durante o diálogo com novos questionamentos que possam surgir no decorrer da entrevista. Trivinos (2008) garante que:

Entrevistas semiestruturadas, o enfoque qualitativo é possível, pois, elas são resultadas não só da teoria que alimenta o investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que interessa, não sendo menos importantes seus contatos, inclusive, realizados na escolha das pessoas que serão entrevistadas (Trivinos, 2008, p.146).

Foram utilizados nomes fictícios para os entrevistados², cada um deles recebeu o nome de peixe de água doce. Além disso, foi utilizada a própria pesquisa bibliográfica, que serviu de apoio teórico para o estudo. As observações da configuração paisagística local foram de relevância imprescindível, além do uso de ferramentas que nos auxiliaram durante toda a coleta de dados, como o aparelho celular para capturar imagens, gravador, caderno de campo, que é um elemento indispensável para as anotações de detalhes das informações adquiridas.

Revelando o lugar: As relações dos moradores de Carapanatuba com seus lugares de vida

² Todos os investigados assinaram termo de concessão de informação e a pesquisa passou por avaliação junto do programa de pós graduação em geografia da UFPB do qual a pesquisadora está vinculada.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Neste subitem, daremos visibilidade aos lugares de vida dos pescadores da comunidade, mostrando como eles se relacionam no dia a dia, os seus pontos de encontro, os lugares onde constroem as suas relações de vivências. Desse modo, utilizamos as imagens fotográficas para demonstrar os lugares, visto que as fotografias são elementos de representações importantes na geografia. Para Ruiz (2008),

A fotografia, além de ser o registro dos locais, fatos e pessoas que nos é importante, nos leva a lugares que ainda não visitamos, pode também ser considerada como uma fonte importante de dados, fatos e informações que se soubermos explorar corretamente a transforma em um poderoso recurso ilustrativo (Ruiz, 2008, p. 20).

Portanto, usamos dessa ferramenta para ilustrar os lugares de vivências dos pescadores de Carapanatuba, permitindo, assim, que os leitores possam visualizar o lugar, ainda não visitado, podendo ter uma melhor interpretação da leitura. Dessa forma, a imagem fotográfica se apresenta como uma fonte reveladora de pesquisa que demanda do pesquisador um novo tipo de crítica. O testemunho da imagem fotográfica é válido, não importando se o registro foi feito para documentar um fato ou para representar um estilo de vida (Lutz, 2010).

A fotografia é apenas um recorte espacial de outros espaços que a definem e os estruturam, como o espaço geográfico, os espaços de vivências e os comportamentos dos sujeitos que ali vivem. Assim, a fotografia se tornou imprescindível para fazermos a leitura dos espaços de vivências dos ribeirinhos de Carapanatuba.

O espaço de encontros da Comunidade.

Antes de conhecermos a área de pesquisa, faremos uma breve contextualização do termo “comunidade” para fundamentar melhor este subitem. Muitos estudos estão direcionados para esse termo, assim, usaremos da interdisciplinaridade para o embasamento, trazendo os olhares e as discussões sobre a temática de alguns autores como: Vaz (2010), Wagley (1977), e Bauman (2020), que buscavam compreender as relações e as organizações de pequenas sociedades.

Vaz Filho (2010) considera comunidade da seguinte forma:

O termo se impôs sobre as formas de organização baseadas nos núcleos familiares, e implica em certo grau de institucionalização. Muitas comunidades têm estatutos aprovados em assembleias gerais, ou elegem um presidente com tempo de mandato

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

definido, que coordena as atividades coletivas e representa o grupo externamente (Vaz Filho, 2010, p. 279).

Essa dinâmica citada pelo autor, de organização e de assembleias para a escolha de um representante se faz muito presente na realidade da comunidade de Carapanatuba, onde os comunitários elegem um presidente para representa-los em eventos na cidade de Santarém e em outros movimentos locais em busca de melhorias da comunidade. Charles Wagley caracterizou comunidades como lugares onde:

Existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade. Todas as comunidades de uma área compartilham a herança cultural da região e cada uma delas é uma manifestação local das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais (Wagley, 1977, p. 40).

Zygmunt Bauman destaca que a comunidade é um lugar cálido, um lugar confortável e aconchegante, onde a palavra comunidade sugere algo bom, onde se vive em harmonia e em partilha (Bauman, 2020). A partir das abordagens dos autores, observamos em Carapanatuba muito dessa dinâmica da partilha entre os comunitários e as suas convivências muito voltadas para a harmonia e o bem do coletivo da comunidade, dos saberes que se perpetuam entre as famílias e suas organizações nas diferentes vertentes da sociedade.

Carapanatuba é uma comunidade de várzea que está localizada dentro de uma região chamada de Aritapera, que fica as margens esquerda do rio Amazonas, no município de Santarém, estado do Pará. O nome Carapanatuba se deu em homenagem a um canal fluvial que existia na comunidade, nome esse de descendência indígena, bem como Aritapera (*Ari que morava na sua tapera*).

Para situar o leitor no espaço e no lugar desta pesquisa, consideramos importante tecer breves considerações a respeito das áreas de várzea da Amazônia. As várzeas amazônicas são áreas úmidas que inundam periodicamente por ocasião das enchentes, quando o nível das águas no local, provenientes dos rios, começam a subir e atingir os terrenos, ou, por vezes, até as casas dos moradores.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Carapanatuba é uma comunidade que tem o ritmo da vida cotidiana inspirado diretamente no ritmo das chuvas. A alternância entre secas e cheias se reflete de forma marcada em todas as instâncias da vida social dos moradores: na disposição das casas; nas atividades econômicas; nas festas; e no planejamento das escolas.

Um dos questionamentos feitos concerne a importância dos espaços coletivos para a organização da vivência em comunidades. A senhora *Acari*, que é uma das grandes participantes de eventos da comunidade e hoje é a atual coordenadora da associação dos pescadores de Carapanatuba, relata que são nesses espaços do coletivo onde acontecem a maioria dos encontros comunitários, que é ali que os moradores estabelecem suas normas, suas regras e os acordos entre os moradores.

Pra mim, assim, é muito importante a gente ter essa convivência na comunidade, ninguém vive isolado em um lugar, né? pode até viver, mas não por muito tempo. É nesses lugares aqui como o barracão, que é onde a gente faz as reunião [sic] que na maioria das vezes são lugar da gente se encontrar, os moradores todos, as vezes da confusão entre um morador e outro, mas sempre a gente se acerta pensando no bem da comunidade, por isso que eu digo que é bom a gente ter esses lugares pra gente se encontrar, as vezes a gente se encontra na beira do campo, nas festa, mas é pra se divertir. Agora essas coisas mais sérias de dinheiro, acordo de pesca, seguro de pescador, tem que reunir todo mundo e ser aqui no barracão, que é da onde sai os acertos das coisas. (*Acari*, representante dos pescadores, Casada, 34 anos. Entrevista concedida em 14/12/2022).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 1: Barracão comunitário de Carapanatuba



Fonte: Acervo pessoal da autora (2019)

A igreja também é um espaço muito citado pelos entrevistados como um ponto de encontro dos comunitários. Para além do espaço sagrado, a igreja, para eles, também é um espaço de organização social e de partilha.

[...] quase todo domingo tem culto lá na igreja, a gente daqui de casa vai quase todo domingo, eu e a minha esposa, que os filhos tão quase tudo pra cidade, aqui *mermo* perto da gente só a Ana, e o Pedro, mas ele não anda em igreja se a gente não *fur*³ a gente não sai de casa, quase não tem lugar pra sair aqui né, ainda mais quando tá tudo cheio de água aqui, e isso quando a igreja não vai no fundo, né. Eu vejo assim, a igreja como um lugar pra gente rever os amigos, saber como tão de saúde, combinar uma pescaria, saber o dia que vai pra cidade, essas coisas; gente reza é claro, né minha filha, faz a oferta do dízimo, mas depois que acaba o culto, a gente conversa sobre outras coisas, eu gosto demais desses encontro [sic], assim, com todo mundo da

³ A região Amazônica possui uma grande riqueza sociolinguística, e isso se justifica através do processo de colonização e ocupação dessa região, que contribui para toda essa diversidade, seja de origem indígena, Portuguesa, Francesa, quilombola e Nordestina. Posto isso, durante as falas dos entrevistados em alguns momentos serão perceptíveis a troca de vogais como o uso do “u” no lugar do “o” ou do “L” e também a forte presença da letra “R”.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
 Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
 ISSN: 2316-8544



Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

comunidade. (Pirarucu, Pescador, aposentado, 75 anos. Entrevista concedida em 14/12/2022).

Diante das falas dos entrevistados, podemos observar que são nesses espaços coletivos que eles se relacionam enquanto comunidade, é onde esses sujeitos estabelecem suas normas e suas regras de convivência do coletivo, cada um faz sua vivência individual, familiar, mas são dentro desses espaços, de encontros semanais, que eles se organizam e partilham de ideias em comum na comunidade.

Figura 2: Igreja da comunidade de Carapanatuba



Fonte: Acervo pessoal, 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 3: Igreja de Carapanatuba no período da cheia das águas.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2020).

Dentro desse espaço comunitário de Carapanatuba, os moradores ainda prezam bastante pela partilha, principalmente de alimentos. Como cita o entrevistado *Pirarara*:

Eu nasci aqui, cresci e depois fui pra cidade, mas não me acostumei, tudo é comprado, as pessoas não tem o *custume* [sic] de repartir as coisas, na cidade tem de tudo, mas se você não tiver o dinheiro, você não come, por isso que eu voltei pra cá, por que aqui, tu pode ver, quando alguém pega uma caça grande, ou um peixe grande, sempre divide com os vizinhos, com os nossos parente, né; é assim aqui, as vezes falta uma farinha, um açúcar, vai no vizinho empresta, tu pode pedir um cheiro verde, um peixe que eles te dão, mas vai na cidade pra ver se é assim, tu sabe que tu convive nisso. Não vou dizer também que aqui a gente não compre as coisas, tipo uma quantidade de peixe maior pra mandar pros [sic] parente na cidade, uma galinha caipira, a gente compra sim, mas a gente ainda tem essa mania, digamos assim de dividir as coisas com os vizinhos aqui na comunidade. (*Pirarara*, Morador, 58 anos, casado.)

Essa dinâmica da partilha entre os comunitários é muito comum em lugares da Amazônia, principalmente na questão da alimentação, e muitas das vezes de produtos retirados da natureza. Essa prática dá uma noção de que a ação do capitalismo ainda não invadiu totalmente essas populações, o que é refletido na ação de solidariedade entre as pessoas que delas pertencem.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

O espaço de morada: A casa

Figura 4: Família da comunidade em sua casa durante o período da cheia⁴.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2021).

A casa palafita é uma das características principais da paisagem ribeirinha da Amazônia. É necessário ter essa característica, uma vez que casas suspensas protegem os moradores e as criações (gados, galinhas, cachorros etc.) das inundações ocasionadas pela cheia do rio Amazonas, tendo em vista que a sazonalidade do rio interfere diretamente no modo de vida dos moradores. As coberturas de palha também foram usadas nas várzeas de Santarém até um passado recente. No entanto, alguns moradores da comunidade ainda usam a palha como cobertura da casa, embora em menor proporção.

A casa é um dos primeiros referenciais, como “marcador”, pois é a partir dela que passamos a perceber a exterioridade do mundo, o que evidencia como ponto de referência no mundo, como forma de habitação e proteção, de dar sentido ao mundo. A imagem da casa compõe a abstração imemorial e aproxima a junção entre memória e imaginação, lembrança e imagem. A memória da primeira moradia como referencial não nos abandona durante a vida, pois sempre retornamos a ela seja através das memórias ou lembranças agradáveis ou não, como sonho e devaneio, e

⁴ Cheia é assim chamada quando as águas dos rios chegam até metade da palafita da casa, muitas vezes invadem até as casas.

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

obstinadamente está presente em nossa imaginação (ALMEIDA SILVA, 2010, p. 105-106).

Figura 5: Criação de galinha de moradores de Carapanatuba durante o período da cheia



Fonte: Acervo pessoal da autora (2021).

As casas na comunidade de Carapanatuba possuem esse estilo palafitas, em sua maioria de madeira, casas com o assoalho de, no máximo, 3 metros acima do solo, devido ser planície de inundação e com a cheia dos rios, acaba ficando submerso. Já no período da seca, a estrutura que suspende a casa fica exposta, dando a noção de quão alta é para não correr o risco de ser alagada no período da subida do rio. Na Figura (6), podemos identificar o quão altas ficam as casas durante o período da seca, simbolizando a resistência dos moradores locais frente as mudanças da natureza.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 6: Casa de palafita de morador da comunidade, durante o período da seca na região.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

As casas da comunidade, por volta dos anos 80 e anos 90, não eram tão altas como na atualidade. Mas, com o aumento do volume das águas na enchente, muitos moradores foram obrigados a elevar o assoalho das mesmas. Mesmo dentro dessa dinâmica de fortes enchentes, quando as casas daqueles moradores que ainda não possuem seus assoalhos elevados são inundadas pelas águas do rio Amazonas, os moradores não deixam as suas casas, eles fazem uma construção, chamada de maromba, da qual fica submersa sobre o assoalho das suas casas e dos seus animais, e assim se mantêm até a descida das águas, sendo ali onde eles passam a maior parte do seu tempo.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 7: Casa de fogão de lenha no período das fortes cheias.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2020).

Os moradores constroem os seus espaços de morada o mais confortável possível para atender às suas necessidades. Antigamente, as casas possuíam apenas um único cômodo para toda a família. Com o tempo, entretanto, as estruturas foram se modificando e os moradores passaram a criar novos espaços dentro das casas, como é o caso das varandas que são utilizadas enquanto um espaço de conversa com os vizinhos para tomar um café, contemplando a paisagem. É um espaço onde podem colocar a sua rede para descanso, ou até mesmo para guardar pequenos utensílios, como observamos na Figura 8, estrutura de varanda muito característico das casas de palafitas. A varanda atua como elemento de transição do interior para o exterior da casa, pois se torna uma janela de contemplação das coisas ao redor da casa, por onde se constroem a leitura do tempo, observando a disputa dos pássaros por alimentos, as passadas de embarcações pelo rio e os banzeiro das águas do rio.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
 Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
 ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 8: Estrutura de varanda muito característico das casas de palafitas.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2021).

Sobre a habitação do ribeirinho, Almeida Silva afirma:

A casa é um dos primeiros referenciais, como “marcador”, pois é a partir dela que passamos a perceber a exterioridade do mundo, o que evidencia como ponto de referência no mundo, como forma de habitação e proteção, de dar sentido ao mundo. A imagem da casa compõe a abstração imemorial e aproxima a junção entre memória e imaginação, lembrança e imagem. A memória da primeira moradia como referencial não nos abandona durante a vida, pois sempre retornamos a ela seja através das memórias ou lembranças agradáveis ou não, como sonho e devaneio, e obstinadamente está presente em nossa imaginação (Almeida Silva, 2010, p. 105-106).

A casa se torna o lugar de maior vivência dos moradores da comunidade, não só durante a seca, mas com maior frequência durante o período da cheia, devido ao fato de não ter outros espaços para se deslocarem e, caso isso aconteça, é preciso que o morador tenha uma embarcação própria. Dessa forma, a maioria das famílias se mantêm dentro das suas casas durante a maior parte do tempo.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 9: Moradora com sua embarcação do tipo canoa, ao lado de casa de criação de galinhas



Fonte: Acervo pessoal da autora (2021).

Em conversa com os moradores, eles relataram as suas vivências dentro desse espaço, no dia a dia e que, apesar das mudanças naturais, suas casas se tornam um lugar aconchegante e seguro para eles, em comparação com outros lugares. Dona Surubim, por exemplo, relata que sente muita falta da dinâmica da sua vida ribeirinha quando está na cidade:

Eu só vou na cidade quando tem alguma coisa pra resolver, se não, eu fico aqui em casa mesmo, não tem lugar melhor do a casa da gente, né mana! Quando eu vou na cidade eu fico doída pra voltar logo, não consigo passar muito tempo, eu tô lá, mas minha cabeça tá aqui em casa, nas minhas coisas aqui e aqui a gente dorme a hora que quer, come o que tiver, faz as coisas do nosso jeito. Na minha casa eu me sinto segura, da chuva, temporal, de cobra, é nela que eu criei meus filhos, onde meus netos vêm passar as férias. É aqui que eu tenho muitas lembranças da minha vida, então, pra mim, a minha casa é o lugar mais importante daqui, tem outros lugares que eu ando, mas a minha casa, é a minha casa. E na enchente então mana, é o tempo que eu fico mais nela, aproveito pra lavar toda ela, época boa da água, molho as plantas, e durmo que só (Risos) [sic]. *Surubim*. Moradora, pescadora. Entrevista concedida em dezembro de 2022.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Essa dinâmica, de sair da comunidade para a cidade de Santarém, é frequente por parte dos moradores, mas eles também relatam que o mais rápido que eles puderem voltar para as suas casas, melhor é para eles. Isso nada mais é do que saber que há um lugar chamado casa para voltar, refletindo o sentimento de pertencimento que os moradores de Carapanatuba têm pelo lugar onde vivem.

Quando questionado sobre alguma possibilidade de mudança da comunidade, de abandonar sua casa, muitos dos moradores descartam essa possibilidade:

[...] eu nasci aqui na comunidade mesmo, minha vó era parteira, então eu nasci aqui em casa mesmo, mais um motivo pra eu não sair, e minha infância foi aqui, nunca sai daqui, assim, já fui na cidade né, mas não pra morar, eu nem me vejo longe daqui, aqui eu vivo bem, vou ali pescar um peixinho volto pra casa, deito na minha rede, pego um vento[sic]aqui é muito bom, mana, não vive no estresse da cidade grande, né, e aqui é mora a minha família, minhas raízes, tudo o que eu sei daqui da comunidade, de pesca é deixado pelos meus parentes, antes de mim, eu gosto daqui, eu não me vejo saindo daqui não, aqui é o meu lugar mesmo. *Carauaçu*. Morador, 47 anos, entrevistado em julho, 2021.

A fala acima remete ao que Souza (2018) afirma, que o lugar é um espaço dotado de significados e de cargas simbólicas, aos quais se associam imagens, muitas vezes conflitantes entre si: o lugar de “boa fama” ou de “má fama”, hospitaleiro, perigoso. O Lugar é, em princípio, um espaço vivido; vivido, claro, pelos que moram lá ou pelos que trabalham lá cotidianamente (Souza, 2018). Isso é o que se assemelha na fala do entrevistado, de enxergar o seu lugar de vida, como um lugar bom, de se pertencer ao lugar, e de carregar a geração familiar nesse lugar.

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

O espaço das embarcações

Figura 10: Desembarque de passageiros da comunidade de Carapanatuba



Fonte: Acervo pessoal da autora (2021).

Abrimos este tópico com imagem de um desembarque de passageiros da comunidade de Carapanatuba para ilustrar como acontece a dinâmica do transporte local. O acesso à comunidade se dá somente através do meio fluvial. Os moradores que não possuem embarcação própria, por outro lado, utilizam embarcações de grande porte para realizar o transporte, vide a imagem 7. Sendo assim, sinteticamente, eles fazem uso de embarcações coletivas chamadas, pela comunidade, de “barco de linha”, que fazem viagens da comunidade até a cidade mais próxima, que é Santarém, todos os dias, além de possuírem a duração de mais ou menos quatro horas de navegação, no valor de 35 reais a passagem. Esses “Barcos de Linhas”, que significa linha de viagem, são os barcos de moradores de comunidades vizinhas que fazem a rota pela comunidade de Carapanatuba, e vão em direção a cidade de Santarém, todos os dias da semana.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
 Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
 ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Os moradores da comunidade, que fazem essa viagem no barco de linha recorrentemente, uma vez ao mês vão para a cidade para fazer o rancho da família. Além disso, os próprios pescadores também enviam suas mercadorias através desses barcos, pagando um valor simbólico por cada encomenda enviada, sejam elas peixes para a comercialização ou para suprir as necessidades de seus parentes citadinos.

Figura 11: Morador deixando sua encomenda no “barco de linha”.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 12: Encomendas enviadas pela embarcação por parentes dos moradores de Carapanatuba



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

Figura 13: Desembarque de produtos de passageiros da comunidade.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

Durante a viagem nessas embarcações, os passageiros fazem os reencontros com seus conhecidos locais e de comunidades vizinhas. Esse espaço, do “Barco de Linha”, se torna um espaço de socialização, o que faz dele também um espaço de vivência na dinâmica dos

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

moradores de Carapanatuba, e do qual é muito característico das vivências de sociedades ribeirinhas da Amazônia.

Dentro dos barcos, muitas das socializações acontecem dentro de redes de pano ou de rede de descanso, o que faz delas equivalentes às poltronas de viagem. A rede é um elemento muito característico da Amazônia, sendo usada pelos povos originários da região. O uso das redes deixa a viagem mais agradável para os passageiros, seja na contemplação da paisagem, nas conversas e até mesmo para tirar uma soneca. Cada passageiro fica responsável por levar a sua rede, mas o uso da rede não é obrigatório, visto que caso não a possua, o passageiro pode-se sentar nas cadeiras oferecidas pelo dono da embarcação.

Figura 14: Passageiros fazendo o uso da rede no “Barco de Linha”



Fonte: Acervo pessoal da autora (2021).

A maioria dos moradores da comunidade, principalmente os pescadores, possui suas embarcações de pequeno porte com motor rabeta⁵, botes e canoas, e essas embarcações se tornam um espaço de vivência para eles, não só como a embarcação coletiva, como é o caso do barco de linha, onde eles podem socializar entre si e com os demais, mas o seu bote de pesca, por exemplo, se torna um ambiente de vivência, uma vivência individual.

⁵ É um motor que fica acoplado ao casco do barco, ou pequenos botes, ocupando menos espaço.

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 15: Pescadores em embarcação canoa a remo.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2021).

As pequenas embarcações não só são utilizadas para a execução da atividade pesqueira, mas também enquanto um transporte utilizado para a realização do lazer local dos moradores. Vamos fazer um comparativo dos transportes das grandes cidades, com os dos ribeirinhos da Amazônia: nas cidades é feito o uso de ônibus como transporte coletivo; na área ribeirinha são os “barcos de linha”; nas cidades é a dinâmica do uso individual de carros e motos pelos cidadãos; já nas áreas de rios, fazem o uso das embarcações com motor rabeta; o uso da bicicleta, por outro lado, se assemelha ao uso as canoas a remo pelos moradores locais. Esses exemplos distinguem as experiências vivida pelos seres humanos, demonstrando as diversas formas de socialização.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 16: Morador da comunidade utilizando embarcação com motor rabeta.



Fonte: Acervo pessoal da autora (2021).

O rio também é um espaço que está diretamente ligado na vidas dos moradores de Carapanatuba. O rio é considerado, por muitos ribeirinhos da Amazônia, como uma espécie de “rua”, pois ele é a principal via de acesso deles com os outros lugares. No entanto, o rio simboliza muito mais do que essa porta de entrada e de saída. Cruz (2007), apresenta o rio como um “espaço de referência identitária”, na Amazônia, pois o rio é um “espaço físico natural”, uma vez que é fonte de subsistência e de contemplação diária dos que vivem às suas margens.

Na comunidade de Carapanatuba, muitos moradores tiram o seu alimento do rio, e também adquirem seus recursos financeiros por meio da pesca. Além de que ele próprio se torna fundamental como meio de transporte, seja particular ou público, e também é a principal paisagem vista por eles, todos os dias, além de ser um elemento de fronteira nas extensões de lotes de terra entre os vizinhos da comunidade. O rio contribui para o ritmo social ligado à temporalidade destas populações.

O rio é o lócus da vida, como afirmou Santos e Almeida (2009, p. 05):

O rio é o elemento fundante das espacialidades na vida ribeirinha. Ele é fonte de sobrevivência. Dele os ribeirinhos retiram o principal alimento. O pescado pode ser comercializado ou utilizado na troca de mercadorias de primeira necessidade. A plantação (roçado) e criação de animais são atividades econômicas secundárias.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
 Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
 ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

O rio se torna a principal referência identitária de quem mora às suas margens, pois eles estão conectados diariamente, construindo os seus modos de vida, suas experiências, seus saberes, suas crenças, seus mitos. O rio é um espaço vivido por esses sujeitos.

Em Carapanatuba, pode-se perceber a dependência dos moradores para com o rio, e isso faz com que eles próprios criem laços afetivos com o mesmo. Os moradores locais carregam um sentimento de gratidão ao rio, pois ele está presente de diversas formas na vida, seja como o lugar, onde eles exercem a atividade pesqueira, mas também no lugar onde eles lavam suas roupas, retiram dali água para beber, molhar suas plantações, tomar banho, criar seus animais, é dali que eles tiram a sua subsistência.

O rio é quem influencia diretamente na vida desses sujeitos, se eles vão poder passar todo o período da enchente na sua morada, que tipo de plantações esses vão poder cultivar ou até onde plantar, até que certo ponto eles vão poder fazer o uso de determinadas embarcações, influencia até nos tipos de peixes que eles vão poder encontrar em determinado período. Verifica-se, assim, que os pescadores locais são sujeitos que dominam o rio e, ao mesmo tempo, sujeitos que respeitam o rio. O rio, portanto, apresenta marcas simbólicas que organizam o espaço vivido destes moradores, e que ele é um elemento importante na construção de relações e das representações desses sujeitos.

Considerações Finais

O trabalho buscou evidenciar as vivências de homens e de mulheres de uma comunidade ribeirinha na Amazônia Paraense, e foi perceptível a relação afetiva dos moradores para com a sua casa, que, para eles, é vista como um “porto seguro”, com as suas embarcações, com a comunidade, com o rio. E que nas pequenas práticas cotidianas em que são socializados os saberes sobre a dinâmica da natureza, no qual eles constroem relações simbólicas e afetivas com seus lugares de vida e de trabalho. A comunidade ocupa e produz suas vivências e subsistências em um ambiente de várzea, que possui uma dinâmica de vida própria, e se (re)produz enquanto uma unidade espacial.

Observou-se que existe uma interdependência dos moradores locais com o rio, tanto como uma fonte de alimentação, mas também como uma via de acesso para o deslocamento desses moradores para outros lugares. O rio é quem influencia diretamente a vida desses

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

sujeitos, se eles vão poder passar todo o período da enchente na sua morada, que tipo de plantações esses vão poder cultivar ou até onde plantar, até que certo ponto eles vão poder fazer o uso de determinadas embarcações, que é um dos espaços debatidos no trabalho. Verifica-se, assim, que os moradores locais são sujeitos que dominam o rio e, ao mesmo tempo, sujeitos que respeitam o rio, o rio apresenta marcas simbólicas que organizam o espaço vivido desses moradores, e que ele é um elemento importante na construção de relações identitárias desses sujeitos, e na forma como eles se organizam enquanto sociedade amazônica. Este trabalho possibilita novos anseios de pesquisa na região, e assim poder fazer ecoar vozes e saberes de sujeitos que formam e que vivem diretamente a realidade Amazônica.

Referências

ALMEIDA SILVA, A. **Impactos Socioculturais em Populações Indígenas de Rondônia: Estudo da Nação Jupaú**. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Porto Velho: PPGG/NCT/UNIR, 2010.

BAUMAN, Z. **Comunidade: A busca por segurança no mundo atual**. Tradução, Plínio Dentzien- Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CRUZ, V. C. Itinerários teóricos sobre a relação entre território e identidade. *In*: BEZERRA, A. C. A.; GONÇALVES, C. U.; NASCIMENTO, F. R. do.; ARRAIS, T. A. (Orgs). **Itinerários Geográficos**. Niterói. EdUFF, 2007. p. 93-122;

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: Teorias e abordagens**. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

FURTADO, L. G. **Pesca artesanal: Um delineamento de sua história no Pará**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, série Antrop., 1981.

FURTADO, L. G. 2002. Pesqueiros reais e pontos de pesca da territorialidade haliêutica ou pesqueira amazônica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 18, n. 1, jul., p. 3-26. Disponível em: <<https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/788/1/B%20MPEG%20Ant%2018%281%29%202002%20Furta%20do.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

FURTADO, L. G. As origens pluriétnicas no cotidiano da pesca na Amazônia. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, Belém, v. 1, n. 2, p. 159-172, maio-ago. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-81222006000200013>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997;
- LOUREIRO, J. J. P. **Cultura Amazônica**: Uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 1995;
- LUTZ, M. S. A Imagem fotográfica como instrumento de pesquisa. 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/120881>>. Acesso em: 28 dez. 2022.
- MARTINS, G, A; THEÓPHILO, C, R. **Metodologia da Investigação científica para ciências aplicada**. São Paulo: Atlas, 2009;
- RUIZ, J. C. **Geografia em Escala Local**. Curitiba: SEED, 2008. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_joa_o_carlos_ruiz.pdf>. Acesso em: Nov. 2022.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo, EDUSP, 2002.
- SERPA, A. **Por uma geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2021.
- SOUZA, M. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio- espacial. 4ª ed.- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018;
- SUERTEGARAY, D. M. **Notas de epistemologia da Geografia**. Florianópolis, 2005.
- TUAN, Y. F. **Espaço e lugar**. A perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2012; tradução de Livia de Oliveira.
- TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo. 8a. Edição, Atlas, 2008.
- VAZ FILHO, F. A. **Dicionário Papa-Xibé do Baixo Amazonas**. Santarém: Radio Rural de Santarém, 2010.
- VAZ FILHO, F. A. **A emergência étnica de povos indígenas no Baixo rio Tapajós, Amazônia**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2010.
- WAGLEY, C. **Uma comunidade amazônica**: Estudo dos homens nos trópicos. São Paulo: Nacional, 1997.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SOUZA, Agriane Caldeira. ESPAÇOS DE VIVÊNCIAS DE UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA PARAENSE. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 13-39, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 14/03/2023. Aceito em: 26/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

SEÇÃO ARTIGOS

MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA:
perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica

SOCIAL MOVEMENTS AND GEOGRAPHY:
perspectives on how social action transforms geographical science

MOVIMIENTOS SOCIALES Y GEOGRAFÍA:
perspectivas sobre cómo la acción social transforma la ciencia geográfica

 [Anderson Kech](#)¹

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
Campus Chapecó, SC, Brasil
e-mail: andersonkech@gmail.com

 [Juçara Spinelli](#)²

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
Campus Erechim, RS, Brasil
e-mail: jucara.spinelli@uffs.edu.br

 [Marlon Brandt](#)³

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS),
Campus Chapecó, SC, Brasil
e-mail: marlon.brandt@uffs.edu.br

Resumo

As diversas transformações sociais criam constantes mudanças nas dinâmicas urbanas e geográficas, despontando em novas formações e conexões humanas no que tange a discutir a cidade, seu território e pertencimento. Aos agentes sociais, denominados por Corrêa (1995) como grupos sociais excluídos, ou seja, vivendo em situação de vulnerabilidade social e de constante luta pelo direito à cidade e à moradia, o amparo surge, muitas vezes, por meio de redes de apoio, constituídas nas ações dos movimentos sociais. A formação de movimentos sociais e de intensificação dos estudos sobre sua forma de atuação e seu papel político e social, ao final do século XX, possibilitou que a geografia, enquanto ciência, tivesse uma visão mais crítica e cada vez mais próxima ao homem e de suas intervenções no espaço. Tal interface vem permitindo transformações por meio das ações sociais, tanto na geograficidade do espaço quanto na construção do pensamento geográfico.

Palavras-chave

Movimentos sociais; Ciência geográfica; Transformação socioespacial.

¹Mestrando em Geografia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

²Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, professora adjunta dos cursos de Geografia - Licenciatura e Bacharelado e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGGEO da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, RS.

³Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Professor do Programa de Pós-graduação em História – PPGH e do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGGEO da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

The various social transformations create constant changes in urban and geographic dynamics, emerging in new formations and human connections when it comes to discussing the city, its territory and belonging. For social agents, called by Corrêa (1995) as excluded social groups, that is, living in a situation of social vulnerability and constant struggle for the right to the city and housing, support often comes through support networks, constituted in the actions of social movements. The formation of social movements and intensification of studies on their form of action and their political and social role, at the end of the 20th century, enabled geography as a science to have a more critical view and also increasingly closer to man and his interventions in the world space. This interface has been allowing transformations through social actions, both in the geography of space and in the construction of geographic thinking.

Keywords

Social movements. Geographic science. Socio-spatial transformation.

Resumen

Las diversas transformaciones sociales crean cambios constantes en las dinámicas urbanas y geográficas, emergiendo en nuevas formaciones y conexiones humanas a la hora de discutir la ciudad, su territorio y su pertenencia. Para los agentes sociales, llamados por Corrêa (1995) como grupos sociales excluidos, es decir, que viven en situación de vulnerabilidad social y lucha constante por el derecho a la ciudad y a la vivienda, el apoyo muchas veces llega a través de redes de apoyo, constituidas en las acciones de los actores sociales. movimientos. La formación de movimientos sociales y la intensificación de los estudios sobre su forma de acción y su papel político y social, a finales del siglo XX, permitieron a la geografía como ciencia tener una visión más crítica y también cada vez más cercana al hombre y sus intervenciones en el mundo el espacio. Esta interfaz ha ido permitiendo transformaciones a través de acciones sociales, tanto en la geografía del espacio como en la construcción del pensamiento geográfico.

Palabras clave

Movimientos sociales; ciencia geográfica; Transformación socio-espacial.

Introdução

A geografia, enquanto ciência, possui, em seu cerne teórico e metodológico, as categorias de análise geográfica: espaço, paisagem, território, região e lugar; que são abordadas e analisadas a partir de diferentes perspectivas, influenciadas por distintas correntes do pensamento geográfico. Essas cinco categorias abarcam, na verdade, os pressupostos clássicos de ordem geográfica, relevantes para o embasamento de estudos geográficos. Muitos autores, tais como Moraes (1981), Moreira (1982), Castro, Gomes e Corrêa (1995), Sposito (2004) e outros, já debateram as diferentes abordagens existentes para estas categorias, tecendo importantes considerações acerca do escopo epistêmico e metodológico que as envolvem. Não raro, diversas referências enfatizam que a principal categoria é o próprio espaço geográfico, uma vez que ele expressa as relações homem-natureza. Inúmeros outros trabalhos, por exemplo,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

focalizam o território e suas múltiplas territorialidades, para expressar e espacializar temas a eles pertencentes. Independentemente da abordagem, tais categorias trazem, portanto, percepções e interpretações sobre as realidades sócio-humanas e físico-ambientais que nos cercam.

Considerando a Geografia enquanto uma ciência em movimento, na contemporaneidade, vêm surgindo discussões sobre novas teorias e métodos de análise, a exemplo da exploração sobre o espaço uno e múltiplo (Suertegaray, 2001) e da revisitação sobre o tema dos movimentos sociais como novas categorias geográficas (Porto-Gonçalves, 1998, 2006; Fernandes, 2005; Souza, 1989, 2008, 2009; Pedon, 2013; Bartholl, 2018).

Nessa perspectiva, com a passagem do tempo e as transformações na natureza, na sociedade e na ciência, pode-se destacar que significativas mudanças possibilitaram que a geografia expandisse a forma de compreender o mundo, de enxergar e de entender o que permeia o espaço geográfico. Por meio de aproximações dos estudos sobre o homem e suas relações modificadoras do meio físico e social, a pesquisa teórica e de ação participante possibilita que o pensamento geográfico tenha um olhar ainda mais amplo, crítico, ativo, reflexivo e até, por vezes, militante, ativista e comprometido com as questões e causas sociais e ambientais.

Parte histórica dessa aproximação — entre a geografia, o homem e o ambiente — se dá por meio das formações de movimentos sociais e de suas construções de lutas coletivas em prol do combate à violação de direitos (pela moradia, pela terra, pelas questões raciais, de gênero e diversidade, pelo trabalho etc.) e da busca por inserção no cotidiano social com melhores condições de vida. Assim, os movimentos sociais, com o passar das décadas, foram se tornando cada vez mais relevantes, tanto em relação ao objeto de pesquisa quanto aos difusores de novos conhecimentos e de debates, a exemplo dos territórios e pertencimento através da ação social, como salienta Gutiérrez: “O território se converte em ponto de referência para o surgimento da prática social. Nele intervêm impactos que continuamente a reestruturam desde o econômico, o político e o social. Por isso que a relação entre prática social e território não é estática, rígida, nem imutável” (Gutiérrez, 2012, p. 163).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

O presente artigo visa tecer reflexões sobre a ação social enquanto eixo transformador da ciência, em especial, da Geografia, a partir das frentes investigativas e interpretativas participantes de movimentos de luta, de resistência, de interação social e ambiental.

A importância dos movimentos sociais enquanto contribuição para a transformação da ciência geográfica, parte de diversas construções e de ações na história. Essa, está relacionada à própria trajetória do pensamento geográfico, sobretudo a partir da renovação crítica pela qual a geografia e as ciências humanas - como um todo - passaram a partir da década de 1960. Renovação essa que trouxe não apenas diversos questionamentos sobre a Geografia em si, mas sobre os seus objetos de pesquisa, apontando, por exemplo, para a necessidade de se estudar sob a ótica “dos de baixo”, preocupação que norteia o pensamento de autores como o historiador Edward Palmer Thompson (1987) desde a publicação de sua mais conhecida obra: “A Formação da Classe Operária”, publicada em 1963; mas também através da experiência desses grupos e sujeitos, que, para Sharpe (1992, p. 41), “viveram o tempo subjacente, dominado, que mergulhou e sumiu no tempo da classe dominante e na sua História”, revisitando as memórias e experiências daqueles homens e mulheres, “cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem”.

Buscar-se-ão reconhecer essas transformações socioespaciais e conceituais da Geografia por meio de dados e de fontes históricas, bem como a partir de estudos que refletem o “diálogo com os movimentos sociais”, a partir de exemplos investigativos-participantes já realizados, a exemplo dos movimentos populares urbanos, fortemente abordados por Souza (1989; 2008; 2009).

Barros (2020) exemplifica como fonte histórica tudo o que possa ser produzido pelos seres humanos, ou seja, tudo que possa trazer vestígios de suas ações e de suas interferências, e que assim permita compreender o passado e os desdobramentos do presente.

São fontes históricas tanto os já tradicionais documentos textuais (crônicas, memórias, registros cartoriais, processos criminais, cartas legislativas, jornais, obras de literatura, correspondências públicas e privadas e tantos mais) como também quaisquer outros registros ou materiais que possam nos fornecer um testemunho ou um discurso proveniente do passado humano, da realidade que um dia foi vivida e que se apresenta como relevante para o Presente do historiador (Barros, 2020, p. 5).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

O referido autor ainda menciona que, a partir do século XX, com a perspectiva da interdisciplinaridade, principalmente nas ciências humanas, ampliam-se as possibilidades interpretativas, com ênfases mais amplas e inter-relacionadas com outras áreas do conhecimento. Menciona que, entre a geografia e a história, até mesmo uma paisagem pode passar a ser vista como uma possibilidade documental, fazendo parte de interpretações quanto às modificações naturais do ambiente e de respectivas ações do homem no espaço (Barros, 2020).

A investigação perseguiu levantamentos e revisão bibliográfica sobre o assunto, contando com bases históricas, compilação de informações de fontes oficiais e de entrevistas publicadas em canais midiáticos, bem como uma primeira exploração acerca dos movimentos sociais, sua forma de atuação e os seus consequentes processos e formas espaciais, desenvolvidos e interpretados em perspectiva geográfica. A ideia do texto é alcançar uma leitura ampla, demonstrando que a Geografia, além de se aproximar da temática dos movimentos sociais ao longo de sua trajetória, na contemporaneidade, também incorporou ações e movimentos ativos, em muitos casos, transformadores das realidades sociais e ambientais.

O artigo está estruturado com sua introdução e em duas seções: os movimentos sociais e a geografia; sujeitos, atores e a institucionalização acadêmica dos movimentos sociais como objeto de estudo na Geografia, além das considerações finais.

Os Movimentos Sociais e a Geografia

Os estudos geográficos mostram que movimentos sociais têm uma relação intrínseca para com o espaço no qual estão inseridos. A geografia desempenha um papel fundamental na formação e nas dinâmicas dessas organizações, influenciando suas necessidades, prioridades e interações com o ambiente circundante. A geografia molda e é moldada pelas práticas sociais. Os movimentos sociais emergem e se desenvolvem em resposta a desafios específicos do espaço geográfico, buscando melhorar a qualidade de vida das comunidades e promover a coesão social.

A formação de movimentos sociais para estudos sobre a cidade auxilia na formação de debates e de estudos complexos sobre os diversos setores urbanos que compõem uma cidade.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Isso se dá através de um grupo de pessoas, dispostas e aptas a compreender as transformações sociais e as verdadeiras necessidades da cidade ou bairro onde vivem, tornando o local um foco de reflexão e de transformação.

Estudar o território motiva o conhecimento das condições espaciais, geográficas, sociais e culturais associadas com os usos e simbologias que posicionam as práticas sociais vinculadas à dinâmica de constituição do território e, portanto, fornece os elementos potenciais requeridos para a transformação total da realidade, em busca de avançar na geração de condições de vida mais adequadas para a população vinculada a esses processos (Gutiérrez, 2012, p. 154).

Os estudos sobre a cidade como formação territorial, sobre sua espacialidade, conexões físicas, sociais e transformações geográficas, partem do entendimento de que a cidade é composta por um grupo heterogêneo de sujeitos, que pautam essas constituições a partir de suas diversas ações no espaço. Conforme Schonardie (2021), a dinâmica urbana é cada vez mais complexa, através de diferenças culturais, ocupacionais e laborativas, também por meio de reflexos entre concentração de riquezas e o aumento de desigualdades sociais em uma mesma cidade.

Segundo Corrêa (1995), o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, sendo que essa divisão é uma expressão espacial de processos sociais, em que o espaço urbano é um reflexo da sociedade, com uma forte divisão entre áreas residenciais segregadas, refletindo, dessa forma, a complexa estrutura social de classes.

Em primeiro lugar, por ser um reflexo social e fragmentado, o espaço urbano, especialmente o da cidade capitalista, é profundamente desigual: a desigualdade constitui-se em característica própria do espaço urbano capitalista. Em segundo lugar, por ser um reflexo social, e porque a sociedade tem sua dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados. (Corrêa, 1995, p. 8).

A partir dessa compreensão, de que o espaço urbano é mutável em relação aos seus diversos atores, Corrêa (1995) elenca quem produz o espaço urbano, citando os seguintes: a) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; b) os proprietários fundiários; c) os promotores imobiliários; d) o Estado; e) os grupos sociais excluídos.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Monteiro (2021), ao analisar a obra de Souza (1989), enfatiza que, a partir de um novo prisma sobre o ativismo de bairro, o autor apresentou uma profunda reflexão transdisciplinar nos estudos urbanos. Sua abordagem se revelou “transgressora” às normas disciplinares da época, pois, ao pesquisar sobre o fato social considerando o ativismo de bairro, o autor mobilizou recursos analítico-conceituais necessários para a elucidação do papel e do significado destes, os quais atribuem ao espaço um referencial de suporte material, organizativo, simbólico e afetivo em suas manifestações. Salienta-se que, na perspectiva de Souza (1989), a discussão sobre o significado e o alcance político dos ativismos é examinada a partir de outros aportes político-filosóficos, e a experiência humana concreta revela a luta pela humanização da cidade, do bairro e da rua. Destaca-se também que, ao questionar o modelo civilizatório em curso, o autor desvela as contradições e os conflitos urbanos para além das lutas de classe – incorporando, também, a dimensão cultural crítica e a crítica das relações sociais, econômicas e políticas no espaço. Tais considerações são importantes para a compreensão das interfaces do papel do geógrafo – pesquisador e participante – para uma nova concepção (em curso) epistêmica da Geografia e a ressignificação dos sujeitos, atores e agentes.

De acordo com Pedon (2013), o espaço geográfico é produzido a partir de um processo histórico que se baseia nessas contradições sociais. Ademais, há que se considerar o protagonismo dos sujeitos, dos atores e dos agentes sociais em cada movimento social específico. Assim, trazer como protagonismo de pesquisa grupos usualmente marginalizados na sociedade não coloca de lado outros produtores de espaço, mas sim abraça diferentes perspectivas de produção do espaço e de conhecimento, as quais são simbióticas à sociedade, pois só existem devido aos cenários de contradições sociais e geográficas. Os movimentos sociais, justamente por abrangerem diversas complexidades em sua estrutura e por não fazerem parte de um conformismo social, fizeram com que o meio acadêmico, em sua cronologia histórica, tenha sido estimulado a rever conceitos, olhares e práticas pedagógicas através de diversas conexões, assim sendo até o tempo atual. A geografia crítica, que observa o homem como um sujeito de sua história e não apenas um elemento da paisagem, parte desses movimentos sociais. O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável do qual participam, de um lado, um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

sociais; e, de outro lado, a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida. Isto é a sociedade em movimento. (Santos, 1988, p. 7).

Pedon (2013) afirma que o interesse de geógrafos por movimentos sociais fez parte da renovação da geografia entre a década de 1970 e a década de 1980. “Entre as razões que levaram o estudo dos movimentos sociais encontra-se, de um lado, a projeção de um expressivo número de movimentos sociais [...] que vinham conquistando espaços políticos essenciais para suas reivindicações” (Pedon, 2013, p.13).

Ainda de acordo com Pedon (2013), o espaço, até a década de 1970, tinha quase sempre a condição de um simples reflexo das relações sociais, como um substrato no processo de desenvolvimento social. Em 1978, ocorreu, no Brasil, o III Encontro Nacional de Geógrafos (III ENG), em Fortaleza (CE), no qual o autor afirma que representou o surgimento de vários movimentos de crítica e de renovação da ciência geográfica em âmbito nacional. “É no contexto das transformações políticas e sociais vividas pela sociedade brasileira a partir do final da década de 1970 que ocorre a inserção de ideias relativas à valorização das ações políticas mais amplas no campo da pesquisa geográfica” (Pedon, 2013, p 15).

No ano de 1989, o geógrafo Milton Santos, em uma entrevista para a revista Geosul, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi questionado sobre os acontecimentos da Geografia do final da década de 70, até o ano da decorrida entrevista, partindo do III Encontro Nacional de Geógrafos de 1978 (III ENG), em que o mesmo comenta:

Acho que 1978 foi a eclosão de um movimento que vinha se gestando há mais tempo e que havia uma fermentação extremamente bem orquestrada. [...] Havia um grupo de geógrafos brasileiros preocupados com a Geografia brasileira, dispostos a mudar seu rumo, seu sentido acadêmico, na construção de uma nova teoria geográfica, uma nova posição que fosse também, ao mesmo tempo, política e acadêmica, dentro da geografia (Santos, 1989, p. 142).

Dentre o período de que data o Encontro de Geógrafos de 1978, muitas mídias locais e nacionais realizaram publicações em jornais e revistas, conforme visto na Figura 1, enfatizando as programações do evento e as discussões realizadas.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Figura 1: Matéria de jornal “O POVO” sobre o III ENG - Fortaleza - CE

Fonte: Jornal “O POVO” – Fortaleza-CE (25/07/1978).

Disponível em: <<https://mauricioabreu.com.br/multimedia>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Na reportagem da Figura 1, além da programação do evento, são enfatizadas as atividades de encerramento, mencionando, inclusive, a realização da Assembleia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), que demarca, a cada evento, as principais atuações dos novos membros da Comissão Executiva eleitos para a gestão, os quais têm a responsabilidade de cumprir e de revisar os documentos estatutários e as ações da Associação. A trajetória da AGB, e de suas seções locais, tem forte representação em relação a uma geografia ativa e comprometida com as questões socioambientais.

Conforme salienta Pedon (2013), a exploração da geografia crítica permitiu o desenvolvimento do conceito de formação socioespacial, formulado por Milton Santos (1977) no texto “A Sociedade e o espaço: a formação social como teoria e como método”. Na sua formulação, o conceito de formação socioespacial “é assentado no plano da historicidade do espaço e que abarca a totalidade e a unidade de todas as esferas (estruturais e supraestruturais)”.

A produção do espaço começa então a ser entendida enquanto um processo que, cada vez mais, carrega intencionalidade com reprodução das relações sociais. No início da década

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

de 1980, a geografia brasileira já condensava em sua bibliografia o fundamental de novas ideias, e, a partir da metade dessa década, os movimentos sociais passaram a ser alvo de interesse dos geógrafos brasileiros de forma mais sistemática, com diversos estudos de caso de mobilização popular pelo país. Pedon (2013) salienta:

Pensar acerca do papel que a geografia poderia cumprir nessa empreitada intelectual até hoje se mostra uma tarefa difícil, dada a parca produção teórica a esse respeito. Os estudos de casos se multiplicaram; contudo, o principal referencial desses estudos continuou a ser aqueles vindos de outras ciências (Pedon, 2013, p. 21).

Já na década de 1990, as primeiras reflexões sobre o conceito de movimentos socioterritoriais ocorreram, resultando em importantes publicações e estendendo seus diálogos nos anos iniciais do século XXI.

Estes trabalhos resultam de um desafio e esforço no sentido de superar os conteúdos sociológicos do conceito de movimento social, muito utilizado nos trabalhos de geógrafos, mas que pouco contribui para um estudo geográfico dos processos desenvolvidos pelos movimentos produtores e construtores de espaços sociais e transformadores de espaços em territórios (Fernandes, 2005, p. 289).

Em entrevista conduzida por João Rua em 1998 para a Geo UERJ, o entrevistado Bernardo Mançano Fernandes, geógrafo e renomado estudioso dos movimentos sociais no campo e da problemática rural brasileira, foi questionado sobre sua visão quanto à geografia no mundo conforme ano datado da entrevista, ao que Fernandes responde:

Parece-me que a geografia crítica contribuiu muito para o desenvolvimento da Ciência Geográfica, especialmente no Brasil. [...] A diversidade dos trabalhos apresentados por pesquisadores e alunos é espantosa. Estamos trabalhando com temas novos. Mesmo a minha experiência é nova. Trabalhar com a forma de organização social e com a territorialização dos movimentos sociais em Geografia é uma experiência recente. Este tema sempre foi pensado como objeto de estudo dos sociólogos. [...]. Hoje precisamos construir caminhos, produzir conhecimentos e colocarmo-nos defronte à realidade, interpretá-la para transformá-la (Fernandes, 1998, p. 125).

Com as mudanças de visões no campo da geografia e da inter-relação entre sociedade e espaço, também se torna necessária a observação na qual, para Santos (1996), a técnica está inserida em um contexto social, econômico e cultural, sendo moldada por esses elementos e, por sua vez, influenciando-os. Ele destacou a importância de compreender a técnica como um processo social e não apenas como um conjunto de ferramentas ou de procedimentos técnicos. “As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada” (Santos, 1996, p. 16).

Santos também apontou que a noção do espaço geográfico só poderia ser completamente compreendida a partir da técnica. Nesse sentido, os movimentos sociais se tornam um estudo pertinente, contínuo e relevante quanto às suas técnicas e apropriações, em constante mudanças.

Abreu (2000, p. 15) destaca ainda que “a geografia não pode se definir como o estudo da duração do presente, ainda que seja este o palco preferencial de atuação do geógrafo”. Sendo ela uma forma de abordagem do real, o que a distingue das outras ciências sociais são exatamente as questões que coloca para o entendimento desse real, da sociedade”.

Fernandes (2005) realça que alguns movimentos resultam na produção e na construção de espaços, que se espacializam e que possuem espacialidades. Também alguns movimentos transformam espaços em territórios, se desterritorializam e são desterritorializados, e se reterritorializam. Nessa mesma perspectiva, Martin (2020, p. 30) menciona que “para cada um dos movimentos socioespaciais – cujo propósito é precisamente espacial – a prova do espaço, que é também uma prova no espaço, é bem na verdade o teste da sua capacidade em espacializar e territorializar as suas lutas com êxito”.

Assim, pode-se concluir que a ação social transforma a ciência geográfica, promovendo avanços na forma de reflexão, na institucionalização acadêmica dos movimentos sociais e em suas práticas enquanto objeto de estudo e de participação na Geografia e de seus desdobramentos na ciência e na sociedade. Diante de um breve apanhado cronológico que compõe este artigo, alinhado aos principais eixos orientadores da geografia crítica e às entrevistas citadas, ressaltamos a importância e o diálogo das formações de movimentos sociais na contribuição da geografia como percebemos hoje, como uma ciência que segue se transformando conforme as relações sociais abrangem novas esferas conceituais, técnicas, dimensões escalares, pedagógicas e políticas. A ação social permite mobilizar novas discussões dentro da geografia e é inexorável no impacto da sociedade como um todo. Nessa perspectiva, retomando Souza (1989), que já destacava:

[...] a questão do ativismo é inseparável da questão da organização. Mas que organização se poderá advogar, consoante um prisma autonomista? Naturalmente, uma organização não-burocrática, não-"partidária"; uma organização

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

programaticamente aberta e organizacionalmente libertária, que promova sem o recurso a constrangimentos a referida e imprescindível articulação (Souza, 1989, p. 44-45).

Seguindo o raciocínio de diversos autores mencionados, a exemplo de Souza (1989; 2009), a ação social permite mobilizar essas novas discussões dentro da Geografia, sendo um desafio teórico e prático aos pesquisadores-participantes, diante das metamorfoses do espaço e da própria ciência que, cada vez mais, precisa se fazer presente e atuante diante das lutas pelas desigualdades e direitos violados, sejam ambientais ou socioculturais. Nesse contexto, para além da mescla interdisciplinar, é imprescindível a ação e a atuação de agentes, de atores e de sujeitos comprometidos e engajados, de forma aberta e libertária.

No cenário do mundo globalizado, principalmente nas últimas décadas do século XX e no contexto recente, se rearticulam as formas de dominação, quer no campo da economia, quer no mundo do trabalho, fortemente operados pelas políticas econômicas hegemônicas internacionais, seus mercados e seus agentes financeiros. Nesse contexto, surgem movimentos de resistência a esse modelo, tais como pelo direito de acesso à terra para o trabalho rural e à vida no campo, pelo cumprimento da função social da propriedade, direito à moradia e à cidade, pelo respeito racial e de diversidades, entre outros. Assim, fortes movimentos de luta vêm se configurando com renovação dos atores sociais, dos sujeitos envolvidos na práxis da ciência e de ativismos em espectro multiescalar, o que reconfigura a própria institucionalização dos movimentos sociais no campo da ciência.

Sujeitos, Atores e Institucionalização Acadêmica dos Movimentos Sociais

O debate sobre atores e sujeitos sociais, nas ciências humanas e sociais, não é novo. Contudo, muitas vezes, o tratamento teórico desses termos é abordado de forma muito próxima ou, até mesmo, como sinônimos. Touraine (1999) menciona sobre a dificuldade da separação das ideias de indivíduo, de sujeito e de ator, por serem termos, segundo o autor, que necessitam ser definidos pela relação de uns com os outros, tanto sobre o meio quanto a estrutura da qual fazem parte. A proximidade do tratamento dos termos se dá, assim, por estar relacionada a um estado de ação dos indivíduos durante a sua intervenção em algum movimento, manifestação ou ação social.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Castro (2013) menciona que a questão que se apresenta para a atribuição da adjetivação do sujeito ou do ator é o questionamento de onde vem a formulação da ordem que desencadeia a ação. Segundo o autor:

A resposta a esta questão envolve um outro termo que, no nosso modo de ver, deve ser atribuído aos instrumentos de ações operados por aqueles que Marx denominou de personas do capital, ou seja, os agentes. Agentes são os grandes conglomerados econômicos que determinam o sentido do crescimento das cidades, o consumo das produções sociais, e o Estado, que regula de forma desigual e pela força as contradições da sociedade. Assim, a ordem de que resulta a ação produtora do espaço capitalista é oriunda do agente, mas as negações de tais ordens produzem outros espaços e têm os sujeitos como motor (Castro, 2013, p. 88).

O autor enfatiza, também, que comumente o debate em torno dos conceitos de sujeito e de ator social tem se dado em torno da noção de autonomia, demarcada pela ausência de alienação na formulação de discursos daqueles que estão à frente de ações que acabam potencializando a formação de grupos que se organizam em movimentos sociais. Em síntese, considera-se que o que diferencia a significação atribuída aos sujeitos e aos atores sociais são “os campos onde cada um deles se situa na luta de classes”. Nesse sentido, considera-se que a composição de um movimento social se dá pela ação de coletivos, envolvendo, portanto, diversos sujeitos. O discurso exterior, para esse movimento social, é ressignificado de acordo com os interesses do movimento. Por sua vez, o ator “é aquele que desempenha papel determinado e desencadeia ações de impactos que variam das escalas locais à mundial” (Castro, 2013, p. 88).

Em que se pese o debate acerca dos termos e dos papéis dos sujeitos e dos agentes na lógica dos movimentos sociais, a institucionalização acadêmica dos estudos sobre os movimentos sociais acabou sendo constituída pelo próprio processo de atuação e de ativismo dos sujeitos e dos agentes dos movimentos e de seus reflexos no espaço e na sociedade. Castro (2013) aborda, inclusive, a maturidade da geografia brasileira nos estudos sobre movimentos sociais, trazendo uma retrospectiva sobre o esforço de alguns geógrafos que se dedicaram a contribuir, a partir do estudo de movimentos sociais específicos, com avanços teóricos, metodológicos e interpretativos que tiveram o espaço e o território como alicerces de análise geográfica. Tais estudos, em permanente construção, revelam que o tema dos movimentos sociais abriu e segue trilhando caminhos para uma futura proposição de uma frente ou de uma

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

categoria de análise da geografia: a ação coletiva como um novo viés epistemológico de análise geográfica.

Nessa medida, Santos (2006) sintetizou três tendências analíticas sobre geografia e movimentos sociais: a) a Geografia da organização dos movimentos sociais, centrada na produção acadêmica com foco na estrutura organizativa dos grupos e dos movimentos sociais, focando sua forma de atuação, suas agendas políticas mobilizadoras e, sob o viés das geograficidades, a configuração espacial de abrangência de suas ações (nível local, temático e nível mais amplo, envolvendo outras escalas); b) Geografia das lutas sociais, pautada pelos estudos da “materialização” das formas de lutas e dos conflitos sociais no espaço, ou seja, nos estudos que buscam interpretar espacialmente as formas das lutas e nas dimensões de evidência dos conflitos, no espaço e no tempo; e c) Geo-grafias dos movimentos sociais, caracterizando-as e apresentando seus principais referenciais e autores; focada, também, nos esforços de pesquisadores para a proposição de categorias analíticas de leitura dos movimentos sociais, considerando os avanços no acúmulo de conhecimentos e as novas bases conceituais da Geografia contemporânea, bem como nos esforços acadêmico para a proposição de uma categoria do pensamento crítico-político, próprio da Geografia, a partir dos estudos dos movimentos sociais (tendência mais recente na proposição e categorização do debate). Tais tendências podem sinalizar um novo desenvolvimento epistemológico da Geografia, uma vez que permitem abordagens interdisciplinares e diversas, com debates articulados acerca de temas que deflagram os movimentos de resistência e de luta em múltiplas escalas.

Considerações Finais

Na epistemologia do pensamento geográfico, nem sempre o homem foi objeto de investigação e de estudo. Conforme Bergamo e Cattaneo (2013), foi necessário, ao longo da história, uma gradação de conceitos e de teorias, permeando diversas áreas de conhecimento que fossem aproximando da geografia o estudo sobre o homem, partindo, principalmente, de esforços filosóficos que tentavam aproximações geográficas. Ainda conforme os autores, o estudo sobre o homem como objeto de estudo geográfico se torna de grande relevância por se tratar da convivência dos homens com o meio natural.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

As crescentes evoluções tecnológicas, políticas e sociais permitiram criar um espaço contraditório de relações humanas, no qual emergem de suas diversas camadas sociais, em especial atenção às camadas de grupos sociais excluídos, como apontado por Corrêa (1995), em que despontam os movimentos sociais, historicamente lutando por melhoria de qualidade de vida e participação popular na transformação urbana. Os movimentos sociais em cada década trazem a geografia enquanto ciência cada vez mais próxima, e intrínseca, ao homem.

Segundo Monbeig (2006), é necessário provar que a geografia contribui para o enriquecimento das mentes, provar sua utilidade no mundo, onde a pesquisa deva dar um instrumento útil à coletividade; nesse caminho, os movimentos sociais são capazes de permitir o intercâmbio de conhecimentos e de causas.

Os movimentos sociais, enquanto ação social e campo de estudo, possibilitam a participação em diferentes espaços sociais e a cooperação entre os participantes, a identificação de interesses comuns, desde a construção de relacionamento de confiança e fortalecimento da capacidade local — o que permite a aproximação entre governo municipal, universidades e, principalmente, com as comunidades, a fim de que elas contribuam para a tomada de decisões (Sperandio, 2010).

Continuamente, a educação se mostra como um processo emancipatório e enquanto parte do nosso cotidiano. A educação está no reflexo do que pode ser passado por conhecimento científico ou por vivências e experiências de vida. Independentemente do caminho, o conhecimento permite entender causas, buscar por soluções, desenvolvimento e é um reflexo direto de bem-estar, de se entender no mundo, entender processos e poder participar em tomadas de decisões conscientes e justas.

Os movimentos sociais ganham cada vez mais espaços em meios políticos, a exemplo do conselho das cidades (ConCidades) de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Ministério das Cidades, que se formou em 2004 e vem se consolidando como um instrumento de gestão democrática da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, sendo essa uma das muitas pautas políticas engajadas em movimentos sociais e que exemplifica em nível estrutural nacional a importância da consulta pública com embasamento social para a gestão das cidades a partir da visão social. Os movimentos sociais também são cada vez mais

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

pertinentes enquanto um valioso objeto de estudo, devido às suas formações únicas e capacidades intelectuais, que trazem inovação em suas metodologias de estudo e de interpretação espaço-social, de forma que possam, com novos conhecimentos e interpretações, contribuir para transformar territórios e espaços.

Não poderíamos finalizar este artigo sem tecer algumas palavras sobre uma grande perda recente na ciência, em especial, na Geografia. É imperativo, neste momento que mescla sentimentos de dor, de gratidão e, ao mesmo tempo, de ânimo para ter coragem de continuar a caminhada, homenagear o geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves (falecido em 06/09/2023) pelo seu importante legado. Crítico, ativista, corajoso em suas denúncias e atento às causas sociais e ambientais, dentre seus ensinamentos, enfatizava o papel dos movimentos sociais e incentivava que não nos calemos frente às injustiças socioambientais; e que possamos, cada vez mais, unir forças em um grande movimento para fazer frente às mazelas decorrentes do capitalismo necropolítico. Em tempos de fortes mudanças climáticas, com efeitos catastróficos na sociedade e no espaço já em curso (a exemplo das chuvas extremas que devastaram cidades do Vale do Rio das Antas e do Taquari no Rio Grande do Sul, no início de setembro de 2023), seu texto publicado no Boletim Gaúcho de Geografia, periódico da Associação dos Geógrafos Brasileiros/Seção Porto Alegre, em 1998, é tão atual que não nos permite esquecer seu pronunciamento, manifestando que “[a] Geografia e a Sociedade são, assim, dois momentos de um mesmo processo de construção do devir: aqui e agora” (p. 30). E encerramos o artigo, para abrir novas reflexões, com mais um extrato de seu texto, demarcando: Carlos Walter Porto-Gonçalves, SEMPRE PRESENTE!

O que assistimos é, sem dúvida, a um novo processo de marcar a terra, de grafar a terra, de geografar, isto é, de constituir novas afinidades, novas identidades, novos espaços em comum, novas comunidades de destino, novas territorialidades. E agora, sem dúvida, não mais ‘por cima’, pelos ‘de cima’ e para os ‘de cima’. Tudo indica que o Estado Nacional ou será democrático, o que implica reformá-lo no sentido de incorporar os ‘de baixo’, ou a exclusão mostrará a sua face bárbara, como aliás já o vem fazendo ali onde o Estado foi levado paroxisticamente ao mínimo, como na Albânia, na antiga Iugoslávia, na antiga União Soviética, ou mesmo na Colômbia, ou no Líbano. É preciso considerar esses casos não como aberrações, mas como um passível histórico que já nos anuncia o amanhã, caso o processo de globalização na sua vertente hoje hegemônica não seja civilizado por movimentos sociais como os que aqui indicamos. Consideremos que movimento indica mudança de lugar e, aqui, movimento social quer exatamente significar que determinados segmentos sociais ao se movimentarem estão recusando os lugares que a sociedade, através de seu polo

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

hegemônico, quer lhes atribuir. O movimento social e a sociedade instituindo novos lugares (Porto-Gonçalves, 1998, p. 30).

Agradecimentos

A pesquisa contou com o auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC via Edital 12/2020 – UNI2020121000338.

Referências

ABREU, M. A. Construindo uma Geografia do passado: Rio De Janeiro, cidade portuária, século XVII. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, v. 4, n. 1, p. 13-25, 2000.

BARROS, J. D. Fontes Históricas: Uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos. **Cadernos do Tempo Presente/UFS**, v. 11, p. 3-26, 2020.

BARTHOLL, T. **Por uma Geografia em movimento**: a ciência como ferramenta de luta. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

BERGAMO, M. S.; CATTANEO, D. Reflexões sobre o desenvolvimento epistemológico do pensamento geográfico: Bachelard, Kant e os autores clássicos da Geografia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 41, p. 210-230, 2013.

CASTRO, C. A. Movimento social e Geografia: contribuição ao debate. **Revista NERA** – Ano 16, Nº. 23 – Julho/Dezembro de 2013 – ISSN: 1806-6755. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/2298/2386/8067>>. Acesso em 16 jul. 2023.

CASTRO, I. E. C.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 3ª Ed. São Paulo: Editora Ática S.A, 1995.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, v. 6, p. 24–34, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.47946/rnera.v0i6.1460>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

FERNANDES, B. M. A luta pela terra. Entrevista à João Rua. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro: Revista do Departamento de Geografia, UERJ, nº 3, junho de 1998, p. 121-131, 1998. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/48995/32742>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

GRANALL, C. G.; VILA, I. (orgs.). **A Cidade como projeto educativo**. Porto Alegre: Artemed, 2003.

GUTIÉRREZ, A. L. Território e estudos do território. Oportunidades emergentes para processos de desenvolvimento. *In*: CASTELLAR, S. M. V.; CAVALCANTI, L. S.; CALLAI, H. C. (orgs.) **Didática da Geografia**: aportes teóricos e metodológicos. São Paulo: Xamã, 2012 p. 153-172. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4915250/mod_resource/content/1/scastellar_didatic_a_da_geografia.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MARQUES, M. O. Apresentação - Educação, Conjuntura e Política. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 16, n° 63, p. 5-6, 2013. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1195>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MARTIN, J.-Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino De Geografia**, 1 (19-20), p. 2-35, 2020. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7248>>. Acesso em 17 jul. 2023.

MONBEIG, P. O papel e o valor do ensino da geografia. **Revista Tamoios**, v. 2, n° 2, 2006. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/609>>. Acesso em 11 jul 2023.

MONTEIRO, G. R. F. F. Os movimentos sociais na matriz geográfica: apontamentos e reflexões. **Anais do XIV ENANPEGE - Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia**. E. Realize. João Pessoa/PB, 2021. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/78526>>. Acesso em 11 jul. 2023.

MORAES, A. C. R. **Geografia, pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1981.

MOREIRA, R. **Geografia: teoria e crítica – o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.

PEDON, N. R. **Geografia e movimentos sociais**: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial. São Paulo: Editora Unesp, 2013. ISBN 9788539304189 Disponível em: <<https://cmappublic.ihmc.us/rid=1PYFZBCDQ-14WCJ58-4LZN/Geografia%20E%20Movimentos%20Sociais.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia e movimentos sociais no processo de globalização em curso: apontamentos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre/Portal de Periódicos UFRGS: Porto Alegre, RS, n° 24: 19-30, maio, 1998. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38889/26302>>. Acesso em 22 set. 2023

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, pp. 1-8, 1988. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/000787142>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SANTOS, M. Entrevista à Geosul. **Geosul**, Florianópolis: Ed. da UFSC, ano IV, nº 7, primeiro semestre de 1989, p. 116-147. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12730/11899>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. Ed. 10. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020. – (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, R. E. **Agenda & agências: a espacialidade dos movimentos sociais a partir do Pré-Vestibular para Negros e Carentes**. 350 f. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

SCHONARDIE, E. F. Cidade ideal e cidade real: Conflitos e segregação no espaço urbano; *In*: DEON, A. R.; CALLAI H. C.; DORN T. O. (orgs.) **A cidade como lugar/espaço para ensino e aprendizagem**. Curitiba: CRV, 2021.

SHARPE, J. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

SOUZA. M. L. Por uma abordagem "crítico-geopolítica" do cotidiano da grande cidade: um novo olhar sobre o ativismo de bairro. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 12, pp. 38-45, 1989. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/view/5892>> . Acesso em: 19 jul. 2023.

SOUZA. M. L. A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. **Revista Cidades**, vol. 6 – nº 9, 2009. – São Paulo: Expressão Popular, pp. 9-25. Disponível em: <<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12548>>. Acesso em: 19 jul. 2023.

SOUZA. M. L. Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. *In*: OLIVEIRA, M. P.; COELHO, M. C. N.; CORRÊA, A. M (orgs.). **O Brasil, a América Latina e o mundo: Espacialidades contemporâneas II**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008, p. 367-384.

SPERANDIO, A. M. G.; GUARNIERI, J. C. A Rede Social Como Instrumento do Desenvolvimento do Urbano Saudável: A Experiência de Conchal. **Intellectus**, São Paulo, ano VIII, n. 22, v.3, p. 44-55, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/22.226.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia**: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço geográfico uno e múltiplo. **Scripta Nova**: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, n. 93, jul. 2001. vol. 5, Núm.79-104. Disponível em: <<https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/313>>. Acesso em: 18 jul. 2023.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. São Paulo: Editora Vozes, 1999.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

KECH, Anderson, SPINELLI, Juçara; BRANDT, Marlon. MOVIMENTOS SOCIAIS E GEOGRAFIA: perspectivas sobre como a ação social transforma a ciência geográfica. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 40-59, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/07/2023. Aceito em: 29/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

SEÇÃO ARTIGOS

A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA: um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal

REAL ESTATE TAXATION AND ITS OMISSIONS IN URBAN POLICY: a case study of the Functional Metropolitan Region of Natal

LA TRIBUTACIÓN INMOBILIARIA Y SUS OMISIONES EN LA POLÍTICA URBANA: un estudio de caso de la Región Metropolitana Funcional de Natal

 [Érica Milena Carvalho Guimaraes Leôncio](#)¹
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),
Rio Grande do Norte, Brasil
e-mail: ericah.guima@gmail.com

 [Gabriel Rodrigues da Silva](#)²
Universidade Federal Fluminense (UFF),
Rio de Janeiro, Brasil
e-mail: garodrigues@id.uff.br

 [Alexsandro Ferreira Cardoso da Silva](#)³
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN),
Rio Grande do Norte, Brasil
e-mail:
alexsandroferreira@hotmail.com

Resumo

Este trabalho faz uma análise da tributação imobiliária sob a perspectiva da recaptura de mais-valias urbanas e a falta de efetividade dos instrumentos previstos na legislação urbanística. Além disso, propõe-se a investigar a relação entre a arrecadação de tributos imobiliários (IPTU e ITBI) e o investimento em infraestrutura urbana, que tem o potencial de valorizar o solo urbano. O recorte espacial adotado foi a Região Metropolitana de Natal funcional, composta pelos municípios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e Extremoz. Esses municípios possuem uma dinâmica imobiliária acentuada e estão em processo de expansão urbana, mas carecem de um planejamento urbano que se conecte com a gestão tributária municipal e que possibilite a distribuição mais igualitária dos benefícios dessa arrecadação. Nesse sentido, reflete-se sobre a capacidade de enfrentar os desafios históricos que as cidades possuem para captar recursos voltados aos investimentos públicos em infraestrutura urbana. Por fim, buscou-se compreender como a tributação imobiliária pode ser utilizada em prol do financiamento urbano, de modo a contribuir com a perspectiva do Direito à Cidade pelo viés da justiça urbana, articulada com a capacidade de investimento e de financiamento das cidades por meio de impostos incidentes sobre a propriedade privada já consolidados, que possuem também funções extrafiscais.

Palavras-chave

Tributação Imobiliária; Política Urbana; Região Metropolitana de Natal

¹ Advogada, com Licenciatura em Geografia. Mestra e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais – UFRN.

² Graduado em Geografia. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais – UFRN e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFF.

³ Arquiteto e Urbanista, Professor Adjunto do Instituto de Políticas Públicas – UFRN e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais – UFRN. Doutor e Mestre em Arquitetura e Urbanismo – UFRN.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LEÔNCIO, Érica Milena Carvalho Guimaraes; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA:

um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

This study analyzes real estate taxation from the perspective of capturing urban land value increments and the lack of effectiveness of the instruments provided in urban legislation. Additionally, it aims to investigate the relationship between the collection of property taxes (IPTU and ITBI) and investment in urban infrastructure, which has the potential to enhance urban land value. The chosen spatial scope is the functional Metropolitan Region of Natal, comprised of the municipalities of Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba, and Extremoz. These municipalities experience significant real estate dynamics and are undergoing urban expansion, yet they lack urban planning that aligns with municipal tax management and enables a more equitable distribution of the benefits derived from this revenue. In this regard, it reflects on the capacity to address the historical challenges that cities face in capturing resources for public investments in urban infrastructure. Finally, the study sought to understand how real estate taxation can be utilized to finance urban development, contributing to the perspective of the Right to the City through the lens of urban justice, integrated with the capacity for investment and financing of cities through established taxes on private property, which also serve non-fiscal purposes.

Keywords

Real Estate Taxation; Urban Policy; Metropolitan Region of Natal.

Resumen

Este trabajo realiza un análisis de la tributación inmobiliaria desde la perspectiva de la captura de plusvalías urbanas y la falta de efectividad de los instrumentos previstos en la legislación urbanística. Además, se propone investigar la relación entre la recaudación de impuestos inmobiliarios (IPTU e ITBI) y la inversión en infraestructura urbana, que tiene el potencial de valorizar el suelo urbano. El recorte espacial adoptado fue la Región Metropolitana de Natal funcional, compuesta por los municipios de Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba y Extremoz. Estos municipios experimentan una dinámica inmobiliaria marcada y están en proceso de expansión urbana, pero carecen de una planificación urbana que se conecte con la gestión tributaria municipal y permita una distribución más equitativa de los beneficios de esta recaudación. En este sentido, se reflexiona sobre la capacidad para enfrentar los desafíos históricos que las ciudades tienen para captar recursos destinados a inversiones públicas en infraestructura urbana. Por último, se buscó comprender cómo la tributación inmobiliaria puede utilizarse en beneficio del financiamiento urbano, contribuyendo a la perspectiva del Derecho a la Ciudad desde el enfoque de la justicia urbana, articulada con la capacidad de inversión y financiamiento de las ciudades a través de impuestos incidentes sobre la propiedad privada ya consolidados, que también tienen funciones extratributarias.

Palabras-clave

Impuestos Inmobiliarios; Política Urbana; Región Metropolitana de Natal.

Introdução

Este trabalho tem como escopo a preocupação em relação ao financiamento próprio das cidades, reconhecendo que é impossível implementar políticas públicas urbanas sem fontes sustentáveis de investimento. A partir dessa premissa, realizamos uma análise da inclusão imobiliária urbana, com o objetivo de explorar o potencial de capturar mais-valias urbanas. Em outras palavras, examinamos os controles legais que permitem que parte dos lucros excedentes

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alessandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA:

um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

provenientes da atividade imobiliária seja reinvestida em prol da coletividade (Smolka; Amborski, 2000).

As cidades, especialmente as latino-americanas, enfrentam desafios históricos na adoção de mudança que possibilitam a recuperação de investimentos públicos e privados envolvidos na valorização do ambiente construído. No entanto, a literatura sobre o assunto ressalta a importância de implementar políticas públicas que priorizem instrumentos de arrecadação tributária, fiscal e financeira, direcionando os recursos para projetos de desenvolvimento urbano prioritários (Smolka, 2013).

Diante disso, este artigo oferece uma contribuição reflexiva diante da ineficácia dos instrumentos alcançados no Estatuto das Cidades e nos Planos Diretores. O objetivo geral do trabalho é identificar a relação entre a arrecadação dos tributos imobiliários, a valorização do solo e a distribuição coletiva de equipamentos e serviços voltados para o desenvolvimento urbano na Região Metropolitana de Natal funcional (RMNatal). Essa região é caracterizada por um alto grau de conurbação e de integração das funções urbanas, com isso, o artigo se dedicará a esses municípios como recorte espacial de estudo, são eles: Natal; Parnamirim; São Gonçalo do Amarante; Macaíba; e Extremoz. Embora a Região Metropolitana de Natal (RMNatal) apresente uma notável atividade imobiliária, seus municípios ainda enfrentam a carência de um planejamento urbano que esteja integrado à gestão tributária municipal e que permita uma distribuição mais equitativa dos benefícios provenientes da arrecadação de impostos.

Nesse contexto, promovemos uma reflexão sobre a capacidade de enfrentar os desafios históricos que as cidades, especialmente em áreas metropolitanas, enfrentam ao buscar recursos para investimentos em infraestrutura. Observamos que, no cenário atual de tendência ultraliberal, há redução ou o retrocesso na implementação de instrumentos de gestão social do solo urbano; em seguida, retomamos o debate sobre o financiamento urbano local despertando elementos de participação social. Os municípios metropolitanos da RMNatal funcional são dependentes de transferências governamentais para obter recursos e precisam explorar novas alternativas para superar a restrição de investimentos, devido à falta de uma estrutura de política urbana mais centralizada e focada por parte do Governo Federal.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alessandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA:

um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Por outro lado, a propriedade imobiliária, na maioria das cidades, é frequentemente marcada por gestões ineficientes, que negligenciam amplamente a capacidade de recuperação de mais-valias urbanas por meio de impostos como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI). Como resultado, a grande maioria da população urbana permanece à mercê dos efeitos prejudiciais de uma distribuição causada pelos benefícios decorrentes da urbanização.

O que se observa comumente é que os recursos provenientes das transferências intergovernamentais e da arrecadação do IPTU e do ITBI podem ser direcionados para áreas urbanas já valorizadas, ocupadas por setores de renda média, geradas na falta de um efeito redistributivo na cidade. No entanto, quando esses tributos são geridos de forma adequada, contribuem para o reconhecimento do seu potencial pedagógico de contestação e de resistência. Ao serem cobrados de forma justa e alocados nas áreas mais carentes de infraestrutura, eles têm o potencial de reduzir as desigualdades socioespaciais e de promover uma maior consciência cívica e de participação na comunidade.

Dessa forma, a questão inicial que surge é: como que os impostos imobiliários (IPTU e ITBI) podem contribuir para que o município gere uma receita própria, tornando-se uma fonte de investimento na cidade? Isso permitiria financiar obras de infraestrutura e equipamentos coletivos que beneficiam a população local, ao mesmo tempo em que se cumprem objetivos como a efetivação da função social da cidade e da propriedade, além de garantir o direito à cidade para a população, como padrão pela Reforma Urbana e numa visão mais ampla.

Financiamento das cidades: os desafios para a efetivação da reforma urbana e do direito à cidade

A compreensão do direito à cidade enquanto um direito humano é um conceito relativamente recente nas sociedades contemporâneas. Ele surgiu na década de 1960, na obra do pensador francês Henri Lefebvre, que o definiu como o “direito à vida urbana, transformada, renovada [...], o lugar do encontro e a prioridade do valor de uso” (Lefebvre, 2001, p. 118). Ao longo do final do século XX, o direito à cidade foi oficialmente reconhecido em várias cartas e

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA:

um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

tratado internacionalmente, passando a ser reivindicado nas Constituições e legislações nacionais, à medida que se tornou evidente a necessidade de buscar uma qualidade de vida urbana igualitária para todos os habitantes das cidades.

No contexto brasileiro, a questão urbana emergiu durante as Reformas de Base na década de 1960. De acordo com Luiz Cesar Ribeiro (2018), essa questão foi parte de uma estratégia para promover o desenvolvimento nacional e romper com a dinâmica de crescimento e pobreza prevalente. Nesse sentido, a dimensão urbana desse projeto foi marcada pelo rápido crescimento industrial e pelas precárias condições urbanas resultantes do êxodo de mais de 30 milhões de pessoas do campo para as cidades. Essas cidades passaram a ser compreendidas como produtos e replicadoras do nosso padrão periférico de desenvolvimento capitalista, caracterizadas pela concentração de riqueza e de exclusão social (Ribeiro, 2018, p. 39).

No debate sobre a Reforma Urbana, vários aspectos são fundamentais. Isso inclui a gestão social do solo, que busca regular de forma pública a produção do ambiente construída, desmercantilizando-o. Além disso, destaca-se a necessidade de inverter as prioridades na alocação dos recursos públicos, direcionando-os, principalmente, para as despesas sociais, e de buscar a universalização do bem-estar urbano através da democratização do acesso aos serviços e equipamentos coletivos. Para isso, são necessárias reformas na gestão democrática da cidade e na redistribuição dos custos da urbanização, incluindo mudanças no âmbito do poder executivo municipal, visando a implementação de um novo modelo de políticas públicas que atendam às demandas sociais (Ribeiro, 1994).

No que diz respeito ao Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/01), a realidade não é diferente: mais de 20 anos após a sua aprovação, percebe-se a dificuldade enfrentada pelos municípios na implementação de seus instrumentos. Santos (2017) aponta uma das dificuldades, que reside no fato de que, a partir da Constituição Federal de 1988, os municípios foram reconhecidos como entes federativos, porém, suas especificidades, como o tamanho e sua integração na rede urbana, não foram levadas em consideração.

Ainda que tenham ocorrido avanços nos últimos 30 anos, é comum constatar a subutilização dos instrumentos urbanísticos, tributários e jurídico-políticos pelas prefeituras.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alexandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA: um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Esses instrumentos têm o potencial de aumentar a arrecadação local, porém, devido à falta de modernização da base tributária e à falta de ênfase na gestão social do solo urbano, não são plenamente aproveitados.

Com o objetivo de abordar a questão do financiamento das cidades latino-americanas, a *Agence Française de Développement* (AFD), o Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA) e a Fundação Ciudad Humana realizaram um estudo específico em 2014 que aponta, no contexto de restrições financeiras, para o desafio enfrentado pelos gestores urbanos em utilizar uma variedade de instrumentos de financiamento para implementação de suas políticas (Cavé *et al.*, 2014).

A arrecadação de uma parcela das mais-valias decorrentes do desenvolvimento urbano deve ser reconhecida como uma fonte crucial de financiamento para as cidades e pode ser aplicada de várias maneiras, seja através de um imposto predial e territorial urbano (IPTU), que incide de forma estável e recorrente, ou por meio de cobranças pontuais. No entanto, em cidades brasileiras com mais de 500 mil habitantes, a arrecadação de IPTU representa apenas 10% das receitas totais. De maneira geral, nos países da América Latina, a cultura fiscal ainda é considerada frágil e a compreensão da contraprestação de impostos territoriais na troca de serviços públicos de qualidade não está plenamente estabelecida na opinião pública, devido a obstáculos como a desigualdade de renda, a alta informalidade, a diversidade dos regimes fundiários e os padrões de ocupação do solo (Cavé *et al.*, 2014).

Ermínia Maricato (2015) enfatiza a importância da Reforma Tributária como um elemento crucial para alcançar a Reforma Urbana, uma vez que está relacionada a instrumentos que visam promover a justiça social. Entre esses instrumentos, destaca-se a necessidade de atualização regular dos valores das plantas genéricas para a cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), a fim de capturar de forma precisa a preservação imobiliária. Além disso, a possibilidade de implementar a cobrança progressiva de impostos sobre terrenos ociosos desempenha um papel fundamental na redução da especulação imobiliária.

De acordo com Nabil Bonduki (2018), é essencial promover o protagonismo municipal na formulação da política urbana. Para superar os desafios políticos locais relacionados ao

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alexandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA:

um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

cumprimento da função social da propriedade, é necessária uma atuação governamental federal que exija uma agenda mínima a ser incluída nos planos diretores e implementados pelos municípios. Nesse sentido, os municípios devem efetivamente praticar as ferramentas protegidas no Estatuto da Cidade, em consonância com seus Planos Diretores e Leis Orgânicas, a fim de recuperar as mais-valias urbanas e redistribuí-las de maneira mais equitativa entre as diversas camadas sociais e áreas da cidade, especialmente nas regiões mais carentes de infraestrutura e de serviços urbanos. Isso criará as condições necessárias para garantir uma boa qualidade de vida urbana para todos os cidadãos.

Região Metropolitana de Natal: uma breve caracterização

A formação inicial da Região Metropolitana de Natal teve início na década de 1970, quando começou a ser identificado o processo de metropolização, evidenciado por diversos fenômenos metropolitanos, como a conurbação e o transbordamento. No entanto, somente por meio da Lei Complementar Estadual nº152, de 16 de janeiro de 1997, a Região Metropolitana de Natal (RMN) foi oficialmente estabelecida, inicialmente com a inclusão de seis municípios (Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Extremoz, Macaíba e Ceará-Mirim). Atualmente, a RMN é composta por 15 municípios⁴, conforme ilustrado na Figura 1 (Clementino *et al.*, 2019).

A Região Metropolitana de Natal abrange municípios com diferentes graus de urbanização e de integração, resultando em dinâmicas mais articuladas em alguns (Natal, Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante e Extremoz) e menor grau de integração em outros municípios no contexto da dinâmica metropolitana (Ceará-Mirim, São José do Mipibu, Nísia Floresta, Monte Alegre, Vera Cruz, Maxaranguape, Ielmo Marinho, Arês, Goianinha e Bom Jesus).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), a Região Metropolitana de Natal (RMN) abrange uma área territorial de 3.683,74 km², representando 7%

⁴ A RMNatal é composta pelos seguintes municípios: Natal; Parnamirim; São Gonçalo do Amarante; Extremoz; Macaíba; Ceará-Mirim; São José de Mipibu; Nísia Floresta; Monte Alegre; Vera Cruz; Maxaranguape; Ielmo Marinho; Arês; Goianinha e Bom Jesus.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alessandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA: um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544



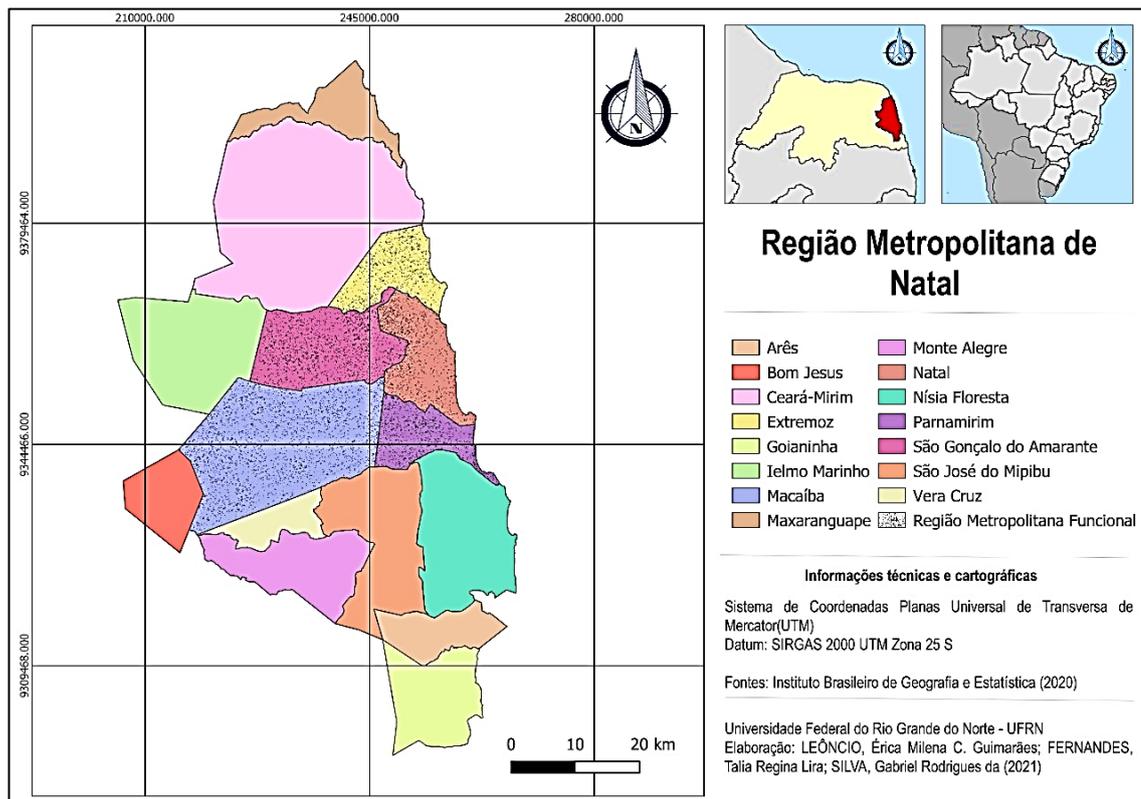
Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFRN

de todo o território do estado do Rio Grande do Norte. A região possui aproximadamente 1.606.218 habitantes, o que corresponde a 46% da população total do estado. Dessa forma, a RMN se destaca como a área de maior concentração populacional do estado, sendo o município de Natal o principal centro urbano da região.

Figura 1: Região Metropolitana de Natal



Fonte: IBGE (2020); Acervo do Observatório das Metrôpoles - Núcleo Natal (2021).

Quando se analisa a dimensão econômica, é observada uma significativa concentração do Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Rio Grande do Norte na Região Metropolitana, sendo o município de Natal o de maior representatividade nessa escala metropolitana, seguido por Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Macaíba e Extremoz. Em relação aos setores econômicos, destaca-se o setor terciário como o de maior desempenho, enquanto os setores primário e secundário apresentam uma menor intensidade produtiva (Gomes *et al.*, 2015).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA: um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544

Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Explorando caminhos para uma tributação imobiliária e política urbana na Região Metropolitana Funcional de Natal

A autonomia financeira dos municípios está baseada na gestão de tributos de sua competência e no aumento das receitas provenientes de transferências governamentais. No entanto, apenas alguns municípios brasileiros conseguem arrecadar de forma significativa por conta própria, especialmente os de médio e de grande porte, que possuem setores econômicos fortes. Em contraste, os municípios de menor porte dependem, principalmente, das transferências intergovernamentais (Santos, 2017). Além disso, observa-se que os tributos imobiliários, que estão diretamente relacionados à propriedade imobiliária, frequentemente têm uma arrecadação baixa devido a diversos fatores como a falta de atualização de cadastros, a falta de interesse político, a alta inadimplência, entre outros. Os municípios não devem renunciar às transferências entre governos, é claro, mas podem reduzir sua dependência relativa e direcionar recursos locais de acordo com a dinâmica específica e local do mercado imobiliário.

A arrecadação do IPTU nas cidades brasileiras é notadamente inferior em comparação com outras cidades latino-americanas. Além disso, essa arrecadação concentra-se, principalmente, nos municípios com muitos imóveis comerciais. Essa situação pode ser atribuída a vários fatores, incluindo a prevalência de cadastros desatualizados e a alta taxa de inadimplência nos municípios (Carvalho Júnior, 2016).

Fernandes (2016) revela que os municípios frequentemente enfrentam grandes obstáculos devido à baixa arrecadação de impostos, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e a Contribuição de Melhoria. Além disso, eles enfrentam dificuldades na gestão dos instrumentos afetados nos Planos Diretores. Nessa mesma linha de pensamento, Santos (2013) observa que, no Brasil, a arrecadação de tributos imobiliários não acompanhou o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na década de 2000, e a fraca autonomia municipal está relacionada à dependência histórica do governo federal, que direcionam os investimentos de acordo com suas prioridades.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alexandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA:

um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

No contexto dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Natal (RMNatal) funcional, é possível observar, por meio do Gráfico 1, uma análise da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) ao longo da série histórica de 2013 a 2021, com base nos dados fornecidos pelo Tesouro Nacional.

Os resultados revelam uma disparidade considerável no crescimento da arrecadação entre Natal e os demais municípios. Em 2021, a arrecadação de IPTU de Natal se aproxima de R\$ 250 milhões, enquanto a de ITBI supera os R\$ 50 milhões. Parnamirim segue em segundo lugar, ultrapassando a marca de R\$ 50 milhões em arrecadação de IPTU, em 2021, e alcançando R\$ 30 milhões em arrecadação de ITBI no mesmo ano. São Gonçalo do Amarante apresenta arrecadação de IPTU e ITBI de R\$ 7,3 milhões e R\$ 4,8 milhões, respectivamente. Macaíba registra R\$ 9,9 milhões em IPTU e R\$ 1,3 milhões em ITBI, enquanto Extremoz atinge R\$ 3,9 milhões em IPTU e R\$ 6,3 milhões em ITBI.

Além disso, os cinco municípios demonstram uma relativa estabilidade na arrecadação do ITBI. No entanto, em relação ao IPTU, Natal e Parnamirim apresentam um crescimento contínuo no valor total arrecadado ao longo dos anos, ao passo que, nos demais municípios, esse crescimento é incipiente.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA: um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544

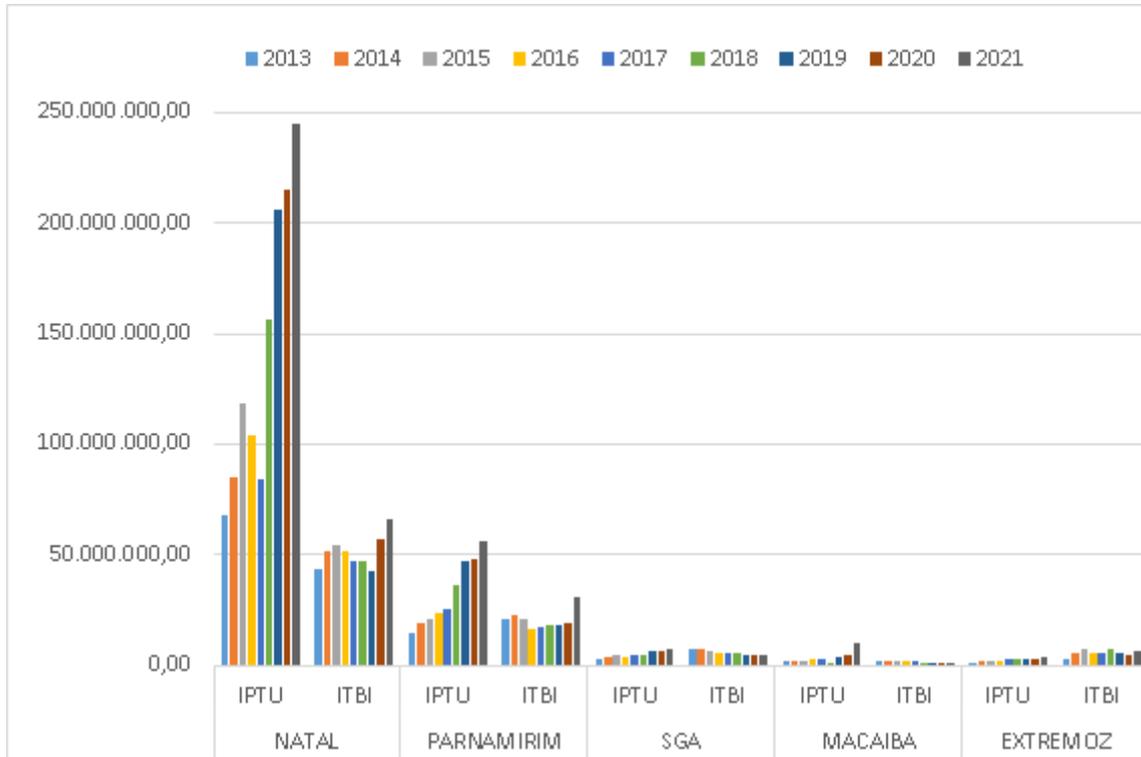


Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Gráfico 1: Evolução da Arrecadação do IPTU e ITBI nos Municípios da RMNatal funcional (2013-2021)



Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional (2022). Elaborado pelos autores.

Ao analisar a relação entre a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), com a população estimada durante os anos considerados, é possível observar que, embora apresentem valores totais mais expressivos, essa diferença se torna menos significativa quando seguida de forma per capita nos cinco municípios. Natal e Parnamirim continuam liderando em termos de arrecadação per capita do IPTU, enquanto Extremoz se destaca em relação ao ITBI, apresentando uma arrecadação per capita mais substancial em comparação com os demais municípios.

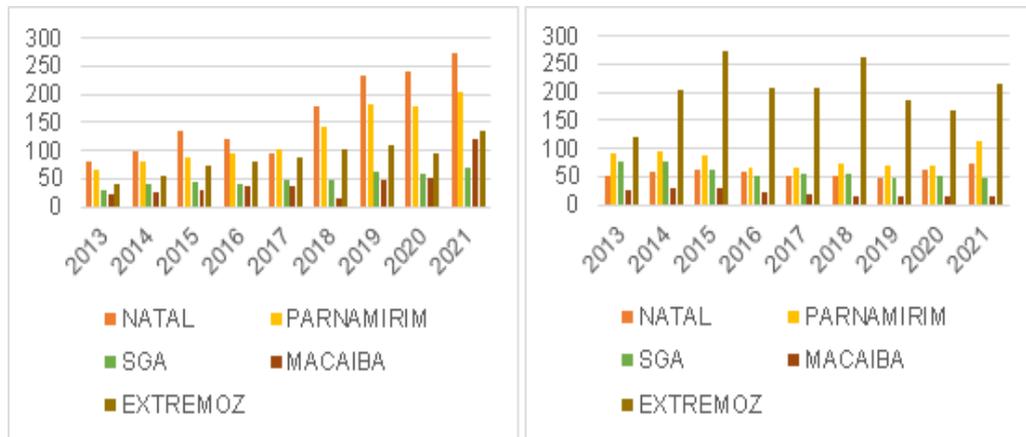
AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alexandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA: um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.
 Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.
 ISSN: 2316-8544



Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Gráfico 2: Arrecadação do IPTU E ITBI per capita na RMNatal funcional (2013-2021)



Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional (2022); IBGE (2022). Elaborado pelos autores.

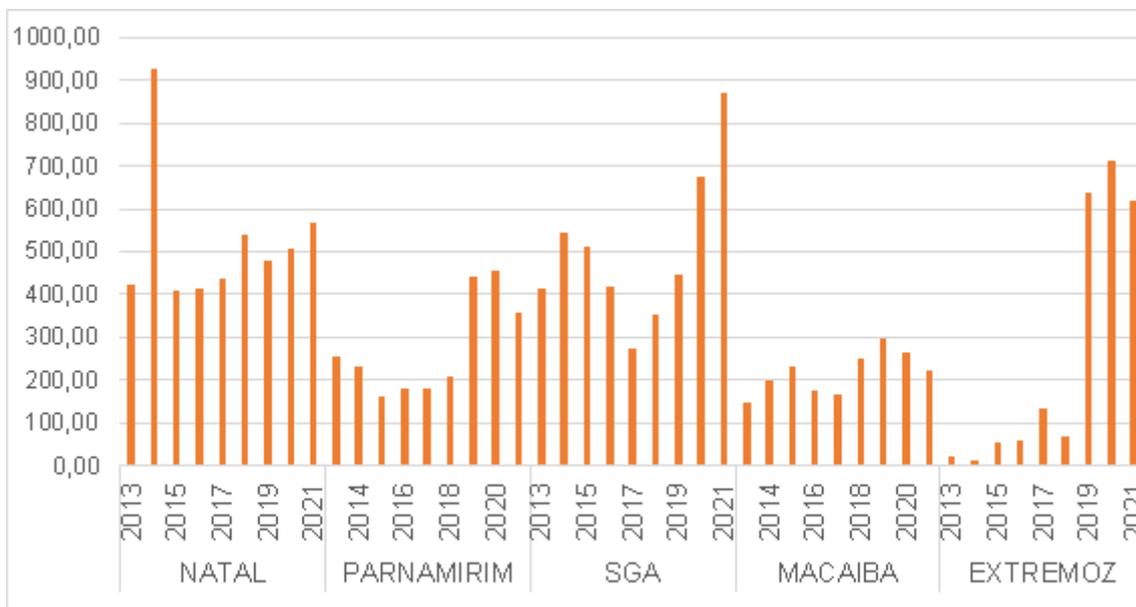
Para compreender as despesas com infraestrutura urbana, foram selecionados os valores gastos por função com urbanismo (infraestrutura urbana, serviços urbanos, transporte coletivos urbanos e administração geral), habitação, saneamento e gestão ambiental. O somatório dessas funções fora categorizado como despesas com desenvolvimento urbano e, em seguida, foi realizado um cruzado dos dados das despesas com desenvolvimento urbano e as estimativas populacionais do IBGE para cada ano analisado, chegando-se aos valores de despesas com desenvolvimento urbano per capita, apresentados no Gráfico 3.

No ano de 2014, Natal se destaca novamente por uma arrecadação per capita que ultrapassou os 900 reais. Nos demais anos analisados, os valores do IPTU per capita variaram entre R\$ 408,91 (2015) e R\$ 540,60 (2018). Parnamirim registrou o valor per capita mais baixo em 2015, atingindo R\$ 161,38, e o mais alto em 2020, com R\$ 453,20. São Gonçalo do Amarante apresentou variações entre R\$ 275,51 em 2017 e R\$ 873,07 em 2021. Macaíba teve a menor arrecadação per capita em 2013, com R\$ 144,98, e a maior em 2019, com R\$ 294,99. Por fim, Extremoz teve os números mais baixos entre os cinco municípios, com apenas R\$ 13,20 em 2014, porém, a partir de 2017, registrou um crescimento significativo, alcançando R\$ 720,25 em 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alexandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA: um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.
 Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.
 ISSN: 2316-8544



Gráfico 3: Despesas com Desenvolvimento Urbano per capita na RMNatal funcional (2013-2021)



Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional (2022); IBGE (2022). Elaborado pelos autores

Uma análise das despesas com desenvolvimento urbano na RMNatal funcional revela que os municípios alocam uma proporção menor de suas receitas para investimentos nas cidades, esperando ultrapassar os 20%. Ao analisar as despesas per capita, observe-se que Natal, São Gonçalo e Extremoz se destacaram ao apresentarem os valores mais expressivos nos últimos anos. No entanto, de maneira geral, esses valores ainda giram em torno de R\$ 500,00 por habitante.

Além disso, uma análise das receitas tributárias dos municípios em questão, juntamente com os valores recebidos por meio de fluxos de transferências, revela claramente que esses municípios não conseguem gerar recursos próprios suficientes para atender às suas necessidades, incluindo o desenvolvimento urbano. O Gráfico 4 ilustra de forma evidente que as transferências provenientes do governo federal, dos governos estaduais, das instâncias multigovernamentais e dos convênios são a principal fonte de sustento dos municípios. No entanto, a maioria dessas transferências possui destinos específicos, como saúde, educação e assistência social, ou estão relacionados a programas e a projetos governamentais voltados para

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alexandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA: um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544

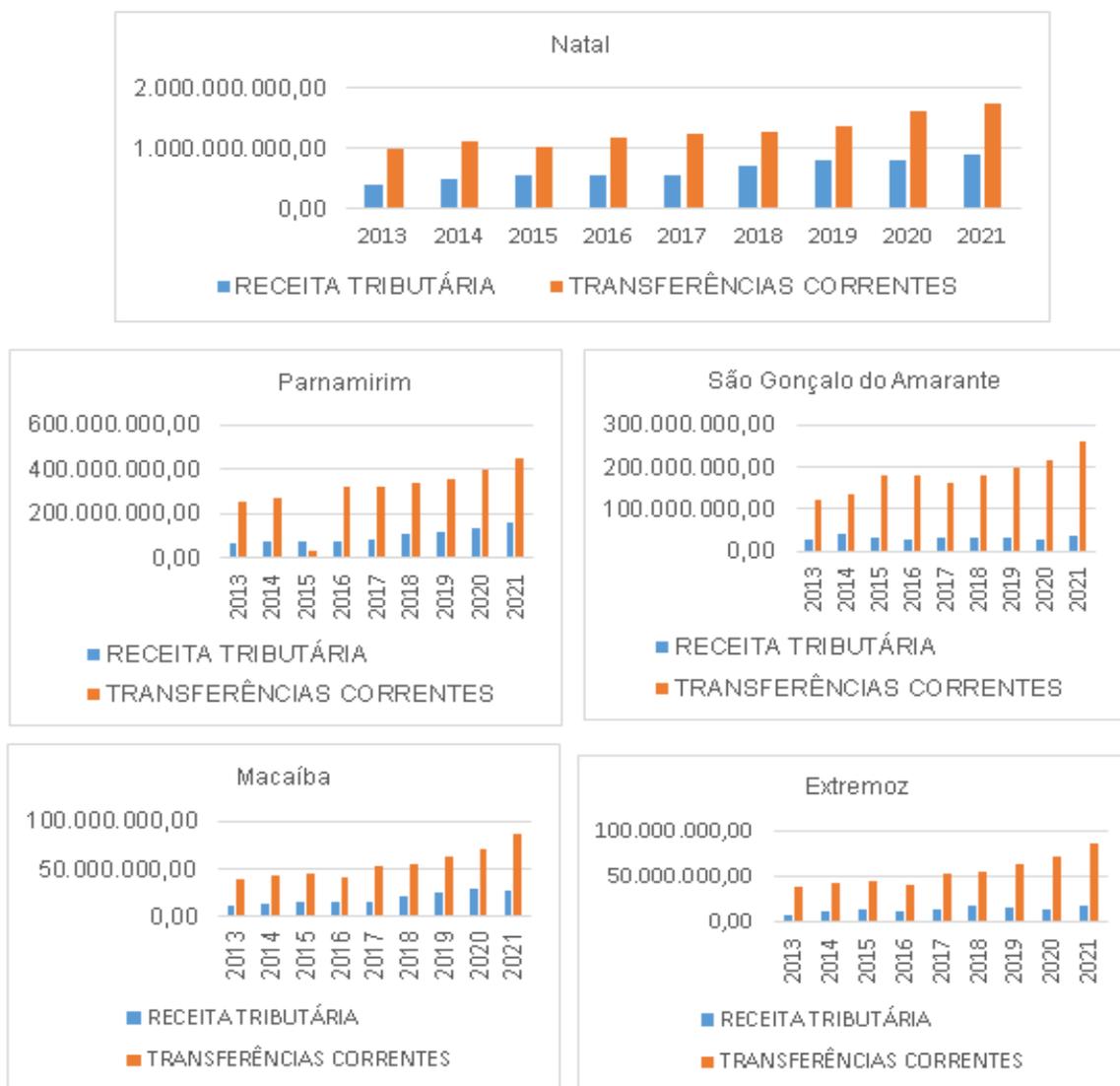


Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

infraestrutura urbana, que muitas vezes não correspondem à principal demanda da população desses municípios.

Gráfico 4: Receitas Tributárias e Transferências Correntes na RMNatal (2013-2021)



Fonte: Siconfi/Tesouro Nacional (2022). Elaborado pelos autores

Os dados apresentados evidenciam as dificuldades em equilibrar a arrecadação proveniente da propriedade nos municípios com as despesas destinadas ao financiamento das cidades. Mesmo com um aumento nas receitas tributárias durante o período analisado, fica claro

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alexandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA: um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

que esses valores estão longe de serem suficientes para suprir as necessidades municipais. Essa situação revela uma falta de compreensão sobre a importância da garantia imobiliária no investimento do desenvolvimento urbano na RMNatal funcional, que continua dependente de transferências diretas ou de programas, de projetos e de convênios, entre outros, provenientes de outras esferas protegidas.

Com base nas reflexões de Cláudia de Césare (2018), é possível observar que, no Brasil, o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) representou, entre os anos de 2000 e 2016, uma parcela entre 5% e 6% da receita corrente dos municípios, correspondendo a cerca de 0,42% e 0,52% do Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, estudos indicam que o IPTU poderia arrecadar entre 0,9% e 1,15% do PIB. A autora ressalta que em muitos municípios brasileiros a arrecadação do IPTU é simbólica, apresentando um desempenho per capita inferior nos municípios de menor porte, com até 5 mil habitantes, registrando valores de R\$ 2,72 na região Norte e R\$ 2,15 na região Nordeste. Por outro lado, os municípios com mais de 500 mil habitantes, situados nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste, apresentam resultados per capita muito mais expressivos, próximos de R\$ 200 (De Cesare, 2018).

A análise da situação da RMNatal funcional revela que a arrecadação de impostos imobiliários e outros instrumentos fiscais e tributários para promoção do desenvolvimento urbano é insuficiente. O financiamento das cidades ocorre de forma fragmentada, dependendo, principalmente, de projetos e de recursos provenientes do governo federal ou estadual.

Além disso, é importante ressaltar que muitos desses investimentos foram realizados durante o período de atuação do Ministério das Cidades (2013 a 2018), o que resultou em uma maior dependência dos municípios em relação ao governo federal. Durante esse período, o governo federal desempenhou um papel ativo no desenvolvimento das cidades, enquanto os municípios atuaram de forma mais passiva, recebendo os projetos e os recursos certos pela União e com garantias mínimas para a execução de obras federais.

Dessa forma, constata-se uma limitação significativa na autonomia municipal em relação ao poder de decisão e de investimento público em infraestrutura e equipamentos urbanos nos últimos anos no Brasil. A capacidade de arrecadação dos municípios está no centro

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alessandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA:

um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

dessa questão, uma vez que, como mencionado anteriormente, existe uma grande disparidade entre as receitas tributárias, especialmente do IPTU e do ITBI, e as despesas relacionadas ao desenvolvimento urbano. Essa lógica de dependência financeira dos municípios segue um padrão observado em outras cidades latino-americanas, como apontado por diversos estudiosos do tema.

Considerações finais

Diante dos desafios enfrentados no contexto urbano, a Conferência Popular pelo Direito à Cidade destacou a importância de uma reforma tributária abrangente no país. No eixo temático "Recursos Públicos e Orçamento", foi ressaltada a necessidade de priorizar o aumento dos impostos sobre grandes fortunas, propriedades (com exceção das manobras para o interesse social) e renda, bem como a devida tributação de bens de luxo, atualmente isentos de imposto. Essas medidas visam promover uma distribuição mais equitativa dos recursos e contribuir para a construção de cidades mais justas e esperadas.

A busca por uma tributação mais eficiente sobre o patrimônio imobiliário tem se tornado uma necessidade cada vez mais evidente para alcançar a justiça fiscal em nosso país. Nesse sentido, é crucial que os proprietários imobiliários nos municípios encontrem meios para enfrentar as demandas reais locais, além de cumprirem suas funções extrafiscais. Isso inclui a recaptura adequada das mais-valias urbanas, possibilitando uma redistribuição de renda e viabilizando melhorias direcionadas ao desenvolvimento urbano. É fundamental promover uma reflexão aprofundada sobre a eficácia desses controles tributários, a fim de estabelecer um sistema justo e equitativo que promova a justiça social e contribua para a construção de cidades mais inclusivas e conscientes.

O estudo realizado por Cavé *et al.* (2014) ressalta a importância de explorar o potencial dos dispositivos tributários como uma estratégia para promover o empoderamento financeiro dos municípios e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes. Essas descobertas reforçam a necessidade de políticas públicas que incentivem uma abordagem mais efetiva na utilização

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alessandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA: um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

desses instrumentos fiscais, visando a promoção do desenvolvimento sustentável e equitativo das cidades latino-americanas.

A busca por alcançar os objetivos de autonomia financeira e de desenvolvimento urbano local, sustentados pelos próprios municípios, requer uma reflexão e proposição de programas de destaque, de parcerias e de estímulos entre os entes federativos. Embora já existam diretrizes e estratégias para atingir esses objetivos, é importante reconhecer que as receitas provenientes da propriedade nos municípios ainda estão aquém do necessário. Diante dessa realidade, torna-se necessário pensar em uma gestão pública mais efetiva e atualizada, com o objetivo de maximizar a eficiência tributária e obter resultados mais inteligentes.

Diante das considerações expostas, é fundamental que a agenda de captura de mais-valias urbanas, já estabelecida na legislação, seja aprimorada, visando alcançar maior alcance. Para isso, é necessário concentrar esforços na atualização da base cadastral imobiliária, promovendo um controle social mais efetivo dos instrumentos mais utilizados e fomentando a formação de quadros técnicos especializados e comprometidos com a temática da arrecadação local. Além disso, é crucial envolver o governo estadual, especialmente no contexto metropolitano, como um parceiro e apoiador das iniciativas locais.

Nesse sentido, é importante que o governo estadual financie estudos e levantamentos que possuam uma abordagem regional, a fim de sustentar os custos que pequenos municípios não conseguem arcar. É válido considerar a criação de estruturas técnico-metropolitanas que promovam um suporte especializado aos municípios, fortalecendo assim a capacidade de arrecadação e de planejamento urbano de forma colaborativa e integrada. Essas ações conjuntas, que envolvem aprimoramento técnico, controle social e parcerias entre diferentes esferas governamentais, são fundamentais para sustentar o desenvolvimento urbano sustentável e para promover uma maior autonomia financeira dos municípios, garantindo assim uma gestão eficiente e equitativa dos recursos públicos.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alexsandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA:

um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Referências

BONDUKI, N. **A luta pela reforma urbana no Brasil: do Seminário de Habitação e Reforma Urbana ao Plano Diretor de São Paulo**. São Paulo: Instituto Casa da Cidade, 2018. 267p.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm>. Acesso em: 15 ago. 2022.

CAVÉ, J; KALFON, M; ALBRECHT, D; MICHELON, B; DAVID, L; GALLY, J. **O financiamento da cidade latino-americana: instrumentos a serviço de um desenvolvimento urbano sustentável**. 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_financiamento_cidades.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2022.

CARVALHO JÚNIOR, P. H. B. A administração tributária do IPTU e seu impacto na efetivação do Estatuto da Cidade. In: COSTA, Marco Aurélio (org.). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana**. Brasília: Ipea, 2016.

CONFERÊNCIA POPULAR PELO DIREITO À CIDADE. **Plataforma de lutas pelo direito à cidade. São Paulo, 2022**. Disponível em: <https://www.confpopdireitoacidade.com.br/_files/ugd/b74794_b6ba03e3c3eb45c49d9c7a1df9b76c77.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2022.

CLEMENTINO, M. L.; FERREIRA, A. (Org.). **Natal: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. 430p.

CLEMENTINO, M. L. M; SILVA, B. C. N; ALMEIDA, L. S. B; SILVEIRA, R. M. C. Duas décadas da Região Metropolitana de Natal: estudo da governança metropolitana a partir da elaboração dos Planos Plurianuais municipais. In: CLEMENTINO, M. L. M. **Duas décadas da Região Metropolitana de Natal**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019, pp, 21-51.

DE CESARE, C. M. **Condições básicas para garantir a funcionalidade da tributação recorrente ao patrimônio imobiliário urbano e rural**. Texto para discussão. Reforma Tributária 23. 2018. Disponível em: <<https://plataformapoliticasocial.com.br/condicoes-basicas-para-garantir-a-funcionalidade-da-tributacao-recorrente-ao-patrimonio-imobiliario-urbano-e-rural/>>. Acesso em: 30 fev 2023.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alexandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA:

um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

FERNANDES, C. E. **O mínimo essencial da gestão urbana territorial em face da cidade constitucional**. 2016. 267f. Tese (Doutorado em Gestão Urbana) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

GOMES, R. C. C; ALVES, L. S. F; DANTAS, J. R. Q; FRANÇA, R. S. de. A metrópole de Natal na rede urbana brasileira e sua configuração interna. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda; FERREIRA, A. L. **Natal: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015, pp. 45-82.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Base de informações da área de unidade territorial**. 2020. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 nov 2022.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001. 146p.

MARICATO, E. Reforma Urbana: Limites e Possibilidades: Uma trajetória Incompleta. In: RIBEIRO, L. C. Q.; SANTOS JÚNIOR, O. A. (org.). **Globalização, fragmentação e reforma urbana: o futuro das cidades brasileiras na crise**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015. p. 309-326.

RIBEIRO, L. C. Q. O município e a Reforma Urbana: Os desafios da política urbana redistributiva. In: **Proposta: Crise Urbana**. Rio de Janeiro, FASE, 1994, p. 5-13.

RIBEIRO, L. C. Q. **A metrópole em questão: desafios da transição urbana**. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2018. 313p.

SANTOS, A. M. S. P. **Política urbana no contexto federativo brasileiro: aspectos institucionais e financeiros**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017. 288p.

SMOLKA, M. O; AMBORSKI, D. **Value capture for Urban Development: An Inter-American Comparison**. In. Work Papers. (2020). Lincoln Institute of Land Policy Disponível em: <https://www.lincolninst.edu/sites/default/files/pubfiles/1279_Smolka%20Final.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2023.

SMOLKA, M. Implementing Value Capture in Latin America: Policies and Tools for Urban Development. In: **Policy Focus Report**. Cambridge, MA: Lincoln Institute Land Policy. (2013). Disponível em: <https://www.lincolninst.edu/sites/default/files/pubfiles/implementing-value-capture-in-latin-america-full_1.pdf>. Acesso em: 08 set. 2022.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LEÔNICIO, Érica Milena Carvalho Guimarães; SILVA, Gabriel Rodrigues da; SILVA, Alexandro Ferreira Cardoso da. A TRIBUTAÇÃO IMOBILIÁRIA E SUAS OMISSÕES NA POLÍTICA URBANA:

um estudo de caso da Região Metropolitana funcional de Natal. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 60-78, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 27/06/2023. Aceito em: 28/08/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

SEÇÃO ARTIGOS

UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores

AN EXPERIENCE REPORT FOR THINKING ABOUT REGIONAL DEVELOPMENT BASED ON THE ROSE PRODUCTION SECTOR: from Barbacena/MG (BR) to the global flower market

UN INFORME DE EXPERIENCIAS PARA REFLEXIONAR SOBRE EL DESARROLLO REGIONAL A PARTIR DEL SECTOR DE LA PRODUCCION DE ROSAS. de Barbacena/MG (BR) al mercado mundial de la floricultura

 [Jayne Oliveira Mayrink¹](#)

Universidade Federal de Viçosa (UFV),

Minas Gerais, Brasil

e-mail: jayne.mayrink@ufv.br

Resumo

Através do acompanhamento cotidiano de uma loja de floricultura como atividade de estágio obrigatório, diversas foram as movimentações acerca, principalmente, das principais datas de pico que intensificam a dinâmica do mercado global de flores anualmente. Ao longo desse processo, a rosa aparece como a flor mais consumida nesse ramo. Esta observação levou a uma investigação com o objetivo de desvendar e compreender as relações do setor produtivo de rosas nas esferas de produção, distribuição, comercialização e consumo, revelando os atores envolvidos, suas intencionalidades e os principais locais que contribuem para a inserção da rosa em uma Rede Global de Produção (RGP). Para isso, a metodologia constou com um estudo bibliográfico e entrevistas semiestruturadas com dois indivíduos integrantes do setor de produção de rosas de Barbacena, Minas Gerais. Como resultado, esse relato de experiência concluiu que Barbacena, mesmo tendo perdido destaque histórico no cultivo de rosas, ainda possui significativa importância no setor. Além disso, esse artigo pôde trazer discussões e análises sobre dados e informações que evidenciam a importância do setor produtivo de rosas no desenvolvimento regional através de abordagens da geografia econômica.

Palavras-chave

Rede Global de Produção; Desenvolvimento Regional; Mercado Global de Flores; Geografia Econômica.

¹Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Viçosa.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

Through the daily monitoring of a florist's store as a compulsory internship activity, there were several movements, especially around the main peak dates, that intensify the dynamics of the global flower market every year. Throughout this process, the rose appears as the most consumed flower in this sector. This observation led to an investigation with the aim of uncovering and understanding the relationships in the rose production sector in the spheres of production, distribution, marketing and consumption, revealing the actors involved, their intentions and the main places that contribute to the insertion of the rose into a Global Production Network (GPR). To this end, the methodology consisted of a bibliographical study and semi-structured interviews with two individuals who are members of the rose production sector in Barbacena, Minas Gerais. As a result, this experience report concluded that Barbacena, despite having lost its historical prominence in rose cultivation, still has significant importance in the sector. In addition, this article was able to discuss and analyze data and information that shows the importance of the rose production sector in regional development through economic geography approaches.

Keywords

Global Production Network; Regional Development; Global Flower Market; Economic Geography.

Resumen

A través de mi seguimiento diario de una floristería como actividad obligatoria de las prácticas, he observado mucho movimiento, sobre todo en torno a las principales fechas punta que intensifican cada año la dinámica del mercado mundial de las flores. En todo este proceso, la rosa parece ser la flor más consumida en este sector. Esta observación dio lugar a una investigación con el objetivo de desvelar y comprender las relaciones en el sector de la producción de rosas en las esferas de la producción, la distribución, la comercialización y el consumo, revelando los actores implicados, sus intenciones y los principales lugares que contribuyen a la inserción de la rosa en una Red Global de Producción (RGP). Para ello, la metodología consistió en un estudio bibliográfico y entrevistas semiestructuradas con dos personas integrantes del sector de producción de rosas en Barbacena, Minas Gerais. Como resultado, este informe de experiencia concluyó que Barbacena, a pesar de haber perdido su protagonismo histórico en el cultivo de rosas, sigue teniendo una importancia significativa en el sector. Además, este artículo pudo discutir y analizar datos e informaciones que destacan la importancia del sector de producción de rosas en el desarrollo regional a través de enfoques de geografía económica.

Palabras clave

Redes Globales de Producción; Desarrollo Regional; Mercado Global de Flores; Geografía Económica.

Introdução

Este trabalho parte de uma experiência de estágio obrigatório de bacharelado em Geografia que se realizou numa floricultura localizada no município de Viçosa, na região da Zona da Mata no estado de Minas Gerais. É sabido que o momento de estágio é etapa fundamental para a formação universitária, pois estagiar é colocar em prática o conhecimento teórico adquirido ao longo da graduação.

Inicialmente, para quem está à parte de aprofundamentos da ciência geográfica, pode parecer incomum pensar em praticar a geografia estagiando em uma floricultura. No entanto, há desafios no fazer geográfico que exigem que o(a) geógrafo(a) amplie seus conhecimentos

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia **Essays of Geography | POSGEO-UFF**

com base em sua carga conceitual, aplicando-a às análises espaciais, uma vez que o espaço é o objeto central de estudos da geografia (Santos, 1996). Sendo assim, a delimitação da atividade prática do estágio se encaminhou para a área da Geografia Econômica de forma que, antes de apresentar o objetivo principal deste trabalho, apontam-se conceitos e referenciais teóricos importantes para a análise do que foi investigado.

A Geografia Econômica tem seu início no século XIX, tendo por objetivo desenvolver estudos sobre as potencialidades econômicas das regiões, algo que marcou a geografia econômica clássica (Carvalho; Filho, 2017). Em Carvalho e Filho (2017) são apresentadas as definições do recorte de estudos da geografia econômica a partir de alguns geógrafos clássicos, dentre eles, o geógrafo alemão Alfred Rühl (1882-1935).

Rühl, citado em Carvalho e Filho (2017, p. 576), define a geografia econômica como “uma disciplina fronteira entre a Geografia e as ciências econômicas a partir da distribuição geográfica do trabalho e as diferenças na qualidade e quantidade da produção, do comércio e do consumo de vários territórios”. Partindo para a temporalidade contemporânea, Paul Claval (2012, p. 15, *apud* Carvalho; Filho, 2017, p. 574) destaca nos estudos da geografia econômica o sistema de produção flexível, a globalização intensificada e a “Economia da Informação, da Comunicação ou do Conhecimento”. Essa perspectiva ganha força a partir da definição de Milton Santos (1996) sobre o espaço geográfico atual, sendo este um meio-técnico-científico-informacional no qual a ciência, a técnica e a informação coordenam a produção de ações e objetos que se especializam geograficamente.

Nesse cenário, o âmbito econômico é um dos campos decisivos em regular as dinâmicas espaciais, segundo Santos (1996, p. 238): “Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. E o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global”.

Esses são fundamentos da geografia econômica que interessam ao(a) geógrafo(a) na preocupação em analisar como ações e objetos podem se configurar na formação e transformação do espaço geográfico em diferentes escalas. Assim, o objetivo deste trabalho é compreender como o setor produtivo de rosas está inserido nas dinâmicas de uma Rede Global

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

de Produção (RGP) e como isso é importante para identificar as potencialidades desse setor e a sua contribuição ao desenvolvimento regional.

Para isso, foi consultado o trabalho desenvolvido por Bezerra (2021), o qual traz uma introdução histórica do conceito de RGP e sobre sua organização e seu comportamento no território a partir de dinâmicas que envolvem atores da esfera pública e privada. Outro trabalho importante que deu base ao desenvolvimento deste artigo é o de Scholvin *et al.* (2022), o qual apresenta a aplicação de RGP no setor de petróleo e gás brasileiro. Assim, tanto Bezerra (2021) quanto Scholvin *et al.* (2022) reforçam que a RGP é pautada na busca por criação, aprimoramento e captura de valor. Isso ocorre pelos interesses e orientações de empresas, do Estado e da sociedade civil. Por fim, a RGP se configura no espaço geográfico a partir de redes relacionais que contém uma complexidade exigente de análises minuciosas ao planejamento regional.

Além do referencial teórico estudado, houve uma investigação sobre o setor produtivo de rosas na Zona da Mata Mineira através de entrevistas com importantes agentes do respectivo setor (tais como: produtores, comerciantes, entre outros), situados no município de Barbacena. A investigação aqui realizada parte da dimensão escalar local-global, visto que advém de uma experiência empírica observada em uma loja de floricultura localizada no interior do estado de Minas Gerais, cuja demanda produtiva depende do mercado global de flores. Sendo assim, o conceito de RGP é aplicado ao setor de produção de rosas através das esferas geoeconômicas de produção, distribuição, comercialização e consumo, em uma dialética com as territorialidades e os interesses dos agentes sociais envolvidos.

Metodologia

O objetivo do estágio era encontrar atividades capazes de colocar em prática os conhecimentos geográficos adquiridos na graduação, assim como aprender novos. Portanto, foi delimitada a geografia econômica como campo de estudo a fim de compreender o funcionamento do mercado global de flores.

Para isso, se recorreu a uma leitura bibliográfica do campo da geografia econômica, tendo sido encontrado o conceito de Rede Global de Produção (RGP), selecionado dos trabalhos

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

de Bezerra (2021) de Scholvin *et al.* (2022). O primeiro autor referenciado faz uma abordagem da RGP a partir de uma apresentação histórica do conceito e de sua relação com a geografia econômica.

O segundo trabalho referenciado é resultado de um projeto de pesquisa sobre as cadeias globais de mercadorias em cidades do sul global. Essa foi uma pesquisa realizada por autores como: Sören Scholvin, Maurício Serra, Mariane Françoso, Paula Bastos, Patrícia Mello e Adriano Borges, em Scholvin *et al.* (2022). O trabalho dos(as) autores(as) conta com a aplicação do conceito de RGP vinculado ao setor de petróleo e gás brasileiro.

Além desses dois trabalhos, a base referencial deste artigo conta com o fornecimento de dados e informações do relatório sobre a participação da cadeia de flores e plantas ornamentais no PIB brasileiro no ano base de 2017. Esse relatório foi realizado pelo Centro de Avanços em Economia Aplicada (Cepea), da Universidade de São Paulo (USP), e pelo Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibraflor), no ano de 2022.

Ao longo do artigo, propõe-se um direcionamento mais crítico frente às análises sobre as RGPs. Para isso, são usadas como base referencial obras do geógrafo Milton Santos (1996; 1999), visto que o autor apresenta profundas e completas observações sobre o comportamento das redes e dos atores econômicos e não econômicos acerca do espaço geográfico, revelando suas transformações ao longo do tempo através das técnicas.

A partir do estudo sobre o conceito de RGP, optou-se pela análise do setor de produção de rosas frente à estrutura de organização e funcionamento da RGP, colocando como objetivo principal compreender como o setor de rosas, através de sua participação na RGP, pode contribuir para pensar o desenvolvimento regional.

Sendo assim, o desenvolvimento do artigo caminhou para um caráter empírico. Pois, além da experiência na loja de floricultura acompanhando a dinâmica de chegada e saída das flores — pela distribuição e consumo —, realizou-se entrevistas com dois importantes atores do setor de rosas. As entrevistas foram do tipo semiestruturadas (Duarte, 2004), a fim de buscar respostas e descobrir novas informações na investigação. Antes de ir a campo, criou-se um roteiro prévio com as perguntas a serem feitas para os entrevistados e, como característico de uma entrevista semiestruturada, as perguntas foram flexíveis, servindo como direcionamento

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

para orientar a conversa mediada (Duarte, 2004). Assim, diferentes perguntas foram surgindo ao longo das respostas obtidas a fim de coletar as informações mais relevantes para o objetivo da pesquisa. Para a escrita do artigo, apenas algumas respostas foram selecionadas a fim de serem analisadas de acordo com o conceito de RGP e com o objetivo central da investigação. Além disso, houve edições quanto às informações transcritas, uma vez que entrevistas gravadas podem ser editadas com o objetivo de correções quanto à coerência e coesão de acordo com a língua portuguesa (Duarte, 2004).

O primeiro entrevistado é um produtor de rosas de Barbacena/MG, referenciado como P1. O produtor em questão possui uma propriedade com tamanho de área produtiva de dois hectares, na qual a produção de rosas se dá em ambiente fechado de estufas, totalizando uma quantidade de doze estufas, e tendo em média uma produção de dez mil plantas por estufa. A mão de obra empregada nessa produção é de doze funcionários, havendo uma divisão por gênero sexual. As mulheres trabalham no beneficiamento das rosas, etapa na qual, segundo P1, a flor passa por cuidados mais sensíveis. Já os homens trabalham nas estufas cuidando das podas, adubação, irrigação e afins, o que ele descreve como serviços mais “pesados”. O contato com P1 foi realizado presencialmente no dia vinte e dois de junho de dois mil e vinte e três, às dezesseis horas. A entrevista foi gravada em áudio com permissão do P1.

A outra entrevista foi realizada com a proprietária de uma loja de floricultura, referenciada como P2. A entrevista foi realizada por meio de “mensagens de voz” da plataforma online WhatsApp. A loja de floricultura de P2 está localizada no centro da cidade de Barbacena desde 1999. Além disso, os diálogos transcritos no corpo do texto trazem a letra “J” para referenciar as perguntas feitas pela pesquisadora. Por fim, as respostas obtidas pelos entrevistados auxiliaram na compreensão da dinâmica do setor produtivo de rosas dentro da RGP através das esferas de produção, distribuição, comercialização e consumo.

O Local de Produção

O produtor entrevistado possui sua área de produção no total de dois hectares, localizada nas coordenadas geográficas 21°10'20" sul e 43°45'29" oeste. A localização faz referência a Chácara Sagrado Coração, que está inserida na divisa fronteira entre Barbacena e o município

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



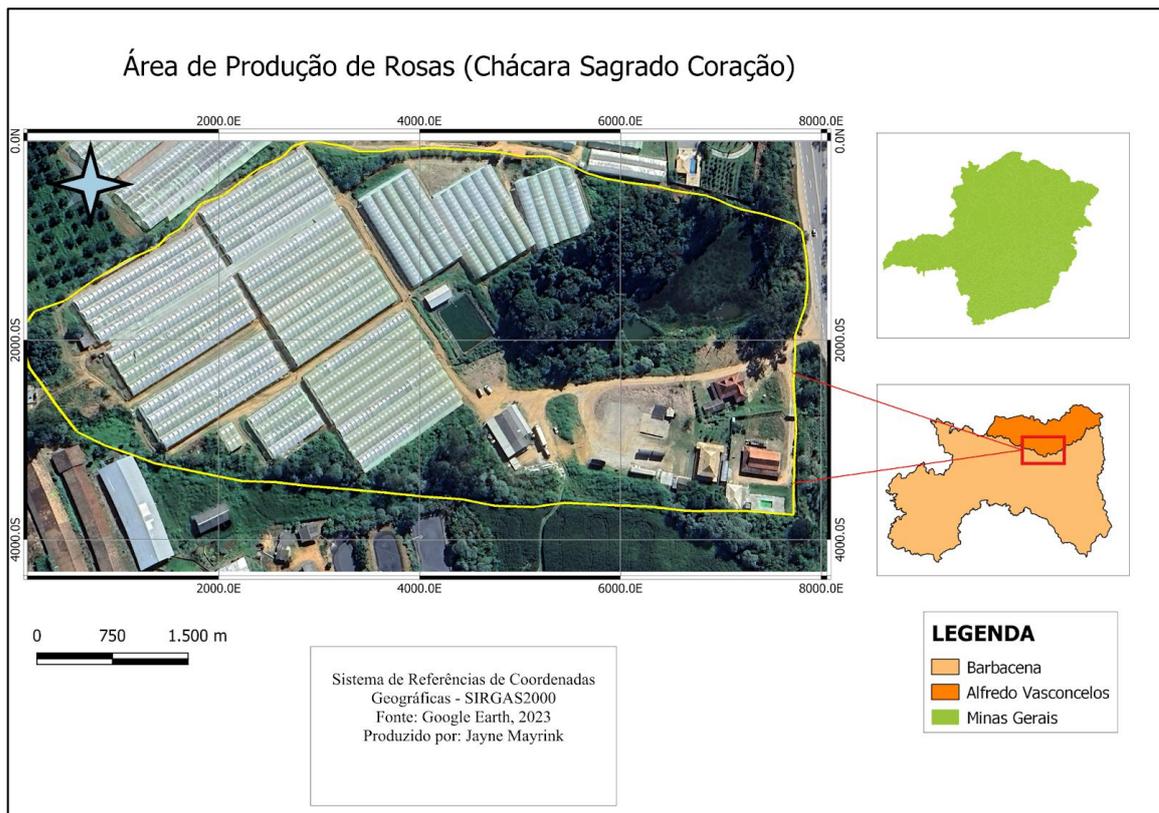
Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

de Alfredo Vasconcelos. O ambiente de produção das rosas tem altitude de 1.100 metros, algo que proporciona um clima mais ameno, favorecendo as exigências do cultivo da flor. Abaixo pode ser visto o mapa de localização da área de produção estudada.

Figura 1: Mapa de localização da produção de rosas



Elaborado pela autora (2023)

Este mapa foi realizado a fim de mostrar a organização espacial da produção a partir de imagens de satélite. Podemos observar as estufas onde as rosas são cultivadas e alguns pontos de captação e armazenamento de água que são tão necessários para a irrigação das flores. Ao lado direito da imagem também podemos identificar um pequeno fragmento florestal em uma área íngreme. A cobertura vegetal é fundamental para a diminuição dos riscos de erosão no solo, além de manter o ambiente mais úmido devido a evapotranspiração das árvores. Estes são aspectos importantes a serem considerados em uma área de cultivo.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Segundo dados fornecidos pelo produtor entrevistado, sua produção no ano de 2022 foi de 1.433.252 hastes de rosas vendidas, totalizando assim uma faturação de R\$ 1.865.495,12 — quase dois milhões de reais. Até o mês de novembro de 2023, o faturamento se aproximou do mesmo do ano anterior. Esses dados nos indicam que o mercado de rosas na região de Barbacena possui uma demanda considerável ao longo do ano. O produtor entrevistado confirma que a produção e comercialização da rosa tem aumentado a partir de 2021, se intensificando após o período de pandemia da Covid-19.

Dessa forma, essas são informações importantes para pensarmos o desenvolvimento regional a partir do setor produtivo de rosas na região de Barbacena, em Minas Gerais. A existência desses produtores merece atenção visto que suas produções indicam crescente participação no mercado de flores, algo que consequentemente afeta a economia local. A seguir, essa discussão será feita tendo como base uma leitura da geografia econômica sobre o conceito de Rede Global de Produção.

A Rede Global de Produção (RGP): uma breve apresentação

A seguinte apresentação sobre as Redes Globais de Produção tem por finalidade tratar esse conceito diante de sua importância para os estudos da geografia econômica, auxiliando nos olhares sobre as modificações e necessidades regionais ao longo das intensas transformações causadas por fenômenos da globalização. Para isso, busca-se compreender como a RGP se organiza e se configura sobre os territórios a partir de suas dinâmicas em rede, controlada por uma gama complexa de atores em diferentes dimensões escalares. Além disso, objetiva-se também realizar uma análise sobre como as RGPs podem desencadear processos que resultam em níveis de desenvolvimento regional de acordo com a participação de setores econômicos locais em uma RGP.

O conceito de Rede Global de Produção (RGP) surge na Escola de Geografia Econômica de Manchester, na Inglaterra, com o intuito de “compreender as geografias de desenvolvimento da economia global” (Bezerra, 2021, p. 3). Seu interesse partiu do princípio de que a organização do espaço econômico se dá por interações em rede através de uma diversidade de atores econômicos e não econômicos (Bezerra, 2021). Nesse sentido, o termo “rede” evidencia

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

a amplitude das relações e as formas nas quais elas se interconectam a partir da capacidade das RGP em ultrapassar fronteiras geográficas.

Portanto, na geografia econômica interessa compreender como as regiões — em diferentes níveis — estão inseridas ou não em uma RGP. Para isso, é preciso analisar as estruturas de setores econômicos de um determinado local a fim de entender como a organização desse setor se fragmenta e se dispersa espacialmente, pois são essas as características da RGP: “a fragmentação espacial dos processos econômicos significa que o desenvolvimento regional depende de como as regiões se conectam às RGPs” (Scholvin *et al.*, 2020, p. 86). Mas por que é importante que uma região tenha setores econômicos inseridos em uma RGP?

Primeiramente, porque os resultados dessa inserção levam à atração de investimentos nacionais e internacionais em dada região e isso, mediante um planejamento regional, reflete em políticas de desenvolvimento, tais como: infraestrutura, saúde, educação, tecnologia, pesquisa, etc. Dessa forma, na RGP “a configuração econômica de uma região, ou seja, os recursos humanos e não humanos disponíveis em locais específicos, deve corresponder às necessidades das empresas transnacionais para que o investimento estrangeiro possa ser desencadeado” (Scholvin *et al.*, 2020, p. 86).

A seguir, é apresentada uma breve descrição da organização e da configuração das RGPs a partir do trabalho de Bezerra (2021), que teve como base os estudos dos geógrafos Neil Coe e Henry Yeung (2015). Nesse contexto, ao iniciar as abordagens sobre as RGPs, Bezerra (2021) aponta que essas têm por finalidade criar, aprimorar e capturar valor. Assim, para alcançar esses objetivos, suas dimensões de análise incluem valor, atores, redes e territorialidade (Bezerra, 2021).

O valor é entendido tanto pelo ponto de vista marxista da mais-valia quanto como outras formas de renda. Há de se destacar que “no processo de aprimoramento do valor, a inovação tecnológica e o conhecimento são centrais” (Bezerra, 2021, p. 7). Agregar valor por inovação tecnológica e conhecimento é fator central para impulsionar a entrada de produtos nas RGPs. Segundo Bezerra (2021), os atores apresentados na organização da RGP são as empresas, os

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

atores extrafirma e os atores intermediários. As empresas podem aparecer como empresas-líderes, empresas fornecedoras e/ou empresas clientes.

Sobre as empresas na RGP, Bezerra (2021, p. 8) enfatiza que “todas desempenham inúmeros papéis funcionais e têm graus específicos de expertise para adaptar sua atuação a contextos geográficos particulares, operando parcerias ao invés de proceder no velho esquema cliente-fornecedor”. A configuração das RGPs expõe uma complexidade frente às atuações de seus múltiplos componentes e em suas múltiplas escalas geográficas, criando relações mais diretas ou indiretas entre esses componentes, algo que é acentuado pela competitividade econômica regional e pelos avanços tecnológicos, científicos e informacionais.

Desse modo, ao buscar esse entendimento configuracional, Bezerra (2021), a partir dos estudos de Coe e Yeung (2015), tenta compreender a estrutura das RGPs, dividindo-as em dois modelos: o de parceria estratégica e o centrado na empresa líder (Bezerra, 2021). A parceria estratégica é quando uma empresa líder global assume o papel de parceiro estratégico, ou seja, busca prover produtos e serviços para outras empresas. Já o modelo centrado na empresa líder é quando uma única empresa controla toda a rede de produção, a qualidade e a distribuição dos produtos. Além das empresas, existem os chamados atores extrafirma, que são: o Estado, as organizações internacionais, os grupos trabalhistas e os grupos de consumidores. Por fim, há os atores intermediários, representados por financiadores, provedores logísticos, entre outros. Segundo Bezerra (2021), os atores que organizam a RGP têm como característica a plasticidade e a multifuncionalidade, por isso estão intensa e expansivamente interconectados.

Dessa forma, essa dinâmica de conexões irá se expressar nos territórios através de uma composição reticular.

As redes de produção contemporâneas caracterizam-se por sua maior complexidade e extensão geográfica. Elas têm a capacidade de cruzar as fronteiras nacionais e criar descontinuidades territoriais, ao mesmo tempo em que refletem especificidades locais como formas de enraizamento (Bezerra, 2021, p. 6).

Nesse sentido, para ajudar a compreender o comportamento das RGPs no território, foi consultado o trabalho de Scholvin *et al.* (2020) que também tem por base referencial as análises de Coe e Yeung (2015). Assim, Scholvin *et al.* (2020) apresenta as “ligações estratégicas”,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

formuladas por Coe e Yeung (2015), que servirão de decisões para a participação ou não de determinada região em uma RGP. Segundo os autores, existem as ligações endógenas, funcional e estrutural,

[a] ligação endógena está relacionada aos processos de dentro para fora: as empresas locais chegam de uma região para participar nas RPGs (ou então para criar novas). Essas empresas são geralmente bastante autônomas e captam uma parcela considerável do valor gerado nas respectivas RPGs. A ligação funcional diz respeito às empresas de uma região que atendem às necessidades de uma RPG. Os graus de autonomia e de captura de valor das empresas envolvidas neste tipo de ligação são menores do que na ligação endógena, embora a ligação funcional não seja necessariamente um processo de fora para dentro. Já a ligação estrutural capta os processos de fora para dentro: as empresas externas vinculam a região à RPG por causa dos ativos da região (Scholvin *et al.*, 2020, p. 92).

A partir das ligações estratégicas, podemos fazer uma leitura mais completa sobre o comportamento das RGPs no território ao longo da revelação de suas configurações, que servem como produto de análise para pensar os níveis de desenvolvimento de uma determinada região. Com isso, para trazer mais clareza ao conceito e ao funcionamento da RGP no território, temos ainda uma abordagem de Henderson *et al.* (2002), apresentada também no trabalho de Scholvin *et al.* (2020), dizendo que são três as categorias de análise para compreender como uma região se conecta à RGP.

A primeira é sobre valor — novamente, o objetivo principal das RGPs — que estará vinculado à criação (rendas financeiras, de marcas, etc.), aprimoramento (melhoramento de produto e serviço) e captura (políticas públicas, leis de estrutura da propriedade e repatriação de lucros). A segunda é o poder que se divide em corporativo, institucional e coletivo. Aqui participam também, como apresentado anteriormente, as empresas, o Estado e a sociedade civil. Já a terceira categoria de análise é sobre o nível de envolvimento de determinada região em uma RGP, podendo ser em rede ou territorial.

Assim, quando em rede, os setores econômicos de uma região passam a criar relações dinâmicas com outras empresas que também participam dessa rede, podendo elas estarem em uma escala mais próxima ou mais distante. Quando em envolvimento territorial, significa a fixação desses setores econômicos em locais específicos, muitas das vezes por dependerem do mercado ou de recursos naturais que estejam próximos da produção (Scholvin *et al.*, 2020).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Sendo assim, o território em suas características físicas, econômicas e sociais, é bastante influente para inserir certas regiões e setores econômicos nas RGP, além de trazer o entendimento de como e por que os locais produtivos são mais ou menos dependentes uns dos outros. Essa concepção acompanha os estudos da geografia econômica desde o seu início. No entanto, os processos de globalização vistos através da intensa competição entre empresas, na fluidez das esferas de produção, distribuição e consumo, e no avanço tecnológico, tornam o mercado global cada vez mais complexo, exigindo uma maior compreensão das ações por parte dos atores envolvidos nas RGP. Isso faz com que as características do território – como os seus recursos naturais, a sua infraestrutura e a sua distância física de outros locais – não seja tanto um empecilho na produção quanto em décadas anteriores.

Essas questões, mesmo que interfiram enormemente, precisam ser tratadas com melhores planejamentos, visto que, como mostrado anteriormente, as ligações estratégicas (Scholvin *et al.*, 2020) são coordenadas e articuladas por agentes da esfera privada e pública e isso envolve seus diferentes interesses. Dessa forma, pensando no poder público, suas ações podem ser exercidas para a inserção e manutenção de uma região na RGP, como consequência ativando seus níveis de desenvolvimento,

As autoridades públicas asseguram que os ativos regionais sejam moldados e forjados para atender às necessidades dos investidores estrangeiros através, por exemplo, da oferta de infraestrutura mais avançada ou de programas de educação e formação que aumentem as capacidades das redes de fornecedores locais (Scholvin *et al.*, 2020, p. 91).

Em função disso, analisa-se a seguir como a produção do setor de rosas em Barbacena, Minas Gerais, se insere em uma RGP, participando da dinâmica do mercado mundial de flores através das esferas de produção, distribuição, comercialização e consumo. No entanto, observa-se também alguns desafios para manter essa participação diante do comportamento dos atores envolvidos na RGP e de outras interferências nessa rede capaz de conectar a região de Barbacena a outras localidades nacionais e internacionais.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

O setor produtivo de rosas na Rede Global de Produção

Analisar a produção de rosas envolve conhecimentos acerca de aspectos da geografia física de cada local, pois é preciso considerar que determinados fatores e características naturais irão influenciar diretamente no sucesso da produção a partir do cultivo da rosa. Alguns desses aspectos estão relacionados ao clima, relevo, radiação solar, evapotranspiração, irrigação, preparo do solo e controle de pragas e doenças (Galeriani *et al.*, 2020). Além dessas questões naturais, a produtividade do cultivo pode ser analisada pelo modo em que é feito, sendo a céu aberto ou em ambientes fechados como estufas, a fim de controlar o balanço hídrico e de radiação solar ideal (Alves *et al.*, 2008). Também é necessário saber aplicar as técnicas adequadas ao manuseio das mudas e das podas, a fim de multiplicar a quantidade de hastes em boas condições para o mercado de flores. O fator tecnológico, o acesso aos insumos e a pulverização com químicos no combate a pragas e doenças não apenas é essencial, como se revela um dos principais desafios no cultivo de rosas em sua alta qualidade para as exigências do mercado. Segundo informações na entrevista com o produtor 1 (P1), houve o seguinte diálogo:

P1: A rosa é muito sensível a doenças fúngicas, somos uma das culturas que mais usa fungicidas. O controle de doenças aéreas hoje em dia é complicado de controlar de forma que não seja com uso de químicos.

J: As doenças na planta seriam um dos aspectos mais desafiadores no cultivo?

P1: Sim, principalmente. Porque o que a gente tem hoje em dia na pós-colheita como principal problema é o Botrytis (Botrytis cinerea) que é uma doença fúngica. Para controlar essa doença tem uso muito pesado de químicos. E precisa da pulverização certa de acordo com a temperatura do tempo. Nosso produto seria melhor se houvesse controle biológico desse fungo na pós-colheita da rosa.

O controle de pragas nas roseiras depende de produtos químicos que muitas vezes não são produzidos no Brasil, por isso dependem de importações de outros países. Um desses principais países exportadores é a Ucrânia (Nastari, 2022). O produtor entrevistado relata que, com a atual crise entre Rússia e Ucrânia, esses produtos químicos e outros fertilizantes começaram a faltar em território nacional. Dessa forma, químicos que são necessários para a nutrição da planta, como fósforo, potássio e nitrogenados, podem chegar à escassez para a produção da rosa, assim como de outros cultivos da agricultura.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

A partir dessa dependência de fertilizantes importados no cultivo da rosa em sua esfera de produção, podemos pensar em uma das categorias de análise, que fala sobre como uma região se conecta – e se mantém conectada – à RGP. Essa categoria é o poder que pode ser exercido pelas corporações, pelo coletivo e pelas instituições (Scholvin *et al.*, 2020). Dessa forma, diante de cenários geopolíticos de crise e ao longo de suas outras dinâmicas de transformações, devemos considerar os impactos que essa macroeconomia pode causar em uma região e em seus setores econômicos a partir da configuração da RGP. Segundo Scholvin *et al.* (2020, p. 90), o poder institucional é dado por órgãos governamentais, o qual “está intrinsecamente relacionado ao exercício das autoridades subnacionais, nacionais e internacionais no tocante às firmas, em que a determinação de um conteúdo local ou a garantia do investimento estrangeiro são exemplos ilustrativos”.

Nesse sentido, podemos considerar que no que tange à produção do setor de rosas, quando inserida em uma RGP, deve-se ter um entendimento e meios de lidar com a influência direta ou indireta de outros atores que atuam em escalas nacionais e internacionais sobre a configuração da RGP. Portanto, as características físicas do território, mesmo que muito relevantes, não são os únicos fatores que irão conectar uma região às RGPs, devendo ser pensado quais mecanismos podem ser criados para a manutenção dessa região e desse setor econômico na RGP, trazendo autonomia e mais investimentos a serem escoados ao desenvolvimento regional.

Podemos ampliar essa análise pensando na relação de outros importantes produtores mundiais de flores que, como o produtor de Barbacena, também participam de uma RGP, no entanto, exercendo um comando maior a partir das capacidades de criar, aprimorar e capturar valor para seus produtos. Nesse sentido, o produtor entrevistado, quando questionado sobre o papel de liderança da Colômbia na produção de rosas e se isso traz influencia a sua produção regional, relatou que:

P1: Esse Dia dos Namorados que passou recentemente, a gente teve uma certa baixa de oferta de flores vermelhas no mercado que é mais procurado nessa época. Tivemos que importar rosas da Colômbia para suprir a necessidade da nossa loja de floricultura. Isso porque no jogo do mercado, da cooperativa, quando a gente importa

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

sai mais barato do que a gente tirar uma parte da produção para fornecer para ela (a cooperativa).

Na resposta do produtor, podemos analisar que há uma relação entre a produção em Barbacena e a produção na Colômbia, algo que nos leva a mais uma confirmação de quais são esses atores envolvidos na RGP a partir do setor de produção de rosas. Contudo, precisamos trazer mais nomes que são fortes nesse cenário, a fim de ampliar as leituras analíticas através das dinâmicas escalares.

Assim, o mercado global de flores, ao longo de muitas décadas, teve como liderança a Holanda, entretanto, a RGP, pautada na busca cada vez maior por agregar valor às produções, leva ao aumento da competitividade no mercado. Então, atualmente, há outros países contribuindo para o crescimento competitivo.

Especificamente, os novos competidores – e potenciais ameaças à hegemonia holandesa – são países que compartilham uma característica relevante: situam-se próximos à linha do Equador, onde há condições favoráveis à horticultura, como a Colômbia e o Equador, na América do Sul, e o Quênia e a Etiópia, na África (Cepea; Ibraflor, 2022).

O território colombiano possui condições físico-geográfico propícias para o cultivo da rosa. Isso, de certo modo, confluíu para que o mercado colombiano de flores obtivesse reconhecimento internacional por sua alta qualidade (Granada *et al.*, 2019). Os aspectos naturais relativos à posição geográfica em relação à linha do equador viabilizam uma maior quantidade de radiação solar ao longo das diferentes estações. Além disso, juntamente com a altitude do relevo, o clima também se mostra propício para o sucesso da produção.

Além dos aspectos físico-territoriais que contribuem para a produção de rosas na Colômbia em sua alta quantidade e qualidade, temos também, como apontado pelo produtor de Barbacena, o mercado importador colombiano. Grande parte da produção de rosas colombianas são exportadas para os EUA e para alguns países europeus, apesar de as produções de flores em países africanos terem laços exportadores mais fortes com a Europa do que a Colômbia (Granada *et al.*, 2019). Isso porque devemos também considerar a logística no transporte de flores, visto que a flor é um produto extremamente delicado, o que exige melhores mecanismos logísticos para chegar sem danificações ao seu destino final.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Sendo assim, para a produção de rosas colombianas, ter compradores como os EUA e países europeus, coloca em jogo na RGP duas moedas – dólar e euro –, que se mantêm em alta no mercado em comparação às outras. Isso faz com que essas potências econômicas, como parceiros, agreguem mais valor às rosas, visto que a demanda por eles é maior — em especial, no mês de fevereiro com o *Valentine's Day* nos EUA. Além disso, essa é uma parceria histórica: “a busca dos produtores norte-americanos por melhores condições de desenvolvimento e baixos custos de produção auxiliaram na mudança da indústria de flores de corte para a Colômbia no início de 1970” (Grisotto, 2019, p. 20).

O mercado competitivo de flores em exportação mantém nomes como a Colômbia e a Holanda no topo muito por conta da sua logística sofisticada e veloz. A entrega das flores é capaz de ser feita em até 24 horas (Grisotto, 2019) graças ao uso de aviões com armazenagem que mantém as flores em refrigeração de temperatura adequada. Nesse cenário, a presença dos transportes de alta velocidade marca a formação de redes em sua potência moderna, na qual o que prevalece é o cruzamento instantâneo de fronteiras continentais e além-mar. Essa é uma característica-chave que deve ser analisada em uma RGP a fim de compreender as regiões que conseguem se manter participantes ativas desse espaço reticulado que passa a coordenar a dinâmica de distribuição dos produtos e de quem vai ou não os acessar.

Como vimos anteriormente, até mesmo os insumos básicos para a produção de flores, como os fertilizantes, podem encontrar dificuldades para chegar aos lugares que mais dependem desse produto. Isso porque, em uma RGP, os atores e seus interesses orientarão o funcionamento dessas redes globais produtivas. Nesse sentido, os estudos do geógrafo Milton Santos são indispensáveis para se analisar criticamente o papel das formações de redes na constituição do espaço global.

As redes são, ao mesmo tempo, globais e locais. São globais porque cobrem todo o ecúmeno e, na verdade, constituem o principal instrumento de unificação do Planeta. Mas elas também são locais, já que cada lugar, através de sua estrutura técnica e de sua estrutura informacional, acolhe uma fração, maior ou menor, das redes globais. No lugar, elas servem ao trabalho e ao capital (vivo) e determinam a sua natureza (Santos, 1999, p. 14).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

A partir disso, podemos compreender como o global e o local se mantêm em constante interação, algo que tem se fortalecido pelos avanços tecnológicos e intensificado os efeitos da globalização: “a partir do movimento privilegiado que desejamos iluminar, podemos descobrir o movimento global através dos movimentos particulares” (Santos, 1999, p. 14). Alguns desses efeitos, que afetam a “iluminação” de certos lugares, nos levam a perceber a desigualdade entre os locais que conseguirão se manter em uma RGP, atraindo investimentos regionais e projetando desenvolvimentos diversificados na esfera produtiva. Nesse sentido, pensemos como Barbacena tem interagido com o mercado de flores brasileiro e o que parece ter contribuído ou dificultado essas interações.

Nacionalmente, o município de Holambra, no interior do estado de São Paulo, concentra boa parte do polo produtivo de flores do país. A cidade teve a presença de imigrantes holandeses ao longo de sua formação, e isso contribuiu para a produção de flores herdadas pelo município, sendo que, até os dias de hoje, as técnicas holandesas influenciam nas práticas produtivas e comerciais da região de Holambra.

O produtor entrevistado traz informações interessantes quanto ao polo nacional de flores:

PI: Barbacena é reconhecida historicamente como cidade das flores, mas acabou perdendo esse posto para Holambra/SP nos últimos vinte anos, mais ou menos. Isso porque Holambra tem uma proximidade muito grande com São Paulo. Então eles têm acesso a mais tecnologia, mais informação. A nossa mercadoria transportada em caminhão leva dez horas para chegar até a cooperativa. Os produtores de Holambra estão do lado da cooperativa, então eles não têm esse custo de logística.

Notamos uma organização espacial onde prevalecem os potenciais locais para explicar o avanço produtivo para determinada localidade, assunto diretamente ligado à geografia econômica (Carvalho; Filho, 2017). Nesse caso, São Paulo, como sendo o maior centro econômico e tecnológico do Brasil, possibilita escoar esses benefícios para seus municípios vizinhos, algo que é facilitado pela distância geográfica, como bem aponta o produtor entrevistado. Questões como a proximidade de localização, pontos de maior demanda e oferta, acesso à tecnologia, informação e mão de obra especializada, são fatores que contribuem para a formação de aglomerados produtivos, levando ao fortalecimento de atuações

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

por todo território nacional. Entretanto, não é apenas a localização que influencia no processo produtivo, segundo o produtor:

P1: Em Barbacena existia a ABAFLORES (Associação Barbacenense de Flores), a cidade era muito famosa pelo cultivo de rosas [...] costumava acontecer a Festa das Rosas, uma atração cultural que recebia até gente de outros estados. Os produtores de Barbacena nunca tiveram uma ideia de união, era ao contrário, um querendo pisar em cima da cabeça do outro. Então acabou a ABAFLORES, a prefeitura hoje em dia também nem faz a Festa das Rosas.

O Estado é um dos principais atores na organização das RGP (Bezerra, 2021). Suas ações políticas de intervenção podem trazer incentivos no desenvolvimento socioeconômico territorial, da mesma forma que a ausência desses investimentos pode influenciar no enfraquecimento de produções locais. O relato dado pelo produtor de Barbacena exemplifica esta questão ao apontar que a prefeitura, como um dos principais representantes de gestão do território, não tem inserido em seu planejamento administrativo os produtores de rosas do município buscando mecanismos que poderiam impulsionar esse setor na cidade e na região. Outra forma de incentivo por parte do Estado pode ser a liberação de crédito (Bezerra, 2021, p. 8). O fornecimento de créditos pelo Estado chama a atenção por normalmente conter taxas menores de juros em comparação com bancos privados. Quando questionado se já teve acesso a créditos através de políticas de governo, o produtor responde que:

P1: Sim, a partir do BNDS. Já recorremos a linhas de crédito para financiamento para produtores rurais. Algo que acontecia mais há alguns anos atrás.

O BNDS é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, criado pelo governo na década de 1950, até hoje um dos maiores facilitadores de crédito para empreendimentos no país, principalmente na área da agricultura. Segundo Bezerra (2021), o Estado na RGP, “é um ator ativo e, frequentemente, uma figura preponderante na mobilização do mercado, porquanto aporta vultosos recursos públicos em forma de crédito” (2021, p. 8).

Além da figura estatal, as grandes empresas privadas do mercado de flores interferem direta e/ou indiretamente nas produções de rosas em diferentes localidades, como destaca Bezerra (2021, p. 8): “as transnacionais são as principais formadoras da economia global”. O investimento intenso em ciência e tecnologia é o principal fator para agregar valor ao produto,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

e, a partir de uma logística sofisticada, esse produto é capaz de expandir-se geograficamente, demarcando o poder do país e a empresa-líder em territórios globais. Essa ação é o que Milton Santos apresenta como a fluidez do mundo contemporâneo, marcada pelos rápidos meios de transporte e de comunicação (Santos, 1996).

A importância da fluidez transparece como mecanismo necessário para fortalecer as atividades das transnacionais, pois há uma necessidade de fazer o produto circular: “[é] indispensável pôr a produção em movimento. Em realidade, não é mais a produção que preside à circulação, mas é esta que conforma a produção” (Santos, 1996, p. 275). No sentido de buscar cada vez mais fluidez e velocidade, a competitividade é travada pelas grandes empresas em regiões mundiais. No entanto, não somente seus produtos são inseridos nas redes globais de produção, mas também o poder exercido através de seu capital direcionado a outros territórios que acabam servindo para a produção de seus produtos.

O espaço é o teatro de fluxos com diferentes conteúdos, intensidades e orientações. O espaço total é formado por todos esses fluxos e por todos os objetos existentes. Estes são intermediários, formando redes desiguais e de características diversas, que se superpõem, emaranhadas em diferentes escalas e níveis e se prolongam umas às outras, desembocando em magmas resistentes à “resificação”. O todo constitui o espaço banal, isto é, o espaço de todos os homens, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações - em uma palavra, o espaço geográfico (Santos, 1999, p. 14).

Os fluxos fortalecem e complexificam as RGP, por isso, para pensar em uma participação das regiões que seja menos desigual nesse cenário, é preciso uma análise crítica dos órgãos que projetam a gestão territorial, buscando uma aproximação maior com as necessidades da sociedade civil, como exemplo dos pequenos produtores. Caso contrário, como aponta Milton Santos, apenas os atores hegemônicos continuarão a se servir “de todas as redes e de todos os territórios” (Santos, 1999, p. 15).

Uma das organizações socioeconômicas que visam horizontalizar as práticas produtivas e comerciais são as cooperativas. As horizontalidades são uma das formas de segmentação do espaço econômico, se dando por “extensões contínuas, formadas por pontos que se agregam sem descontinuidade” (Santos, 1999, p. 12). Podemos entender a relação descontínua como uma característica de mutualidade, sendo este um forte aspecto do cooperativismo. A

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

cooperativa é formada por pequenos produtores que podem ser associados a partir de diferentes localidades. Segundo Webering (2020):

As origens das cooperativas rurais e agrícolas encontram-se, em parte, relacionadas às experiências coletivistas de ajuda mútua no campo e, em parte, às condições da agricultura moderna, tendo se desenvolvido desde que a economia rural passou a estar relacionada ao mercado – seja pela necessidade de crédito, da aquisição de adubos, sementes, entre outros, seja pela necessidade de comercialização da produção (Webering, 2020, p. 570).

O cooperativismo é uma organização econômica forte no mercado de flores, mas é válido considerar que esse mercado também se segmenta em outras formas de comercialização,

O mercado de flores e plantas ornamentais pode ser segmentado em: mercado normatizado, composto por cooperativas de produtores, centrais de abastecimento (CEASAs) e centrais privadas e; mercado não normatizado, que representa a parcela informal da comercialização, composta por ambulantes, linheiros, venda direta de produtores a consumidores finais, entre outros. De acordo com Sebrae (2015b), em 2013, o mercado normatizado respondia pela maior parcela (59,5%) da comercialização no atacado, com destaque para o papel das cooperativas de produtores (Cepea; Ibraflor, 2022).

A Cooperflora está localizada em Holambra/SP. Em São Paulo, além da Cooperflora, há a presença da cooperativa Veiling Holambra, ambas sendo as maiores do país (Cepea; Ibraflor, 2022). No mercado internacional de flores, a maior cooperativa é a holandesa Royal FloraHolland (Ahmed *et al.*, 2018). O produtor entrevistado faz parte da cooperativa Cooperflora. Segundo o produtor:

PI: “A distribuição da nossa produção de rosas é feita pela cooperativa. Então nossa logística é facilitada por essa relação. Nem todos os produtores são cooperados. Acredito que em Barbacena apenas dois produtores fazem parte da cooperativa em São Paulo.”

J: “Quanto à Zona da Mata mineira, tem alguma cooperativa em atuação?”

PI: “Não. A maioria dos produtores, além de produzir, acabam fazendo a própria distribuição. A cooperativa exige uma alta qualidade do produto, pois distribui para todo o país.”

Esse relato chama atenção à ausência de uma cooperativa de flores na região da Zona da Mata mineira, que contribuiria para o desenvolvimento desse setor aos pequenos produtores locais. Pois, como não há uma cooperativa próxima, o produtor de Barbacena precisa lidar com

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

os desafios logísticos na distância entre seu município e o município de Holambra, além de outros incentivos que a relação com uma cooperativa proporcionaria, alimentando o comércio regional, também de forma turística e cultural.

A ausência de uma cooperativa de flores na Zona da Mata também auxilia na manutenção do estado de São Paulo com seu destaque no mercado nacional de flores, visto a menor participação de outros estados. Outra observação é sobre a diversificação produtiva quando comparamos o setor de flores com outros setores do agronegócio. O setor de alimentos definitivamente se sobressai, pois é bastante evidente sua maior necessidade tanto ao mercado nacional quanto ao internacional. No entanto, há de se pensar nos outros setores que também contribuem com a economia, principalmente quando bem amparados em um robusto planejamento no qual se envolve, em dinâmicas mais horizontais, os atores públicos e privados.

Voltando ao papel das cooperativas, reforça-se que este se centraliza na distribuição das rosas junto às etapas de comercialização e consumo, principalmente na criação de marketing para a venda do produto. Essa variedade de funções ressalta a plasticidade funcional dos atores na RGP. No mercado de flores, um dos meios de comercialização mediado pelas cooperativas, se dá através de leilões, dos quais as flores leiloadas podem ser compradas por valores abaixo do praticado pelo mercado, seja presencialmente ou pela internet. Além das cooperativas, os centros de abastecimento agrícola (como o CEASA, em Minas Gerais, e a CEAGESP, em São Paulo) também são pontos de destaque na comercialização de flores. Já na esfera do consumo, os atores participantes que normalmente consomem em grandes quantidades ao longo do ano são decoradores(as) e donos(as) de lojas de floricultura.

A seguir, contribuindo para as análises da RGP a partir do setor de rosas e sua participação no município de Barbacena, vejamos o caso de uma loja de floricultura situada na cidade, a qual tem a rosa como o principal produto de venda do estabelecimento. Algumas questões a respeito foram levantadas para a segunda entrevistada a fim de entender quais práticas ela tem buscado, pensando no objetivo de agregar valor nas vendas das rosas.

J: “Você comentou que quando iniciou o trabalho na floricultura, nunca tinha trabalhado no ramo. Onde você adquiriu o conhecimento e as técnicas que têm hoje na área de arte floral?”

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

P2: “Com o tempo, eu percebi que para se manter no mercado eu precisava buscar esse conhecimento, então eu encontrei um curso na cidade de Holambra/SP chamado Enflor, e assim comecei a ficar um pouco mais profissional, comecei a ter mais técnica para montar arranjos, buquês. Lá é onde você realmente fica profissional nesse ramo, é o polo das flores”.

A proprietária da loja de floricultura, através de seu relato, evidencia que pôde recorrer aos instrumentos de aprimoramento de venda de flores no município de Holambra, mesmo estando bastante distante da localidade de seu empreendimento (515km). Além disso, o evento que ela cita, o Enflor, é o maior evento do nicho mercadológico de flores do país, voltado para a exposição de produtos, técnicas e informações para quem está envolvido no negócio. Na Holanda, ocorre um evento com as mesmas propostas na cidade de Aalsmeer, o chamado Trade Fair Aalsmeer. Os dois eventos são realizados em centros econômicos de grande importância para o país — Aalsmeer é reconhecida como a Wallstreet das flores e se localiza apenas a quinze quilômetros da capital da Holanda (Martins, 2020). A partir disso, há uma dialética e influência entre estes dois pontos do mundo que, juntos, sustentam e movimentam um mesmo mercado, o de flores. Nesse caso, não apenas na produção, importações ou exportações do produto, mas a partir de novas ações que visam agregar valor ao produto através de sistemas de informação e comunicação entre os grupos envolvidos na esfera do consumo.

J: “Você costuma atender clientes de localidades mais distantes do seu município? E quanto ao uso das redes sociais, qual o impacto que isso traz ao seu negócio?”

P2: “Sim, atendo clientes aqui de cidades próximas e, inclusive esses dias atendi pedidos da Holanda e dos EUA. E acho que a rede social acaba fazendo esse trabalho por mim, pois é algo que usamos muito (Instagram, WhatsApp). E o maior público que atingimos nas redes sociais é o público jovem. Acaba que eles nos encontram, acham a loja no Instagram e lá tem o WhatsApp, então já nos mandam uma mensagem. Eu acho que hoje em dia a rede social é a que manda na empresa. Neste ano, no Dia dos Namorados, me surpreendeu porque vendi muito mais pelas redes sociais do que na loja física e com pagamento em dinheiro”.

Novamente analisemos o termo “rede”, que parece orientar as dinâmicas de intencionalidades e funcionamento de espaços geográficos (Santos, 1996), algo que já vem ocorrendo, como colocado anteriormente, pelo processo de globalização, e que notavelmente se intensifica a par dos avanços tecnológicos e das técnicas de comunicação. Dentro dessas técnicas comunicacionais, pode-se citar o marketing digital, aprimorado pelas publicidades e

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

propagandas, além dos algoritmos que exercem o papel de entregar aos consumidores aquilo que eles parecem desejar a partir de suas ações nas redes sociais.

A partir disso, a localidade física de um empreendimento, como aponta a entrevistada, parece ter perdido sua relevância para as redes sociais e, mais recentemente, para as novas formas de pagamento, como é o caso do PIX (meio de transferência monetária instantânea). Esse é outro fator que explica o caráter de fluidez do mundo contemporâneo: “uma fluidez que deve estar sempre sendo ultrapassada é responsável por mudanças brutais de valor dos objetos e dos lugares” (Santos, 1996, p. 274). Assim também, segundo Santos (1999, p. 14): “a forma mais acabada e eficaz de rede é dada pela atividade financeira graças à desmaterialização do dinheiro e ao seu uso instantâneo e generalizado”.

Entretanto, é importante considerar, como coloca Santos (1996), que a fluidez é relativa, nem todas as pessoas e nem todos os lugares possuem acesso e controle da fluidez, algo que é refletido nas desigualdades econômicas e sociais. Por fim, podemos compreender a rosa como objeto integrado a uma Rede Global de Produção que é capaz de revelar atores, suas intencionalidades, seus lugares e as complexas dinâmicas que dão estrutura e movimento a essa teia, que é formada por valores e espacialidades na mesma medida em que os forma e os transforma.

Essa interpretação pode ser feita partindo de uma experiência local e, até mesmo, de um único elemento, uma flor, levando a descobertas de uma complexa interação entre diferentes agentes que são capazes de criar uma gama de relações em torno desse “simples” elemento. No entanto, vimos que a rosa se transformou em um produto capaz de fazer parte de interações que merecem atenção devido sua geração de rendas e investimentos, sendo, para isso, necessárias orientações que busquem a potencialidade do setor de rosas — assim como de outras flores —, visando sua contribuição para o desenvolvimento regional mediado pelas dinâmicas das Redes Globais de Produção.

Considerações Finais

A realização deste trabalho foi capaz de evidenciar um exercício muito caro à ciência geográfica, que é partir de um elemento “qualquer” inserido em uma dada escala espacial e,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

através de seus conceitos e categorias de análise, interpretar esse elemento dentro de uma complexidade escalar de diferentes extensões geográficas. Isso foi o que ocorreu a partir das observações feitas em uma loja de floricultura localizada na Zona da Mata mineira, levando a entender o comportamento do setor produtivo de rosas em um jogo de interações e influências com as escalas local, regional, nacional e global.

Para tanto, o conceito de Rede Global de Produção cumpriu com essa dimensão interpretativa na qual um conjunto de ações e objetos, em suas dinâmicas relacionais, demonstrou análises de enorme utilidade para entender o mundo em sua integralidade, revelando os mecanismos que nos proporcionam contínuos estudos para a compreensão das transformações em diferentes escalas. Todo esse conhecimento é fundamental para a atuação do(a) geógrafo(a) no auxílio à formulação de planejamentos regionais ao utilizar da concepção crítica dos conceitos geográficos a fim de contribuir para um desenvolvimento diversificado e menos desigual nos setores econômicos, sociais e culturais.

As pessoas entrevistadas revelaram informações fundamentais para pesquisas em torno do mercado de flores no Brasil, expondo também relações com o cenário internacional. Os dados e conhecimentos que podem ser obtidos a partir do entendimento dos atores que participam do setor produtivo de rosas em suas esferas de produção, distribuição, comercialização e consumo são as principais fontes para compreender as potencialidades, necessidades e desafios desse ramo do agronegócio que é a floricultura. Assim, a partir desse trabalho, fica evidente a necessidade de maiores investimentos em ciência, tecnologia e sustentabilidade para o mercado de produção de flores no Brasil, em especial com as rosas, caso se queira aumentar o valor agregado do produto e atender às exigências de qualidade do mercado externo.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.
Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Referências

ALVES, A. M.; VIANA, T. V. de A.; AZEVEDO, B. M. de; JOVINO, M. R. M.; FURLAN, R. A. EFEITOS DE NÍVEIS DE IRRIGAÇÃO SOBRE A CULTURA DA ROSA. **IRRIGA**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 152–159, 2008. DOI: 10.15809/irriga.2008v13n2p152-159. Disponível em: <<https://irriga.fca.unesp.br/index.php/irriga/article/view/3358>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

AHMED, J. U.; LINDA, I. J.; MAJID, M. A. Royal FloraHolland: Strategic Supply Chain of Cut Flowers Business. **SAGE Business Cases**. SAGE Publications: SAGE Business Cases Originals, 2018.

BEZERRA, J. E. Redes globais de produção: um caminho de análise para a geografia econômica. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 149-167, 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.187413. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/187413>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CARVALHO, D. R. P.; VELOSO FILHO, F. A. Geografia econômica: origem, perspectivas e temas relevantes/Economic Geography: beginnings, perspectives and relevant issues. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 50, p. 573-588, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/p.2318-2962.2017v27n50p573>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CEPEA; IBRAFLOR. **PIB da cadeia de Flores e Plantas Ornamentais brasileira: ano-base 2017. 2022**. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-da-cadeia-de-flores-e-plantas-ornamentais.aspx>>

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar em revista**, n. 24, p. 213-225, 2004.

GALERIANI, T. M. ; COSMO, B. M. N. ; CECCON, A. P. P. ; MARCHI, C. S. ; MUNDT, T. T. Cultivo de rosas de corte. **Revista Agronomia Brasileira**, v.4, 2020. Disponível em: <<https://www.fcav.unesp.br/#!/ensino/departamentos/ciencias-da-producao-agricola/laboratorios/labmato/rab/volume-4-2020/rab202003/>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

GRANADA, D. F., *et al.* **Industria de las flores en Colombia**. [Diplomado de profundización para grado, Universidad Nacional Abierta y a Distancia UNAD]. 2019.

GRISOTTO, M. C. **O sistema agroindustrial de exportação de rosas: um estudo comparativo entre o Brasil e a Colômbia**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MARTINS, M. J. De Amesterdão a Lisboa. O negócio das flores vale milhões. **Diário de Notícias**, 09 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.dn.pt/1864/de-amesterdao-a-lisboa-o-negocio-das-flores-vale-milhoes-11886810.html>>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

NASTARI, P. M. A crise na Ucrânia e a dependência da importação de fertilizantes. **AgroANALYSIS**, v. 42, n. 5, p. 16-17, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.fgv.br/agroanalysis/article/view/88024#:~:text=A%20depend%C3%AAncia%20do%20Brasil%20por,em%20risco%20a%20agropecu%C3%A1ria%20nacional.>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Revista Território**, v. 4, n. 6, p. 5-20, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7611596/mod_resource/content/1/Modo%20de%20Producao%20Tecnico%20Cient%3%ADfico%20e%20Diferencia%C3%A7%C3%A3o%20Espacial.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2023

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 1996.

SCHOLVIN, S..; SERRA, M..; FRANÇOSO, M.; BASTOS, P..; MELLO, P..; BORGES, A.. Densidade, distância, divisão e as redes de produção globais: o caso do setor brasileiro de petróleo e gás. **Economia e Sociedade**, Campinas, SP, v. 29, n. 1, p. 85–119, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8661920>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

WEBERING, S. I. Cooperação cooperativa: O ser, o fazer e o dever. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, p. 567-581, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rac/a/pkxKPqLjmVBdnKqKxwsBB4n/?lang=pt>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MAYRINK, Jayne Oliveira. UM RELATO DE EXPERIÊNCIA PARA PENSAR O DESENVOLVIMENTO REGIONAL A PARTIR DO SETOR PRODUTIVO DE ROSAS: de Barbacena/MG ao mercado global de flores. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 79-104, setembro- dezembro, 2023.

Submissão em: 17/07/2023. Aceito em: 01/12/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

SEÇÃO ARTIGOS

ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR:¹
os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil

STATE AND FAMILY FARMING:
the advances and setbacks in the articulations of the Food Acquisition Program in the municipality of São Luís – MA – Brazil

ESTADO Y AGRICULTURA FAMILIAR:
los avances y los retrocesos en las articulaciones del Programa de Adquisición de Alimentos en el municipio de São Luís – MA – Brasil

 [Jéssica Neves Mendes²](#)
Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
Maranhão, Brasil
e-mail: jessica.n.mendes@unesp.br

 [José Sampaio de Mattos Junior³](#)
Universidade Estadual do Maranhão
(UEMA), Maranhão, Brasil
e-mail: sampaio.uema@gmail.com

 [Igor Breno Barbosa de Sousa⁴](#)
Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho” (UNESP),
Maranhão, Brasil
e-mail: igor.breno@unesp.br

Resumo

O presente artigo tem como proposta analisar a relação entre Estado e a agricultura familiar a partir dos avanços e retrocessos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de São Luís, no estado do Maranhão. Assim, metodologicamente, estabeleceu-se para as análises pesquisa bibliográfica a partir de compreensões teóricas acerca da agricultura familiar e das concepções governamentais do PRONAF e do PAA, além da coleta de dados no IBGE, CONAB e SEMSA. Desse modo, analisou-se as políticas públicas voltadas para o campo, ressaltando a desarticulação de estruturas na escala federal de apoio à agricultura familiar, que se reflete nos drásticos cortes de tais políticas, como no caso do PAA em São Luís, o qual caracteriza-se por uma produção agrícola diversificada, mas que está comprometida em razão dos efeitos socioeconômicos decorrentes dos direcionamentos adotados pelo Estado.

Palavras-chave

Estado; Agricultura Familiar; PAA; São Luís.

¹ Esse texto é resultado da comunicação “Estado e agricultura familiar: caracterização do Programa de Aquisição de Alimentos no município de São Luís – MA”, apresentado no evento XIV SOBER: desenvolvimento, segurança alimentar e políticas públicas para o Nordeste, realizado na cidade de Bacabal – MA, entre os dias 29 e 31 de outubro de 2019.

² Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

³ Doutorando Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

⁴ Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Professor dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (UEMA).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

This article aims to analyze the relationship between State and family farming, based on the advances and setbacks of the Food Acquisition Program, in the municipality of São Luís, in Maranhão's state. Thus, methodologically, it was established for the analysis bibliographical research from theoretical understandings about family farming and government conceptions of PRONAF and PAA, in addition to data collection in IBGE, CONAB and SEMSA. Thus, we analyzed the public policies focused on the field, emphasizing the disarticulation of structures on the federal scale of support to family farming, which is reflected in the drastic cuts of such policies, as in the case of the PAA in São Luís, Brazil, which is characterized by a diversified agricultural production, but which is compromised due to the socioeconomic effects resulting from the directions adopted by the State.

Keywords

State; Family Farming; PAA; São Luís.

Resumen

El presente artículo tiene como propuesta analizar la relación Estado y agricultura familiar, a partir de los avances y retrocesos del Programa de Adquisición de Alimentos en el municipio de São Luís, en el estado de Maranhão. Así, metodológicamente, se estableció para los análisis investigación bibliográfica a partir de comprensiones teóricas acerca de la agricultura familiar y de las concepciones gubernamentales del PRONAF y del PAA, además de la recolección de datos en el IBGE, CONAB y SEMSA. De ese modo, se analizaron las políticas públicas volcadas para el campo, resaltando la desarticulación de estructuras en la escala federal de apoyo a la agricultura familiar, que se refleja en los drásticos recortes de tales políticas, como en el caso del PAA en São Luís, el cual se caracteriza por una producción agrícola diversificada, pero que está comprometida en razón de los efectos socioeconómicos derivados de los direccionamientos adoptados por el Estado.

Palabras-clave

Estado; Agricultura Familiar; PAA; São Luís.

Introdução

A partir da década de 2000, as políticas públicas no Brasil adquiriram um novo enfoque e essa estratégia surgiu sob a noção de desenvolvimento territorial. Isso colocou o território na agenda do governo. A abordagem territorial no contexto das políticas de planejamento assentou numa perspectiva que procurou atualizar as políticas tradicionais de desenvolvimento regional.

Conforme Souza (2012), o enfoque da questão do desenvolvimento territorial rural ganhou novas discussões a partir dos anos 1990, com o debate sobre agricultura familiar e a criação de políticas públicas voltadas ao atendimento de pequenos produtores rurais. Nessa perspectiva, é de suma importância a discussão teórica sobre o conceito de território para fundamentação dos pressupostos que vão embasar as ponderações sobre as políticas públicas que têm como característica o ordenamento territorial.

Diante do exposto, é necessário evidenciar como alguns autores trabalham essa questão para que o entendimento sobre o conceito de território permita compreender a discussão sobre

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

as políticas públicas para a agricultura familiar. Dessa forma, Souza (1995, p. 78) considera que o “território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Entretanto, o território não deve ser entendido somente pela apropriação do poder, deve-se considerar também sua multidimensionalidade, ou seja, relações sociais, econômicas e políticas.

Para Saquet (2004, p. 3), “o território é compreendido como fruto de processos de apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de forças, de relações de poder econômico, político e cultural”. Assim, o território é visto como um resultado de múltiplas relações de poder no espaço geográfico. No mesmo sentido, para Schneider e Tartaruga (2004):

O território é entendido a partir do reconhecimento das relações de poder projetadas no espaço entre os diversos atores. O espaço que nos interessa conhecer nesta perspectiva, é sempre o espaço demarcado e transformado pela presença histórica e formativa da agricultura familiar, que é a forma social hegemônica, embora possa haver outras (Schneider; Tartaruga, 2004, p. 112).

Gómez (2006) assevera que, entre ações do Estado, a criação do PRONAF, em 1995, foi uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar e para a redução de sua vulnerabilidade socioeconômica. Embora essas políticas de desenvolvimento territorial tenham sido pensadas e estruturadas, prioritariamente, para a redução das vulnerabilidades sociais e consolidação da agricultura familiar, elas continuam a apresentar contradições nas relações de poder, o que gera conflitos e desarticulações entre as esferas local, estadual e federal.

Segundo Müller (2007), enquanto objeto de política pública no Brasil, a agricultura familiar é inserida na pauta governamental em meados da década de 1990, com a implantação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o que traz modificações na rede de políticas para a agricultura e incorpora atores nos acontecimentos que modelavam as políticas para o setor.

Dentre as ações, que foram instituídas para fazerem parte desse conjunto de articulação e incorporação de novos atores, está o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que foi criado em 2003 como uma proposta de incorporação dos produtos da agricultura familiar dentro dos mercados institucionais. Entretanto, menos de 20 anos depois, evidenciamos que as

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

estruturas de apoio ao fortalecimento da agricultura familiar foram desarticuladas, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁵. Com base nesse contexto, propõe-se uma análise das políticas públicas voltadas para o campo, em vista de evidenciar o caso do PAA no município de São Luís, estado do Maranhão, após a desarticulação de estruturas federais de apoio à agricultura familiar no ano de 2016.

Para a estruturação desse artigo, foi relevante a definição de procedimentos metodológicos que levassem em consideração a pesquisa bibliográfica a partir de compreensões teóricas acerca da agricultura familiar e das concepções governamentais do PRONAF e do PAA elucidadas por Schneider (2003), Mattei (2005) e Wanderley (2003).

Também foi necessário analisar as relações imbricadas epistemologicamente na categoria território enquanto conceito empregado pelo Estado para o desenvolvimento de políticas públicas, a partir de Silva e Silva (2011), Souza (2012) e Boito Junior e Berringer (2013). Por fim, as análises socioespaciais do município de São Luís foram fundamentadas em Burnett (2011), Ottati (2013) e Almeida e Mourão (2017).

No que tange aos dados secundários, foram consultadas as Séries Históricas do Censo Demográfico (1970 a 2010), e da Produção Agrícola Municipal (PAM) (2004 a 2018), ambas elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Posteriormente, em nível estadual e municipal, foram coletados dados obtidos pelo Compêndio de Estudos CONAB sobre o PAA, além da obtenção de dados sobre o PAA pelo Portal da Transparência, fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e pela Secretaria Municipal de Segurança Alimentar (SEMSA), para o período de 2003 a 2020.

O Estado e a agricultura familiar: a discussão teórica e a (des)articulação governamental

No final dos anos 1980, com o processo de redemocratização, o desenvolvimento rural foi objeto de um debate mais amplo na sociedade. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, surgiram ações relacionadas ao combate à pobreza rural e à desigualdade social, sendo estas implantadas na perspectiva da descentralização. De acordo com Picolotto e

⁵ O MDA foi extinto por meio do Decreto nº 8.865, em 29 de setembro de 2016. Suas atribuições estão subordinadas na Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Medeiros (2017), a consagração da categoria agricultura familiar se deu em meados dos anos 1990, quando – por efeito da eficácia política dos Gritos da Terra, articulados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), assim como por várias mobilizações de pequenos produtores em todo o país – o governo federal instituiu o PRONAF.

O PRONAF também permitiu a articulação de políticas voltadas para o campo, bem como o financiamento da produção dos agricultores familiares. De acordo com Mattei (2005), a criação do PRONAF representou a legitimação, pelo Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então, era praticamente marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola e era designada como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência. O conceito de agricultor familiar, previsto na Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, considera:

Art. 3º [...] agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006. p. 1).

Oliveira (2007), analisando a substituição e diferenciação entre *agri-cultura* e *agro-negócio*, abriu caminho para vários estudos de intelectuais sobre a questão agrária, ao abordar, assim, um novo conceito de agricultura de pequeno porte, voltada para os mercados mundiais e/ou nacional e integrada nas cadeias produtivas das empresas de processamento e/ou de exportação:

Nascia assim, uma concepção neoliberal para interpretar esta agricultura de pequeno porte, a agricultura familiar. O neoliberalismo invadia desta forma, o mundo da intelectualidade. E, como se isso não bastasse, invadiu também o mundo dos movimentos sindicais e sociais do Brasil. Julgaram os neoliberais do estudo agrário que era preciso tentar sepultar a concepção da agricultura camponesa e com ela os próprios camponeses (Oliveira, 2007, p. 147).

Nesta perspectiva, embora não exista consenso entre os estudiosos, como aponta Schneider (2003), compreendemos que a afirmação da agricultura familiar no cenário político

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

e social do Brasil está atrelada à legitimação do Estado, com a criação do PRONAF em 1995. Por isso, Wanderley (2003) compreende que a agricultura familiar resulta da própria atuação do Estado, a partir da implantação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, o qual é capaz de atender as exigências do mercado.

Face a isso, os anos 1990, sob a égide do Estado neoliberal – que reduz o papel do Estado interventor e aumenta as vantagens do capital estrangeiro –, evidenciou-se uma contradição. No mesmo período, verificamos também o avanço do agronegócio em detrimento da agricultura familiar, diante de exportações de *commodities*⁶ de grandes empresas multinacionais, desarticulando a pequena produção local baseada no trabalho familiar.

Por outro lado, sob a luz do Estado neodesenvolvimentista⁷ e do fim do Estado essencialmente neoliberal, o governo Lula, por meio do artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, institui o PAA. Assim, esse programa constitui-se em uma das ações abrigadas pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) e congregadas no Programa Fome Zero.

De todo modo, não podemos afirmar que a mudança de governo representou uma ruptura imediata das práticas neoliberais. Pelo contrário, ainda que o destaque dos programas voltados para a agricultura familiar fizesse parte de uma estratégia neodesenvolvimentista do governo Lula, este não rompeu totalmente com o modelo neoliberal praticado anteriormente pelo governo de Fernando Henrique Cardoso.

Como resultado, as ações do Estado neodesenvolvimentista⁸ impactaram na dinâmica do campo brasileiro, durante os três mandatos e meio do governo do Partido dos Trabalhadores

⁶ As *commodities* são formadas por produtos de origem primária (como da agropecuária e extração mineral), produzidos em larga escala destinadas para o comércio exterior.

⁷ Segundo Bresser-Pereira (2016), a abordagem neodesenvolvimentista consiste em abranger a macroeconomia do desenvolvimento e uma microeconomia do desenvolvimento, esta última adota uma distinção crítica entre os setores competitivo e não competitivo das modernas economias capitalistas; tendo em vista que sua *política de distribuição* critica o populismo fiscal e cambial e defende a tributação progressiva, uma política de salário mínimo, uma baixa taxa de juros e o aumento dos gastos sociais ou do consumo coletivo.

⁸ Segundo Boito Junior e Berringer (2013), é possível destacarmos alguns elementos importantes de política econômica e social, tais como: (i) políticas de recuperação do salário mínimo e de transferência de renda que aumentaram o poder aquisitivo das camadas mais pobres; (ii) elevação da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES) para financiamento da taxa de juros subsidiada das grandes empresas nacionais; (iii) política externa de apoio às grandes empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

(PT), o que pode ser exemplificado pelo aumento das áreas de produção de *commodities* produzidas pelo agronegócio. Além disso, a grande burguesia distribuída nos setores da economia, tais como: indústria, mineração, construção civil e, principalmente, agronegócio exigiu favoritismo e proteção do Estado na competição com o capital estrangeiro (Boito Junior; Berringer, 2013).

Conforme Mitidiero Junior (2022), as monoculturas de exportação tiveram relativo poder na economia nacional e sustentam a narrativa de “reprimarização da economia” a partir da criação de economias dependentes e atrasadas e da construção de coalizões políticas que ferem os direitos sociais.

Sendo assim, podemos mensurar até mesmo um jogo de forças na busca pelo equilíbrio entre a satisfação das expectativas da burguesia e das camadas populares. Seguindo esse raciocínio, para as camadas populares, os governos do PT elaboraram programas de transferências de renda e, no caso da nossa discussão, o financiamento da agricultura familiar. É fato que o governo federal concebeu políticas públicas de desenvolvimento rural que podem ser instrumentos para a consolidação dos mercados institucionais. Silva e Silva (2011) apresentaram, como exemplo dessas políticas de desenvolvimento rural, a criação de mercados institucionais para produtos da agricultura familiar.

Diante disso, em meio às ações do Estado e às novas dinâmicas no campo brasileiro, o surgimento do PAA permitiu a compra pública de produtos de agricultores familiares, com preços estabelecidos pela CONAB, para doação ou formação de estoques. Dentre os beneficiários fornecedores estão os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquícultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

Quanto aos beneficiários consumidores, estes são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial. Os alimentos adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação para as

de mercadorias e de capitais; (iv) política econômica anticíclica – medidas para manter a demanda agregada nos momentos de crise econômica.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pelas redes socioassistenciais e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição.

Em todo o caso, embora os governos petistas tenham introduzido um conjunto de medidas no meio rural, visaram agilizar a produção de alimentos básicos para uma população em situação de insegurança alimentar e nutricional. Tudo isso com o objetivo de retirar o Brasil do mapa da fome da Organização das Nações Unidas (ONU), vinculando a agricultura familiar à segurança alimentar e ao combate à fome por meio de mercados institucionais. No entanto, ao longo dos anos, o PAA sofreu instabilidade e sucessivas ameaças de desativação durante os governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022). Assim, Mitidiero Junior (2022) enfatiza que:

Na atual conjuntura, o aumento da participação das exportações agropecuárias está associado ao dismantelamento da indústria nacional. Cada vez mais exportamos matérias primas e compramos produtos manufaturados reiterando uma condição histórica centenária. Os últimos 15 anos estão marcados por um processo de desindustrialização que talvez possa vir a ser o maior processo de desindustrialização da história mundial (Mitidiero Junior, 2022, p. 294).

Nesse contexto, destaca-se a importância de políticas como o PAA por vincular o combate à fome à agricultura familiar, que se baseia na diversidade da produção agrícola, na dinâmica do mercado e na distribuição de renda. No entanto, ao longo dos anos de sua implantação, o PAA se consolidou como política assistencialista para a agricultura familiar, ao contrário de outros setores econômicos, nos quais investiu-se continuamente com o apoio do Estado.

Para tanto, tomemos como exemplo o município de São Luís que, apesar de ser a capital do estado do Maranhão, apresenta uma produção agrícola diversificada e é um dos municípios do estado com maior número de agricultores participantes do PAA.

Os avanços e os retrocessos do PAA diante das socioespacialidades do município de São Luís

O município de São Luís está localizado no norte do estado do Maranhão, região nordeste do Brasil (Figura 1). De acordo com o Censo do IBGE (2010), a população residente no município é de 1.014. 836, sendo 94% da população urbana.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544

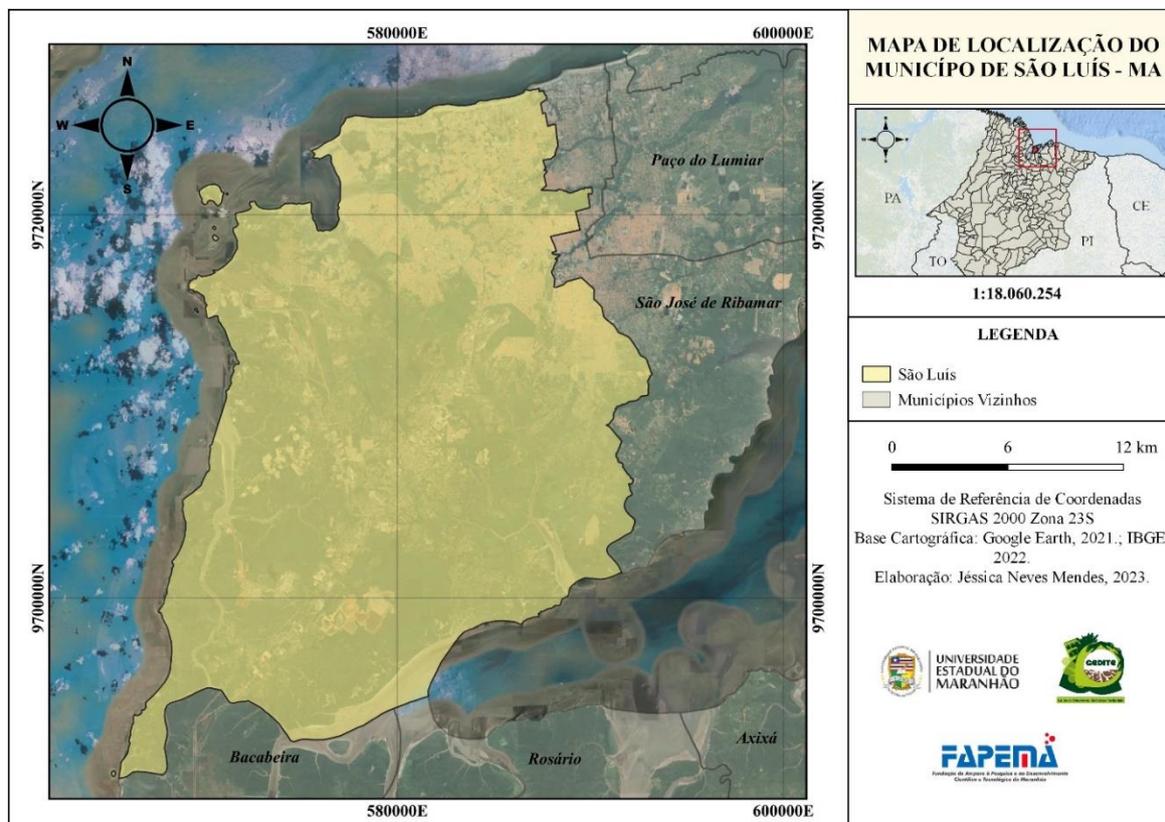


Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 1: Localização de São Luís (MA)



Fonte: Elaborado pelos autores (2023)

É importante ponderar que o quadro atual de São Luís decorre de transformações socioespaciais históricas, isto é, a cidade ludovicense, nos seus 408 anos de existência, destacou-se por concentrar as decisões políticas, econômicas e financeiras, seja para o Maranhão Colonial, Imperial ou enquanto unidade federativa. Em decorrência disso, Burnett (2011) destaca que as políticas direcionadas ao espaço ludovicense eram conduzidas para a produção agrícola ou para a exportação. Dessa forma, os bairros populares de São Luís são originados na migração rural dirigida para o centro da cidade ou para os corredores de transporte, como por exemplo, a Avenida Getúlio Vargas (Burnett, 2011).

Sobre essa configuração socioespacial, Ferreira (2008) afirma que somente a partir do final da década de 1950, o Maranhão se integra ao desenvolvimento do Brasil, por meio da construção de rodovias que ligam o Maranhão a outros estados, como as rodovias Belém-Brasília, Teresina-Belém, São Luís-Belém e São Luís-Brasília. Com isso, as mudanças

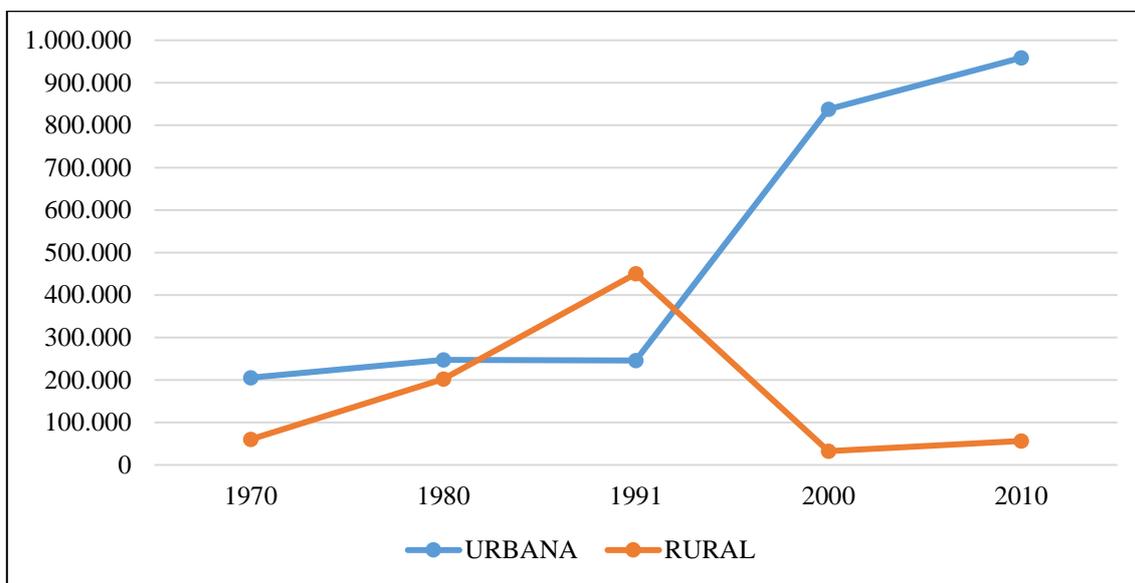
AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.
 Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.
 ISSN: 2316-8544

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

socioespaciais no fluxo de pessoas, transportes e mercadorias serviram de combustíveis para a mudança no quantitativo populacional ludovicense, conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1: São Luís – Série histórica – População Urbana e Rural.



Fonte: IBGE (2010)
Org.: Os autores (2020)

Segundo Sousa *et al.* (2020), a cidade de São Luís concentra as principais atividades comerciais do Maranhão, uma vez que possui o principal porto do estado: o Porto do Itaqui. Além disso, o Programa Grande Carajás (PGC) exerce uma importante influência na dinâmica de transição demográfica na capital São Luís, pois, desde a década de 1980, a área rural da cidade aumentou significativamente, por meio da reorganização espacial devido às demandas da mão de obra e ao deslocamento da população oriunda do interior do estado. Ainda na década de 1980, as perspectivas de crescimento se instauraram no Maranhão, com as ações de planejamento do Distrito Industrial de São Luís, como aponta Ottati (2013):

Mais especificamente na década de 1980, já sob a nova estratégia capitalista com base na acumulação flexível e na concepção neoliberal, o Estado abriu suas portas para instalação de grandes investimentos nacionais e multinacionais e adotou a prática de incentivos fiscais e facilidades creditícias para atrair investidores na área agropecuária, minero-metalúrgica e siderurgia, fato que proporcionou a vinda de grandes empresas para o estado. Porém, somente com a implantação do Projeto de Grande Carajás, e dos Projetos da Alumar (Consórcios de Alumínio do Maranhão), da monocultura de soja e da revitalização da pecuária, o estado entrou realmente no

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.
Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

processo do comércio mundial através das suas atividades de produção e comercialização (Ottati, 2013, p. 86).

Diante das possibilidades de emprego com os grandes projetos de desenvolvimento, São Luís tornou-se atrativo populacional, o que resultou em um intenso processo de aceleração da expansão urbana e do crescimento demográfico. No que tange à expansão urbana de São Luís em detrimento do espaço rural, é importante observar o fenômeno da especulação imobiliária, que se espalha a partir das áreas consideradas nobres. Dessa forma, verificamos o “despejo” das populações suburbanas ou da área rural de São Luís, por não possuírem títulos de propriedade da terra, constituindo a massa dos “sem casa” (Almeida; Mourão, 2017).

Assim, com o processo de urbanização, sobretudo nos grandes centros urbanos do Brasil, observamos precariedades na área rural, a qual, em decorrência do processo de modernização das relações de produção no campo, vive o agravamento dos problemas fundiários. A combinação desses fatores tem levado à expansão da população urbana, o que resulta no aumento gradativo de ocupações desordenadas na cidade, enquanto apenas uma parcela da população recebe investimentos públicos que atendem aos seus interesses (Burnett *et al.*, 2016).

A partir disso, apresentamos as socioespacialidades do município de São Luís para entendermos como essas mudanças no decorrer da sua formação histórica irão refletir-se na dinâmica da agricultura no município, sobretudo no PAA, o qual é coordenado em âmbito federal pela CONAB, no âmbito estadual pela Secretaria de Estado de Agricultura Familiar (SAF) e no municipal pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (SEMAPA), além da SEMSA.

Segundo Gomes (2016), o município de São Luís oferece condições edafoclimáticas (clima e solo) favoráveis para o cultivo de hortaliças, frutas, verduras, entre outras culturas. Porém, no município encontram-se alguns problemas que dificultam o desenvolvimento da produção agrícola, dentre eles a diminuição das áreas cultiváveis e a degradação dos solos.

Além disso, segundo Braga (2019), o município de São Luís apresenta 22 comunidades rurais envolvidas na comercialização para o PAA. Particularmente, a comunidade que apresenta

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

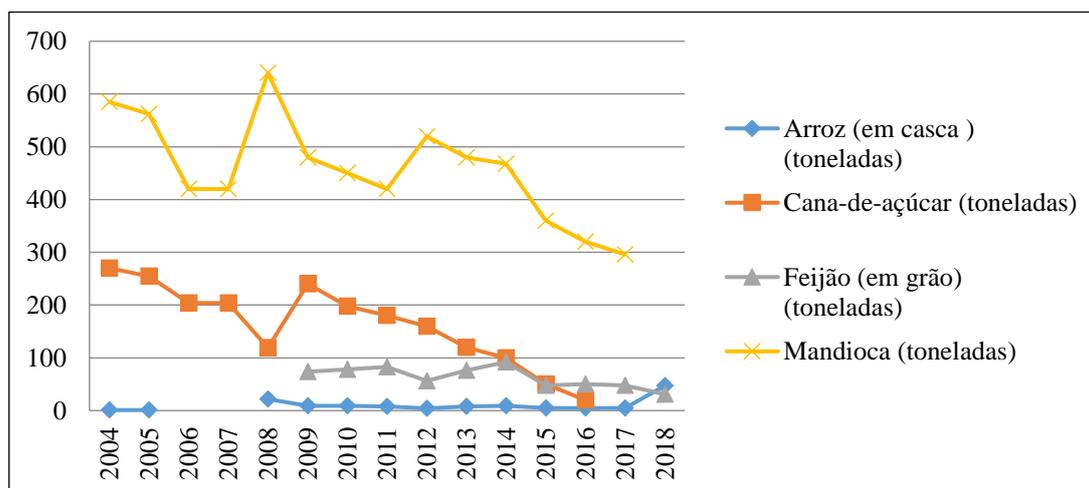
o maior quantitativo de produtores cadastrados no programa é a comunidade rural Cinturão Verde, com 80 adesões entre 2009 e 2019 (CONAB, 2019).

Segundo a SEMSA (2020), no município de São Luís, o PAA é coordenado pelo governo municipal, sendo cadastrados 664 agricultores, 14 entidades beneficiárias e um total de 16.651 consumidores entre os anos de 2015 a 2020. Os agricultores recebem o serviço de assistência técnica, o qual é realizado pela Agência Estadual de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (AGERP) e os produtos cultivados incluem hortícolas, frutas, verduras, legumes, além da aquicultura, suinocultura, bovinocultura, avicultura e caprinocultura.

A principal modalidade do PAA acessada pelos beneficiários fornecedores de São Luís é a Compra com Doação Simultânea, na qual os alimentos produzidos são repassados para os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), além dos hospitais de São Luís, como o Socorrão I e II, Hospital da Mulher e Hospital da Criança.

Os produtos são recolhidos pela SEMSA em três centrais localizadas na zona rural de São Luís, são essas: Matinha, Cinturão Verde e Tajipurú. Segundo o IBGE (2018), os principais alimentos produzidos em São Luís, considerando a quantidade produzida (toneladas) em lavouras temporárias e permanentes, são: mamão, mandioca, feijão, banana, coco-da-baía, cana-de-açúcar, manga, maracujá e limão, conforme observamos nos Gráficos 2 e 3:

Gráfico 2: São Luís – Produção Agrícola – Lavoura Temporária (2004-2018).



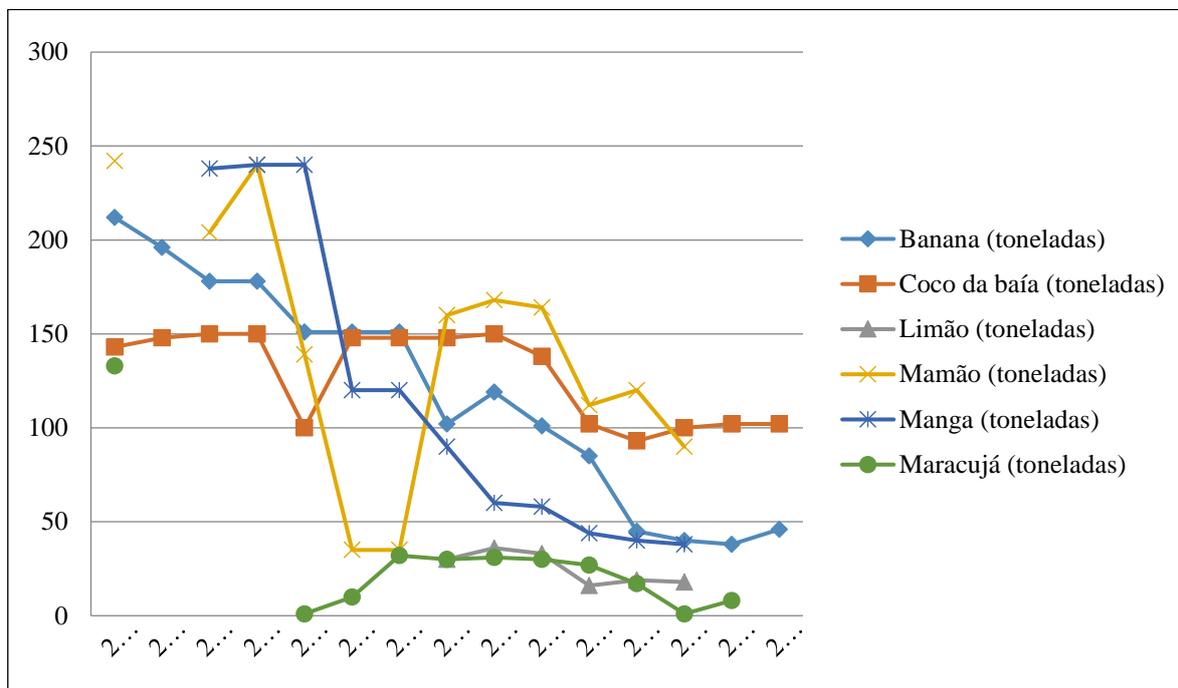
Fonte: IBGE (2018)
Org.: Os autores (2019)

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.
Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Gráfico 3: Produção Agrícola em São Luís – Lavoura Permanente (2004 -2018)



Fonte: IBGE (2018)
Org.: Os autores (2019)

A produção agrícola em São Luís é baseada principalmente em horticultura, ou seja, no cultivo de frutas, legumes e verduras, assim como o fornecimento para o PAA, no qual os produtos cultivados pelos produtores são predominantemente hortaliças e frutas, tais como abacate, alface, abacaxi, banana, caju, couve, coentro, limão, mamão, manga, milho, pepino, pimentão, quiabo, vinagreira, entre outros. Destarte, por meio da análise da produção agrícola em São Luís, a partir dos dados apresentados pelo IBGE (2018) nos Gráficos 2 e 3, é possível identificar uma redução na produção de alimentos a partir de 2013.

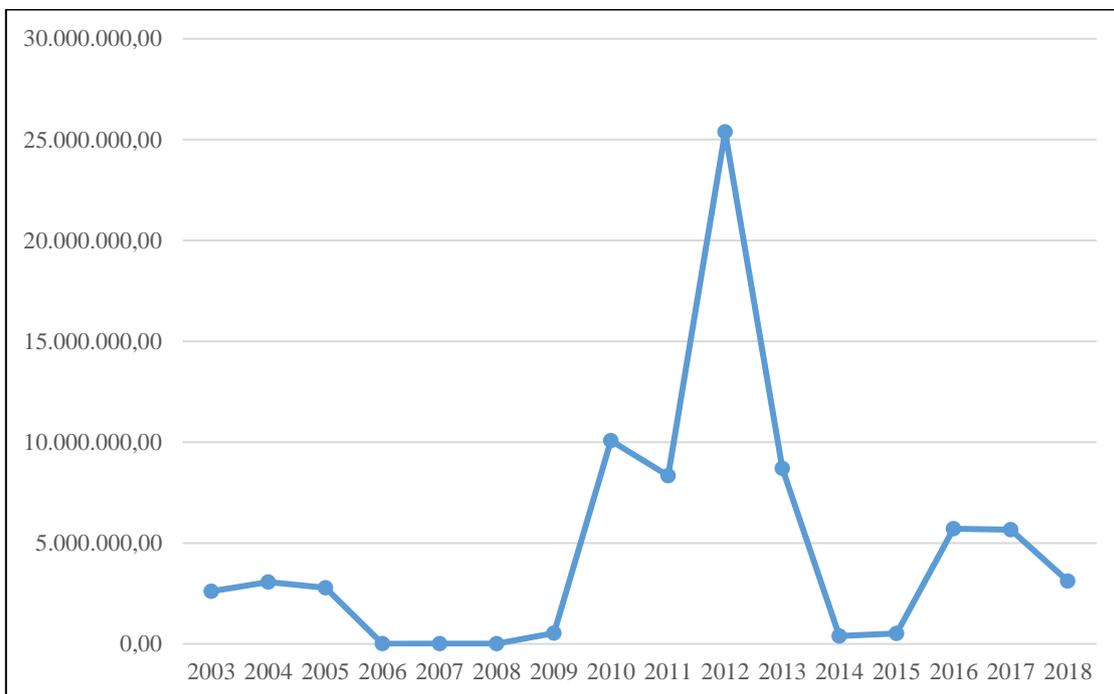
Comportamento semelhante pode ser notado nos repasses financeiros e no quantitativo de beneficiários do PAA no Maranhão, conforme os Gráficos 4 e 5. A crise político-econômica, os sucessivos cortes e as ameaças de desativação do PAA refletem na continuidade da produção agrícola familiar, sobretudo para o abastecimento de circuitos locais.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.
Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.
ISSN: 2316-8544

Ensaio de Geografia

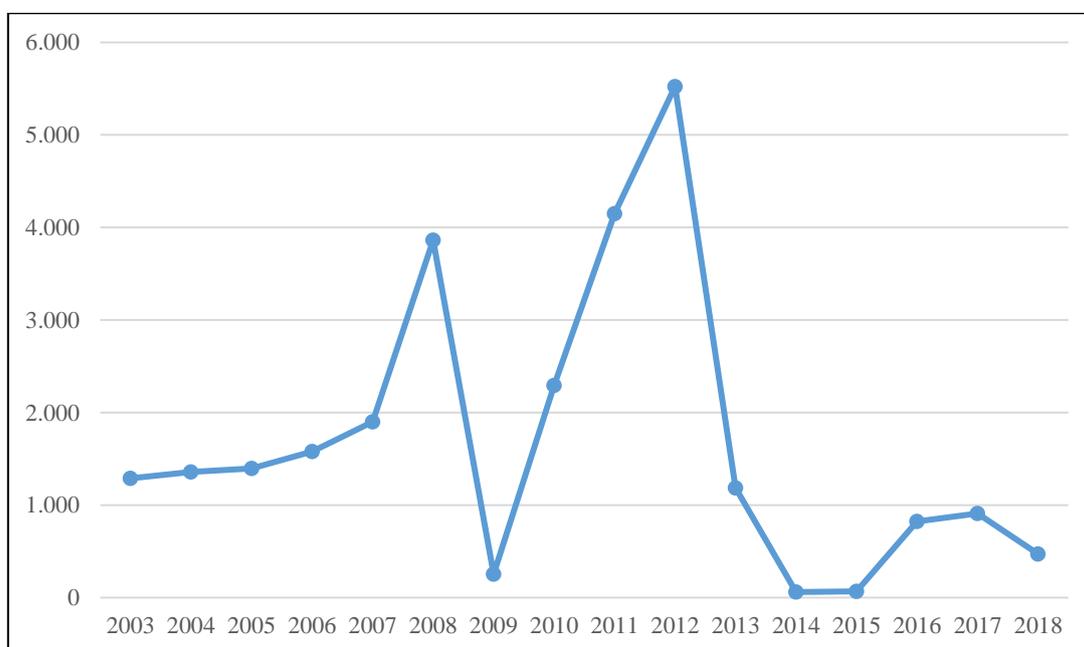
Essays of Geography | POSGEO-UFF

Gráfico 4: Recursos aplicados com o PAA no Maranhão



Fonte: CONAB (2019)
Org.: Os autores (2019)

Gráfico 5: Número de beneficiários do PAA no Maranhão.



Fonte: CONAB (2019)
Org.: Os autores (2019)

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.
Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Segundo Grisa e Porto (2015), embora o programa tenha um caráter intersetorial em nível nacional, ainda permanece um desafio político e institucional. Nem sempre o governo municipal/estadual/federal é parceiro na implementação do programa, pois, por vezes as organizações da agricultura familiar estão em fase inicial de estruturação e precisam de articulação. As entidades de assistência social também apresentam limitações em termos de recursos humanos e estruturais, e nem sempre há organizações sociais intermediárias que tomem a iniciativa ou fortaleçam a articulação política e a governança necessárias para a implementação do programa.

Segundo Mendes (2021), ainda assim, o número de agricultores participantes do programa é aquém do esperado, dada a grande diversidade do estado em relação às comunidades tradicionais como quilombolas, indígenas, assentados da reforma agrária, público-alvo da política. Os dados mostram a inconsistência das políticas agrícolas voltadas para os agricultores familiares em detrimento das políticas neoliberais em favor da grande produção de *commodities*.

A CONAB (2017) justifica que os resultados demonstram variação de recursos aplicados no PAA devido às características próprias de cada região, além das limitações na organização social local e no acesso à informação por parte dos beneficiários fornecedores ou de suas representações legais. Entretanto, Veloso (2017) contrapõe as justificativas sobre a redução dos valores de investimentos no PAA, ao indicar que a involução nos recursos financeiros do PAA em 2013 pode ser atribuída às denúncias de desvios e fraudes no programa.

O autor apontou como exemplo o caso ocorrido no estado do Paraná, onde, por meio de investigação da Polícia Federal denominada “Agro-Fantasma”, constataram-se irregularidades e desvios de recursos em alguns municípios do estado. Por conta disso, houve maior rigor na aprovação de projetos do PAA no país. Dessa forma, apontamos a evolução dos recursos do PAA em São Luís, conforme gráfico seguir (gráfico 6):

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544

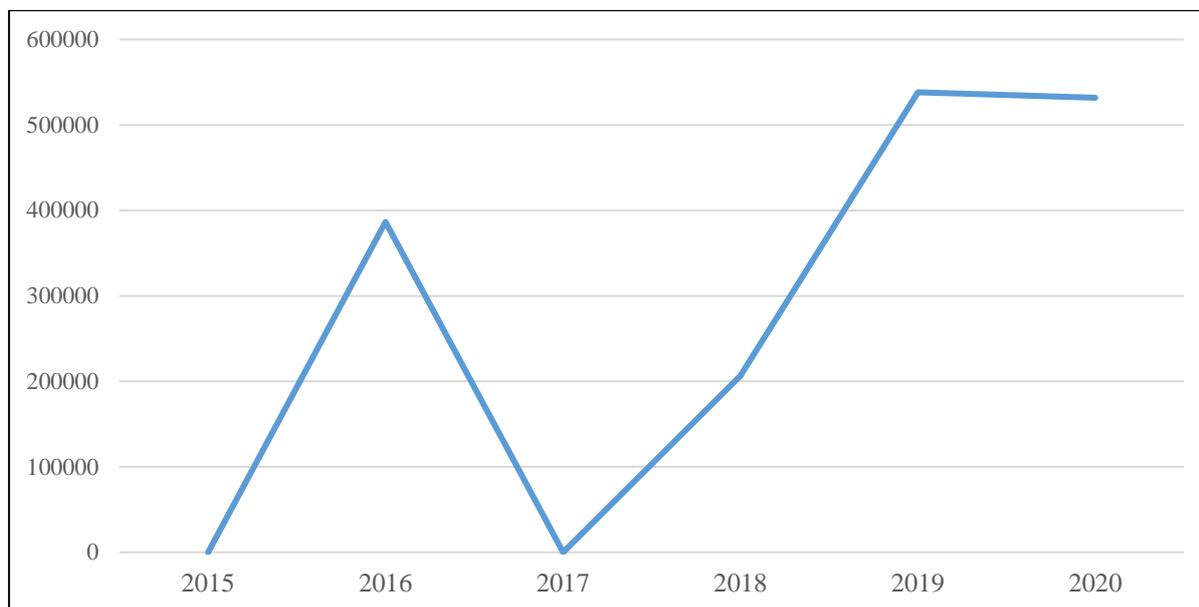


Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Gráfico 6: Repasses para aplicação do PAA em São Luís.



Fonte: SEMSA (2020)

Org.: Os autores

Além disso, o autor também relatou que outra possível causa da queda de investimentos no programa federal foi a crise política e econômica no país. A queda nos investimentos verificados não se relaciona apenas à crise, mas à forma de perceber o processo produtivo, extinguindo programas e paralisando atividades em Instituições Federais que afetaram diretamente os agricultores familiares.

Conforme Mendes (2021), as comunidades rurais de São Luís vivem à base da agricultura familiar e da pesca. Além disso, os produtos são consumidos e vendidos em feiras e mercados de São Luís, o que reforça a importância dessas famílias e a sustentabilidade dessa área rural. Além de interagir com as áreas urbanas por meio do abastecimento de alimentos, há também potencial para produção agrícola e relativa conservação dos recursos naturais.

Em São Luís, o declínio de repasses é também perceptível, haja vista que no ano de 2015 os recursos aplicados para a execução do PAA foram de mais de R\$1.000.000 e atualmente declinaram para a metade: R\$531.679, conforme dados disponibilizados pela Semsas (2020). Assim, conseqüentemente, houve uma redução no número de beneficiários, tanto fornecedores como consumidores. Observamos que as medidas podem refletir diretamente no

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

declínio da produção agrícola na capital. Com a desestruturação de políticas agrícolas, também percebemos a diminuição da produção agrícola familiar, como demonstrado nas análises realizadas.

No caso de São Luís, claro, não se pode estimar quais as mudanças ocorrerão posteriormente com novos planos diretores, por meio das estratégias de novos gestores para a área rural de São Luís. Sendo assim, os produtores rurais se defendem em seus territórios permeados por suas relações sociais e culturais, dada sua importância para as atividades econômicas voltadas para a alimentação e a segurança alimentar dos moradores dos centros urbanos da capital São Luís.

Considerações Finais

Neste artigo foi realizada uma abordagem acerca da relação entre Estado e agricultura familiar, levando em consideração a implantação do PAA no município de São Luís. Foi observada a articulação de políticas públicas com o objetivo de inserir a agricultura familiar na geração de emprego e renda, tendo em vista a produção e o consumo local, para dessa forma, contribuir para a redução das disparidades regionais e valorizar o rural.

De fato, a partir das políticas de fortalecimento da agricultura familiar, é notório o discurso da valorização do segmento, tendo em vista a produção e o consumo dos produtos localmente cultivados, na perspectiva de integrá-los na economia, passá-los a novos elementos nos mercados institucionais apoiados e estruturados pelo Estado.

Por outro lado, foram observados retrocessos, como a redução do espaço rural em consequência do processo de urbanização e o desmonte de estruturas de apoio à agricultura familiar, o que culminou na redução nos repasses de recursos financeiros e consequentemente na desarticulação das atividades produtivas, além de comprometer a segurança alimentar.

Dadas as consequências da pandemia da Covid-19, sublinhamos a importância de regressar a temas excluídos da agenda de governos anteriores, como as políticas sociais voltadas para a segurança alimentar e a redução da pobreza. Debate que, na nova conjuntura política, está ressurgindo e criando a expectativa de renovação de políticas voltadas para a agricultura familiar e o combate à fome, como o PAA.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Referências

ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO, L. **Questões agrárias no Maranhão contemporâneo**. Manaus: UEA Edições, 2017. 124 p.

BOITO JUNIOR, A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**. v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-44782013000300004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRAGA, C. L. **Circuitos de comercialização, mercados e estratégias de reprodução dos agricultores periurbanos da comunidade rural Cinturão Verde em São Luís-MA**. 2019. 167f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2019. Disponível em: <<https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/2624>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. **Diário Oficial da União**. Brasília, Disponível em: www.in.gov.br. Acesso em: 10 jul. 2019.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 36, n. 2, p.237-265, jun. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rep/a/VbnpbwkmbRJCRCVr75zM8hc/?lang=pt>>. Acesso em 21 ago. 2023.

BURNETT, F. L.; OLIVEIRA, A.; MELO, J.; DUTRA, L. **Planejamento e gestão de cidades no Maranhão: o executivo municipal e o controle do solo urbano**. São Luís: EDUEMA, 2016. 288 p.

BURNETT, F. L. **São Luís por um triz: escritos urbanos e regionais**. São Luís: EDUEMA, 2011. 171 p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: resultados das ações da Conab em 2016**. Brasília: Conab, 2017. 9 v. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/institucional/publicacoes/compendio-de-estudos-da-conab?start=20>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: resultados das ações da Conab em 2018**. Brasília: Conab, 2019. 20 v. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/institucional/publicacoes/compendio-de-estudos-da-conab?start=20>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

FERREIRA, A. J. A. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. 2008. 269f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tdc-11082009-141934/publico/ANTONO_JOSE_DE_ARAUJO.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

GOMES, J. F. B. **A multifuncionalidade da agricultura urbana e a sua integração no ecossistema urbano da ilha de São Luís**. 2016. 163f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-05362019000300252&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 19 jul. 2020.

GÓMEZ, J. R. M. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. 2006. 438f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=33293. Acesso em: 19 jul. 2020.

GRISA, C.; PORTO, S I. Dez anos de PAA: As contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015. p. 155-180.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Geouerj**: Revista do Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 7-19, 1. sem. 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/49049/32762>. Acesso em: 16 abr. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. **Produção Agrícola Municipal 2018**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>. Acesso em: 19 jul. 2019.

MATTEI, L. **Impactos do PRONAF: análise de indicadores**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/md000007.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MENDES, J. N. **Das (im)possibilidades do mercado institucional para agricultura familiar: análise do Programa de Aquisição de Alimentos no assentamento rural Cinturão Verde no município de São Luís – MA, de 2014 a 2020**. 184 f. Dissertação (Mestrado) – Curso

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

de Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2021.

MITIDIERO JÚNIOR, M. A. **Censo agropecuário 2017: o que revela o censo do golpe?** Marília: Lutas Anticapital, 2022. 311 p.

MÜLLER, A. M. **A construção das políticas públicas para agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos.** 2007. 128f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11006>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

OTTATI, A. M. A. A. **As dinâmicas e as desigualdades regionais de desenvolvimento no estado do Maranhão.** 2013. 225f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/72257>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

PICOLOTTO, E. L.; MEDEIROS, L. S. de. Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Orgs.). **A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no brasil contemporâneo.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 344-368.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPÓSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (Orgs.). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 121-148.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-121, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. V. G. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista Raízes**, Campina Grande, vol. 23, n. 12, 2004, p. 99-116. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/rzsantiga/artigos/Artigo_4.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

SILVA, M. G.; SILVA, S. P. Para além do acesso: uma análise da relação entre mercados institucionais e empreendimentos de economia solidária no meio rural. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, n. 49, p. 87-93, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3951/1/bmt49_econ04_paraalem.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023. Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

SOUSA, I. B. B.; MENDES, J. N.; SODRÉ, R. B.; MATTOS JUNIOR, J. S. de; SANTOS, I. J. P. Questão campo-cidade: as complexidades da dinâmica urbana e rural no município de São Luís - MA. *In: JACINTO, R (Org.). As novas Geografias dos países de Língua Portuguesa: Cooperação e Desenvolvimento*. Lisboa: Âncora Editora, v. 36, p. 185-197, 2020. Disponível em: <<http://www.cei.pt/publicacoes/iberografias.htm>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

SOUZA, M. L. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, I; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. B. (Org). Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

SOUZA, P. C. **Políticas públicas e desenvolvimento rural na região de Presidente Prudente**: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas. 2012. 303f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

VELOSO, F. **Redes locais e mercados institucionais de compra da agricultura familiar nos municípios de Adamantina, Paulicéia e Tupi Paulista (SP)**. 2017. 430f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 11, p. 42-61, 2003. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/238/234>>. Acesso em: 19 jul. 2020.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

MENDES, Jéssica Neves; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de; SOUSA, Igor Breno Barbosa de. ESTADO E AGRICULTURA FAMILIAR: os avanços e os retrocessos nas articulações do Programa de Aquisição de Alimentos de 2015 a 2020 no município de São Luís – MA – Brasil. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 105-125, setembro-dezembro, 2023.

Submissão em: 18/05/2023. Aceito em: 02/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

SEÇÃO ARTIGOS

MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios

MOBILIDADE NA CIDADE DO MÉXICO: acidentes e valorização dos serviços

MOBILITY IN MEXICO CITY: accidents and valuation of services

 Luis Alberto Luna Gómez¹

Universidad Autónoma Metropolitana (UAM),
Ciudad de México, México
e-mail: luna@cua.uam.mx

Resumen

La movilidad en la Ciudad de México forma parte de la producción del espacio no sólo en la configuración de una red vial, disposición de soportes materiales para los diferentes modos de viaje, lugares conectados y accesibles, también por el momento de distribución de mercancías, servicios y personas. Condiciones para una nueva ontología de la ciudad, de ser el centro de la producción de mercancías paso al conglomerado financiero de aseguradoras, centros de esparcimiento, entretenimiento y diversión, por ello, los motivos por los que se desplazan los viajeros han presentado cambios, se movían, fundamentalmente, de manera pendular, del hogar a la escuela o trabajo, 1983-1994, hoy, 2007-2017, se han diversificado los destinos, incrementos relacionados con algún servicio: convivir, ir al médico, realizar un trámite, ir a comer, social, diversión, llevar o recoger a alguien, ir de compras, acto religioso y otro. Los viajes, soportes materiales y transportes provocan accidentes que se reportan por los Datos Abiertos C5, desde enero del 2018 a diciembre del 2022, por el Gobierno local: choque, atropellado, derrapado, caída de ciclista, volcadura y caída de pasajero en las avenidas principales de la delegación Cuauhtémoc: Avenida Insurgentes y Avenida Reforma. El rango de edad más afectado, 25 a 34 años, principalmente hombres. El efecto, valorización de los servicios, salud, protección y seguros. Los accidentes viales son una mercancía, no se previene ni planifica un sistema que resuelva problemas multicausales.

Palabras clave

Movilidad; accidentes viales; Datos Abiertos C5; valorización de los servicios; Ciudad de México

¹Doutor em Geografia pelo IGCE-UNESP, Campus de Rio Claro, Pesquisador na Universidad Autónoma Metropolitana.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.
ISSN: 2316-8544

Resumo

A mobilidade na Cidade do México faz parte da produção do espaço, não apenas na configuração de uma malha veicular, arranjo de suportes materiais para os diferentes modos de deslocamento, lugares conectados e acessíveis, mas também pelo momento de distribuição de mercadorias, serviços e pessoas. Condições para uma nova ontologia da cidade, de centro de produção de bens, a conglomerado financeiro de seguradoras e centros de entretenimento, portanto, os motivos pelos quais as pessoas viajam mudaram, trocas, fundamentalmente, de forma pendular, de casa para a escola ou trabalho, 1983-1994, hoje, 2007-2017, os destinos diversificaram-se, aumentaram relacionados com algum serviço: atenção médica, fazer um procedimento, jantar, socializar, divertir-se, dar caronas, shopping, ato religioso e outros. Viagens, suportes materiais e transportes provocam acidentes que são reportados pelo *Open Data C5*, de janeiro de 2018 a dezembro de 2022, pela prefeitura: batida, atropelamento, derrapagem, queda de ciclista, capotamento e queda de passageiro nas principais avenidas da delegação Cuauhtémoc: Avenida Insurgentes e Avenida Reforma. A faixa etária mais acometida, de 25 a 34 anos, principalmente homens. O efeito, valorização dos serviços, saúde, proteção e seguro. Os acidentes rodoviários são uma mercadoria, não é prevenido ou planejado um sistema que resolva problemas multicausais.

Palavras-chave

Mobilidade; acidentes rodoviários; *Open Data C5*; valorização dos serviços; Cidade do México

Abstract

Mobility in Mexico City is part of the production of space, not only in the configuration of a vehicular grid, arrangement of material supports for the different modes of travel, connectivity, and accessibility, but also due to the moment of distribution of merchandise, services and people. Conditions for a new ontology of the city, from being the center of the production of goods, to the financial conglomerate of insurance companies, leisure, entertainment and fun centers, therefore, the reasons for which people travel have changed, they moved, fundamentally, in a pendular way, from home to school or work, 1983-1994, today, 2007-2017, destinations have diversified, increases related to some service: living together, going to the doctor, carrying out a procedure, going out to eat, socializing, having fun, picking someone up, shopping, a religious act, among others. Travel, material supports and transport cause accidents that are reported by Open Data C5, from January 2018 to December 2022, by the local government: crash, run over, skidded, cyclist fall, rollover and fall passenger in the main avenues of the Cuauhtémoc delegation: Avenida Insurgentes and Avenida Reforma. The most affected age range, 25 to 34 years, mainly men. The effect, services enrich, health, protection and insurance. Road accidents are a commodity, a system that solves multi-causal problems is not prevented or planned.

Keywords

Mobility; road accidents; Open Data C5; valuation of services; Mexico City

Problema

Después de analizar la desigualdad de ingresos, justicia, capacidades y oportunidades que afectan la movilidad en la Zona Metropolitana del Valle de México (ZMVM), es de gran importancia observar y explicar el incremento de los accidentes ocurridos entre el origen y destino, acontecidos en un vehículo motorizado y no motorizado (Luna, 2019; 2021; 2022a; 2022b).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valoración de los servicios. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

El objetivo de la investigación es explicar la función política del Estado respecto al interés por prevenir, evitar y reducir los accidentes viales. Formalmente, el Estado representa acciones, a través, de la comunicación, en la que señala reducir la velocidad del transporte motorizado, diseño urbano en red, intermodalidad, tráfico pacificado, política tarifaria integrada, rutas, horarios, y paradas regulares adaptadas a la demanda, promueve el transporte público digno y los soportes materiales para los peatones.

La movilidad se enfatizó con la globalización, la mundialización real que aconteció de manera formal e informal, a través de las migraciones, muchas veces forzadas (Harvey, 2004, p. 93).

Urry (2007, p. 5) señala que la movilidad es un fenómeno idóneo del cambio de época, tiempo determinado por una estructura económica que abrió la barrera del espacio para la valorización del capital acrecentado a través del movimiento.

La mundialización de los diferentes mercados es un proceso que se apoyó en el Estado. El Estado como promotor del desarrollo pasa a conducir una política de posicionamiento, para que el capital invierta.

El desarrollo se concibe como una destrucción creativa o destrucción del espacio, por la eliminación de fronteras, barreras, a través, del tiempo, asimismo, por el avasallamiento de inmuebles e infraestructuras que pese a su funcionamiento se destruyen para que el capital pueda invertir (Arrighi, 2009, p. 88; Harvey, 2004, p. 125; Sennett, 2019, p. 160).

En la escala de la Ciudad de México, CDMX, el Instituto de Políticas para el Transporte y el Desarrollo (ITDP) sugirió el año 2012, la gestión de la movilidad a través del método: evitar-cambiar-mejorar. Sobre el núcleo de muchas encuestas realizadas por el Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática (INEGI), eligió el análisis del hogar como punto de referencia.

El método señalado, condujo su análisis a partir de la pregunta: ¿Qué tan lejos debo ir? Lo cual implica al poder gubernamental para planificar los soportes materiales que permitan reducir la distancia entre el origen y el destino.

En segundo lugar, ¿Qué modo de transporte se tendrá que utilizar? La pregunta se orienta por la solución tecnológica, el producto social y regalo de la historia que ratifica el poder

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

de las fuerzas productivas, las relaciones sociales y concepciones espirituales, para ello, interviene el valor, a través, de la mercadotecnia, promover el uso de transporte no motorizado y público. Reducir el tamaño e incorporar la transición energética.

En la presidencia de Luis Echeverría (1970-1976) se observa que la planificación, en aquel momento, del transporte no era resultado de un diagnóstico que permitiera incorporar estaciones intermodales y ampliación del transporte público, como el metro, éste prefirió asignarle la concesión de las rutas a sus cuñados (Ward, 1991).

Nepotismo, vínculos y simulación de los méritos en la designación de los modos de transporte y vías para su circulación fueron las prácticas administrativas de gobierno, el paradigma del transporte estaba plagado de una plusvalía formal, despojo del valor producido, por medio de la organización del espacio, concentración del poder, operación de las normas y concesiones familiares (Ward, 1991).

Asimismo, Monsiváis (2001, p. 112) en su libro *Los rituales del caos*, expone en el capítulo: “La hora del transporte. El metro: viaje hacia el fin del apretujón”, los accidentes viales como herencia de la corrupción.

Lo anterior, es la muestra de un conjunto de acciones que tienen origen en la planificación para beneficiar a cúpulas empresariales en asociación con los funcionarios de gobierno, no para resolver el problema de movilidad, atascos, transporte público sobresaturado y aumento de vehículos motorizados (Monsiváis, 2001, p. 112).

Esto tiene como consecuencia: el incremento de los accidentes viales; lesiones; muerte; consumir el mayor número de servicios de salud; aseguradoras; hospitalización; farmacéuticos; cuidados; y, terapias. Aunado, con la congestión vial que éstos producen. Un problema que se ramifica y expande.

En el mercado enfocado a la movilidad, toma primordial relevancia el cuerpo, apretujados en las horas pico dentro del transporte público, se anula la singularidad, “las anatomías se funden como si fuesen esencias espirituales” principio de la motricidad; productividad; acceso a la realidad, a través, de los sentidos, la razón; y, el goce (Monsiváis, 2001, p. 113).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Chinchilla (2020, p. 61) llama al contexto de los sufrimientos provocados por la conglomeración, en los distintos tipos de transporte públicos o privados y saturación en las vialidades, como la ciudad unilateral. Rescata el concepto de Marcuse (1987, p. 23) para señalar la formación social orientada a la productividad, sin la capacidad para disfrutar de lo sublime a través de las percepciones sensoriales y la intuición, del paisaje, el arte y el ocio.

Por lo tanto, en la ciudad de la productividad se encuentra el problema de la renta, cuyo valor es relacional, segregación, accesibilidad, centro-periferia, espacios públicos, plazas comerciales y especialización.

El valor fluctúa con respecto a los servicios de salud, educación, seguridad, calles, avenidas, alumbrado, residuos sólidos, alcantarillado, rodamiento vehicular, paisaje, transporte y conectividad.

Como resultado, los diferentes precios en los inmuebles, se liga con la heterogeneidad de las construcciones inmobiliarias, la seguridad, orden, accesibilidad, organización del espacio y vigilancia.

Derecho y propiedad privada que sólo pueden estar garantizados por la sociedad del Estado con los empresarios (Nel-Lo, 2021, p. 8; Van Ham y Tammaru 2016; Malheiros 2002; Harvey, 2014; Bayón, 2019; Esquivel, 2015).

La escisión de la ciudad o como le llamaría Secchi (2013) “la nueva cuestión urbana”, caracterizada por la fracción de los ricos y pobres se multiplica por hechos sociales, tales como: edad, origen, sentimiento de pertenencia étnica e identidad (Nel-Lo, 2021, p. 8; Van Ham y Tammaru 2016; Malheiros 2002; Lund, 2016; Cassiers, 2012).

La unilateralización de la ciudad, referida a su planeación inconexa con los problemas estructurales se apuntala en la corrupción, asignación por relaciones familiares, transporte concesionado, las rutas metropolitanas de vagonetas continúan el ascenso y descenso de pasajeros en lugares no establecidos, horarios y fines de semana en los que se reduce drásticamente el número de transportes, disputa por el viajero y falta de mantenimiento en las unidades (Camp, 2018; Ward, 1991, p. 159; Monsiváis, 2001, p. 122; Carrión, 2016, p. 16).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Por ello, el peatón, usuario principal del espacio público, debe cuidarse de los conductores, quienes se expanden en el espacio, se estacionan en avenidas principales, invaden las ciclovías, obstruyen las rampas y cebras peatonales.

Demandan un privilegio de estatus por el reflejo de la corrupción institucional, esa violencia que disemina la injusticia espacial a todas las escalas (Chinchilla, 2020, p. 63; Soja 2013, p. 30).

Método

Se diseñó una serie de modelos, para conocer qué día de la semana acontecen los diferentes tipos de accidentes de la movilidad, hora; género; categoría del percance; deceso; transporte; y, destino del individuo con la finalidad de tener un esquema del tiempo, lugar y modo en que ocurren los hechos.

La ciudad es un caos, ninguna política pública resuelve los problemas estructurales, pero desde la localidad se pueden realizar protocolos de prevención y educación vial, apoyados por los artistas urbanos tal como aconteció en Bogotá Colombia, donde se les capacitó para transmitir las normas viales a los diversos usuarios del espacio público (Bolaños, Castellanos y Rojas, 2019, p. 157; Berney, 2017, p. 82).

Los datos se extrajeron del conjunto denominado Datos Abiertos del Gobierno de la CDMX², Estadísticas de la Secretaría de Movilidad (SEMOVI) Incidentes Viales Reportados por el Centro de Comando, Control, Cómputo, Comunicaciones y Contacto Ciudadano de la Ciudad de México (C5) mismos que registran los incidentes viales a partir del primero de enero del año 2018 hasta el mes de diciembre del 2022.

Los incidentes viales no son necesariamente accidentes, estos hechos les ocurren a personas más vulnerables en la vía pública, cuyo valor representa el 65.4% de los decesos en las calles, por actitudes y comportamientos que se pueden prevenir (Secretaría De Salud, 2018; Secretaría De Movilidad, 2019)

² <https://datos.cdmx.gob.mx/dataset/incidentes-viales-c5>

La cartografía y delimitación por alcaldía de la Ciudad de México está basada en el Marco Censal del año 2022 (INEGI, 2022). Otra fuente cartográfica de la región se obtuvo de la plataforma *OpenMapStreet*.

Los Datos Abiertos C5 se depuraron, por lo tanto, se reelaboró el banco de datos. Para el cálculo con fechas, se asignó formato al tipo de dato idóneo. La captura careció de un proceso de validación, el caso de las etiquetas, *ítems*, se tuvo que homogeneizar para el cómputo.

Con base en la capa cartográfica se delimitaron las coordenadas geográficas de la Ciudad de México, los registros contenían información de accidentes fuera de los límites de la ciudad. El resultado de dicho proceso permitió la consolidación de un banco de datos con 99 mil 896 incidentes de tránsito; y, aproximadamente 90 variables.

Las coordenadas originales imposibilitaban la localización geográfica. Se encontraron invertidas, por lo que se subsanó el error, no había correspondencia entre los puntos de los incidentes viales y la capa cartográfica de la Ciudad de México.

Los errores más frecuentes, obstáculos del análisis, se localizaron en la redacción de los Datos Abiertos C5 de la CDMX: tamaño de letra, se transcribió con mayúsculas o minúsculas la misma etiqueta; y, variables con un único valor. Cuestión que impedía conocer las medidas de dispersión y tendencia central, con ello, se produciría un sesgo en la información y amplitud de posibilidades.

El valor de los servicios

Se recurrió a la teoría del espacio seguro. Dicho marco se desarrolló y se expresa en los autores expuestos de manera recurrente, para explicar el crecimiento de hechos viales en el territorio, paradigma que reconoce los obstáculos epistemológicos que plantea la realidad, como resistencia para poder entender por qué suceden los fenómenos (Foucault, 2006; Marcuse, 1987; Secchi 2013; Chinchilla, 2020; Galli, 2013; Oliveira, 1993; Santos, 2000; Lefebvre, 1991; Milanovic, 2016; Engels, 2005; Soja, 2013; Sassen, 2013; Bourdieu, 2016; Lencioni, 1999; Berger, 1971)

Los soportes materiales que sirven para el rodamiento de transporte motorizado, andar de las bicicletas y sendero de los peatones son resultado de la inversión de los impuestos, los

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

que más valorizan estos recursos no son los trabajadores y usuarios, sino las inmobiliarias que ejercen la obra a costos con sobreprecio y especulación.

En el mismo sentido, son obras que se asignan comúnmente y que se pagan a sobreprecio, incluso, una vez concluido el pago en su totalidad, la producción no inició o se entrega parcialmente, ejemplo de lo mencionado fue el Tren Interurbano México-Toluca (Luna, 2014; 2019).

El Estado se asocia a los capitales privados, con la finalidad, que las inmobiliarias obtengan la máxima ganancia, oferta el territorio para que algo tenga lugar, como parte de la política de posicionamiento (Hirsch, 1994; Harvey, 2004; Lefebvre, 1991; Valenzuela, 2016; Holloway, 1992; Luna, 2014; Kautsky, 1979).

El espacio producido para incrementar el valor del capital en un movimiento continuo precisa del apoyo del Estado con la finalidad de integrarse dentro de las fronteras de algún país, pero sin localización fija (Lefebvre, 1991; Harvey, 2004; Oliveira, 1993; Sennett, 2019; Carrión, 2021).

En el devenir de la producción social del espacio acontece la transición, el extrañamiento, el sujeto toma distancia de la materialidad transformada por él, se implanta la enajenación-alienación, principalmente, por la división social del trabajo, no reconoce las mercancías como propias.

Desconocer el entorno, como un flujo de conciencia sobre las representaciones en el espacio, los códigos de convivencia y la comunicación, facilita la venta de prevención, salud, seguridad y tranquilidad (Harvey, 2004, p. 43; Engels y Marx 2004, p. 16; Engels 2005; Milanovic, 2016; Sennett, 2019, p. 238).

La especialización de los espacios, mercado de trabajo y servicios, aunado con la segregación residencial tienen como efecto que las clases sociales determinen rutinas en función de su renta. Condiciones de posibilidad ligadas estrechamente a factores socioeconómicos como la edad, origen étnico e ingresos (Secchi 2013; Nel-Lo, 2021, p. 91; Malheiros 2002).

La segregación decanta en miedo, orden, vigilancia y unilateralización laboral. Fenómeno estructural a la construcción social de ciudad, desde mediados del siglo XIX en

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Manchester se observaba la presión histórica de la antigua segregación (Friedrich Engels y Marx, 2004; Park y Burgess, 2019; Castells, 1974; Sassen, 2013; Oliveira, 1993).

La ciudad es el reflejo de las relaciones sociales, tal como lo es el espacio (Lencioni 1999; Lefebvre, 1991). La teoría del espacio social es la propuesta analítica que permite comprender la materialización del tiempo en el territorio, para ello, se basa en la relación del ser humano con la naturaleza a través del vínculo técnico que se desdobra en la división social del trabajo y las clases sociales (Santos, 2000; Harvey, 2010; Harvey, 1998).

Las relaciones sociales, aquello que está sobre los individuos y las poblaciones, refleja los actos, lapsus y prácticas humanas en la producción del espacio, niega el epifenómeno, del lugar como algo dado, regalado, y trasciende diversas coyunturas para constituir un dominio (Lencioni, 1999; Marcuse, 1987; Harvey, 2010).

Las prácticas inconscientes, se gestan por la posición, correlación, historia, memoria, accidentes, contingencia y posibilidad de verbalizar un fenómeno. Las muertes y accidentes son hechos empíricos de problemas relacionales del espacio representado, amoldado, confeccionado.

Los accidentes viales se apuntalan en la forma económica desigual. Reproducen su función política de vínculos, a través, de diversos dispositivos, control, intolerancia, mezquindad, disgregación, falta de solidaridad, sustitución de la ciudadanía y virtud cívica (White, 1983; Arbaci, Sonia y Jorge Malheiros. 2013; Hirsch, 1994; Galli, 2013).

En consecuencia, en el cuerpo se materializan los accidentes, salud, decesos viales y cuidados (Chinchilla, 2020, p. 80). La ciudad es el espacio vivido, escenario donde acontecen los sufrimientos que dan vida a la máxima ganancia que devora la fuerza de trabajo (Taussig, 1993).

La cuestión urbana se manifiesta cada vez más como explosión de nuevos sistemas de intolerancia (Secchi, 2013). La inseguridad y el miedo que cubren las ciudades del mundo actual no son un fenómeno nuevo, sin embargo, el cambio de época tiene su huella en éste.

Históricamente, se ha presentado el miedo por las agresiones del enemigo, de los infieles, enfermedad, contagio, penuria, hambre, desastres naturales y el extraño. Cambiar la

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

naturaleza de lo que atemoriza, cambia los dispositivos aptos para combatir el miedo (Foucault, 2006).

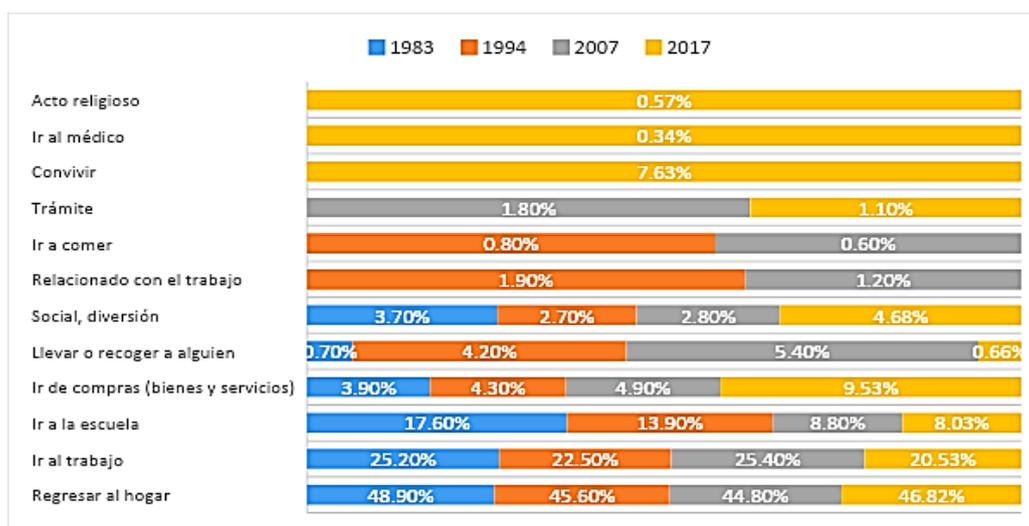
Resultados

Los diferentes motivos por los que se mueven las personas desde los años ochenta del siglo pasado hasta la actualidad son los expuestos en las diferentes encuestas sobre movilidad en el área metropolitana de la Ciudad de México. Ver Gráfico 1.

Como se observa en el Gráfico 1, en el nuevo siglo, se actualizan motivos de viaje, muchos de ellos tienen que ver con los servicios, entre ellos esparcimiento, convivir, representan el 7.6% en la Encuesta Origen Destino del año 2017, le siguen, acudir a un servicio religioso (0.6%) o ir al médico (0.3%).

Asimismo, se puede apreciar otro tipo de movimientos relacionados con el sector terciario, A partir del año 2007, realizar un trámite adquiere relevancia en el número de viajes (1.8%), diez años después se reduce (0.7%); situación similar con el motivo ir a comer, pasa en el mismo periodo de (0.8%) al (0.6%); y, relacionado con el trabajo de 1.9% baja a 1.2%. En los motivos restantes se aprecia una reducción, la movilidad pendular, ir al trabajo, la escuela y regresar al hogar mutó del 79% al 75%. Ver Gráfico 1.

Gráfico 1: Motivos de viaje según las encuestas de movilidad, 1983-2017, CDMX.



Fuente: Elaboración propia con base en LUNA (2020) e INEGI (2007; 2017).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

De esta manera de los 34.2 millones de viajes un día entre semana que se registran en el año 2017, casi cuatrocientos mil se realizan a pie, posteriormente, arriba de doscientos veinte mil se llevan a cabo en colectivo-micro y más de ciento doce mil en automóvil (INEGI, 2017). Ver Tabla 1.

Tabla 1: Modos de transporte y sus características

Transporte	Longitud	Líneas Rutas	Estaciones	Número de vehículos	Costo Pasaje	Afluencia anual 2022	Prestador del servicio
Metro	226 km	12	195	394 trenes (331 neumáticos y 63 férreos)	5 pesos (0.25 dls)	1114.4 millones	Público
Tren ligero	13 km	1	18	24 trenes	3 pesos (0.24 dls)	25,453	Público
Tren suburbano	27 km	1	7	20 trenes	10 a 23 pesos (0.54 a 1.3 dls)	44,125,793	Privado
Trolebús	203 km	9	674	290 vehículos	4 a 7 pesos y corredor cero emisiones 4 pesos (0.32 dls)	75,593	Público
Metrobús (BTR)	240 km	7	231	660 unidades	5 pesos (0.4 dls)	403,118	Empresa mixta
Mexibús (BTR)	80 km	3 línea	129	177 unidades	9 pesos (0.56 dls)	104,749,834	Privado
RTP-M1	ND	100	ND	6208 unidades	4 pesos (0.32 dls)	138.7 millones	Público
Taxis	ND	ND	ND	28,892 unidades	0.78 a 1.5 pesos 250 mts o 45 segds (0.06 a 12 dls)	2,794,181	Privado
Mexicable	5 km	1 línea	7 estaciones	185 cabinas	9 pesos (0.56 dls)	4,509,598	Privado
Cablebús	20.7 km	2 líneas	15 estaciones	682 cabinas	7 pesos (0.48 dls)	42,058,538	Público
Taxi (app)	ND	ND	ND	2768	ND	291,528 en 2017	Privado
Motocicletas	ND	ND	ND	608,265	ND	602,958 en 2017	Privado
Camiones	ND	ND	ND	32,443	ND	567,382 en 2017	Privado
Automóviles	ND	ND	ND	5,511,353	ND	11,516,167 en 2017	Privados
Micro/combis	ND	ND	ND	28,960	ND	12,000,000	Privados

Fuente: Elaboración propia con base en INEGI (2023; 2017).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Los modos de transporte son diversificados, pero no integrados, presentan una disparidad en su desarrollo y movilización de personas, por ejemplo, el metro tiene una longitud de 201 kilómetros, pero moviliza al año más personas que el RTP, cuya extensión es de 3,061 kilómetros. Ver Tabla 1.

El número de transportes ha incrementado, el viajero cuenta con más opciones para trasladarse, se suma el cablebús, mexicable, la cantidad de unidades del RTP-M1, asimismo, cuando se pretende una trayectoria basada en menor cantidad de congestión y reporte de tráfico se puede elegir taxi por aplicación, modo que va en incremento tanto de unidades como de número de viajes.

El aumento de unidades de transporte colectivo no ha reducido los cuellos de botella que se forman entre el acceso y la salida de los lugares especializados, asimismo, en este momento, es directamente proporcional con la tendencia de los hechos de tránsito.

Desde el año 2018, se ha reportado un incremento muy importante, en cuatro años el aumento por todo tipo de accidentes viales es del 100%, es decir, el doble de los que ocurrían al inicio, tal como se observa en el Gráfico 2.

Todos los días ocurre un promedio de 38 hechos de tránsito y mueren una o dos personas como resultado de dichos incidentes: atropellado; caída de ciclista; caída de pasajero; choque; derrapado; y volcadura (Datos Abiertos C5, 2018-2022).

El C5 reportó dicho aumento de personas lesionadas en 34% en el cuarto trimestre del 2019; y, 36% en el año 2020; con personas fallecidas del 0.4 al 0.6 en los mismos años (Datos Abiertos C5, 2018-2022). Cabe señalar que, con base en el Gráfico 3, el accidente que más se repitió, de 2018 a 2022, fue el choque.

Aunado a lo anterior, se adhiere el registro de los accidentes a través del cumplimiento de la Norma Oficial Mexicana NOM-034-SSA3-2013, Regulación de los Servicios de Salud. Atención Médica Prehospitalaria.

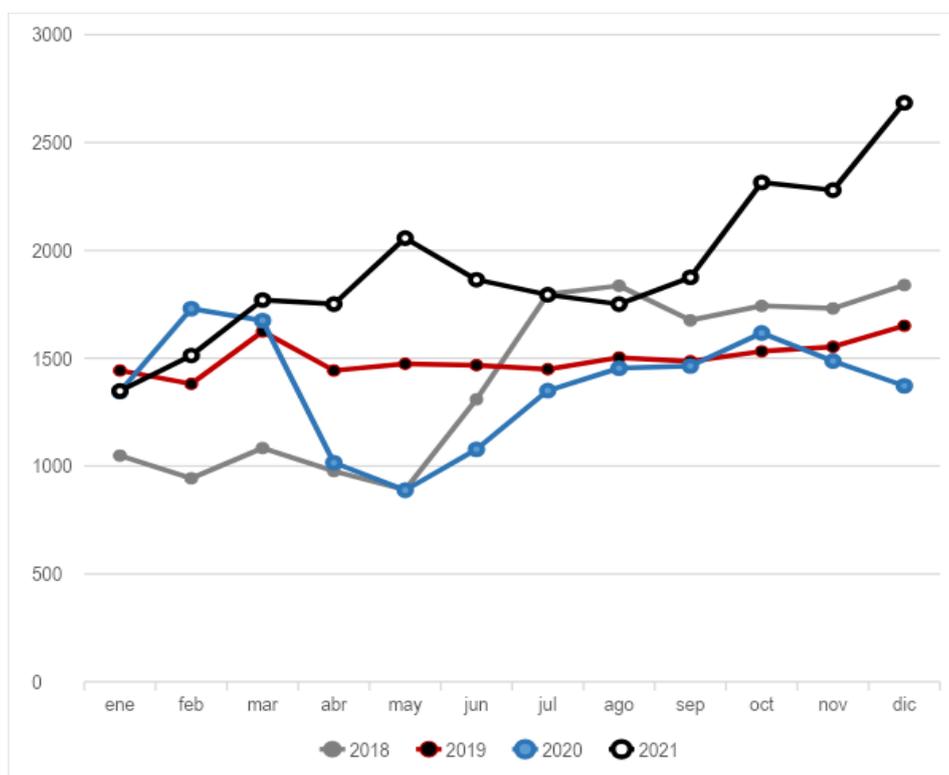
La coyuntura de la pandemia, COVID-19, muestra a la baja todo tipo de hechos viales durante la primera fase, del 16 de marzo al 27 de abril del año 2020. Las instituciones gubernamentales consiguieron reducir la circulación de autos, la asistencia escolar y laboral, principalmente, gubernamental y de instituciones multinacionales.

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Los trabajadores informales se expusieron al contagio de su origen al destino durante los traslados y en los diferentes tipos de transporte. Ver Gráfico 3. Cabe señalar, que arriba del 40% de los trabajadores son informales.

Gráfico 2: Evolución mensual de los accidentes varios en CDMX, 2018-2022.



Fuente: Elaboración propia con base en Datos Abiertos C5 de la CDMX.

Los accidentes más considerables son choques, derrapes y atropellados, se puede observar en el Gráfico 3. Las volcaduras cobran importancia el mes de octubre del 2021 y marzo del 2022 situación que tiene que ver con la entrada de mercancías y la demanda de artículos y alimentos a la puerta del hogar.

El Gráfico 3, presenta los últimos cuatro meses del año, septiembre, octubre, noviembre y diciembre durante los cuatro años del periodo establecido con el mayor número de accidentes viales.

En dichos meses se llevan a cabo festividades a nivel nacional que involucran actitudes patrióticas y religiosas, el 15 de septiembre se festeja el día de la independencia; a finales de

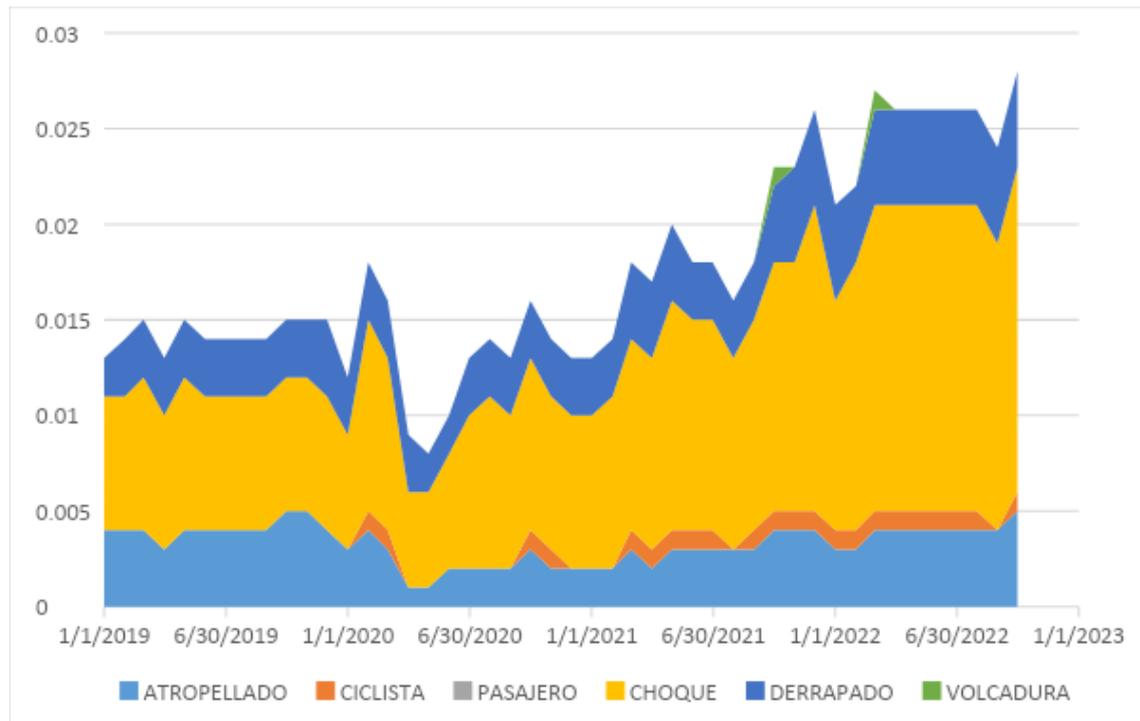
AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.
 Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.
 ISSN: 2316-8544

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

octubre y principios de noviembre se realizan fiestas de *halloween* y, el 24 y 31 de diciembre son festejos religiosos y de fin de año que convocan a la familia y amigos. En todos esos días el lubricante social por excelencia es el alcohol, mismo que se consume en cantidades excedentes.

Gráfico 3: Accidentes viales por tipo y mes, 2018-2022.



Fuente: Elaboración propia con base en Datos Abiertos C5 de la CDMX.

Cabe señalar que, por género el número de lesionados hombres es mayor (70.2%), mientras que el número de mujeres es de 29.8%. La cantidad de occisos masculinos suma 81.8% frente a 18.2% mujeres (Datos Abiertos C5, CDMX).

Los grupos de edad más vulnerables a lesiones relacionadas con incidentes viales son jóvenes de entre los 25 y 34 años (32.3%); el rango de 15 a 24 años representa el 24.4%; y, entre los 35 y 44 años, casi el 18%, en suma, estos tres, se aproximan al 75%.

Del año 2019 a 2022 se realizó la media por hora de los lesionados y occisos por los diferentes tipos de hechos viales. El rango de horas de menor peligro, 00:00 a 04:00, esa tendencia es inversamente proporcional según avanza el tiempo.

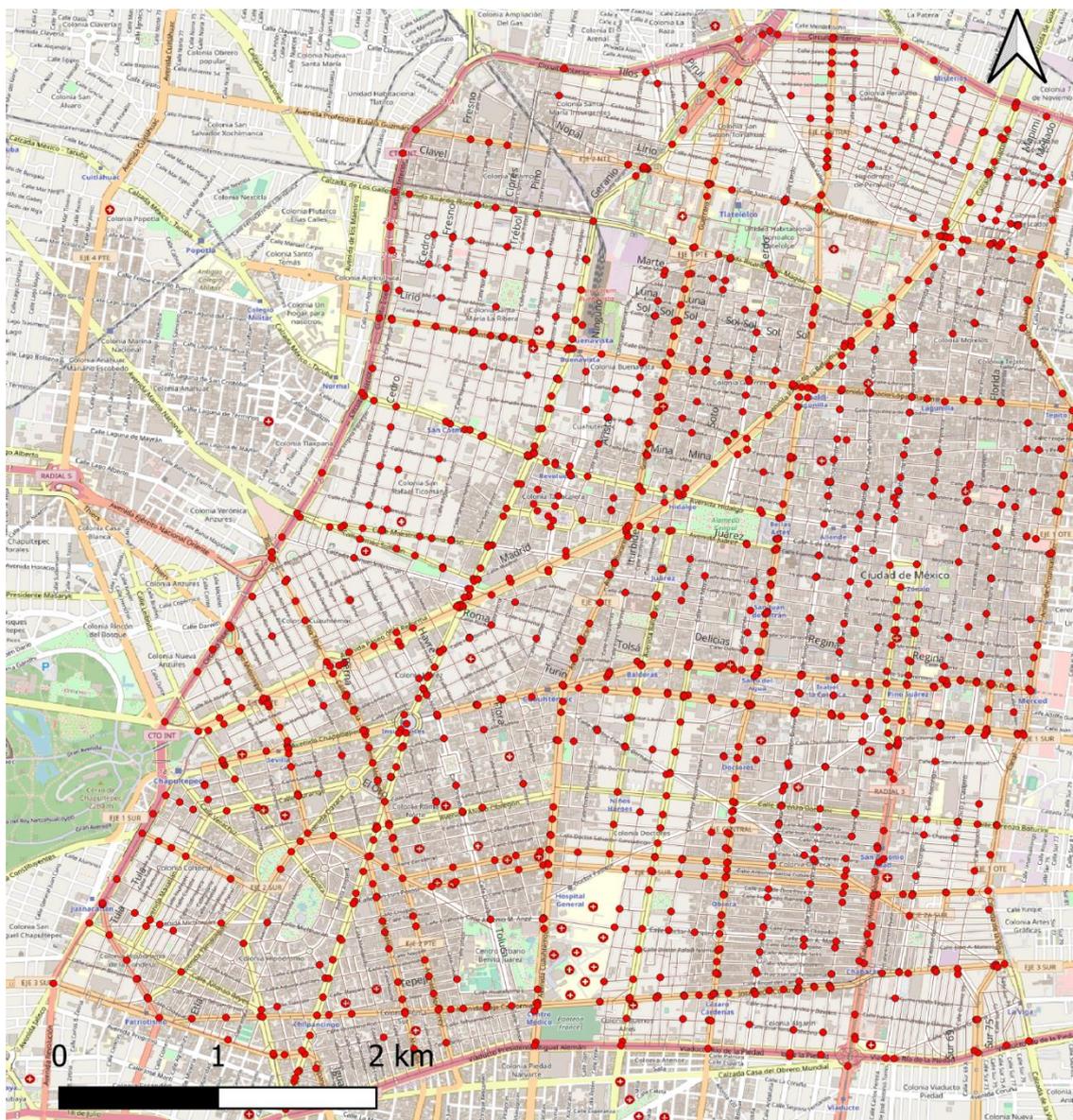
AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.
ISSN: 2316-8544

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

A partir de las cinco de la mañana comienzan las inseguridades y accidentes viales que irán en aumento hasta las ocho de la mañana, el segundo punto más alto, a las 15:00 horas; a partir de ese horario, la tendencia comienza a descender.

Mapa 1: Accidentes viales en el centro de la CDMX, 2018-2022.



Fuente: Elaboración propia con base en INEGI (2022); Datos Abiertos CDMX. Cada punto en rojo es un accidente.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

En la representación espacial del tiempo, se muestra la concentración de hechos viales. El Mapa 1, a través de puntos rojos en las principales avenidas, del centro de la CDMX, alcaldía Cuauhtémoc, afirma que allí ocurre la mayor densidad de accidentes de todo tipo, durante los años registrados.

Los principales daños corren por la avenida Reforma y cruces que atraviesa: Insurgentes, Eje 1, Eje Central: Lázaro Cárdenas y Manuel González. Al mismo tiempo éstos tienen en sus trayectos varios impactos.

No alcanza el 10% de las vías que concentran más de 100 accidentes, más del 50% de las vías restantes registran menos de 10. Significa que, operativos sobre un conjunto muy concreto de vías, a veces efectivamente, largas, podrían reducir significativamente los accidentes.

Son espacios donde se localizan centrales bancarias, casas de cambio, centros comerciales, comercios especializados, bares, restaurantes, cafés, hoteles y algunas torres de edificios. Ver Mapa 1.

Asimismo, en los bordes de la ciudad, las rutas de transporte colectivo concesionado están compuestas por empresas más pequeñas, construidas por hombres-camión o personas dueñas de varios microbuses. La manera en que se organizan las pequeñas empresas se concreta dentro de cada ruta, a excepción de las ganancias, mismas que no se reparten.

Cada pequeña empresa recolecta sus propios ingresos, que dependen del número de pasajeros captados. Beneficios según pasaje. Basados en la búsqueda constante del mayor número de usuarios y reducir los viajes durante la menor afluencia.

El resultado de la expansión del transporte concesionado a través de históricas prácticas de corrupción deriva en el desorden al interior de las rutas y la mala calidad de los vehículos. Todos esos actos son el reflejo de la ideología, un proyecto de clase.

Una postura política inconsciente, lapsus, dirigida por los que dominan la educación y comunicación que terminan influyendo en conductas urbanas encausadas por el prestigio, en consecuencia, segregar, a través, del desprecio, narcisismo, acciones gregarias, conductas prepotentes, hechos patológicos, clasismo y racismo (Harvey, 2004, p. 109; Valenzuela, 2016, p. 249; Oliveira, 1993; Honneth, 2011; Santos, 2000; Lefebvre, 1991; Milanovic, 2016; Engels,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544

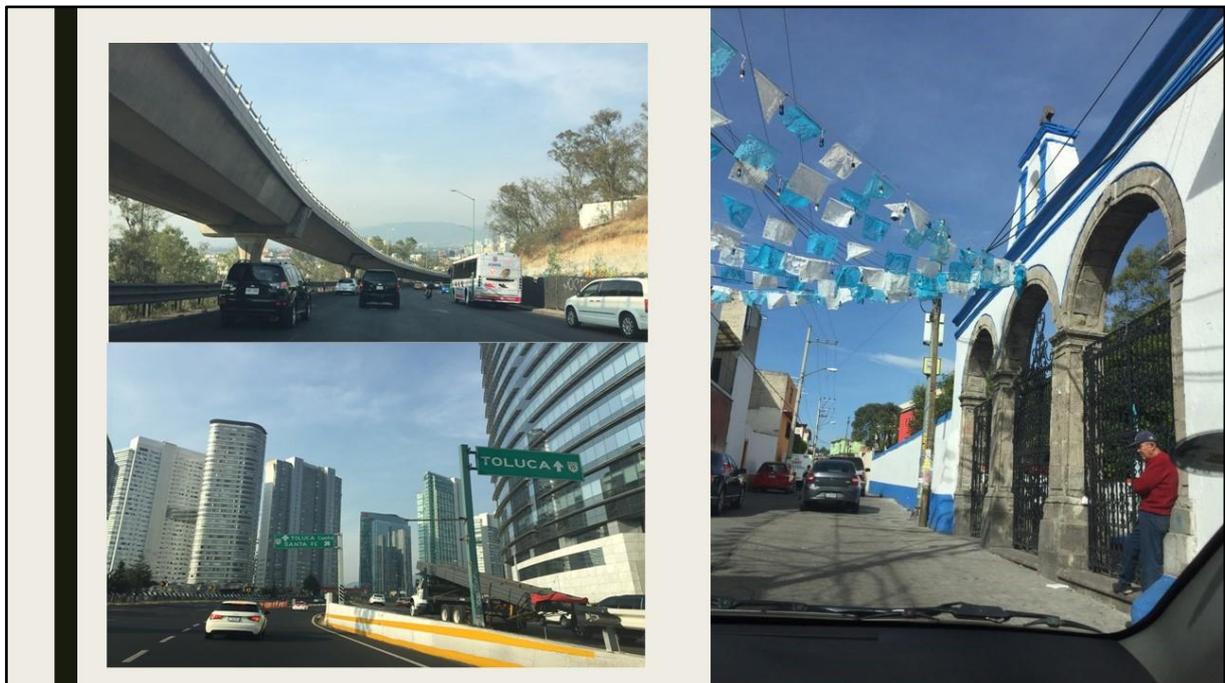


Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

2005; Soja, 2013; Sassen, 2013; Bourdieu, 2016; Bayón, 2019; Massey *et al.*, 1998; Holloway, 1992).

La Foto 1 muestra los contrastes en las vialidades, vivienda y modos de vida en la colonia Santa Fe, al poniente de la Ciudad de México, por un lado, se accede a través de pistas concesionadas para reducir el tiempo de traslado, por el otro, espacios súper estrechos en los que el peatón y automovilistas deben disputar su tránsito, a pesar de los autos estacionados y diversos obstáculos, para alcanzar la meta que se proponen, distintos motivos de movilidad.

Foto 1: Contrastes en la colonia Santa Fe: poniente de la CDMX.



Fuente: Elaboración propia (03/2017).

La escasez da pie a la mala índole, corrupción, como círculo vicioso va a influir sobre la hiper escasez y manifestarse como uno de sus principios, la avidez de novedades o destrucción creativa, deseo de ganar, incrementar el capital y fomentar la individualidad (Harvey, 2004; Holloway, 1992; Hirsch, 1994).

Dichos fenómenos provocan la acumulación que en tiempos recientes se asemeja a la que Marx describió como “originaria”, retención de mercaderías y transgresión continua del espacio (Harvey, 2004; Sennett, 2001; Navarro, 2012).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.
 Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.
 ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

El pueblo tiene malestar, no es por la incertidumbre, sino por el desprecio que produce el intercambio desigual, despojo legitimado por el Estado. Lo anterior, unido a la sospecha de que no existen alternativas.

Conclusiones

La Ciudad de México es una de las ciudades más congestionadas del mundo. El transporte no atiende bien las demandas de movilidad de la población. Los concesionados se pelean por el pasaje, no atienden los señalamientos y como usuarios de la vía de rodamiento no demandan reparación y calidad en los servicios: bacheo, alumbrado, señalética, sincronización de semáforos.

No hay integración de la red para que el usuario conozca las paradas establecidas y el horario. Los descuidos destinan un transporte injusto y deshonesto que depara hechos viales: caída de pasajero, atropello e invasión al ciclista.

El comportamiento de los vehículos en las calles (públicos/privados, individuales/colectivos) supone un riesgo más alto para la clase subalterna, vulnerables a la ciudad desigual por factores de ingresos, acceso a la justicia, enajenación y alienación.

Los principales y reales problemas sin resolver son:

- Falta de diseño en red;
- Carencia de estaciones intermodales;
- Ausencia de tráfico pacificado;
- Políticas tarifarias integradas;
- Rutas, horarios, paradas regulares y adaptadas a la demanda; y
- Operación de acciones para prevenir los hechos viales en 10 calles de la CDMX

La problemática de la movilidad en la Ciudad de México es contar con transporte privado sin mantenimiento, caro en combustible, automóviles antiguos y sin frenos ABS. En síntesis, cualquiera puede tenerlo sin mantenimiento.

Los principales accidentes son los choques que en su mayoría ocurren viernes y sábados; a las ocho de la mañana y tres de la tarde; en el centro de la ciudad. Acontecen en diez principales avenidas, entre ellas, las que atraviesan la vía Reforma, en la delegación Cuauhtémoc.

Los accidentes, después de la pandemia, Covid-19, han incrementado, cuestión que se relaciona ampliamente con el aumento del parque vehicular, las normas que exigen el registro de los hechos viales, NOM-034-SSA3-2013, la especialización de los espacios que forman cuellos de botella.

En consecuencia, el congestionamiento en torno al horario en el que acontecen mayor número de accidentes se relaciona, principalmente, con los motivos de la movilidad recreativa y el uso de los servicios al centro de la ciudad.

Los principales motivos de viajes se relacionan con los servicios, convivir, ir a un acto religioso, médico, acudir a realizar un trámite, ir a comer, diversión o ir de compras. Actos cuyo destino son conglomerados especializados que han desarrollado una nueva ontología urbana.

Por el contrario, la movilidad pendular, partir del hogar para ir a la escuela o al trabajo y retornar, ha mostrado cierta tendencia decreciente, aunque no deja de tener la prevalencia por sobre los demás motivos de viaje.

Finalmente, el transporte colectivo, público y privado, es ineficiente, inseguro, caro en términos de tiempo y seguridad, barato en términos de costo, los “micros” son los peor calificados por los usuarios, quienes padecen los riesgos de su trayecto.

Referencias

ARBACI, S.; MALHEIROS, J. De-Segregation, Peripheralisation and the Social Exclusion of Immigrants: Southern European Cities in the 1990s. *In: Journal of Ethics and Migration Studies*, n. 2, vol. 36, p. 67–96, 2010.

ARRIGHI, G. **Adam Smith en Pekín**. Vol. 50, Tres Cantos: Ediciones Akal, 2009.

BARRERA, M.; GUTIÉRREZ, H. Desigualdad de género y cambios sociodemográficos en México. *Nóesis: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades* 26 (51), p. 2–19, 2017.

BAYÓN, C. **Las grietas del neoliberalismo**: dimensiones de la desigualdad contemporánea en México. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, 2019.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

BERGER, P. **El dosel sagrado**. Buenos Aires: Amorrortu, 1971.

BERNEY, R. “The Pedagogical City.” *In: Learning from Bogotá: pedagogical urbanism and the reshaping of public space*, 67–117. Austin: University of Texas Press, 2017.

BOLAÑOS, J., CASTELLANOS, M., & ROJAS, J. Didáctica de la ética. El aporte de Mockus a la gobernabilidad en Colombia. **Hallazgos**, 16(32), 151-167, 2019.

BOURDIEU, P. **La distinción: criterio y bases sociales del gusto**. Madrid: Taurus. 2016.

BRINGEL, B. Geopolítica de la pandemia, escalas de la crisis y escenarios en disputa. Geopolítica(s). Revista de estudios sobre espacio y poder, v. 11, n. Especial, p. 173–187, 11 may2020. Disponible en: <<https://doi.org/10.5209/geop.69310>>. Acceso en: 5 ene. 2022.

BUSTAMANTE, C.; SÁNCHEZ, A. Políticas públicas para el desarrollo regional de México. Meixueiro, Gustavo; Salvador Moreno y Cornelio Martínez (Coordinadores), **Desarrollo Regional y Competitividad En México**, Centro de Estudios Sociales y de Opinión Pública, Cámara de Diputados, México, 49–69, 2012.

CASTELLS, M. **La cuestión urbana**. México: Siglo XXI, 1974.

CAMP, R. **La política en México: ¿consolidación democrática o deterioro?** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2018.

CANALES, A. Demografía de la desigualdad. El discurso de la población en la era de la globalización. CANALES, A. y LERNER, S. (Coords.). **Desafíos teórico-metodológicos en los estudios de población en el inicio del milenio**. Guadalajara, México. El Colegio de México, Universidad de Guadalajara y Sociedad Mexicana de Demografía, 2003.

CANALES, A.; CASTILLO, D. Covid 19 En Estados Unidos. La racialización de la desigualdad frente a la salud y la muerte. **Boletín del Grupo de Trabajo Estudios Sobre Estados Unidos** 4, p. 9–19, 2020. Disponible en: <<http://ri.uaemex.mx/handle/20.500.11799/112737?show=full>>. Acceso en: 5 ene. 2022.

CARRIÓN, F. “El espacio público es una relación, no un espacio”. *In: Ramírez, P. (coord.). La reinención del espacio público en la ciudad fragmentada*. Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales: Programa de Maestría y Doctorado en Urbanismo, 2016.

CARRIÓN, F. “Prologo. Ciudad Neoliberal”. *In: VALVERDE, C; LEVI, L; NARCISO, C. (ed.). Multiterritorialidades del neoliberalismo: experiencias en la Ciudad de México*. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Arquitectura, 2021.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

COMISIÓN DE DERECHOS HUMANOS DEL DISTRITO FEDERAL. **Informe especial sobre el derecho a la movilidad en el Distrito Federal 2011-2012**, 2013.

CORDERA, R.; PROVENCIO, E. **Informe del Desarrollo en México 2015**. México: UNAM: 2016.

DATOS ABIERTOS de la CDMX. **Incidentes viales reportados al C5**. Disponible en: <<https://datos.cdmx.gob.mx/dataset/incidentes-viales-c5>>. Acceso en: 20 ene. 2022.

DENTON, N. A.; MASSEY, D. RESIDENTIAL SEGREGATION OF BLACKS, HISPANICS, AND ASIANS BY SOCIOECONOMIC STATUS AND GENERATION. *Social Science Quarterly*, vol. 69, no. 4, 1988, pp. 797–817. *JSTOR*, Disponible en: <<http://www.jstor.org/stable/42864168>>. Acceso en: 5 feb. 2022

DUCH, L. **Vida Cotidiana y Velocidad**. Barcelona: Herder Editorial, 2019.

ENGELS, F. **The Condition of the Working Class in England**. Abingdon-on-Thames: Routledge, 2005.

ENGELS, F.; MARX, K. **Manifiesto Comunista**. Vol. 115. Tres Cantos: Ediciones Akal, 2004.

ESQUIVEL, G. Desigualdad extrema en México. Concentración del poder económico y Político. **Reporte de Oxfam México** 23, p. 1–43, 2015. Disponible en: <https://oxfamMexico.org/wp-content/uploads/2017/04/desigualdadextrema_informe.pdf>. Acceso en: 5 feb. 2022

ESSER, J.; HIRSCH, J. Dimensions of a “Post-Fordist” regional and Urban Structure. **Post-Fordism**, 71, 1994.

FAIRNIE, G. A.; WILBY, D. J.; SAUNDERS, L. E. Active travel in London: The role of travel survey data in describing population physical activity. **Journal of Transport & Health**, 3(2), p. 161-172, 2016. Disponible en: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S221414051600013X#>>. Acceso en: 5 feb. 2022

FOUCAULT, M. **Seguridad, Territorio y Población**. Trad. H. Pons. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

GALLI, C. **El malestar de la democracia**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2013.

HARVEY, D. **La teoría de la renta. Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1990.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

- HARVEY, D. **La condición de la posmodernidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 1998.
- HARVEY, D. **El nuevo imperialismo**. Vol. 26. Tres Cantos: Ediciones Akal, 2004.
- HARVEY, D. **Social Justice and the City**. Vol. 1. Athens: University of Georgia Press, 2010.
- HARVEY, D. **Espacios del capital. Hacia una geografía crítica**. Tres Cantos: Ediciones Akal, 2014.
- HERCE, M. **Sobre la movilidad en la ciudad**. Barcelona: Editorial Reverté, 2009.
- HOLLOWAY, J. La reforma del Estado:Capital global y Estado Nacional. **Perfiles Latinoamericanos**, vol. , n.1, 1993, pp.7-32. Redalyc, Disponible en: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11500102>>. Acceso en: 10 feb. 2023.
- HONNETH, A. **La sociedad del desprecio**. Madrid: Trotta, 2011.
- IBARRA, D. Crisis y reformismo en México. *Configuraciones*, 35, 2013. pp.1-17. Disponible en: <<http://davidibarra.com.mx/wp-content/uploads/2013/04/Crisis-yreformismo-en-M%C3%A9xico1.pdf>>. Acceso en: 16 feb. 2014.
- INEGI. **Encuesta Origen Destino 2007**. México: Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática-Gobierno del Distrito Federal y Gobierno del Estado de México, 2007.
- INEGI. **Encuesta Origen Destino 2017**. México: Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática- Gobierno de la Ciudad de México y Gobierno del Estado de México, 2017.
- INEGI. **Estadística de transporte urbano de pasajeros 2021-2023**. México: Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática, 2023.
- KAUSTKY, K. **La cuestión agraria: el campesino y la industria**. Instituto Nicaraguense de Reforma Agraria, Managua PNUD, Managua, OIT, Managua, 1979.
- LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. New York: Blackwell Publishing, 1991.
- LENCIONI, S. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. CARLOS, A. F. (Ed.). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.
- LUNA, L. La evaluación de los servicios públicos como un instrumento de participación ciudadana. En: De la Rosa, José. **La participación ciudadana en la Ciudad de México**. México: Universidad Autónoma de la Ciudad de México. 2023.
- LUNA, L. Metrópole do México em tempos de COVID-19: imobiliário e redensificação, automação e caminhada. **Revista Turismo & Cidades**, [S. l.], v. 4, n. 10, p. 66–90, 2022. DOI:

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

10.18764/2674-6972v4n10.2022.12. Disponible en: <https://cajapio.ufma.br/index.php/turismoecidades/article/view/18858>. Acceso em: 20 dez. 2022.

LUNA, L. Las Funciones que rigen la movilidad en la zona metropolitana de la Ciudad de México. **Geografia**, vol. 47, no 1, p. 1-20, 2022b. Disponible en: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1668>. Acceso en: 10 nov. 2022.

LUNA, L. A. Representação e produção do espaço: duas conceituações analisadas por Henri Lefebvre. **Revista DIAPHONÍA**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 21–31, 2017. DOI: 10.48075/rd.v3i1.17197. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/diaphonia/article/view/17197>. Acceso em: 20 dez. 2023..

LUNA, L. Mayor ordenamiento, mayor desigualdad en la Zona Metropolitana del Valle de México. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, (ISSN: 2359-0831 - online), Belém, v. 06, n. 02, p. 03-25, jul. / dez. 2019. Disponible en: https://www.ihgp.net.br/revista/index.php/revista/article/download/151/pdf_132. Acceso en: Ene. 2020.

LUNA, L. La Gran Ciudad de México: caminabilidad y retroceso en la distribución de la renta. **Ensaio de Geografia**, v. 8, n. 15, p. 43-63, 21 dez. 2021. Disponible en: https://periodicos.uff.br/ensaio_posgeo/article/view/47938. Acceso en: 20 dec. 2023.

LUND, B. **Housing Politics in the United Kingdom: Power, Planning and Protest**. Bristol: Policy Press, 2016.

MALHEIROS, J. Ethni-Cities: Residential Patterns in the Northern European and Mediterranean Metropolises—Implications for Policy Design. **International Journal of Population Geography** 8 (2), p. 107–34, 2002. Disponible en: <https://doi.org/10.1002/ijpg.247>. Acceso en: 20 dec. 2023.

MARCUSE, H. **El Hombre Unidimensional**. Bacerlona: Ariel, 1987.

MARCUSE, P.; KEMPEN, R. **Globalizing Cities: A New Spatial Order?** Hoboken: John Wiley & Sons. 2011.

MASSEY, D. COCHRANE, A. GILL, J. COURT, N. y SARRE, P. **Rethinking the Region**. Abingdon-on-Thames: Taylor & Francis, 1998.

MILANOVIC, B. **Global Inequality**. Cambridge: Harvard University Press, 2016.

MIRÓ, C.; GARCÍA, B.; DÍDIMO C. **América Latina, Población y Desarrollo**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores. 2015.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

MONSIVÁIS, C. **Los rituales del caos**. Ciudad de México: Ediciones Era, 2001.

NEL-LO, O. (ed.). **Efecto barrio. Segregación residencial, desigualdad social y políticas urbanas en las grandes ciudades ibéricas**. España: Tirant Humanidades, 2021.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma re(li)gião: sudene, nordeste: planejamento, e conflitos de classes**. 1993.

OTERO, R.; LANGIERI, M. Acerca de la crisis del capitalismo, o el coronavirus como síntoma. **Observatorio social del Coronavirus 1**: 14–19, 2020.

PARK, R.; BURGESS, E. **The City**. Chicago: University of Chicago Press, 2019.

PISHUE, B. 2022 **Global Traffic Scorecard**; Kirkland: INRIX, 2023.

PRESTON, S.; HEUVELINE, P.; GUILLOT, M. **Demography measuring and Modeling Population Processes**. 304. 2000.

SECRETARÍA DE MOVILIDAD. **Programa integral de movilidad de la ciudad de México, 2019-2024**, 2019.

SECRETARÍA DE SALUD. **Informe sobre la situación de la seguridad vial, México 2017**. Ciudad de México, 2018.

SANTOS, M. **La naturaleza del espacio: técnica y tiempo. Razón y emoción**. Barcelona: Ariel, 2000.

SASSEN, S. **The Global City**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

SECCHI, B. **La città dei ricchi e la città dei poveri**. Gius. Laterza & Figli Spa, 2013.

SENNETT, R. **Construir y habitar: ética para la ciudad**. Barcelona: Anagrama, 2019.

SWYNGEDOUW, E. Neither Global nor Local: “glocalization” and the Politics of Scale. **Space of Globalization: Reasserting the Power of the Local**, 115–36, 1997.

TAUSSIG, M. **El diablo y el fetichismo de la mercancía en Sudamérica**. Nueva Imagen. 1993.

URRY, J. **Mobilities**, Cambridge: Polity, 2007.

VALENZUELA, J. **De la crisis neoliberal al nacionalismo fascistoide**. México y Estados Unidos. Centro de Estudios para el Desarrollo Alternativo, 2016.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

VAN HAM, M.; TAMMARU, T. 2016. New Perspectives on Ethnic Segregation over Time and Space. A Domains Approach. **Urban Geography** 37 (7), p. 953–62, 2016. Disponible en: <<https://doi.org/10.1080/02723638.2016.1142152>>. Acceso en: 15 ene. 2017.

VOMMARO, P. Durante y después de la pandemia: dimensiones sociales, políticas y económicas. **Observatorio social del Coronavirus** 1 (1), p. 1–5, 2020. Disponible en: <<https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20200826014541/Alerta-global.pdf>>.

WARD, P. **México**: una megaciudad. Producción y reproducción de un medio ambiente urbano. México: Alianza Editorial, 1991.

WHITE, M. The Measurement of Spatial Segregation. **American Journal of Sociology**, vol. 88, no. 5, 1983, pp. 1008–18. *JSTOR*. Disponible em: <<http://www.jstor.org/stable/2779449>>. Acceso: 20 dec. 2023.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

LUNA GÓMEZ, Luis Alberto. MOVILIDAD EN LA CIUDAD DE MÉXICO. accidentes y valorización de los servicios. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 126-150, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 11/05/2023. Aceito em: 27/10/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

SEÇÃO ARTIGOS

AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO – PERNAMBUCO, BR

EVALUATING ENVIRONMENTAL EDUCATION OF GEOGRAPHY CLASSES IN ELEMENTARY EDUCATION IN THE CITY OF JOÃO ALFREDO – PERNAMBUCO, BR

EVALUACIÓN DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL EN CLASES DE GEOGRAFÍA EN LA EDUCACIÓN PRIMARIA EN EL MUNICIPIO DE JOÃO ALFREDO – PERNAMBUCO, BR

 [Marcus Vinícius dos Santos Silva¹](#)

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE),
Pernambuco, Brasil.
e-mail: marcus.santossilva@upe.br

 [Viviane Lúcia dos Santos Almeida de Melo²](#)

Universidade de Pernambuco (UPE),
Pernambuco, Brasil
e-mail: viviane.almeida@upe.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar como a Educação Ambiental (EA) está sendo trabalhada nas aulas de Geografia no Ensino Fundamental no município de João Alfredo - PE à luz de uma metodologia de abordagem qualitativa e exploratória. Como procedimentos de análise e coleta de dados foi realizada uma pesquisa bibliográfica aliada a uma sondagem a partir de um questionário, aplicado aos professores que lecionam Geografia no Ensino Fundamental do município de João Alfredo - PE. A partir dos resultados obtidos, pôde-se concluir que os professores que lecionam Geografia, em sua maioria, têm dificuldades em trabalhar as temáticas de EA em razão de alguns fatores, como, por exemplo, o fato da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não valorizar a EA, a falta de apoio da equipe gestora (gestores e coordenadores), dificuldades referentes a materiais didáticos além do livro, limitação da carga horária e a falta de formação em geografia (licenciatura) por parte de muitos profissionais que lecionam geografia na rede municipal do município João Alfredo. Também foi informado pelos entrevistados que a pandemia da Covid-19 motivou a trabalhar a EA recorrentemente, mostrando a sua importância no contexto do ensino de Geografia.

Palavras-chave

Educação Ambiental (EA); Ensino de Geografia; BNCC.

¹ Graduado em Licenciatura em Geografia – Universidade de Pernambuco (UPE) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

² Professora da Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Mata Norte.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO – PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. , set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

This article aims to analyze how Environmental Education (EE) is being worked in Geography classes in Elementary School in the municipality of João Alfredo - PE in the light of a methodology of qualitative and exploratory approach. As procedures for analysis and data collection, bibliographic research was carried out, together with a survey using a questionnaire, applied to teachers who teach Geography in the Elementary School in the municipality of João Alfredo - PE. From the results obtained, it can be concluded that teachers who teach Geography, for the most part, have difficulties in working the themes of EE due to some factors, such as, for example, the fact that the BNCC does not value the EE, lack of support from the management team (managers and coordinators), difficulties to teaching materials beyond the textbook, limited workload, and lack of training in geography (degree) by many professionals who teach geography in the municipal network of the municipality João Alfredo. It was also reported by respondents that the Covid-19 pandemic motivated them to work on environmental education recurrently, showing its importance in the context of teaching Geography.

Keywords

Environmental Education (EE); Geography Teaching; BNCC.

Resumen

El presente artículo tiene como objetivo analizar como la Educación Ambiental (EA) está siendo trabajada en las clases de Geografía en la Enseñanza Fundamental en el municipio de João Alfredo- PE a la luz de una metodología de abordaje cualitativa y exploratoria. Como procedimientos de análisis y recolección de datos fue realizada una investigación bibliográfica aislada a un sondeo a partir de un cuestionario, aplicado con los profesores que enseñan Geografía en la Enseñanza Fundamental del municipio de João Alfredo- PE. A partir de los resultados obtenidos, se puede concluir que los profesores que enseñan Geografía, en su mayoría, tienen dificultades en trabajar las temáticas de la EA en razón de algunos factores, como, por ejemplo, el hecho de la BNCC no valorizar la EA, la falta de apoyo de la equipe gestora, dificultades con los materiales didácticos, además del libro didáctico y limitaciones de carga horaria. También fue informado por los entrevistados que la pandemia de Covid-19 ha motivado a trabajar la EA recurrentemente, mostrando su importancia en el contexto del ensino de Geografía.

Palabras-clave

Educación Ambiental (EA); Enseñanza de la Geografía; BNCC.

Introdução

Nos dias correntes, discutir a Educação Ambiental (EA) no âmbito escolar é uma atitude bastante difícil, sobretudo, diante de um conjunto de paradigmas modernos que requer cautela quando trabalhados em sala de aula. A intensificação do Efeito Estufa, o Aquecimento Global, mudanças climáticas, o recorde de queimadas no Pantanal, o desmatamento acentuado da Floresta Amazônica, a devastação ligada a grilagem de terras e a diminuição da fiscalização de crimes ambientais são alguns dos muitos desafios que mancham com tintas fortes o quadro

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. , set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

socioambiental brasileiro. Sendo assim, no âmbito escolar é preciso viabilizar uma atmosfera favorável à construção de aprendizagens socioambientais essenciais à construção de seres multiplicadores de boas práticas com valores e atitudes sustentáveis e ecologicamente corretos.

Apesar da BNCC se mostrar frágil no que diz respeito às habilidades e competências sobre a EA, o professor de Geografia pode desempenhar um papel relevante em relação a ela nas suas aulas. A criatividade, o pensamento autônomo e a criticidade, aliados aos temas transversais e às problemáticas ambientais, são elementos indispensáveis, desde que possibilitem aos alunos construir seu próprio saber, o que oportuniza, portanto, o ideário de corresponsabilidade sobre as transformações do meio ambiente (Silva; Silva, 2022).

Os educandos, quando bem instruídos pelos conceitos e valores da EA, se formam como conhecedores dos reais problemas ambientais globais, nacionais e, principalmente, locais, o que contribui para serem capazes de enfrentar os desafios socioambientais e mitigá-los, uma vez que atitudes individuais, por menores que sejam, quando se juntam a tantas outras, surtem efeitos sustentável e ecologicamente positivos. Considerando esse contexto, o objetivo do presente estudo foi avaliar a forma de abordagem da Educação Ambiental (EA) nas aulas de Geografia no Ensino Fundamental (Anos Finais) no município de João Alfredo-Pernambuco.

Como caminho metodológico para se chegar ao objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório, dividida em 02 (duas) etapas. A primeira etapa consistiu em realizar uma discussão teórica a respeito da EA no Ensino da Geografia, com base em artigos científicos, dissertações e livros, coletados de forma aleatória no Google Acadêmico e no acervo físico e digital dos autores. A segunda etapa buscou a compreensão de como os professores que lecionam Geografia no Ensino Fundamental (Anos Finais) nas escolas municipais de João Alfredo – PE, trabalham a EA no âmbito escolar através de um questionário misto disponibilizado via *Google Forms*.

Educação Ambiental (EA) e o Ensino de Geografia

A EA é uma dimensão da educação que consiste em proporcionar às pessoas uma compreensão crítica e global do Meio Ambiente para que, a partir disso, seja possível construir atitudes ecologicamente corretas em comunhão com uma posição crítica e participativa sobre a

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO – PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

conservação dos recursos naturais e/ou a sua adequada utilização, o que contribui para uma melhoria da qualidade de vida, eliminação da extrema pobreza e do consumismo desenfreado (Medina, 1999). Nos tempos correntes, a EA vem sendo ainda mais essencial para o desenvolvimento de sujeitos com uma postura crítica e participativa em prol de uma mobilização de caráter individual e coletivo no contexto das emergências e paradigmas modernos, entre eles o desmatamento, as mudanças climáticas e a proliferação de doenças, como resposta às alterações da natureza.

De tal modo, considerando os documentos que orientam a educação brasileira, verifica-se que nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a EA é pautada como um tema transversal, dado o seu caráter complexo que envolve valores sociais, éticos, econômicos, culturais, científicos e outros. Nenhuma área mostra-se capaz de abordá-la plena e integralmente, cabendo aos diversos componentes curriculares privilegiá-la a seu modo (Branco; Royer; Godoi Branco, 2018).

No caso da BNCC, documento de caráter normativo que estabelece o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os educandos devem atingir ao longo da educação básica (BRASIL, 2018), é dada uma ênfase maior à sustentabilidade relacionada ao meio ambiente e ao uso dos recursos naturais (Branco; Royer; Godoi Branco, 2018). Contudo, a EA, tal como é proposta pela BNCC, acaba marginalizando o tema e tornando a sua prática esporádica, além de sua abordagem se tornar responsabilidade individual dos docentes (WINK, 2022), o que torna relevante a autonomia do professor para o uso da Geografia aliada a EA no âmbito do ensino básico para o despertar da consciência ecológica.

No que concerne à BNCC, o termo “Educação Ambiental (EA)” aparece uma única vez, na página 19, espaço dedicado à introdução do documento, não aparecendo mais ao longo do texto. A EA é reduzida a um tema que deve ser contemplado nos currículos e nas propostas pedagógicas, o que permite concluir que existe na BNCC um total sequestro da EA, inclusive cedendo lugar para o termo “educação para o desenvolvimento sustentável” (Silva, Loureiro, 2019). Tal realidade não causa espanto, uma vez que existe uma espécie de camuflagem das temáticas ambientais, que pode ser explicada pela EA ter um caráter crítico, emancipador, de

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

construção de valores e atitudes sustentáveis, o que vai contra os interesses do sistema capitalista de produção.

Para Chaves e Farias (2005), a consciência ecológica não nasce do vazio, mas de uma nova consciência ética e de uma realidade, como a poluição, a degradação do meio ambiente, as desigualdades sociais e outros. No entanto, a consciência ecológica por si só não leva à efetivação de uma ação transformadora, corroborando com a sociedade tal qual ela se encontra. Para que a EA se efetive, é essencial que os conhecimentos e as habilidades sejam construídos e as atitudes possam ser construídas e reverberadas com base em valores éticos e de justiça social (Pelicioni; Philippi Júnior, 2014).

A nova consciência ética e a realidade dos problemas ambientais alinhadas aos conhecimentos geográficos trabalhados sob o viés da EA têm o poder de sensibilizar os educandos e de promover o conhecimento para compreensão da nefasta exploração da natureza e, com ela, a decisão de agir com base na valorização das funções dos diferentes elementos do meio e dos serviços ecossistêmicos que prestam. Frente a isso, a Geografia se torna uma aliada de seres multiplicadores de boas práticas e com modos de agir e pensar a realidade que a cerca de forma contrária ao modelo econômico capitalista vigente.

A Geografia enquanto ciência que trata do espaço geográfico, caracterizado pela relação das ações humanas com a natureza, abre espaço para inserção da EA em suas discussões e problematizações. Para Santos (1988), o espaço habitado é um meio geográfico completamente distinto, qualitativamente e estruturalmente, em comparação a tempos históricos pretéritos, sobretudo, ao espaço anterior à Revolução Industrial, em que a articulação tradicional e histórica da comunidade com o seu quadro orgânico natural é alterada em favor do mercantilismo. Os resultados diretos e indiretos desse fenômeno se espalham por toda a face da terra e atingem todas as espécies, tendo em vista que o ser humano se utiliza do saber científico e das tecnologias construídas contrariamente às suas primeiras relações com o entorno natural (Santos, 1988, p. 16).

Tendo em vista o exposto, o ensino da Geografia revela-se importante para a superação de uma visão ingênua e reducionista dos problemas ambientais e de suas reais causas e consequências, entre essas, senão as predominantes, aquelas prejudiciais aos espaços naturais

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

e habitados e ao próprio ser humano. Silva e Oliveira (2019) elencam que trabalhar a EA nas aulas de Geografia, através das práticas de ensino, é uma atitude interessante e necessária, pois a Geografia permite trabalhar as questões ambientais partindo de abordagens socioambientais com o propósito de formar sujeitos ativos críticos e atuantes na realidade vivida.

O vazamento de óleo no Oceano Atlântico, o desmatamento e as sucessivas queimadas na Floresta Amazônia, os incêndios do Pantanal Brasileiro e outros eventos suscitados pela força humana sobre a natureza são exemplos da destruição ambiental que corroboram para a perda da biodiversidade, para o desequilíbrio ecológico e, assim, para o comprometimento da qualidade de vida dos seres humanos. Tudo isso sendo exemplos claros da intensificação das alterações danosas ao meio ambiente promovidas pelos seres humanos e que merecem ser explicadas pelo viés geográfico e político. Reigota (2009) bem esclarece a necessidade de se enxergar a EA como uma educação política:

Quando afirmamos e definimos a educação ambiental como educação política, estamos afirmando que o que deve ser considerado prioritariamente na educação ambiental é a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos, visando a superação dos mecanismos de controle e de dominação que impedem a participação livre, consciente e democrática de todos. A educação ambiental como educação política está comprometida com a ampliação da cidadania, da liberdade, da autonomia e da intervenção direta com os cidadãos e cidadãs na busca de soluções e alternativas que permitam a convivência digna e voltada para o bem comum (Reigota, 2009, p. 09).

Sendo assim, é preciso inserir no contexto do ensino de Geografia novas abordagens nas discussões e problematizações ou até mesmo resgatar métodos mais amplos que elucidem causas, consequências e possíveis soluções aos problemas apresentados. A superação de uma visão reducionista perpassa também pela superação de uma visão simplificadora das próprias discussões ambientais e das práticas pedagógicas (Cocato, 2021). O mesmo autor complementa:

Sem um debate teórico-metodológico mais aprofundado, se caminha para um apaziguamento das contradições socioambientais de um sistema cada vez mais insustentável. O resgate da dimensão política é também o resgate da ética ambiental. A questão ambiental não é apenas a história da degradação da natureza, mas também da exploração do ser humano (que é natural, assim como sua força de trabalho) pelo ser humano, visando ganhos econômicos em forma de privilégios (Cocato, 2021, p. 7).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Para Cavalcanti (1999), um dos objetivos da Geografia é levar os alunos ao entendimento da intensificação dos problemas sociais e, dessa forma, levá-los também a enxergar que eles são responsáveis por esses problemas e, além disso, desenvolver nos alunos uma atitude de agentes responsáveis pela construção de ambientes, não como responsáveis genéricos, todos iguais, mas como responsáveis atuantes, cada qual a seu modo. Ou seja, o papel da Geografia é construir com os alunos uma ética ambiental que permita uma prática democrática, respeitosa e solidária com a própria natureza, com os ambientes construídos (resultado das ações físicas e sociais).

Vale lembrar que os seres humanos contemporâneos vivem profundas dicotomias. Não se consideram como elementos da natureza, mas, ao contrário disso, como meros espectadores e/ou exploradores dela. Esse distanciamento abissal dos seres humanos sobre a natureza potencializa as ações da humanidade tidas como racionais, mas que geram graves consequências, sendo urgente respostas políticas e pedagógicas neste início de século para barrar o antropocentrismo (Reigota, 2008).

Diante do quadro ambiental planetário em que a EA encontra ainda mais imprescindibilidade, o papel do ensino de Geografia vinculado a objetivos valorativos pode ser relevante para trabalhar o espaço íntimo de sobrevivência dos alunos em seu cotidiano e nas suas diferentes concepções: o vivido, o percebido e o concebido (Cavalcanti, 1999). Nesse contexto, com a aproximação da realidade cotidiana pelos educandos, a disjunção entre sociedade e natureza que tende a ainda existir nas escolas e nas práticas geográficas pode ser contornada com a construção de valores e convicções do ponto de vista indissociável socioambiental para que se criem ambientes construtores de soluções e que esses cresçam em maior velocidade que os problemas ambientais.

Comungando com o exposto, Silva e Silva (2022) entendem que os locais íntimos de sobrevivência disponibilizam aos alunos uma maior familiaridade com os possíveis problemas ambientais, o que acaba suscitando uma maior margem para solucionar junto com a comunidade os problemas ambientais observados, seja poluição e degradação dos rios, ruas e outros. Para além disso, a EA, quando trabalhada a partir dos espaços íntimos de sobrevivência dos alunos,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

faz surgir maiores chances de atuar criticamente não só na sua realidade próxima, mas para além dela em distintas escalas geográficas.

Para Kaercher (1996), a questão ambiental não deve ser vista como um discurso saudosista: "antigamente o mundo era melhor porque era mais limpo e calmo". Ao contrário disso, deve ser explorada a partir do ponto de vista que o desequilíbrio ambiental não se resume ao desequilíbrio homem-natureza, mas também ao desequilíbrio entre os próprios seres humanos, pois existem aqueles que lucram com a destruição do meio ambiente e as relações sub-humanas às quais muitos trabalham e/ou vivem. Isso também é um desequilíbrio da relação do ser humano com a natureza e entre os pares. O autor pontua, ainda, que se deve atentar ao processo histórico de intensificação da destruição da natureza (industrialização) não sempre como sinônimo de progresso, e não se deve pensar em uma visão inatingível de que seria melhor se os seres humanos não destruíssem a natureza.

Cocato (2021) elenca que, para a transformação do contexto socioambiental, questionar é preciso. Questionar o modelo de produção econômico-político, colocando uma crítica na organização da sociedade vigente; questionar a dominação da natureza, em favor de uma visão ampla socioambiental e incluir nas discussões os indivíduos e os povos excluídos historicamente, que tinham relações mais saudáveis com o espaço natural e que foram tachados como atrasados. Mais do que isso, é preciso questionar os conceitos de progresso e de desenvolvimento que estão associados à dominação e à erradicação da natureza, que são as causas primordiais dos atuais problemas ambientais, veiculadas pela mídia com um caráter descritivo e acrítico.

Nesse sentido, a Geografia pode ser um componente curricular potencializador da compreensão crítica das questões envoltas aos problemas ambientais, suas causas e consequências e, não só isso, pode mobilizar os educandos ao pensar e agir no mundo de maneira ecologicamente correta e sustentável. A EA, apesar de ser trabalhada através de componentes curriculares no âmbito escolar e em possíveis atividades extensionistas, deve ser estendida por todo o trajeto de vida dos alunos enquanto sujeitos multiplicadores de boas práticas e que buscam transformar individualmente ou em conjunto suas convicções e ações para sustentabilidade ambiental.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Metodologia

Delimitação e Caracterização do Objeto de Pesquisa

A pesquisa foi realizada com 13 (treze) professores do Ensino Fundamental (Anos Finais) que lecionam Geografia nas escolas municipais da Zona Urbana e da Zona Rural no município de João Alfredo - PE, pertencente à mesorregião do Agreste Setentrional. Segundo o site da Prefeitura Municipal de João Alfredo, o município se situa em uma área de 134,147 km², o que representa 0,2% da população do Estado, com uma população de 30.375 habitantes no último censo demográfico (Censo 2010) e uma estimativa de 33.570 habitantes em 2021. A sua densidade demográfica corresponde a 239,45 hab./km² com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,576 considerado baixo.

A Rede Municipal de Ensino conta com 10 (dez) escolas que ofertam o Ensino Fundamental (Anos Finais), sendo 02 (duas) na Zona Urbana e 08 (oito) na Zona Rural, totalizando o número de 87 (oitenta e sete) professores distribuídos entre os componentes curriculares ofertados (Português, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, Língua Inglesa e, de forma optativa, Ensino Religioso). No 6º ano, estudam 403 (quatrocentos e três) alunos, no 7º ano 448 (quatrocentos e quarenta e oito) alunos, no 8º ano 386 (trezentos e oitenta e seis) alunos e no 9º ano 369 (trezentos e sessenta e nove) alunos, a partir de dados da quantidade de estudantes matriculados nas escolas públicas municipais no ano de 2021 (INEP, 2022).

A escolha do público-alvo está atrelada à facilidade de obter sinalização positiva para colher os dados necessários para responder aos questionamentos da pesquisa. A coleta dos dados apresentados nesta pesquisa se deu entre os dias 01 e 30 de novembro de 2022.

Métodos e Técnicas

Para realização desta pesquisa, foi considerada a metodologia de abordagem qualitativa sob o viés de uma investigação exploratória com base nos objetivos propostos. Para Minayo (2007), a pesquisa qualitativa consiste em responder questões particulares que, no caso das Ciências Sociais, não podem ou não deveriam ser quantificadas, trabalhando assim com um

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

universo de motivos, crenças, valores, aspirações e atitudes, enquanto a investigação científica sob o viés exploratório proporciona maior familiaridade com um determinado objeto de estudo, tornando-o mais explícito (Gil, 2002).

Nesta pesquisa, a metodologia qualitativa de caráter exploratório teve como objetivo, em um primeiro momento, realizar uma discussão teórica a respeito da EA no Ensino da Geografia e, em um segundo momento, compreender de forma aprofundada como os professores das escolas municipais de João Alfredo - PE do Ensino Fundamental (Anos Finais) enxergam e trabalham a EA no âmbito escolar.

Os procedimentos metodológicos de análise e coleta de dados utilizados foram uma pesquisa bibliográfica para melhor familiaridade com o tema proposto, a qual foi realizada com base em livros e artigos de Cocato (2021), Silva e Oliveira (2019), Pelicioni e Philippi Júnior. (2014), Reigota (2009), entre outros, assim como nos documentos curriculares nacionais, além de um questionário disponibilizado no *Google Forms* para obtenção das informações dos (as) professores (as), como vai ser apresentado na próxima seção. Se entende como uma pesquisa bibliográfica um apanhado geral de trabalhos já realizados e que tem importância por fornecerem dados e informações atuais e relevantes para o tema pesquisado enquanto o questionário se utiliza de uma série de perguntas que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (Lakatos; Marconi, 2003).

Resultados e discussão

O primeiro questionamento se deu quanto à formação acadêmica dos professores que lecionam o componente curricular Geografia. Dos 13 professores que tivemos retorno, 08 (61,5%) são licenciados em Geografia enquanto 05 (38,5%) são licenciados em outros componentes curriculares, sendo que destes 02 são formados em História, 02 em Língua Portuguesa e 01 em Ciências Biológicas (Figura 1).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544

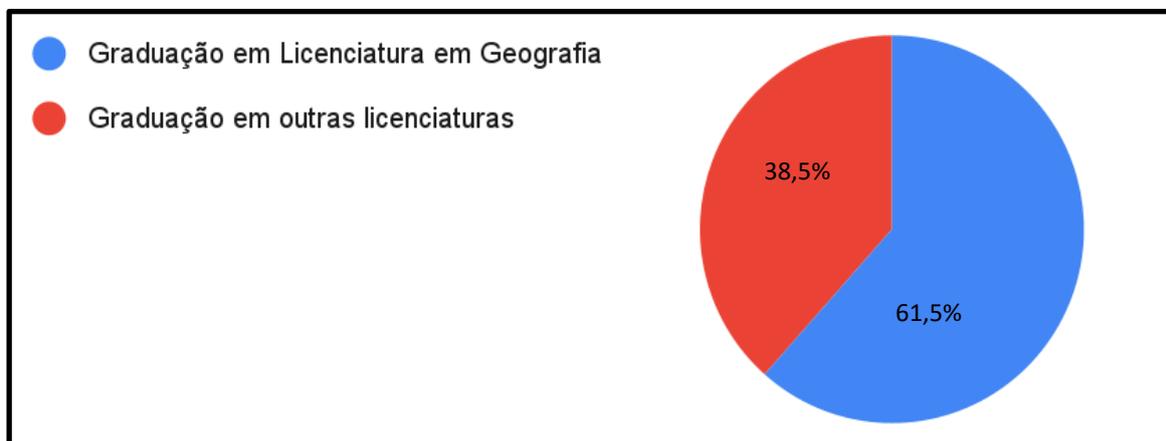


Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 1: Formação acadêmica dos professores que lecionam Geografia nas escolas públicas do Ensino Fundamental (Anos Finais) do município de João Alfredo - PE, em estudo realizado no período entre 01 e 30 de novembro de 2022.



Fonte: Autores (2022)

As aulas de EA podem se tornar pouco comprometidas com a sensibilização e conscientização socioambiental dos sujeitos na condição de ensinantes, sobretudo, no que concerne aos professores(as) que não são formados nas áreas do conhecimento correlatas com a Geografia. De tal modo, tanto os professores que não têm sua formação inicial em Licenciatura em Geografia quanto os professores licenciados em Geografia, mas que não tiveram uma formação adequada para as temáticas ambientais, podem apresentar dificuldades na sua prática docente.

Corroborando com o exposto, Castellar (2015) pontua que o conteúdo é o que dá condições para que o aluno, junto com seu professor, construa o seu conhecimento. No entanto, o processo de ensino-aprendizagem já começa debilitado quando os professores não são formados nas disciplinas que lecionam, o que implica na incerteza desde a definição dos conteúdos que devem ser privilegiados, dos conceitos que devem ser articulados com os conteúdos até a efetivação de uma aprendizagem significativa. No que se refere à formação dos professores de Geografia, a referida autora afirma, ainda, que melhorias nos cursos de graduação são importantes, principalmente, na grade curricular.

A EA tem um papel de suma relevância para o exercício da cidadania de modo político, ecológico, sustentável e justo, desde que os professores, no desempenho do seu magistério, não

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

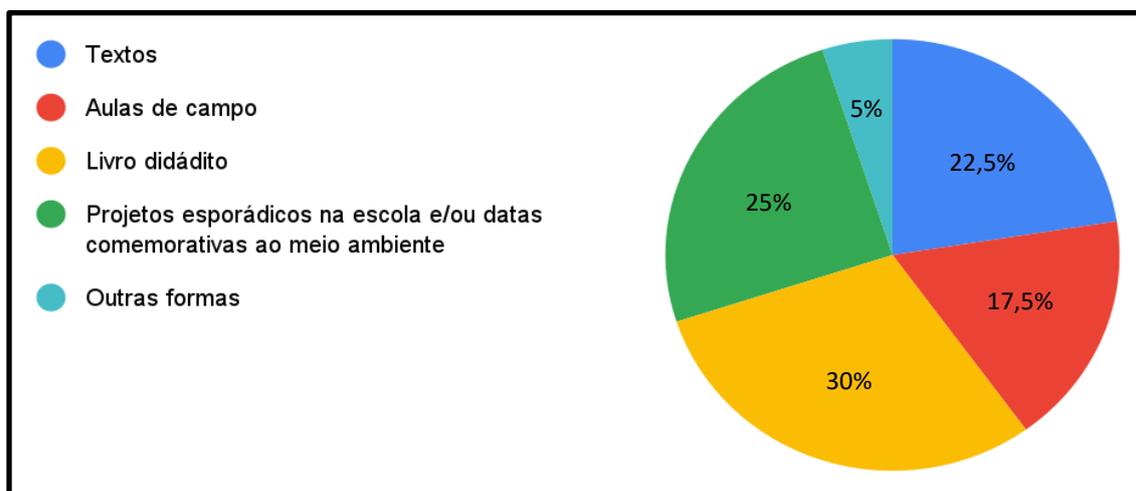
Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

rotulem a EA como uma dimensão da educação que vislumbra o que venha a ser, mas focalizem nos problemas ambientais que realmente existem, suas causas e consequências, sobretudo, a partir do espaço íntimo de sobrevivência dos educandos. Dessa forma, ela assumirá um papel social além de discursivo, prático, e se concretizará de maneira imediata nas suas comunidades e no dia a dia dos educandos.

O segundo questionamento focalizou procurar respostas de como se trabalha a EA em sala de aula nos dias correntes, quando foi constatado que 30% dos docentes indicaram utilizar o livro didático, 25% projetos esporádicos na escola e/ou ações em alusão a datas comemorativas ao meio ambiente, 22,5% citaram textos, 17,5% aulas de campo e 5% outras formas (vídeos, documentários, músicas e jogos educativos como brincos e trilhas foram citados) (Figura 2):

Figura 2: Metodologia de trabalho da EA pelos professores que lecionam Geografia nas escolas públicas do Ensino Fundamental (Anos Finais) do município de João Alfredo - PE, em estudo realizado no período entre 01 e 30 de novembro de 2022.



Fonte: Autores (2022)

Os projetos esporádicos na escola, muitas vezes propostos pela rede de ensino e/ou pela equipe gestora, textos e livros didáticos são metodologias importantes, aliadas ao trabalho com as temáticas ambientais; contudo, não devem ser enxergados de forma vaga e como as únicas possibilidades veiculadoras de conhecimento, o que requer um olhar crítico dos professores. As aulas de campo, considerando, sobretudo, a realidade local dos alunos para posterior

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

contextualização com escalas mais amplas (regional, nacional e global) e outras estratégias que colocam os educandos na posição de protagonistas são metodologias de suma relevância nesse contexto. A construção de maquetes, criação de vídeos, exploração de jogos didáticos físicos e virtuais, criação de podcasts com os problemas locais, suas causas, consequências e possíveis soluções são alguns de tantos outros exemplos que podem ser explorados nas aulas de Geografia, de acordo com as condições propícias ou não ao seu desenvolvimento.

Nesse contexto, é preciso se soltar das amarras dos livros didáticos e de aulas pautadas em uma educação bancária, do inculcamento de conteúdos, onde cabe ao professor falar e aos alunos escutar (Freire, 1987). Trabalhar as aprendizagens essenciais previstas no currículo e na vida cotidiana dos alunos não deve ser uma tarefa enfadonha, mas uma atividade em favor da construção do ser cidadão que escreve as páginas da sua história de vida com valores e atitudes ecologicamente corretas, pensando em si, nos outros de sua geração e nas gerações futuras.

Segundo Rubens Alves (2012), existem escolas que se assemelham a gaiolas, enquanto outras se assemelham a asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo e deixem de ser pássaros, pois a essência dos pássaros é o voo. Por outro lado, as escolas que são asas existem para dar aos pássaros coragem para voar, uma vez que elas não podem ensinar o voo, pois ele nasce dentro dos pássaros. De tal modo, escolas que são asas encorajam os alunos a desacelerar as ações predatórias em desfavor do meio ambiente, da própria qualidade de vida e de tantas outras espécies ao mesmo tempo que dissipam conceitos e valores compatíveis com a sustentabilidade ambiental que tendem a refletir ações.

A terceira indagação dirigida aos professores que lecionam Geografia buscava entender como eles trabalhavam os conteúdos no componente curricular Geografia, se de forma compartimentada ou não (Figura 3).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544

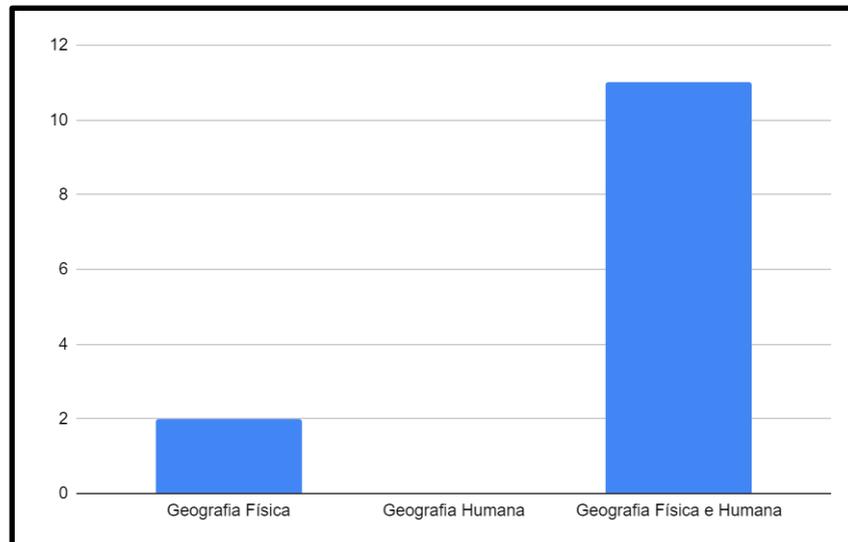


Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 3: Formas de trabalhar a EA pelos professores que lecionam Geografia nas escolas públicas do Ensino Fundamental (Anos Finais) do município de João Alfredo, sob o ponto de vista de suas áreas, em estudo realizado no período entre 01 e 30 de novembro de 2022.



Fonte: Autores (2022)

Obteve-se como resposta que 02 professores (as) trabalham a EA apenas com a Geografia Física (7,7%) e 11 professores a partir da Geografia Física e Humana (92,3%). Mais uma vez, analisando as respostas individualmente, chegou-se à conclusão de que as 02 respostas que indicam o trabalho das temáticas ambientais apenas com a Geografia Física foram sinalizadas por não serem licenciados em Geografia. Portanto, parece existir uma compartimentação do saber geográfico além do seu fim didático para alguns professores. A EA pressupõe que compreendamos o mundo em sua totalidade, complexidade e interdependência, considerando os elementos físicos, biológicos e antrópicos nas suas mais variadas formas e conexões e a Geografia, quando bem trabalhada, é um terreno fértil que contribui para transformação ambiental e social dos educandos.

No entanto, um dado relevante chamou a atenção: outros professores que alegaram não serem licenciados em Geografia responderam que abordam as temáticas ambientais a partir da Geografia Física e Humana, ou seja, parece que os professores, mesmo que não licenciados em Geografia, podem, de alguma forma, ser motivados pelas pautas socioambientais e ser

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

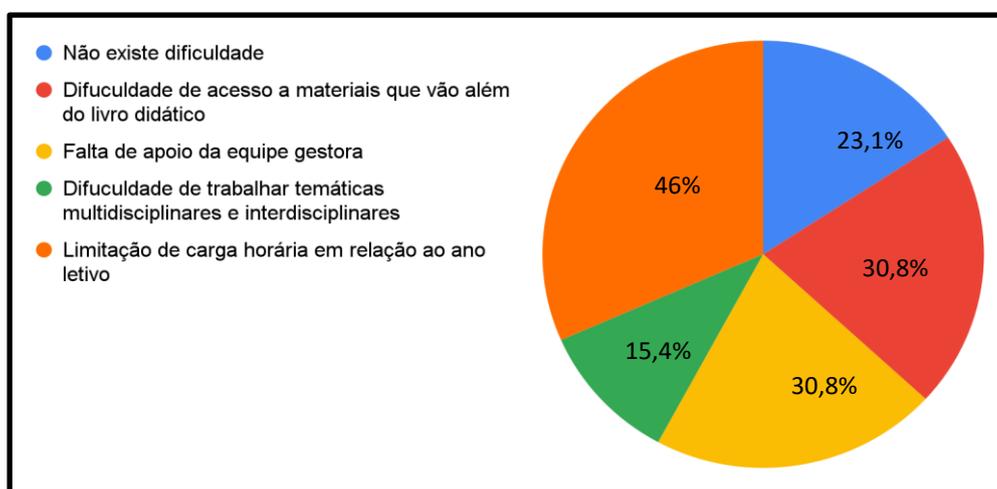
Essays of Geography | POSGEO-UFF

conhecedores da relação indissociável entre ser humano e natureza. Assim como elenca Freire (2000), parece que esses (as) docentes ousam em assumir:

[...] o dever de lutar pelos princípios éticos mais fundamentais como do respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas. Não creio na amorosidade entre homens e mulheres, se não nos tornamos capazes de amar o mundo. A ecologia ganha uma importância fundamental neste fim de século. Ela tem de estar presente em qualquer prática educativa de caráter radical, crítico ou libertador (Freire, 2000, p. 67).

O quarto questionamento buscou identificar os problemas que os professores encontram para trabalhar as temáticas ambientais. Neste contexto, a limitação da carga horária em relação ao ano letivo foi a variável que os professores mais citaram (46%), seguida pela falta de apoio da equipe gestora (30,8%), pela dificuldade de acesso a materiais que vão além do livro didático (30,8%), não existe dificuldade (23,1%) e limitação da carga horária em relação ao ano letivo (15,4%) (Figura 4).

Figura 4: Dificuldades para trabalhar a EA pelos professores que lecionam Geografia nas escolas públicas do Ensino Fundamental (Anos Finais) do município de João Alfredo - PE, em estudo realizado no período de 01 e 30 de novembro de 2022.



Fonte: Autores (2022)

Meneguzzo e Meneguzzo (2013) corroboram com a resposta dos professores que foram questionados, quando entendem que o trabalho do professor é limitado por uma gama de fatores. Falta de conhecimentos conceituais; teórico-metodológicos; ausência ou limitada perspectiva

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

interdisciplinar envolvendo toda equipe pedagógica e administrativa da escola no que se refere a realização de aulas diversificadas, inclusive fora do ambiente escolar; escassez de verbas para realização de trabalhos de campo, indisponibilidade de materiais pedagógicos e ausência de flexibilidade de troca de horário com outros docentes.

No entanto, recorrer a atividades pedagógicas que sejam realizadas com materiais de fácil custeio e aquisição é uma alternativa válida. A utilização de materiais recicláveis, cola, tesoura e outros são aliados na facilitação da aprendizagem dos educandos para a construção de maquetes que representam, por exemplo, a poluição do rio, do ar e do solo a partir do entorno dos alunos, o que permite que eles se tornem não só conhecedores, mas multiplicadores de boas práticas. De acordo com Freire (1987), o ser humano não pode participar ativamente na sociedade e na transformação da realidade se ele não tem conhecimento da sua própria realidade e da sua capacidade de transformá-la, e a EA, aliada ao ensino da Geografia, é um eixo estruturante nesse processo.

A equipe gestora da escola, juntamente com o corpo docente e toda a equipe pedagógica, devem acreditar no potencial da EA para um futuro mais justo e sustentável. A escola é fundamental por ser um lugar propício para construção de reflexões, tomada de consciência do meio ambiente, dos valores e de uma outra forma de agir ambientalmente, o que suscita a sensibilização dos alunos frente às problemáticas socioambientais. Para isso, não basta projetos esporádicos e dias específicos de meio ambiente (Silva; Silva, 2022).

O quinto questionamento teve como intuito investigar se os professores se sentem preparados para trabalhar as temáticas da EA nas aulas de Geografia; como exemplos, serão expostas algumas das respostas mais relevantes:

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Quadro 1: Percepção dos professores sobre o trabalho com as temáticas da EA nas aulas de Geografia do Ensino Fundamental (Anos Finais) do município de João Alfredo - PE, em estudo realizado no período de 01 e 30 de novembro de 2022.

P1: Não me considero preparado. Não sou da área de Humanas e isso limita muito minhas aulas.

P2: Apesar de trabalhar a Educação Ambiental nas minhas aulas eu não me considero muito preparado. Falta de formação continuada e de uma formação inicial mais próxima da Educação Ambiental acho que comprometem meu trabalho.

P3: Me considero preparada para trabalhar as temáticas da EA. Além da minha formação ser em Ciências Biológicas (sempre era explorada a EA) ela sempre foi interessante aos meus olhos. A escola tem um papel muito importante na tomada de consciência e sensibilização dos estudantes sobre a sustentabilidade.

P4: Sim, pela base que tive na universidade e por conta do meu TCC ser especialmente sobre EA, pude me aprofundar mais na temática. Contudo, ainda considero que tenho bastante a melhorar.

P5: Não, acredito que ainda tenho muitas dúvidas sobre o assunto.

Fonte: Autores (2022)

O que mais chama atenção nos dados elencados é que, após serem verificadas as respostas individualmente, constatou-se que os professores que não se sentem preparados em trabalhar as temáticas da EA são, em sua maioria, professores não licenciados em Geografia. Corrobora-se o fato aliando-se às respostas de um (a) professor(a) com formação em Língua Portuguesa que afirma não ter propriedade sobre as temáticas ambientais em razão de não ser licenciado na área das Ciências Humanas e de um(a) professor(a) com formação em Ciências Biológicas, que sinaliza a EA como interessante além de ter sido explorada na sua graduação. Neste contexto, conclui-se que a revalorização da EA, portanto, é de suma importância nas formações continuadas e na formação inicial dos docentes, e neste caso sem se sobrepor a mediação didática da Geografia como área do conhecimento específica.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

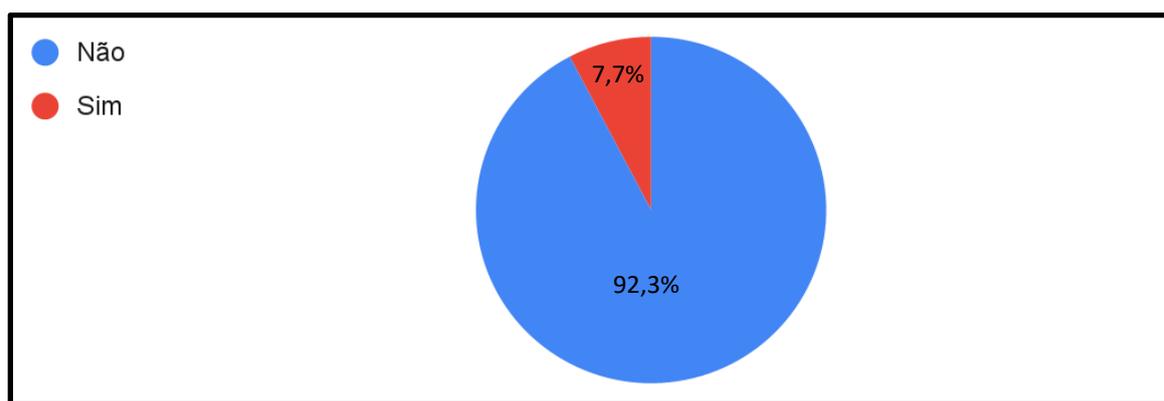
Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

A partir desses dados, acredita-se que o ensino da EA não está sendo trabalhado de forma satisfatória nas escolas públicas do Ensino Fundamental (Anos Finais) no município de João Alfredo-PE. A falta de preparação por parte dos docentes, sejam eles licenciados em Geografia ou não, é um elemento preocupante para o trabalho com as temáticas ambientais. O professor de Geografia ou de outras licenciaturas, quando bem formado, tem todas as prerrogativas para desempenhar um papel decisivo na formação dos sujeitos na condição de aprendizes. Os conhecimentos do campo de ensino e aprendizagem da Geografia facilitam a construção do conhecimento em favor da EA de forma contínua, uma vez que seu objeto de estudo é o Espaço Geográfico.

O sexto questionamento indagou, no ponto de vista dos (as) professores (as) que lecionam Geografia, se a EA é valorizada na BNCC. As respostas, em sua quase totalidade (92,3%), com exceção de uma, sinalizam que a EA não é valorizada na BNCC. Esse pode ser um dos motivos para que os currículos dos sistemas e redes de ensino estaduais e municipais destaquem a EA de maneira transversal e os professores de Geografia dediquem esforços para o trabalho com as temáticas ambientais (Figura 5):

Figura 5: Percepção dos professores que lecionam Geografia nas escolas públicas do Ensino Fundamental (Anos Finais) do município de João Alfredo - PE a respeito da EA na BNCC, em estudo realizado no período de 01 e 30 de novembro de 2022.



Fonte: Autores (2022)

O sétimo questionamento buscou respostas que explicassem se a pandemia da Covid-19 de alguma maneira motivou os professores que lecionam Geografia a trabalharem as

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.
 Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.
 ISSN: 2316-8544

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

temáticas da EA. Os licenciados em Geografia se dividiram nas respostas: alguns afirmaram que a pandemia da Covid-19 motivou a trabalhar as temáticas ambientais com mais frequência e outros afirmaram que, independentemente da pandemia supracitada, já trabalhavam a EA em suas aulas. Por outro lado, entre os professores questionados não licenciados em Geografia, um deles elencou que só trabalha a EA quando é disposta no livro didático e outro que nunca trabalhou a EA nas aulas de Geografia. No quadro abaixo, estão dispostas algumas respostas dos professores questionados:

Quadro 02: Motivação dos professores que lecionam Geografia no Ensino Fundamental (Anos Finais) do município de João Alfredo - PE, no momento de pandemia, em estudo realizado no período de 01 e 30 de novembro de 2022.

P1: A pandemia da Covid-19 demonstrou como as relações do ser humano com a natureza no espaço e no tempo se intensificaram, principalmente, após a revolução industrial. Essa realidade da pandemia colocou os alunos e professores lado a lado com as consequências da ação predatória dos seres humanos na natureza.

P2: Passamos a vivenciar no dia a dia as consequências da pandemia da COVID-19 que muito se relaciona com a intensificação dos impactos ambientais negativos. A mídia mostrou muito essa relação e a EA é uma forma de trabalhar essa temática.

P3: Todos os alunos, até mesmo aqueles que não interessavam saber sobre a relação dos seres humanos com os habitats naturais, foram obrigados a conviver com notícias e relatos diários do papel do ser humano frente a eventos como o da pandemia.

P4: Durante e depois da pandemia trabalhei mais esses assuntos.

P5: Só trabalho a EA quando ela é disposta pelo livro didático ou orientação da escola.

Fonte: Autores (2022)

A pandemia se apresentou à população mundial e, especificamente, aos educandos (as) e professores(as), como um sinal de alerta e um vetor de denúncia de que a natureza tem as suas normas e diretrizes próprias e que, quando ações predatórias são desencadeadas sobre ela,

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

sobretudo, inescrupulosamente para atender as reais necessidades ou não dos seres humanos, a proliferação de distintas doenças surge como resposta. Nesse sentido, os professores têm um papel fundamental na sensibilização dos educandos, alertando-os que a natureza deve ser entendida além dos recursos que nos prestam e que são essenciais à sobrevivência da nossa espécie. E, para isso, uma compreensão filosófica de vida e da sociedade se faz necessário. Para Bispo (2012) a Geografia possui capilaridade suficiente para contribuir com as reflexões da educação ambiental, através da perspectiva socioambiental, de modo holístico e interdisciplinar.

Para Silva e Silva (2022), a EA é efetivamente necessária no momento de pandemia e pós-pandemia para a construção de agentes transformadores de suas próprias práticas, que possivelmente são contribuidoras para os desastres e catástrofes naturais que já se sucederam, que ainda estão em curso e outras que estão por vir. Essa prática se tornará exitosa quando as atividades pedagógicas estiverem a favor da ética sustentável e planetária.

Considerações Finais

A EA é um campo do conhecimento que auxilia na tomada de decisões éticas do ponto de vista da sustentabilidade pela forte aproximação da reflexão à ação socioambiental, sendo extremamente abrangente e intimamente ligada aos estudos e pesquisas sociais e naturais e suas interrelações. Pensar dessa maneira é estabelecer pontos indissociáveis entre a concepção do conhecimento e a forma de agir e de construir pontes que levem à informação de caráter socioambiental, a sensibilização pelo sujeito na condição de aprendiz e o amadurecimento de atitudes e práticas em prol da sustentabilidade do Planeta Terra em todos os seus ecossistemas e processos dinâmicos.

A escola tem um papel relevante para a mudança paradigmática de práticas e valores que sustentam o modelo de sociedade ocidental, que pressupõe os recursos naturais como eternos e que sua única utilidade é nos servir. É dever dela, também, instruir os alunos à compreensão de que a continuidade da espécie humana no Planeta Terra nos tempos futuros está condicionada a intensidade das ações desequilibradas dessa mesma espécie sobre os ecossistemas que tantos serviços nos prestam. Para isso, exige-se a construção de seres sociais

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

e multiplicadores de boas práticas como resultado da compreensão filosófica de vida e da sociedade a qual estão inseridos.

É sabido que os desafios para efetivação da EA no âmbito escolar existem e são variados, mas a mobilização de esforços por parte dos professores, da equipe gestora e pedagógica aliada à vontade de contornar o quadro socioambiental atualmente controverso é o primeiro passo para a transformação socioambiental. A possibilidade de equalizar por completo a soma devastadora das maneiras de agir ecologicamente incorretas sobre a natureza é uma incógnita, mas existe uma certeza de que se não buscarmos modificar nosso modelo de exploração intenso dos recursos naturais, nossa existência está condenada ao abismo e ao fracasso.

A Geografia, enquanto uma ciência de síntese, que resulta da complexidade e da interdependência da relação dos seres humanos com a natureza, é uma ferramenta auxiliar nesse processo. O investimento em formação inicial e continuada aos licenciandos em Geografia ou não, a mobilização de metodologias diversificadas em favor de um fazer pedagógico significativo, o apoio da equipe gestora e pedagógica das escolas e a construção do aluno como um ator da sua história e que tem em suas mãos o poder de minimizar a intensificação e antecipação de desequilíbrios ambientais no presente e no futuro são algumas de tantas outras medidas que podem ser criadas para o fortalecimento da EA no âmbito escolar e, especificamente, nas aulas de Geografia.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Referências

ALVES, R. **Por uma educação romântica**. 9 ed. Campinas: Papirus, 2012.

BISPO, M. O. A concepção de natureza na Geografia e a relação com a Educação Ambiental. **Revista Terceiro Incluído**, v. 2, n. 1, jan./jun. 2012, p. 41-55. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/teri/article/view/19956>>. Acesso em: 14 de ago. 2023.

BRANCO, E. P.; ROYER, M. R.; GODOI BRANCO, A. B. A abordagem da Educação Ambiental nos PCNs, nas DCNs e na BNCC. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 29, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/5526>>. Acesso em: 28 de out. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. 3ª versão revista. Brasília: MEC, 2017. 396 p.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562 p.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CASTELLAR, S. M. V. A Formação de Professores e o Ensino de Geografia. **Terra Livre**, [S. l.], v. 1, n. 14, p. 51–59, 2015. Disponível em: <<https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/374>>. Acesso em: 28 dez. 2022.

CAVALCANTI, L. S. Proposta Curriculares de Geografia no Ensino: Algumas Referências de Análise. **Revista TERRA LIVRE**, São Paulo, Nº 14: 111-128, 1999. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/87805289-Propostas-curriculares-de-geografia-no-en-sino-algumas-referencias-de-analise.html>>. Acesso em: 24 out. 2022.

CHAVES, A. L.; FARIAS, M. E. **Meio ambiente, escola e a formação de professores**. *Ciência & Educação*, v. 11, n. 1, p. 63-71, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/N9R7KgCZsXnV87XRgRy3vmc/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

COCATO, G. P. Crítica à educação ambiental no ensino de geografia: discussões e propostas pedagógicas. **Geosp**, v. 25, n. 1, p. 1-21, e-158138, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/158138>>. Acesso em: 03 de nov. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: Cartas Pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP, 2000.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2021**. Brasília: Inep, 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>>. Acesso em: 30.05.2022.

KAERCHER, N. A. Geografia é nosso dia-a-dia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, n. 21. ago., 1996. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38639/26361>>. Acesso em 27 de out. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MEDINA, N. M. Formação de Multiplicadores para Educação Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental – FURG**. Vol. 1, out–dez/1999. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=medina+1999+%C3%A7%C3%A3o+ambiental&btnG=>>. Acesso em: 20 out. 2022.

MENEGUZZO, I. S.; MENEGUZZO, P. M. Educação Ambiental: possibilidades e desafios no processo ensino-aprendizagem da geografia escolar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 8, n. 2, p. 10-19, 2013. Acesso em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/1805>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, prática e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PELICIONI, M. C. F.; PHILIPPI JÚNIOR., A. Bases Políticas, Conceituais, Filosóficas e Ideológicas da Educação Ambiental. In: PHILIPPI JÚNIOR., A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri/SP: Manole, 2014. p. 03-12.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Edusp, 1988.

SILVA, J. B. C.; SILVA, M. V. S. S. O Papel da Educação Ambiental em época de pandemia e pós-pandemia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 17, n. 6, p. 478–497, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/13968>>. Acesso em: 5 dez. 2022.

SILVA, S. N.; LOUREIRO, C. F. B. O sequestro da educação ambiental na BNCC (educação infantil - ensino fundamental): os temas sustentabilidade/sustentável a partir da agenda 2030.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO – PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 12., 2019, Natal. **Anais [...]**. Natal: ABRAPEC, 2019. Disponível em: <https://abrapecnet.org.br/enpec/xii-enpec/anais/lista_area_05_1.htm>. Acesso em: 14 ago. 2023.

SILVA, W. I.; OLIVEIRA, J. G. R. Práticas de Educação Ambiental nas aulas de geografia do ensino médio: reciclando velhos hábitos. **Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)**, v. 14, n. 1, p. 316–361, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2706>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

WINK, G. O. **Um olhar crítico sobre a Educação Ambiental: a Geografia como instrumento para construir novas perspectivas**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências. Porto Alegre-RS, 2022. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/239298>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SILVA, Marcus Vinícius dos Santos, MELO, Viviane Lúcia dos Santos Almeida de. AVALIANDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS AULAS DE GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE JOÃO ALFREDO — PERNAMBUCO, BR. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 151-174, set-dez de 2023.

Submissão em: 01/08/2023. Aceito em: 05/09/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

SEÇÃO ARTIGOS

**GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S):
espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em
Manaus-AM**

**GEOGRAPHY(IES) OF THE STILT HOUSE(S):
spatialities, housing precariousness and living among urban stilt houses in Manaus-AM**

**GEOGRAFÍA(S) DE LO(S) PALAFITO(S):
espacialidades, precariedad habitacional y convivencia entre palafitos urbanos en
Manaus-AM**

 [Matheus Vieira Areb¹](#)

Universidade Federal do Paraná (UFPR),
Paraná, Brasil
e-mail: matheusvareb@gmail.com

Resumo

A ocupação dos igarapés² urbanos é peça-chave para compreensão dos processos de produção da cidade de Manaus (AM). Partindo de aspectos históricos mais amplos, buscou-se a partir de Manaus (AM) e das casas de palafitas apontar características dessa tipologia habitacional e sua base geográfica no espaço urbano. O objetivo do trabalho é apresentar aspectos geográficos das palafitas urbanas a partir do caso de Manaus-AM. Especificamente, busca-se (1) analisar as transformações históricas antigas até as atuais, passando pela inserção dessas casas no urbano e (2) identificar as experiências próprias dos moradores enquanto casas do possível-habitar na relação cidade-natureza. Como procedimentos, as reflexões são apresentadas com base em revisão bibliográfica, além de trabalho de campo em área de palafitas no bairro de Educandos, ao qual foram empregadas observações e entrevistas com atenção à produção social dessas casas. A manifestação da “palafitarização” é um processo socioespacial pelo conteúdo geográfico no qual as palafitas têm sua gênese e continuidade através de espaços intersticiais. Constatou-se que a experiência palafítica é singular por estar em área limítrofe água-terra, e que essa singularidade se traduz na agência das águas no impacto na casa e na vida. Palafitas, como expressão da cultura, também são produto social que revelam as contradições do habitar no espaço urbano manauara.

Palavras-chave:

Geografia urbana; Habitação; Manaus; Palafitas; Precariedade habitacional.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (PPGEO/UFPR). Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (PPGAS/UFAM). Graduado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Membro do Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional/NPUR (UEA/CNPq).

² Palavra de origem indígena Tupi que significa “caminho de canoa”. Os igarapés são médios ou pequenos cursos d’água. Na Amazônia, os igarapés tem uma importância ambiental, social e cultural e fazem historicamente parte da sociedade como espaços de lazer, sociabilidade, navegação e moradia.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Abstract

The occupation of urban streams is a key element for understanding the production processes of the city of Manaus (AM). Starting from broader historical aspects, it was sought to point out characteristics of this housing typology and its geographical basis in the urban space from Manaus (AM) and the stilt houses. The objective of this work is to present geographic aspects of urban stilt houses from the case of Manaus-AM. Specifically, it seeks to (1) analyze the historical transformations from the past to the present, through the insertion of these houses in the urban area and (2) identify the residents' personal experiences as houses of the possible-to-inhabit in the city-nature relationship. As procedures, the reflections are presented based on a bibliographical review, in addition to field work in an area of stilt houses in the Educandos neighborhood, to which observations and interviews were used with attention to the social production of these houses. The manifestation of "stilt-housification" is a socio-spatial process due to the geographical content to which the stilt houses have their genesis and continuity through interstitial spaces. It was found that the stilt housing experience is unique due to the fact that it is in an area bordering water and land and this uniqueness is translated into the intervention of the waters impacting the house and life. Stilt houses, as an expression of culture, are also a social product that reveal the contradictions of living in Manaus' urban space.

Keywords:

Urban geography; Habitation; Manaus; stilt houses; Housing precariousness.

Resumen

La ocupación de los arroyos urbanos es un elemento clave para la comprensión de los procesos de producción de la ciudad de Manaus (AM). Teniendo en cuenta aspectos históricos más amplios, buscamos señalar características de esta tipología de vivienda y su base geográfica en el espacio urbano, a partir de Manaus (AM) y los palafitos. El objetivo de este trabajo es presentar aspectos geográficos de palafitos urbanos a partir del caso de Manaus-AM. Específicamente, busca (1) analizar las transformaciones históricas de lo antiguo a lo actual, a través de la inserción de estas casas en el área urbana y (2) identificar las propias experiencias de los residentes como casas de lo posible-habitar en la relación ciudad-naturaleza. Como procedimientos se presentan las reflexiones a partir de revisión bibliográfica, además de un trabajo de campo en un área de palafitos del barrio Educandos, para lo cual se utilizaron observaciones y entrevistas con atención a la producción social de estas viviendas. La manifestación de la "palafitorización" es un proceso socioespacial debido al contenido geográfico al que tienen su génesis y continuidad los palafitos a través de espacios intersticiales. Se encontró que la experiencia de palafito es única porque se encuentra en un espacio limítrofe de agua-tierra y esta singularidad se traduce en la agencia de las aguas en el impacto sobre la casa y sobre la vida. Palafitos, como expresión de la cultura, son también un producto social que revela las contradicciones de vivir en el espacio urbano de Manaus.

Palabras clave:

Geografía urbana; Alojamiento; Manaos; Palafitos; Precariedad habitacional.

Introdução

As palafitas — casas de madeiras que se estendem pelas águas — compõem a cena urbana e rural das cidades amazônicas. Na cidade de Manaus, desde a década de 70, com maior intensidade, as margens de igarapés se tornaram lugar da moradia através de palafitas que se

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaios de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

estendem adensadas por cima dos canais fluviais urbanos (Oliveira; Costa, 2007). Esse processo expõe a reprodução desigual do espaço urbano de Manaus em que a paisagem, envolta pelo ambiente, ao qual as palafitas urbanas se encontram, revela variáveis que indicam a precarização da vida em várias ordens.

A problemática habitacional em Manaus tem na “exclusão territorial” (Barbosa, 2017) sua base espacial-social. A lógica capitalista da terra-mercadoria é a que rege o lugar das classes na cidade. A apropriação desigual do espaço urbano leva alguns grupos a participarem “precariedade da vida urbana e da sociedade de consumo” (Sposito, 2018, p. 129). A precariedade é a definição usada para as tipologias habitacionais das palafitas, usada no sentido de baixa infraestrutura material e vulnerabilidade social (Sakatauskas, 2016).

As especificidades das palafitas permitem compreender que as diferenças dessa tipologia expressam uma relação estreita entre cultura-ambiente, as quais histórica e geograficamente produziram especificidades nessas formas de habitar — diferenças de práticas espaciais que se traduzem na produção de espacialidades próprias, ou seja, uma geografia própria no que se refere a posição dessas casas entre terra-água. Surge a proposta de pensar em “geografia(s) da(s) palafita(s)”, que se propõe(m) a refletir sobre um ambiente específico de um entrelaçamento entre cultura-natureza e cidade-ambiente, de espacialidades específicas em meio a necessidade do habitar no urbano. A argumentação sugere pensar a particularidade das palafitas urbanas como solução precária através da noção de “palafitarização”, ou seja, sujeição à necessidade de autoconstrução de palafita para habitar na cidade.

As espacialidades nesse meio são marcadas pelo ritmo da natureza e ao mesmo tempo da vida, trabalhando em uma temporalidade das atitudes regidas pelo ritmo das águas. Para compreensão desse processo, o objetivo do trabalho é apresentar aspectos geográficos das palafitas urbanas a partir do caso de Manaus-AM. Especificamente, se busca (1) analisar as transformações históricas antigas até as atuais, passando pela inserção dessas casas no urbano, e (2) identificar as experiências próprias dos moradores enquanto casas do possível-habitar na relação cidade-natureza.

A pesquisa se insere dentro dos estudos habitacionais urbanos — em específico, a questão das palafitas a partir da cidade de Manaus. Entende-se que a especificidade das

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

moradias amazônicas requer uma discussão ao nível local, portanto destaca-se uma análise de trabalhos acadêmicos regionais, como da cidade de Belém e em Manaus, que consideram a relação rio-cidade em suas discussões para pensar a abrangência do processo em termos regionais, já que as águas que banham as cidades na Amazônia possuem centralidades em diversos processos. A pesquisa contou com observações de campo em palafitas na área urbana de Manaus, localizadas às margens do Igarapé de Educandos, no bairro de Educandos, na zona sul da capital (AM).

A argumentação apresenta (1) as formas históricas das palafitas em áreas geográficas diferentes, passando pela (2) necessidade de pensar sociedade-natureza em termos não dicotômicos para as palafitas, (3) aspectos geográficos para compreensão da produção de palafitas urbanas em Manaus e (4) a “palafitarização” como termo que expressa a construção de uma parte da vida entre rio-cidade com múltiplas experiências. Não se pretende propor a investigação da totalidade do fenômeno em todas as suas frentes, entendendo que a discussão acerca das palafitas pode ser explorada por inúmeras áreas e perspectivas, mas defende-se que uma “geografia das palafitas” busca afirmar um processo em curso de construção de espacialidades próprias que vão muito além do discurso da precariedade, que evidencia também a necessidade de se pensar esses espaços com atenção frente às diversas formas de estratégias empregadas para tornar a habitação possível em áreas inundáveis.

O que são palafitas urbanas?

Palafitas são tipos arquitetônicos de casas construídas sobre estacas de madeira, comumente adaptadas a áreas fluviais-úmidas³. A capacidade adaptativa humana tornou essa forma passível de ser encontrada em vários continentes como resultado do desenvolvimento da técnica de populações que viviam em típicos ambientes úmidos: ilhas, pântanos, mangues, deltas, lagos, rios e áreas litorâneas costeiras.

³ Em alguns contextos, palafitas também podem ser encontradas em áreas de terra firme, seja pela cultura construtiva ou para aproveitamento de espaço embaixo da casa para algum fim. Entretanto, seu modo de construção está majoritariamente ligado a contextos fluviais.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

A origem dessa forma de habitar é datada por Navarro (2022, p. 87) através de antigos registros de “assentamentos que evidenciam a transição do Neolítico para a Idade do Bronze (ca. 5000 a 500 a.C.) na Europa”. No continente americano, sobretudo na porção da América Latina, as palafitas são identificadas desde a idade Pré-colonial. As estruturas palafíticas foram estratégicas e ainda hoje em distintas regiões, “a tipologia serve para defesa de animais selvagens, inimigos e subidas das marés” (Geissler; Loch; Oliveira, 2007, p. 3). Algumas das formações coletivas de palafitas apresentaram estruturas semelhantes mesmo em regiões geográficas diferentes, como entre os Catío da Colômbia, os Warao da Venezuela e os grupos que habitavam na baixada maranhense. Registros desses povos revelaram estruturas palafíticas entre sete e oito metros de altura (Navarro, 2022, p. 114). Essas construções arquitetônicas, hábitos aquáticos e a cosmologia ao redor das águas estiveram presentes ao longo das densas populações palafíticas que habitaram ao longo da parte norte da América Latina.

Esse percurso histórico reflete a adaptação da habitação em espaços alagáveis a fim de poder aproveitar os benefícios de estarem junto a fontes e rios, mantendo-se através da fertilidade desses espaços e de animais aquáticos. Isso se dá não somente em função da manutenção alimentar, mas também por conta de a localização junto a córregos fornecer a possibilidade de mobilidade por longas distâncias através de barcos. A história das palafitas na América Latina demonstra que a necessidade de se estar junto aos cursos de água marcou fortemente a cultura de algumas etnias, as quais destacam-se pelo próprio nome, como os Warao, que têm em sua tradução o sentido de “povo da água” ou “povo da canoa”.

Os Warao são habitantes do Delta do Orinoco, na Venezuela, e estão distribuídos por outras áreas na América do Sul. Esse grupo indígena é conhecido pelo desenvolvimento de uma “cultura da palafita”, visto que suas formas de moradia são marcadas pela construção de casas erguidas em cima de troncos na área interna do Delta. Viajantes do século XVI, “descreveram os Warao vivendo tanto em terra firme como em estacas sobre a água nos lagos e rios dos pântanos interiores do delta” (Roosevelt, 2022, p. 471). Não apenas a forma da moradia expressa sua relação com as águas, mas também a locomoção em canoas que, aliada à estrutura da casa, permite um melhor acesso aos córregos. Além disso, esse povo tem “sua subsistência principal nos abundantes peixes de rios e riachos. [...] coletam caranguejos, mariscos e

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

tartarugas” (Roosevelt, 2022, p. 473), o que mostra a construção de um mundo das águas dominado por esse grupo, garantindo a eles o nome de “palafiteiros”.

Saindo da Venezuela, entrando no território Amazônico, os registros dos relatos dos exploradores evidenciaram inúmeros grupos “palafiteiros” ao longo da Bacia Amazônica. Navarro (2022, pp. 97-99) aponta, através dos trabalhos de cronistas que adentraram os rios da região e pesquisadores (Vásquez, 1551; Porro, 1992; Nimuendajú, 1948), a presença de aldeias de palafitas dos povos de grupos dos Omaguá no alto Solimões, Yurimangá e Tikuna, no Rio Solimões.

Na parte oriental da América do Sul, os povos da baixada maranhense viviam de modo semelhante. Os sítios arqueológicos encontrados ao longo da Bacia do Turiaçu são importantes registros de “sítios palafíticos” de povos que viviam nas chamadas “estearias” sobre as águas (Navarro *et al.*, 2017, p. 872). Esses assentamentos pré-coloniais deixaram estacas que podem ser visualizadas no baixar das águas, “sendo que os vestígios materiais de ocupações pré-históricas semelhantes parecem existir somente no Maranhão” (Navarro *et al.*, 2017, p. 872). Os padrões de assentamentos revelavam hierarquias nas construções das estearias entre espaços residenciais e espaços coletivos (Navarro, 2022, p. 112), construídos “dentro de rios e de lagos pleistocênicos [...]” (Franco, 2012; Navarro, 2013; Ab’Saber, 2006 *apud* Navarro *et al.*, 2017, p. 872).

Atualmente, quando se refere à localização das palafitas, existem diferenças que remetem às contradições dessa forma de construção em um mesmo território. Navarro (2022, p. 89) afirma que “moradias sobre palafitas são comuns até os dias de hoje. A maioria está localizada na Amazônia e estão situadas em áreas ribeirinhas ou várzea de florestas tropicais”. O autor aponta que as palafitas no meio rural são uma “adaptação ecológica”, fruto de uma cultura arquitetônica de longa duração que expressa uma relação cultura e ambiente baseada no regime das águas, mobilidade e produtos rio-floresta. Essa mesma cultura palafítica dos ribeirinhos difere das palafitas encontradas no meio urbano. Essa diferença é fundamental na compreensão de dois mundos palafíticos diferentes em uma mesma região. Se a cultura palafítica ribeirinha é adornada pela floresta, relação com as águas e apropriação e uso das águas como mobilidade, abastecimento de peixes e fonte da vida, as palafitas urbanas estão

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

envoltas pelos canais poluídos, localizadas em encostas de risco e intensa degradação ambiental, bem como vulnerabilidade social, principalmente nas capitais Belém e Manaus, que foram centros de atração populacional por oferta de trabalho e serviços em relação às cidades menores no interior dos estados.

As pesquisas que tratam das palafitas nas cidades amazônicas apontam para esse movimento no qual as palafitas, ao adentrarem o território urbano, se inserem dentro de outra lógica e adquirem características específicas, a citar, trabalhos da capital Belém (PA), como na comunidade ribeirinha urbana Vila da Barca e os projetos habitacionais de substituição das palafitas por conjuntos habitacionais (Menezes; Perdigão, 2021; Silva *et al.*, 2018; Rocha; Tancredi; Santos, 2018), transformações urbanísticas no bairro da Sacramento (Mendes; Chagas, 2022) e projetos de revitalização de margens ao longo da Bacia da Estrada Nova, periferia alagada de Belém (Leão, 2017), além de demais textos que mostram o cotidiano das habitações em áreas úmidas na área urbana de Belém (Soares; Silveira, 2022; Pimentel *et al.*, 2012).

Na capital Manaus (AM), cidade entrecortada por densas bacias fluviais, as primeiras palafitas em áreas urbanas datam do “final do século XIX e ou início do século XX” (Valle, 1999 *apud* Barbosa, 2017, p. 62). As palafitas urbanas em Manaus estão ligadas à questão de acesso à moradia. A intensificação da presença dessas moradias na cidade se deu após o início da crise da borracha. Com o intenso fluxo de migrantes para a capital após 1920, as palafitas se tornaram uma solução de moradia precária, o que se afirmou ainda mais intensamente para aqueles com baixos salários ou desempregados a partir da implantação da Zona Franca de Manaus⁴, após 1967. Atualmente, pesquisas na cidade evidenciam que a lógica urbano-econômica degradadora da natureza, expressa na contínua poluição dos canais fluviais, modifica a paisagem urbana (Oliveira, 2003, p. 29), criando áreas de palafitas precárias em que o cotidiano dos moradores é marcado por inundações, perdas de bens, acidentes, cheiros fétidos

⁴ A Zona Franca de Manaus foi criada em 1967 a partir dos planos econômicos dos governos militares que pensaram em uma zona de livre comércio com incentivos fiscais para que empresas multinacionais se instalassem na região. A medida propunha domínio territorial na região amazônica e desenvolvimento regional.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

e perigos de várias ordens (Ramos; Silva; Lima, 2022; Areb, 2022; Corrêa, 2022; Calderipe, 2017; Iribarrem; Calderipe, 2020; Barbosa, 2017; Maciel, 2016; Oliveira, 2007).

Essa cultura da palafita que marca presença nas margens dos rios das cidades amazônicas tem sua especificidade regional, que está ligada ao ambiente. Assim é estabelecido o “tipo palafita amazônico” (Menezes; Perdigão, 2021, p. 47). A especificidade dessa tipologia habitacional está em que o sentido arquitetônico da casa não tem um fim em si próprio, mas está ligada ao seu meio. No caso das palafitas tradicionais da Amazônia, a casa ocupa um espaço entre rio-floresta e tem sua estrutura adaptada entre esses dois domínios.

Foi preciso retornar às palafitas pretéritas para entender as atuais — seu nexo temporal faz das palafitas não apenas adaptadas às águas, mas também ao tempo. Nesse sentido, é possível compreender as palafitas urbanas como tipos habitacionais de arquitetura vernacular, de estrutura historicamente adaptadas às áreas úmidas e inundáveis, incorporadas ao meio urbano, resultado da desigualdade no acesso a casa/terra que se manifesta a partir das áreas úmidas, espaços de precariedade habitacional, com estrutura adaptada sobre estacas de madeira que se encontram entre rio-cidade, incorporando atitudes referentes a estes dois domínios.

Sociedade *versus* Natureza?

Importante perspectiva na reflexão teórica acerca das cidades amazônicas é a ideia sobre como a natureza está envolvida na produção do espaço, já que os rios e a floresta são as grandezas que cercam as cidades. Em função de uma lógica tecnicista do pensamento urbano, é possível que haja uma tendência em se pensar a dicotomia sociedade *versus* natureza na Amazônia, como uma oposição entre técnica-ambiente na qual a natureza deve ser dominada mais do que integrada⁵. Apesar de na Amazônia os planos governamentais econômicos das décadas de 60 não conjugarem a natureza a seu modo de desenvolvimento local, as relações com o ambiente progressivamente se desenvolveram no plano da vida.

⁵ Essa postura dicotômica transparece a partir de um modelo de urbanização que nega o acesso à água aos cidadãos urbanos da Amazônia. Aquilo que Bordalo (2017, p. 134) chama de “paradoxo da água” é na verdade uma crise “decorrente do baixo investimento financeiro e tecnológico”, ou seja, consentida. Outra faceta dessa ideia é não tratar os canais fluviais urbanos em sua dimensão natural, mas assumir os atos de canalizar e aterrar como soluções técnicas dentro da cidade, perdendo seu sentido natural e sendo tratados como objetos a serem superados (COSTA *et al.*, 2021, p. 266).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

A partir da cidade de Manaus, Oliveira (2003, p. 139) afirma que, a despeito do urbanismo que se impôs historicamente na capital amazonense, baseado na importação de “significados exógenos” à cidade que eram “quase sempre descolados das especificidades culturais e naturais”, o cotidiano mostrou verdadeiras resistências de apropriação do ambiente envolvendo sua vida, inclusive com as águas, através das práticas espontâneas. Os Igarapés na cidade de Manaus eram, até a década de sessenta, “não apenas para a realização de atividades como lavar roupa, apanhar água, pescar, mas também para a realização da festa” (Oliveira, 2003, p. 148). Algumas destas práticas tornaram-se pretéritas ou passaram por transformações. Entretanto, a aproximação com as águas ainda é parte do cotidiano de quem habita a cidade, que tem nos rios seus deslocamentos entre interior-capital. Também se dá pelas águas o deslocamento entre margens-flutuantes, através dos tradicionais catraieiros encontrados na Rua Manoel Urbano, no bairro de Educandos (zonal sul), dos pescadores que trazem seus peixes para abastecer as feiras da cidade, como a Panair, localizada às margens do Rio Negro, ou direto com os próprios transeuntes de seus barcos no porto do Centro de Manaus. Há ainda a permanência do rio como banho. Mesmo que as práticas se deem em regiões mais distantes da área central urbana, prevalece o banho nas praias, igarapés e flutuantes (Nogueira, 2021).

Demais cidades amazônicas como Baião, Cameté e Mocajuba, no Nordeste paraense, são exemplos de “cidades da floresta”, termo utilizado por Trindade Júnior (2021, p. 95) para definir cidades que “não perderam seus vínculos orgânicos com os valores da floresta, e dessa maneira, apresentam uma configuração espacial híbrida do ponto de vista das formas e dos conteúdos que resguardam”. Essas espacialidades podem ser vistas na paisagem urbana como equipamentos e infraestrutura a serviço da população, em que a funcionalidade se articula ao ambiente, servindo às necessidades locais, como “trapiches, em feiras, na beira-rio, em bairros rururbanos, nos terreiros das habitações, na tipologia das moradias, nos tipos de mobilidade intra e interurbanas” (Trindade Júnior, 2021, p. 95).

As cidades da Amazônia apresentam relações com os rios e (ou) as florestas, através das práticas do cotidiano, de modo que “[n]o âmbito da produção do espaço urbano, o cotidiano aponta para a superação da linearidade imposta por urbanismo concebido como mero desdobramento da lógica do mercado” (Oliveira, 2003, p. 138). Essas relações se apresentam

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

através de conteúdo-forma, criando uma “particularidade socioespacial” (Trindade Júnior, 2021, p. 92).

Esse entrelaçamento deve ser analisado a cada ponto de encontro entre cidade-natureza, pois essas relações não se dão de maneira linear, quanto menos em continuidade harmônica. É necessário analisar os “interstícios das relações instaladas na região” (Trindade Júnior, p. 103). Os modos de encontro e apropriação da natureza dentro do espaço urbano das cidades amazônicas têm especificidades. De um lado, as socioespacialidades que se criam nos levam a “evitar a ruptura com a natureza, expressa na interação cotidiana herdada de muitos anos” (Trindade Júnior, 2021, p. 104). Como já mencionado, essas culturas se expressam através das plantações de várzea, trânsito pelos rios, no banho nos igarapés, nos festejos de santos e padroeiros que vêm pelos barcos através das águas e seguem pela cidade até a Igreja, nos contos dos seres das florestas e das águas e no alimento que vem do rio e da floresta. Assim, se tem a cidade da floresta em uma íntima relação com o ambiente, que “[c]ompõe um microcosmo urbano, sinônimo de adaptações, resistências e interações” (Trindade Júnior, 2021, p. 94). Nessas posturas é que se sobressai a especificidade dessas cidades, com hábitos conjugados com a natureza ao lado de sociabilidades presentes. Essas populações participam em diferentes gradações, capital ou interior vislumbram de maneiras ora iguais e diferentes esse processo, como afirma Trindade Júnior (2021, p. 94), “[n]atureza e cultura constituem juntas uma espécie de urbanismo caboclo, composto por formas simples que diferenciam e com conteúdos complexos” (Trindade Júnior, 2021, p. 94).

Há outra face que evidencia a complexidade desse processo. A relação negativa degradadora entre cidade-natureza se apresenta quando o urbanismo tecnicista de impõe — o urbanismo do concreto, do alargamento, aterramento, onde as águas não têm vez. O urbanismo do lucro conjugado à industrialização não socialmente pensada dos espaços amazônicos resultou e resulta na degradação da natureza. No âmbito do capitalismo as relações cultura e natureza são alteradas, formando um encadeamento da degradação que relega as classes mais pobres a um contato com o produto (natureza transmutada) do capitalismo poluidor. Aliado a isso está o modelo de governança que tem como moto a técnica com ruptura do urbano-natural.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Desse processo, emerge a precariedade urbana, periferias segregadas, áreas alagadas, risco ambiental e deslizamentos como parte da cidade.

É possível compreender que não há determinações entre cidade-natureza, uma vez que nesse “processo de produção participa a própria natureza, que não se mostra passiva na interação que estabelece com o homem, assim como não determina comportamentos diante dessa mesma interação” (Trindade Júnior, 2021, p. 92). Ambientes e elos se ligam através da cultura ou se degradam em uma relação negativa sob a égide do capital. De todo modo, os pontos de interstício na cidade (as beiras de rios e limites da floresta) e as manifestações socioespaciais evidenciam esse fluxo que se faz sem hierarquias, em um hibridismo funcional ambiental das especialidades amazônicas, entre códigos, cantos e contos ou entre pontes, palafitas ou feiras. No espaço da cultura revela-se que “[...] não há separação dicotômica entre sociedade e natureza e que a paisagem não é estática, mas está permanentemente sendo construída, e por isso, em movimento” (Oliveira, 2003, p. 31).

Geografia(s) das palafitas urbanas

“De alguma maneira é preciso morar [...] pois não é possível viver sem ocupar espaço”, afirma Rodrigues (1991, p. 11). Em Manaus, no caso das populações que não têm condições de comprar uma casa ou um lote de terra⁶, mora-se em cima das águas. Assim se constitui uma forma histórica de habitação precária que marca a paisagem de inúmeros canais fluviais ao longo da cidade: as palafitas.

No caso de Manaus, Maciel (2016, p. 262), classifica a tipologia das palafitas enquanto assentamentos precários. A noção de precariedade se caracteriza em função da “[i]nsegurança do direito à terra, a existência de padrões urbanísticos sem qualquer tipo de qualidade, e à ausência de infraestrutura básica entre outros”. A especificidade ambiental revela o meio pelo qual a desigualdade na produção do espaço se desenvolveu ao longo das cidades amazônicas. As cidades estabelecidas ao longo de canais fluviais têm sua malha urbana entrecortada por bacias hidrográficas. No caso das capitais, as várzeas foram historicamente espaços de

⁶ Segundo o estudo de Maciel (2016), esse grupo social recorre à produção de habitações em assentamentos precários, aos quais têm por tipologia habitacional encontradas em Manaus habitações precárias localizadas nas áreas de platôs, prédios ocupados e ocupações às margens dos igarapés.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

ocupações pelos mais pobres. É nesse sentido que Sakatauskas (2020) define que a precariedade habitacional tem na Amazônia ribeirinha uma especificidade que se dá pelo ambiente marcadamente aquático, o qual fez com que a produção das palafitas estivesse na paisagem dos canais fluviais urbanos. Essa especificidade regional é resultado do sistema social, do ambiente e da técnica, ou seja, a análise dessas habitações deve compreender não apenas o aparente, mas o contexto urbano histórico amazônico da produção da moradia:

Mesmo guardando características regionais, o problema habitacional nessas cidades ribeirinhas amazônicas revela o padrão de urbanização desigual que é marca das cidades brasileiras. O nível da urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidades que devem ser analisadas à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das modalidades de uso do território em diferentes momentos históricos (Sakatauskas, 2020, p. 231).

A necessidade da moradia, evidenciada pelas palafitas, mostra uma forma tradicional de habitação dos povos amazônicos, a qual no âmbito urbano se transmuta do tradicional para o desigual processo de busca pela moradia na cidade. Desigualdade essa que se revela a partir do ponto de vista da paisagem (forma), através dos diferentes modos de aproximação com as águas. Um dos exemplos se dá a partir das margens da cidade, onde no encontro com as águas a diferenciação de classes leva à apropriação da natureza enquanto amenidade para os grupos sociais de classe mais alta, como acontece no bairro do Tarumã, com acesso exclusivo ao rio pelos condomínios fechados e mansões. Na imagem abaixo (Figura 1), rio e casa estão em uma relação que se complementam — natureza apropriada como paisagem, comum para classes com maior poder aquisitivo (Bartoli, 2011; Guglielmini, 2005, p. 178). Na segunda imagem (Figura 2), casa-água aparece a partir de uma relação mais complexa, onde a água é espaço adaptativo (moradia, locomoção). Para esses grupos que habitam incluídos precariamente na cidade, restam as palafitas de madeira com contato com as águas dos canais poluídos, inundações periódicas e perda de móveis e riscos ao corpo (AREB, 2022).

Figura 1: Mansão com acesso ao rio no bairro Tarumã (zona oeste de Manaus)

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF



Fonte: Instituto Durango Duarte (2007)

Figura 2: Palafitas no bairro Educandos (Zona Sul de Manaus)



Fonte: Guenter Manaus/Shutterstock/IABsp/Archdaily (2020)

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.
Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.
ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

As palafitas que aparecem sobre as águas refletem as contradições da metrópole Manaus, que concomitantemente ao espraiar grandes objetos como pontes, viabilizando a expansão da cidade para além do Rio Negro através do mercado imobiliário, continua presenciando palafitas estendidas sobre as águas na área urbana da cidade. Nesse movimento, estas casas atuam simbolicamente como marcos distintivos da exclusão. Esse processo é parte da configuração de um espaço da ordem mercadológica da terra, o qual exclui, ao mesmo tempo em que inclui sob uma nova dimensão: inclusão precária. Desta forma, este é um processo em curso, histórico, o qual ganha especificidades em cada escala. Se afirmamos que é um processo, é por que tem em si uma lógica, e assim o é, pois “é necessária uma certa geografia, uma certa configuração espacial (segregação) para viabilizar a dominação através do espaço” (Villaça, 2001, p. 359 *apud* Bartoli, 2011, p. 50).

A análise desse processo segregador, que no caso das palafitas se dá nas margens, pode ser compreendida através das diferentes relações sociais que se deram na produção do espaço urbano de Manaus marcada pelo signo da “exclusão territorial” (Barbosa, 2017, p. 27). A “exclusão territorial” tem um duplo aspecto, processo social mais organização espacial que configura a espacialização das palafitas às margens. Nesse sentido, é possível compreender que as palafitas, geograficamente são resultado de um processo espacial, ou seja, como define Corrêa (1979, p. 101), “são os processos espaciais responsáveis imediatos pela organização espacial complexa que caracteriza a metrópole moderna”. Os processos espaciais são uma mediação entre os processos sociais e a organização espacial (Corrêa, 1979, p. 101). Dentro dos tipos de processos espaciais elencados pelo autor, podemos reiterar a segregação como marcador teórico para compreensão das palafitas pela sua localização em áreas de risco, insegurança jurídica, física e social, para além, esses moradores se encontram em certa “uniformidade populacional” que incide a criação de “áreas uniformes” ao qual caracteriza Corrêa (1979, p. 106) como “de um lado, a distribuição da renda da população e, de outro, o tipo de residência e a localização da mesma em termos de acessibilidade e amenidades”.

Nesse sentido, a leitura que se pode fazer acerca das palafitas como espaço segregado se dá pela homogeneidade social interna dessas áreas, como um grupo que compartilha a mesma tipologia habitacional, estão incluídos em programas sociais, experimentam infraestrutura

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

deficitária e tem uma renda que os exclui do processo de aquisição de casa pelo mercado imobiliário ao qual os levam a ocuparem palafitas às margens de rios, gerando um processo de diferenciação residencial com os demais setores habitacionais da cidade.

Na história da produção do espaço urbano de Manaus, a ocupação dos igarapés da cidade segue duas tipologias habitacionais nos leitos urbanos através de dois diferentes momentos: Cidade flutuante (1922-1965) e as palafitas (intensificação após a implantação da Zona Franca em 1967). Em ambos os eventos, houve uma descentralização das casas, partindo da região central da cidade e adentrando os canais urbanos no espaço intraurbano (Barbosa, 2017, p. 49). Refletindo nesse processo é possível compreender que houve uma periferação das palafitas, no sentido de que, hoje, as palafitas que antes surgiram no núcleo central, podem ser encontradas em vários igarapés ao longo da cidade, se constituindo em uma das paisagens que marcam a precariedade nas periferias de Manaus.

Dentro do contexto urbano, as palafitas se constituem não na habitação ideal, mas na habitação possível. Do aparente ao conteúdo, a discussão que cerca as palafitas, tem na sua primeira impressão a precariedade como manifestação da pobreza pela falta de acesso à habitação ideal e no plano do não-visível a análise se centra nos processos socioespaciais construídos na inter-relação social-topografia que marcam as áreas inundáveis. Essas duas discussões podem ser feitas tendo como exemplo a geografia das palafitas na área urbana de Manaus, discutindo sucessivamente (1) questão habitacional e (2) relação socioespacial.

(1) O sistema social ao qual se vincula a aquisição da habitação no sistema capitalista é o regime de propriedade privada, nesse sentido, a diferenciação residencial ao longo da cidade entre as áreas nobres e populares se constituem enquanto “uma projeção espacial do processo de estruturação de classes” (Corrêa, 1979, p. 106), tornando a cidade um reflexo do próprio sistema econômico da sociedade, temos a cidade como produto social, como afirma Oliveira (2003, p. 30): “A cidade é produto das relações sociais que se especializam como resultado do modo de ser de uma sociedade em espaços-tempos específicos”. Essa engrenagem social, que determina o lugar das classes na cidade, tem no bojo a sua lógica motriz de diferenciação de classes, mas que localmente se manifesta a partir de especificidades, revelando o estabelecimento de diferentes processos a partir de uma mesma lógica.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

No caso de Manaus, essa espacialização não segue as determinações ambientais, por outro lado, o ambiente é o lócus da intervenção humana que influi mais ou menos sobre quem o habita conforme a capacidade de intervenção de determinado grupo social. Moradores de condomínios às margens dos rios como em bairros da Ponta Negra e Tarumã⁷ tem maior capacidade de pagar pela intervenção no ambiente das águas de modo que a natureza torna-se amenidade sob a apropriação desses grupos do que moradores das palafitas que em sua impossibilidade de intervenção nas áreas úmidas, experimentam a natureza sob o signo da catástrofe vivendo inundações periódicas, assim, “não é a morfologia que determina o modo como a cidade é ocupada, mas o que lhe crescem os homens” (Oliveira, 2003, p. 34). Nesse sentido é que é possível compreender que a espacialização das palafitas na cidade quando inserida no interstício cidade-natureza, sofre os impactos do ambiente de infraestrutura precária ou ausentes em que os ciclos das águas comandam a vida dos habitantes seja pela apreensão das cheias, preparação da casa na vazante ou na suspensão dos bens, construção das marombas ou mudança de casa na cheia.

No caso de Manaus, a configuração urbana que empurra os mais pobres para os limites da cidade, inclusive para cima das águas, se faz através do mecanismo de especulação imobiliária, onde os mais pobres são relegados às áreas inundadas da cidade, menos valorizadas, configurando uma malha urbana que se constrói pelo processo de exclusão, com mecanismos de espoliação, encarecimento da terra urbana que dificultam o acesso à moradia, criando uma cidade acessível apenas para alguns, cidade fragmentada, de modo que Bartoli (2011, p. 51) afirma que “a separação entre grupos obedece uma certa lógica, e não de modo aleatório, com possível existência de uma forma típica de distribuição dos grupos sociais no espaço”. Não de modo aleatório, a financeirização do solo concentra a exclusão das melhores áreas pelo modelo social de acesso à terra, ou seja, modelo produto das relações sociais.

⁷ O rio que margeia o bairro chama-se Rio Tarumã-Açu e faz parte da Bacia do Tarumã-Açu. Este rio vem sofrendo diversos impactos por margear a cidade de Manaus tendo nele: “marinas, loteamentos, hotéis de selva, condomínios residenciais de alto padrão, ocupações desordenadas, restaurantes, flutuantes domiciliares e comerciais cujas ações geram impactos ambientais, diretos e indiretos”, como poluição das águas com óleo de barcos, esgotos, resíduos sólidos, desmatamento e assoreamento (Melo; Romanel, 2018, p.2). Apesar de possuir um Comitê, a gestão não conseguiu intervenções significativas devido à falta de recursos (Melo; Romanel, 2018, p. 2).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

(2) Para além da materialidade, esses espaços estão envoltos de relações socioespaciais que evidenciam a segregação, só possível de serem aprendidas na análise do cotidiano, assim, “[...] a paisagem está para além da aparência e por isso sua discussão enquanto urbano tem que ser vista a partir do encadeamento das ações sociais que resultaram em espacialidades” (OLIVEIRA, 2003, p. 29). Essas espacialidades se manifestam a partir de um marco distintivo que é o canal fluvial, nessa geografia que vai se dando entre água-terra firme, as marcações de classe se dão sobre a topografia do ambiente, alguns estudos locais servem para demonstrar esse processo.

O trabalho de Ramos, Silva e Lima (2022) aborda a expressão da segregação e diferenciação espacial a partir de habitações próximas às margens, nas margens ou sobre os canais fluviais com pontes em trechos “das comunidades do Bairro da União e demais setores do bairro Parque Dez de Novembro e do trecho limítrofe dos bairros Japiim e Distrito Industrial I”. Na primeira área de estudo que corresponde a um igarapé como divisor entre o Bairro da União (margem direita/ocupação urbana) e setores do bairro Parque Dez de Novembro (margem esquerda) que inclui condomínios, o dados mostram que existe uma diferenciação econômica, social e disparidades de infraestrutura e condições de moradia entre os dois lados da ponte, ao qual lados opostos se opõem imagética e qualitativamente, estrutura socioespacial parecida encontrada na segunda área de estudo ao longo do Igarapé do 40. Essa geografia se dá através de uma estrutura topográfica que une o simbólico ao ambiente físico criando marcadores sociais distintivos expressos na paisagem⁸.

O que refletir sobre essas distinções? Por qual motivo, a estigmatização dos espaços úmidos se adequa a um quadro de inferioridade social? Corrêa (2022) responde essa questão baseada em seu estudo em uma área de “Rip-Rap” ao longo de uma comunidade inserida no bairro Petrópolis na zona sul de Manaus. A comunidade Santa Clara é categorizada como “baixada”, logo na rua acima a “parte alta” que é “boa para morar” corresponde a um trecho da Avenida André Araújo no qual se encontram condomínios de classe média baixa e alta. As

⁸ Ramos (2022, p. 219-220) mostra que nas relações entre igarapé versus terra firme, há uma distinção social que se refere às condições ao qual cada grupo se insere em relação ao curso d’água, de modo que “ele não perceberá o outro como igual, o que está ‘lá em cima’ longe do fundo de vale e o ‘do outro lado’ da ponte, que pertence a um outro grupo social, portanto, diferente”.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

distinções entre a parte alta e a baixada se mostram claras a partir de um movimento de desprezo pela cultura interna da comunidade e pela imagética associada à pobreza ao qual a “baixada” evoca, assim, é possível refletir que “quanto mais precarizado se mostra o ambiente de moradia, mais se abrem precedentes para sua estigmatização” (Corrêa, 2022, p. 21). Dentro da comunidade, os grupos se territorializam e criam topônimos diferentes baseados em sua relação com a proximidade com as águas do igarapé, os espaços dividem-se internamente em “Beco da Morte”, “Chavascal” e “Bodozal”. Para os “de fora” da parte alta, a comunidade ganha o estigma de “lugar perigoso” onde a precariedade associa-se a moralidade, em um processo que estigmatiza os moradores pela condição de habitação, assim a baixada torna-se o lugar violento e de pessoas violentas, percepção recorrente na cidade de Manaus com relação aos espaços alagados (Corrêa, 2022, p. 44). A autora conclui que a imputação de marginalização dos grupos que moram ao longo das margens tem na distinção de classe aspectos como criminalização e estigmatização ancoradas no simbolismo da pobreza.

Para sintetizar a ideia de uma geografia das palafitas urbanas, compreende-se que a discussão sobre a habitação precária, degradação ambiental, segregação e acesso à terra urbana são elementos centrais para a conformação de áreas palafíticas na cidade. O ambiente aquático e úmido aliado à pobreza e dificuldade no acesso à terra firme conforma áreas palafíticas na cidade, marcando na paisagem urbana forte diferenciação residencial. É através da “exclusão territorial” (Barbosa, 2017), que a desigualdade se assenta sobre a morfologia urbana e produz diferenciações da topografia com marcas sociais, distinções feitas entre o aparente e o não-visível nesta trama que é a produção das palafitas.

Palafitarização da vida: da construção do conceito a apreensão sensível da vida em palafitas em Manaus (AM)

O termo “palafitarização” é proposto para pensar no processo de necessidade a recorrer a habitações de palafitas para poder habitar na cidade. Esse processo envolve momentos e tem suas implicações referentes ao habitar em áreas inundáveis, ou seja, constitui um processo amplo e histórico que não se finda com o construir da moradia, mas antecede a construção da palafita e envolve todas as problemáticas referentes ao habitar precariamente, desde a produção

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

da periferia, a falta de infraestrutura que impacta o cotidiano, estratégias e a dimensão simbólica da segregação.

Na produção do espaço urbano da cidade de Manaus, historicamente, a lógica da posse da terra foi pela “retenção dos terrenos por parte de grupos privados”, desse modo, os investimentos utilizados para expansão da cidade seguiam os caminhos dos empreendimentos imobiliários particulares (Oliveira, 2007, p. 58). Com a crise da borracha, a cidade de Manaus atraiu a população do interior do estado, de modo que “[e]stimativas apontaram que somente em 1922 chegaram cerca de 10 mil migrantes vindos da zona rural, especialmente dos vales do Madeira, Purus e Juruá, considerados rios seringueiros” (Oliveira, 2007, p. 59). Entre outros espaços, a possibilidade de habitar na cidade se deu às margens dos igarapés, as populações mais pobres foram empurradas para as áreas de risco, baixadas, áreas inundáveis, lugares onde não se encontra a especulação imobiliária do grande mercado, nessas áreas, à beira de rio tornou-se um espaço “como a periferia de um sistema urbano que literalmente marginalizou populações do acesso à moradia digna na cidade” (Bechan, 2003 *apud* Oliveira, 2007, p. 60). Assim, a “beira”⁹ não apenas territorializa-se como espaço da precariedade, mas adentra o plano simbólico da distinção social, como afirma Guglielmini (2005, p. 71): “[a] beira passa a ser o lugar dos pobres, das palafitas, da “desordem” imposta pela ocupação desordenada, sendo esses lugares em geral qualificados enquanto periferia”.

O trabalho de Oliveira (2007) sobre a vida cotidiana ao longo da beira-rio no bairro Educandos, zona sul de Manaus, evidenciou ao longo da Avenida Beira Mar (atual Rua Vista Alegre) como há uma tendência nessas áreas de encontrar muitos moradores provenientes de municípios do interior do Estado (Oliveira, 2007, p. 86). Esses moradores mais antigos que habitam em palafitas estão ali há cerca de 40 a 50 anos, e constituem “os remanescentes de um grupo bem extenso que compunha o quadro dos que primeiros construíram suas casas na beira-rio de Educandos” (Oliveira, 2007, p. 86).

Atualmente, as relações com a casa envolvem a temporalidade, aliada às condições materiais e econômicas dos moradores. Em pesquisa realizada ao longo das palafitas localizadas

⁹ Termo regional referente aos espaços de margens de rios.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

no bairro de Educandos¹⁰, foi possível encontrar moradores antigos, aqueles que chegaram com seus pais e presenciaram a construção das casas. Há moradores que construíram suas próprias casas — são aqueles que residem há quarenta, trinta ou vinte anos no local — e existem moradores que compraram suas casas no local.

A partir do estabelecimento, a vivência nas casas de palafitas revela uma especificidade da habitação em áreas alagáveis: o constante reparo. É um ciclo de reconstrução que perdura. A época de cheia, em que as casas ficam inundadas, faz com que a madeira da casa apodreça, e com o início da vazante dos rios inicia a temporada de reforma da casa, com as trocas das madeiras. A troca das madeiras esbarra no preço. Uma vez que madeiras são caras, nem sempre é possível comprar novas, de forma que opta-se pela reutilização em alguns casos, o que dá a algumas palafitas a aparência de mosaico, com tábuas diferentes umas das outras em cor e tamanho. É comum encontrar ao longo dessas áreas casas de palafitas abandonadas, disponíveis para venda ou fechadas até se iniciar o período de (re)construção. Isso ocorre por motivos pessoais ou por motivos estruturais. O abandono de casas acontece quando suas condições estruturais já as impedem de serem habitadas — para se evitar tombamentos, tranca-se a casa ou se a abandona. Esse processo mostra que o habitar em casa de palafitas está intimamente relacionado ao impacto das águas nas condições de moradia. Constatou-se que esse espaço é o da moradia que se fez possível, visto que muitos dos moradores almejam sair do local. O esquema abaixo ajuda a entender o fluxo (Figura 3):

¹⁰ Se refere ao conjunto de palafitas localizados ao longo dos becos Inocência de Araújo e Manoel Urbano nas margens do igarapé dos educandos.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

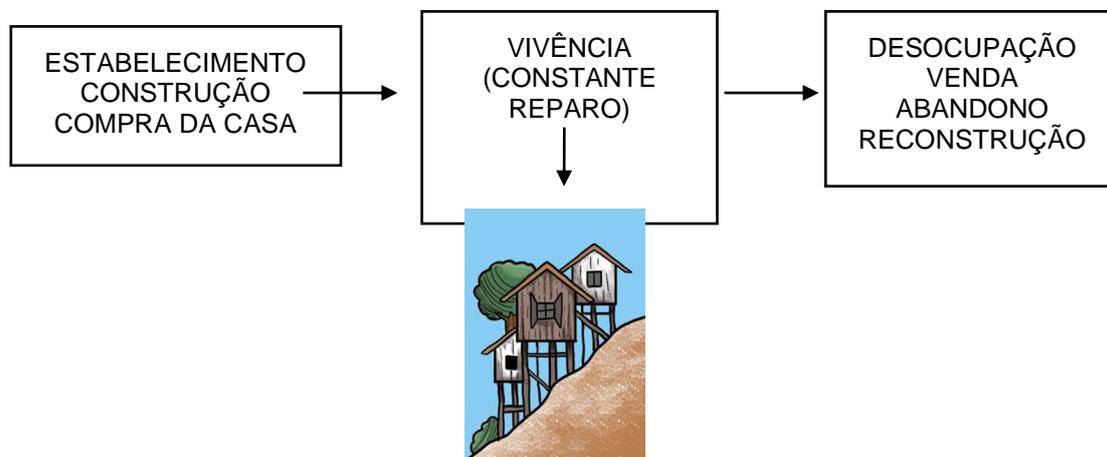
Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Figura 3 – Fluxo da dinâmica habitacional em palafitas



Fonte: O autor (2022)

Esse processo evidencia um primeiro aspecto da palafitarização da vida, que se refere à (re)produção desses espaços, baseado no espaço possível para construção, constante reforma e impacto do regime das águas em sua estrutura. No que se refere à chegada desses moradores no local, pode-se dividir em dois aspectos: **(1) Continuidade:** quando se nasce no local ou se chega muito criança; **(2) Emergência:** quando adulto, na impossibilidade de aquisição de terreno ou casa própria, sendo levado a construir casa de palafita ou comprar esse tipo de casa.

A dimensão material da palafitarização diz respeito à concretude desse processo. As casas têm seus modelos adaptados aos ciclos das águas e são uma incorporação da cultura amazônica dos ribeirinhos. Dentro da área urbana as palafitas têm uma peculiaridade. A sua transformação dentro do espaço urbano é uma transmutação entre a cultura tradicional amazônica — com a casa de madeira, o jirau, as janelas para o rio, os pátios abertos de acesso ao rio e/ou aos barcos — e a adaptabilidade aos códigos da metrópole — que se materializam nas antenas, no ar condicionado e nos cômodos de alvenaria (Figura 4):

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:
 AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.
 Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.
 ISSN: 2316-8544

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Figura 4: Casa-palafita com ar condicionado e antena



Fonte: Márcia Calderipe (2022)

A pesquisa de Pereira, Silva e Barros (2011, p. 37-38) evidencia a relação cultura-natureza materializada na paisagem das palafitas. Segundo os autores, “a arquitetura das palafitas da cidade de Manaus é modelizada a partir de relações conflituosas que se dão entre natureza e cultura na Amazônia”. Esse aspecto mostra a diferenciação das palafitas urbanas e das palafitas rurais, de modo que a diferença tem seu ponto de ruptura no modo de apropriação desigual da cidade estabelecida no modelo urbano mercadológico de acesso à terra. Se as palafitas rurais estão em uma simbiose com a natureza, as palafitas urbanas são a cultura ribeirinha transfigurada sob o âmbito do capitalismo, “cuja urbanidade surgiu do encontro nenhum pouco harmonioso com a cultura cabocla ribeirinha” (Pereira; Silva; Barros, 2011, p. 38). Desse modo, as palafitas não apenas incorporam os objetos da metrópole (capital) em sua arquitetura, mas também expressam a desigualdade na forma como estão dispostas na cidade e

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

em como seus habitantes são impactados pelo produto da degradação ambiental de uma cidade industrial.

A cultura não é sobreposta ao urbanismo — as palafitas se entrelaçam no movimento do cotidiano. De fato, ao longo das palafitas se experimenta a precariedade de forma intensa. Entretanto, no que se refere à estrutura das casas, há uma adaptação a esses ambientes. Isso se dá pelo fato de a cultura da cidade estar ligada aos igarapés. As ocupações daqueles que servem como catraieiros ou pescadores em áreas distantes contam em suas casas com áreas abertas para o igarapé, local de ancoragem de barcos através dos trapiches (Figura 5).

Figura 5: Pátios de fundo aberto para o igarapé servindo como atracagem para barcos



Fonte: Márcia Calderipe (2022)

Esse aspecto leva a compreender que existe uma relação intersticial entre urbano-natureza que tem as palafitas como ponto fronteiro (Pereira; Silva; Barros, 2011, p. 37). Essa

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

apreensão nos leva a refletir que as palafitas constituem áreas intersticiais dentro da cidade pela sua disposição fixada entre o domínio da água e da terra firme. Para além da localização, os conteúdos dessa relação também são intersticiais, visto que os moradores experimentam o impacto do ciclo das águas e alguns navegam por elas, além de utilizarem o espaço da várzea na vazante, ao mesmo tempo que vivenciam o modo de vida urbano estando ligados a terra firme.

A ideia de entender as margens onde se localizam palafitas como interstícios é importante para compreender as cidades amazônicas, pois reflete a complexa, dinâmica e cultural relação com as águas. Pereira, Silva e Barros (2011, p. 37) apontam que essas áreas são uma “região limítrofe entre o rio e a cidade, que pode ser interpretada como uma região fronteira entre a cultura ribeirinha, [...] e a cultura urbana”. O texto de Soares e Silveira (2022, p. 146) mostra, através de estudo na Bacia do Uma, em Belém, que a intervenção técnica no canal leva a uma lógica de domínio sobre as águas — inclusive criando certa aparência de oposição entre o rio-cidade — quando, na verdade, a complexidade das aproximações no cotidiano fora dos planos técnicos urbanísticos revela aproximações com os cursos hídricos. Isso estabelece relações contraditórias do ponto de vista higienista, pois este liga a condição do Igarapé enquanto poluído à negação social deste. Entretanto, a pesquisa revela que “a ‘morte’ do curso d’água não é definitiva, e que as ideias de “igarapé” ou de “canal” são categorias negociadas e situacionais que variam conforme os pontos de vista. No mesmo sentido, o trabalho de Areb (2022) ao longo do Igarapé de Educandos em Manaus aponta que “[a] pesar das tensionalidades e conflitos com as águas, o igarapé do Educandos tem um caráter utilitário que o constitui enquanto água-trabalho/água-caminho” (Areb, 2022, p. 122). Esse caráter utilitário do Igarapé poluído mostra a complexidade das formas de apropriação das águas no ambiente amazônico, onde as relações são negociadas em níveis de possibilidade de uso, e a dicotomia se desfaz na medida em que o igarapé revela seu caráter dinâmico (Areb, 2022, p. 124). O Esquema abaixo ajuda a entender o fenômeno que as palafitas experimentam. Dois domínios, circunstâncias diferentes vivenciadas por quem habita entre dois polos. Nessa fronteira rio-cidade, a casa é o objeto dinâmico: reflete a arquitetura da tradição, incorpora códigos urbanos, recebe o impacto das águas, se deteriora e se reconstrói.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

Essa disposição da palafita reflete também em sua invisibilização dentro do meio urbano. Nesse sentido é que, de maneira aparente, os habitantes de palafitas, em sua condição de habitantes das margens, têm suas casas dispostas geralmente por detrás das edificações localizadas ao longo de ruas e avenidas em Manaus, tendo seu acesso por pequenos becos/vielas. Desta forma, a “marginalização” da edificação ultrapassa a dimensão simbólica e se manifesta em concretude espacial através das formas de se habitar em palafitas: “Os embelezamentos da cidade de Manaus, as infraestruturas construídas retiraram os pobres do alcance da visão, explicitando a divisão de classes na cidade (Oliveira, 2003, p. 24). Entretanto, as palafitas aparecem para quem chega à cidade, escondidas das ruas, mas aparentes por quem chega pelas águas. Pelas ruas aparecem os pequenos becos, vielas que revelam as construções escondidas por detrás dos prédios, um escape à cena urbana: “[...] a produção do espaço é sempre contraditória e o conjunto homogêneo esvai-se pelas contradições inerentes à sua própria lógica e, com isso, a fragmentação dos detalhes emerge (Oliveira, 2003, p. 24).

No ambiente palafítico, os moradores precisam ativar estratégias para lidar com as águas. Soares e Silveira (2022, p. 146) apontam como no meio urbano em uma cidade amazônica, os canais fluviais aparecem enquanto agência: “[a] força simbólica das imagens relativas ao corpo hídrico persiste como potência cosmológica amazônica na urbe – um ente não humano fluido – ainda que transfigurada na forma morta ou moribunda do canal”. As águas refletem um dinamismo no encontro com a cidade, fato que se mostra no Igarapé de Educandos em Manaus. O Igarapé de Educandos aparece como agente sobre a vida dos moradores, mesmo que em condição negativa: poluído, morto ou degradado. Os moradores dessas margens criam representações sobre as águas que falam de suas experiências em contato com elas, sejam entre os entes não-humanos, como os animais trazidos pelas cheias e inundações, seja com o forte

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

odor do Igarapé¹¹, no banzeiro¹² que bate nas casas e destrói as casas na cheia ou nas doenças advindas do canal poluído. Neste sentido, a palafitarização da vida mostra que as águas impactam não apenas sobre a casa, mas também sobre os corpos. Desse modo, pode-se refletir que “as agências não humanas emergem com a força que lhes é inerente, exigindo do humano um reposicionamento simbólico-prático diante de seus dinamismos” (Soares; Silveira, 2022, p. 146).

Espaços de palafitas possuem práticas específicas ligadas à falta de espaço, fazendo com que suas práticas se deem diante dos espaços possíveis. A temporalização da vida envolve o regime das águas, o qual leva a uma temporalidade das atitudes, adaptadas entre cheia e vazante. Nas palafitas do Igarapé do Educandos, durante a vazante, época de baixa dos rios, a parte seca do leito serve como criadouro de bichos como porcos e galinhas ou como depósito de materiais debaixo das casas. Para além, o leito seco também se transforma em espaço de lazer, para crianças brincarem ou para jogos de futebol entre os mais jovens. É também o tempo do reparo, limpeza do lixo, reconstrução e reforço das estacas de madeira das casas quando possível.

Na cheia, o leito é coberto por água, e também se pode acessar algumas casas pelo rio de canoa ou barco, uma vez que as águas invadem as casas. Constroem-se marombas, pequenas pontes de madeiras entre as casas, e dentro de casa, quando o chão é coberto pela água. Na espacialidade, entre a casa e a rua, fica os becos, pequenas vielas que se entrecruzam com outras, formando corredores que levam às ruas. No trabalho de Areb (2022, p. 14), definem-se os becos como “uma extensão da casa, pois as pessoas sentam em sua área colocando cadeiras,

¹¹ Uma das dificuldades enfrentadas pelos moradores das casas de palafitas é o forte odor com que precisam lidar. O mau cheiro decorre dos esgotos lançados nas águas e lixos orgânicos, em função dos quais ocorre um “represamento de águas altamente poluídas junto às margens, onde se instauram ambientes anóxicos que provocam a exalação de odores desagradáveis” (Projeto Geo Cidades, 2002 *apud* Ferreira, 2012, p. 34). Esse fato ocorre em quase todos os igarapés poluídos de Manaus que têm habitantes em suas margens, como mostra Corrêa (2022, p. 42) em um igarapé intraurbano no bairro Petrópolis em Manaus. Também Iribarrem e Calderipe (2020, p. 17) mostram a presença do mau cheiro “[...] por vezes fétido, devido ao lixo e esgoto acumulado abaixo das estacas de madeira de suas moradias” no bairro Distrito Industrial I e Calderipe (2017, p. 221-222), que, ao longo da Avenida Manaus 2000 nos limites do Bairro Japiim, analisa como o cotidiano dos moradores de palafitas é marcada pelo convívio com o constante mau cheiro, refletindo sobre como o Igarapé em sua “sua carga de contaminação por dejetos de várias naturezas, pode agir de forma tão violenta com aqueles que com ela convivem”.

¹² Categoria êmica, expressão amazônica que se refere às ondas que se formam quando os barcos passam.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

as crianças brincam, os jovens se reúnem, é de onde se olha para dentro das casas”. Essa espacialidade que se constrói tem sua especificidade nas estratégias em lidar com as águas, os usos possíveis que se fazem na várzea com a descida das águas, as sociabilidades que se criam nos becos e as relações que se dão com o espaço da rua, a construção de um mundo próprio compreendido pela representação (Figura 6).

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

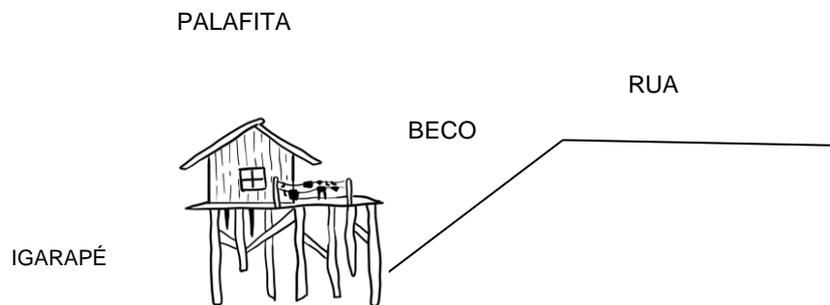
Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Figura 6: Ambiente da espacialidade das palafitas na margem do Igarapé de Educandos



Fonte: Matheus Areb (2023)

Deste modo, a palafitarização pode ser definida como um processo social urbano específico em que a forma da habitação expressa uma generalidade variável e complexa. Esse é um processo socioespacial que coloca os habitantes da cidade em condições de alagados dentro do espaço urbano. Na necessidade de habitar, recorrem à tipologia vernacular da palafita e passam a enfrentar a vida em interstício na fronteira terra-água, que envolve o contato com águas, localizando-se em áreas úmidas. A palafitarização ocorre antes e durante o estabelecimento da casa, já que envolve as condições que levam as pessoas a morarem nesses espaços, como concentração populacional nas capitais, planejamento urbano desigual à demanda de habitação e baixos salários. Estabelecidos em palafitas precisam lidar com o constante reparo das casas, acidentes, perdas de bens, estratégias de adaptação, mobilidade pelos canais poluídos, contato com as águas na cheia. Essas áreas intersticiais na cidade urbano-natureza levam à formação de espacialidades específicas entre topografia e as relações sociais locais.

Considerações finais

A casa-palafita se apresenta com complexidade contextual na sua forma adaptativa em que história regional-local se conjuga aos fenômenos espaciais mais amplos. Por meio de quatro momentos, buscou-se apresentar que, em síntese, a casa-palafita possui uma diferenciação geográfica e social no espaço urbano, apesar da estrutura da casa revelar um padrão histórico relativo à adaptabilidade à natureza em todos os ambientes úmidos-aquáticos.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. *Ensaio de Geografia*. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

A proposta de pensar uma geografia das palafitas urbanas a partir do caso de Manaus (AM) é um movimento teórico-prático de analisar a produção desses espaços a partir de conceitos alinhados ao seu mundo que diferem da produção de outros espaços de moradia na cidade como condomínios e casas em terra firme. Os resultados apontam que a experiência da habitação em palafitas em Manaus possui padrões em comum mesmo em áreas distintas no que se refere à segregação, à política habitacional deficitária, ao contato com a natureza poluída e ao impacto das águas. Essas experiências são diferentes de quem habita na cidade em áreas de terra firme, o que leva à constatação de que há uma diferenciação geográfica entre dois modos de habitar que leva a necessidade de construção de um conceito próprio para a experiência nessas áreas, o qual foi denominado de palafitarização.

O processo de palafitarização da vida é o termo que expressa a constituição de uma vida palafítica, ou seja, moradores de baixa renda, os quais, sem possibilidade de comprar lotes de terra em área firme, necessitam palafitarizar-se. O termo evoca um processo contínuo, que expressa as experiências de quem habita em palafitas urbanas. Alguns dos aspectos da palafitarização podem ser compreendidos como: (1) metamorfose capitalista da palafita ao adentrar o urbano, deixando o signo de casas junto a ribeiros (de ribeirinhos) em intensa conexão rio-floresta para se tornar símbolo da precariedade e pobreza nas grandes cidades; (2) invisibilização urbana; (3) constante reparo das casas, arcando com os custos das reformas; (4) adaptação da estrutura da casa em função do canal fluvial e (5) impacto do ambiente na qualidade de vida dos moradores (dimensão corporal). A heterogeneidade desses espaços evidencia as especificidades locais, sejam nas relações de aproximação e sociabilidades construídas entre moradores ou distanciamentos com outros grupos sob o espectro do estigma. A reflexão que se faz acerca da palafita como cultura é vital para entender o ponto de ruptura em que a casa-palafita sofre a transmutação de seu sentido tradicional original ao ser construída em meio urbano¹³.

¹³ O urbano ao qual se refere circunscreve-se (a priori) às grandes cidades, que atuam como polos atrativos através das múltiplas variáveis que as conformam em áreas centrais, as quais resultam em desigualdades socioespaciais. No âmbito das médias e pequenas cidades amazônicas, as palafitas possuem especificidades de contato ainda estreito com o ambiente natural. No que se refere à qualidade desse contato mediante as expressões de traços do rural no urbano, mesmo nos núcleos urbanos do município; essas experiências necessitam de estudos *in loco* para capturar a especificidade dessas escalas de análise.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Referências

AIRES, A.; CAROLINE, L.; CORREIA, P. H.; PANET, R.; ANDRÉAS, P. Miséria e Maré: estudos sobre as palafitas na comunidade da Portelinha. **Revista do CEDS**, n° 3, v. 1, 2015. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://sou.undb.edu.br/public/publicacoes/rev._ceds_n_3_miseria_e_mare_palafitas_na_comunidade_da_portelinha_anne_aires_lohane_caroline_e_paulo_henrique_correia.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2023.

AREB, M. V. **A cidade e as águas enquanto dimensão simbólica entre os habitantes do Igarapé de Educandos - Manaus/AM**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus (AM), 2022. p. 147. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8990>. Acesso em 02 jan. 2023.

BORDALO, C. A. O paradoxo da água na região das águas: o caso da Amazônia brasileira. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 120-137, 2017. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.107531. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/107531. Acesso em: 4 jul. 2023.

CALDERIPE, M. R. F. A água só falta falar: memória, patrimônio ambiental e transformações na ocupação de áreas úmidas na cidade de Manaus, AM. In: MONTARDO, D. L. O; CALDERIPE, M. R. F. (orgs.). **Saberes e ciência plural: diálogos e interculturalidade em Antropologia**. – Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.

CORRÊA, R. L. Processos Espaciais e a Cidade. **Rev. Bras. Geogr.**, Rio de Janeiro, 41(3): 100-110, jul./set. 1979. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1407>. Acesso em 12 jan. 2023.

CORRÊA, S. A. L. Do igarapé ao Rip Rap: o processo de constituição da paisagem de um “lugar perigoso” em Manaus. **RURIS** (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 14, n. 1, p. 18–48, 2022. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/17024. Acesso em: 23 fev. 2023.

COSTA, F. E. V. SOMBRA, D.; BRASIL, A. de P. M. S.; SILVA, S. L. B da. A complexidade da questão dos rios urbanos nas cidades amazônicas: o caso de Belém/PA. In: RIBEIRO, O. de W.; BRASIL, A. de P. M. S.; COSTA, F. E. V. (Orgs.). **Cidades Amazônicas: formas, processos e dinâmicas recentes na região de influência de Belém**. EDUEPA, pp. 240-274, 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/350032175_A_complexidade_da_questao_dos_rios_urbanos_nas_cidades_amazonicas_o_caso_de_BelemPA>. Acesso em: 04 jul. 2023.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaio de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

FERREIRA, P. R. G. **Avaliação ambiental de sedimentos de fundo da sub-bacia do Igarapé Educandos (Manaus-AM) usando uma técnica de extração sequencial.** Dissertação (Mestrado em Química) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/3345>>. Acesso em: 03 fev. 2023.

GEISSLER, H. J.; LOCH, C.; OLIVEIRA, R. Palafitas: Tipologias habitacionais em áreas costeiras em Florianópolis-SC. **LARES**, São Paulo, 2007. Disponível em: <chromeextension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://lares.architexturez.net/system/files/LARES_2007_T082-Geissler_Oliveira.pdf> Acesso em> 03 fev. 2023.

GOMES, C. M. T. **Degradação ambiental urbana e qualidade de vida nas áreas de manguezais ocupadas por palafitas em São Luís - MA.** 2001. 73 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2001. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/89827>>.

GUGLIELMINI, L. A. O. **Manaus à beira-rio: A produção e reprodução do espaço urbano.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA. Universidade Federal do Amazonas - UFAM. p.194, 2005, Manaus.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Aglomerados subnormais 2019: classificação preliminar e informações de saúde para o enfrentamento à covid-19 – notas técnicas.** Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3JY2eLa>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010: Aglomerados subnormais primeiros resultados. **Censo demográfico 2010**, Rio de Janeiro, p.1-259, 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=792>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

IRIBARREM, C. G.; CALDERIPE, M. R. F. R. **Percursos, imagens e sentidos: etnografando os modelos insurgentes de habitar a cidade em Manaus.** 32° RBA, 2020. Disponível em: <<https://www.32rba.abant.org.br/downloadpublic>>. Acesso em 20 out. 2021.

LEÃO, M. B. M. S. **Paisagem ribeirinha nas baixadas de Belém/PA: usos e apropriações na bacia da Estrada Nova.** Anais do XVII ENAPUR, 2017. Disponível em: <http://xviienanpur.anpur.org.br/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%206/ST%206.8/ST%206.8-01.pdf>. Acesso em 12 mar. 2023.

MELO, S. F. S.; ROMANEL, C. **Gestão de recursos hídricos no estado do Amazonas: o caso da bacia do Tarumã-Açu.** 29° Congresso Nacional de Saneamento e Meio Ambiente, 2018. Disponível em: <<chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.tratamentodeagua.com.br/wp-content/uploads/2019/04/9640.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2023.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaio de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

MENDES L. A. S.; HUGO, M. S. C. Das palafitas aos condomínios, das informalidades ao shopping center: A inserção do Bairro da Sacramento na estruturação urbano-metropolitana de Belém. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, (ISSN: 2359-0831 - online), Belém, v. 09, n. 01, p. 45 –66, jan.-jun. / 2022. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:RLH5fGZ4tNIJ:https://ihgp.net.br/revista/ojs/index.php/revihgp/article/download/22/24&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

MENEZES, T. M. S.; PERDIGÃO, A. K. A. V. O tipo palafita amazônico: entre formalidade e informalidade do habitar na vila da barca (BELÉM, PARÁ, BRASIL). **Revista Projetar, Projeto e Percepção do Ambiente**, v.6, n.2, maio de 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/article/download/23710/14231/81815>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

NAVARRO, A. G. As Pequenas Venezas americanas: revisitando as moradias de palafitas nas terras baixas da América do Sul. **Revista de Arqueologia**, [S. l.], v. 35, n. 2, p. 85–120, 2022. DOI: 10.24885/sab.v35i2.959. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/959>. Acesso em: 9 mar. 2023.

NAVARRO, A. G.; COSTA, M. L.; SILVA, A. S. N. F.; ANGÉLICA, R. S.; RODRIGUES, S. S.; GOUVEIA NETO, J. C. O muiraquitã da estearia da Boca do Rio, Santa Helena, Maranhão: Estudo arqueológico, mineralógico e simbólico. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas**. v. 12, n. 3, p. 869-94. set.-dez. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/F8n4zYkjbChqMFctJCzWrhC/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

NOGUEIRA, R. J. B. O banho de rio: um mergulho na tradição amazônica. **Confins** [En ligne], 53, 2021. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/confins/44074#quotation>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

OLIVEIRA, H. S. **Vida cotidiana e ambiente na beira-rio de Educandos, Manaus-AM**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, p. 136, 2007. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2571>>. Acesso em: 22 ago. 2022.

OLIVEIRA, J. A.; COSTA, D. P. A análise da moradia em Manaus (AM) como estratégia de compreender a cidade. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Vol. XI, núm. 245 (30), 2007. Disponível em: <<https://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24530.htm>>. Acesso em 12 mar. 2023.

PIMENTEL, M. A. S. Ocupação das várzeas na cidade de Belém: causas e consequências socioambientais. **Revista Geonorte**, Edição Especial, V.2, N.4, p.34 – 45, 2012. Disponível

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, n° 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons

Ensaios de Geografia

Essays of Geography | POSGEO-UFF

em: <<https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/download/2056/1935/6089>>. Acesso em: 12 mar. 2023.

PEREIRA, M. F.; SILVA, M. A. S.; BARROS, T. D. Palafitas de Manaus: relações entre natureza e cultura no espaço da cidade. **Somanlu**, ano 11, n. 2, jul./dez. 2011. p. 15-40.

RAMOS, A. A. A relação da produção do Espaço Urbano com Toponímia na Metrópole Manaus-AM: Análise dos casos do Igarapé do Quarenta, Bairro da União e Manaus 2000. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v.10, n.20, p.199-223, 2022.

RAMOS, A. A.; SILVA, F. B. A.; LIMA, M. C. Processo de segregação e diferenciação socioespacial em Manaus – AM. **RPPR**– Rio de Janeiro– vol. 9, nº 2, maio- agosto de 2022, p. 200- 243. Disponível em: <<https://www.revistappr.com.br/conteudo.php?m=NDg3&l=pt>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

ROCHA, F. M.; TANCREDI, N. S. H.; SANTOS, N. T. dos. Cartografia digital aplicada ao mapeamento da Vila da Barca como suporte à Educação Ambiental crítica, Belém (PA). **Revbea**, São Paulo, v13, n3: 58-75, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/2526>>. Acesso em: fev. 2023

RODRIGUES. A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 1991.

ROOSEVELT, A. C. Os Warao do delta do Orinoco: uma cultura de palafiteiros. Tradução de Alexandre Navarro. **Tessituras**, v. 10, nº 1, Pelotas, RS, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/21818>>. Acesso em 01 dez. 2022.

SILVA, C. S.; BATISTA, D. C.; OLIVEIRA, D. G.; JESUS, E. Q. de. **Urbanização em Belém do Pará**: uma análise do projeto de urbanização e habitação da Vila da Barca. Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, UFES, Vitória-ES, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22187>>. Acesso em: fev. 2023

SOARES, P. P. M. A.; SILVEIRA, F. L. A. de. Transformações urbanas nas paisagens hídricas de Belém (PA): reflexões sobre memórias ambientais e as interações entre humanos e não humanos na Bacia do Una. In: PEREIRA, J. M.; SILVEIRA, F. L. A. de. (Orgs.). **Pensando as cidades brasileiras no contemporâneo**. São Luís: EDUFMA, 2022. p. 142-169.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. (Orgs.). **A Produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. 1.ed., 6ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2018. p. 123-145.

AO CITAR ESTE TRABALHO, UTILIZAR A SEGUINTE REFERÊNCIA:

AREB, Matheus Vieira. GEOGRAFIA(S) DA(S) PALAFITA(S): espacialidades, precariedade habitacional e o habitar entre palafitas urbanas em Manaus-AM. **Ensaios de Geografia**. Niterói, vol. 10, nº 22, pp. 175-206, setembro-dezembro de 2023.

Submissão em: 22/05/2023. Aceito em: 05/07/2023.

ISSN: 2316-8544



Este trabalho está licenciado com uma licença Creative Commons